

A stylized map of the state of Bahia, Brazil, rendered in a light blue color. The map is overlaid with several dark blue, brush-stroke-like shapes that represent agricultural products, including what appears to be a coffee branch and a banana. The background is a solid, darker blue.

AGENDA ESTRATÉGICA DAS CÂMARAS SETORIAIS



Secretaria da Agricultura,
Irrigação e Reforma Agrária

Sumário

Apresentação	8
Metodologia	9
Apresentação	9
Dinâmica de Construção	10
Elementos Conceituais	12
Eixos Estratégicos	12
Assistência Técnica	12
Crédito/Seguro	12
Comercialização	12
Promoção e Marketing	13
Infraestrutura e Logística	13
Defesa Agropecuária	13
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	13
Governança da Cadeia	13
Legislação	13
Gestão da Qualidade	14
Desafios	14
Análise do Ambiente: Diagnóstico da Cadeia e Análise Swot	14
Visão de Futuro	15
Valores	15
Horizonte do Planejamento	16
Propostas de Ações	16
Agendas Setoriais	17
Câmara do Algodão	17
Histórico	17
Contexto da Cadeia	17
Análise Ambiental Estratégica	19
Forças	19
Fraquezas	21
Oportunidades	22
Ameaças	23
Visão e Valores da Cadeia	25
Visão de Futuro	25
Valores	25
Agenda Estratégica Priorizada	25
Ações de Curto Prazo	25
Ações de Longo Prazo	26
Grupo Temático Responsável	26
Entidades e Órgãos Componentes	26
Câmara da Apicultura	28
Histórico	28
Contexto da Cadeia	28
Análise Ambiental Estratégica	29
Forças	29
Fraquezas	30
Oportunidades	31
Ameaças	31
Visão e Valores da Cadeia	32
Visão de Futuro	32
Valores	32
Agenda Estratégica Priorizada	32
Ações de Curto Prazo	32
Ações de Longo Prazo	33
Grupo Temático Responsável	33
Entidades e Órgãos Componentes	33
Câmara da Borracha Natural	35
Histórico	35
Contexto da Cadeia	36
Análise Ambiental Estratégica	38
Forças	38
Fraquezas	39
Oportunidades	39
Ameaças	40
Visão e Valores da Cadeia	41
Visão de Futuro	41
Valores	41
Agenda Estratégica Priorizada	41
Ações de Curto Prazo	41
Ações de Longo Prazo	42
Grupo Temático Responsável	42
Entidades e Órgãos Componentes	42
Câmara do Cacau	44
Histórico	44
Contexto da Cadeia	44
Análise Ambiental Estratégica	45
Forças	45
Fraquezas	45
Oportunidades	45
Ameaças	46
Visão e Valores da Cadeia	46
Visão de Futuro	46

AGENDA ESTRATÉGICA DAS CÂMARAS SETORIAIS

	Valores	46
	Agenda Estratégica Priorizada	47
	Ações de Curto Prazo	47
	Ações de Longo Prazo	47
	Grupo Temático Responsável	47
	Entidades e Órgãos Componentes	47
Câmara do Café		49
	Histórico	49
	Contexto da Cadeia	49
	Análise Ambiental Estratégica	51
	Forças	51
	Fraquezas	57
	Oportunidades	70
	Ameaças	74
	Visão e Valores da Cadeia	76
	Visão de Futuro	76
	Valores	76
	Agenda Estratégica Priorizada	77
	Ações de Curto Prazo	77
	Ações de Longo Prazo	77
	Grupo Temático Responsável	77
	Entidades e Órgãos Componentes	77
Câmara da Cana-de-Açúcar e Derivados		79
	Histórico	79
	Contexto da Cadeia	79
	Análise Ambiental Estratégica	81
	Forças	81
	Fraquezas	82
	Oportunidades	82
	Visão e Valores da Cadeia	82
	Visão de Futuro	82
	Valores	83
	Agenda Estratégica Priorizada	83
	Ações de Curto Prazo	83
	Ações de Longo Prazo	83
	Grupo Temático Responsável	83
	Entidades e Órgãos Componentes	84
Câmara da Carne/Aves e Suínos		85
	Histórico	85
	Contexto da Cadeia	85
	Visão e Valores da Cadeia	87
	Visão de Futuro	87
	Avicultura e Suinocultura Competitivas	87
	Avicultura e Suinocultura Ambientalmente Responsáveis	87
	Avicultura e Suinocultura Participativas	87
	Avicultura e Suinocultura Eco-Eficientes	87
	Avicultura e Suinocultura Justas	87
	Valores	88
	Agenda Estratégica Priorizada	88
	Ações de Curto Prazo	88
	Ações de Longo Prazo	88
	Grupo Temático Responsável	89
	Entidades e Órgãos Componentes	89
Câmara da Carne/Bovinos e Bubalinos		90
	Histórico	90
	Contexto da Cadeia	90
	Análise Ambiental Estratégica	92
	Forças	92
	Fraquezas	92
	Oportunidades	93
	Ameaças	93
	Visão e Valores da Cadeia	93
	Visão de Futuro	93
	Valores	93
	Agenda Estratégica Priorizada	94
	Ações de Curto Prazo	94
	Ações de Longo Prazo	94
	Grupo Temático Responsável	94
	Entidades e Órgãos Componentes	94
Câmara da Carne/Caprinos e Ovinos		96
	Histórico	96
	Contexto da Cadeia	96
	Análise Ambiental Estratégica	98
	Forças	98
	Fraquezas	99
	Oportunidades	102
	Ameaças	103
	Visão e Valores da Cadeia	104
	Visão de Futuro	104
	Valores	104
	Agenda Estratégica Priorizada	104
	Ações de Curto Prazo	104
	Ações de Longo Prazo	104
	Grupo Temático Responsável	105
	Entidades e Órgãos Componentes	105
Câmara do Charuto		106
	Histórico	106

Contexto da Cadeia	106
Análise Ambiental Estratégica	108
Forças	108
Fraquezas	108
Oportunidades	108
Ameaças	109
Visão e Valores da Cadeia	109
Visão de Futuro	109
Valores	109
Agenda Estratégica Priorizada	110
Ações de Curto Prazo	110
Ações de Longo Prazo	110
Grupo Temático Responsável	110
Entidades e Órgãos Componentes	110
Câmara da Citricultura	112
Histórico	112
Contexto da Cadeia	112
Panorama da Citricultura Nacional	114
A Citricultura no Nordeste Brasileiro	116
Panorama da Citricultura na Bahia	116
Análise Ambiental Estratégica	117
Forças	117
Fraquezas	119
Oportunidades	120
Ameaças	121
Visão e Valores da Cadeia	121
Visão de Futuro	121
Valores	122
Agenda Estratégica Priorizada	122
Ações de Curto Prazo	122
Ações de Longo Prazo	122
Grupo Temático Responsável	122
Entidades e Órgãos Componentes	123
Câmara das Fibras Naturais	124
Histórico	124
Contexto da Cadeia	124
Análise Ambiental Estratégica	128
Forças	128
Fraquezas	129
Oportunidades	130
Ameaças	131
Visão e Valores da Cadeia	132
Visão de Futuro	132
Valores	132
Agenda Estratégica Priorizada	132
Ações de Curto Prazo	132
Ações de Longo Prazo	132
Grupo Temático Responsável	133
Entidades e Órgãos Componentes	133
Câmara Florestal	135
Histórico	135
Contexto da Cadeia	135
Análise Ambiental Estratégica	137
Forças	137
Fraquezas	138
Oportunidades	139
Ameaças	141
Visão e Valores da Cadeia	142
Visão de Futuro	142
Valores	143
Agenda Estratégica Priorizada	143
Ações de Curto Prazo	143
Ações de Longo Prazo	143
Grupo Temático Responsável	143
Entidades e Órgãos Componentes	144
Câmara da Fruticultura	145
Histórico	145
Contexto da Cadeia	145
Análise Ambiental Estratégica	147
Forças	147
Fraquezas	148
Oportunidades	149
Ameaças	150
Visão e Valores da Cadeia	150
Visão de Futuro	150
Valores	151
Agenda Estratégica Priorizada	151
Ações de Curto Prazo	151
Ações de Longo Prazo	151
Grupo Temático Responsável	151
Entidades e Órgãos Componentes	152
Câmara dos Grãos	153
Histórico	153
Contexto da Cadeia	153
Análise Ambiental Estratégica	155
Forças	155
Fraquezas	156

AGENDA ESTRATÉGICA DAS CÂMARAS SETORIAIS

	Oportunidades	156
	Ameaças	157
Visão e Valores da Cadeia	Visão de Futuro	157
	Valores	157
Agenda Estratégica Priorizada		158
Ações de Curto Prazo		158
	Ações de Longo Prazo	158
Grupo Temático Responsável		158
	Entidades e Órgãos Componentes	158
Câmara do Guaraná		160
Histórico		160
Contexto da Cadeia		160
Análise Ambiental Estratégica		162
	Forças	162
	Fraquezas	163
	Oportunidades	163
	Ameaças	164
Visão e Valores da Cadeia		165
	Visão de Futuro	165
	Valores	165
Agenda Estratégica Priorizada		165
	Ações de Curto Prazo	165
	Ações de Longo Prazo	165
Grupo Temático Responsável		165
	Entidades e Órgãos Componentes	166
Câmara das Hortaliças		167
Histórico		167
Contexto da Cadeia		167
Análise Ambiental Estratégica		169
	Forças	169
	Fraquezas	170
	Oportunidades	172
	Ameaças	173
Visão e Valores da Cadeia		174
	Visão de Futuro	174
	Valores	174
Agenda Estratégica Priorizada		174
	Ações de Curto Prazo	174
	Ações de Longo Prazo	174
Grupo Temático Responsável		175
	Entidades e Órgãos Componentes	175
Câmara do Leite		176
Histórico		176
Contexto da Cadeia		176
Análise Ambiental Estratégica		178
	Forças	178
	Fraquezas	179
	Oportunidades	180
	Ameaças	180
Visão e Valores da Cadeia		181
	Visão de Futuro	181
	Valores	181
Agenda Estratégica Priorizada		181
	Ações de Curto Prazo	181
	Ações de Longo Prazo	181
Grupo Temático Responsável		182
	Entidades e Órgãos Componentes	182
Câmara da Mandioca		183
Histórico		183
Contexto da Cadeia		183
Análise Ambiental Estratégica		187
	Forças	187
	Fraquezas	187
	Oportunidades	188
	Ameaças	188
Visão e Valores da Cadeia		189
	Visão de Futuro	189
	Valores	189
Agenda Estratégica Priorizada		189
	Ações de Curto Prazo	189
	Ações de Longo Prazo	189
Grupo Temático Responsável		190
	Entidades e Órgãos Componentes	190
Câmara das Oleaginosas		191
Histórico		191
Contexto da Cadeia		191
Análise Ambiental Estratégica		195
	Forças	195
	Dendê	195
	Girassol	196
	Mamona	197
	Fraquezas	198
	Dendê	198
	Girassol	199
	Mamona	200
	Oportunidades	201

	Dendê	201
	Girassol	202
	Mamona	202
	Ameaças	203
	Dendê	203
	Girassol	203
	Mamona	204
Visão e Valores da Cadeia		204
	Visão de Futuro	204
	Valores	204
Agenda Estratégica Priorizada		205
	Ações de Curto Prazo	205
	Ações de Longo Prazo	205
Grupo Temático Responsável		205
	Entidades e Órgãos Componentes	205
Câmara da Pesca e Aquicultura		207
	Histórico	207
	Contexto da Cadeia	207
	Análise Ambiental Estratégica	209
	Forças	209
	Fraquezas	210
	Oportunidades	210
	Ameaças	211
Visão e Valores da Cadeia		212
	Visão de Futuro	212
	Valores	212
Agenda Estratégica Priorizada		212
	Ações de Curto Prazo	212
	Ações de Longo Prazo	212
Grupo Temático Responsável		212
	Entidades e Órgãos Componentes	213
Resultados para o Setor		214
	Apresentação	214
	Consolidação dos Desafios	214
Eixo 01 – Assistência Técnica		214
	Aparelhamento	214
	Capacitação	215
	Certificação	215
	Comunicação	215
	Crédito	215
	Desburocratização	215
	Intercâmbio Técnico	215
	Investimentos	216
	Pesquisa	216
	Planejamento e Gestão	216
	Política	216
	Processos	217
	Tecnologia	217
Eixo 02 – Crédito/Seguro		217
	Acesso	217
	Capacitação	217
	Comunicação	218
	Desburocratização	218
	Indústria	218
	Legislação	218
	Mão-de-Obra	218
	Meio Ambiente	218
	Planejamento e Gestão	218
	Política	219
	Processos	219
	Seguro	220
Eixo 03 – Comercialização		220
	Capacitação	220
	Comunicação e Marketing	220
	Desburocratização	220
	Exportação	220
	Indústria	220
	Logística	221
	Mercado	221
	Modernização	221
	Planejamento e Gestão	221
	Política	221
	Qualidade	222
	Sanidade	222
	Tributação	222
Eixo 04 – Promoção e Marketing		222
	Comunicação	223
	Planejamento e Gestão	223
	Política	223
	Processos	224
	Qualidade	224
Eixo 05 – Infraestrutura e Logística		224
	Armazenagem/Distribuição	224
	Beneficiamento	225
	Capacitação	225
	Comunicação	225
	Crédito	225

AGENDA ESTRATÉGICA DAS CÂMARAS SETORIAIS

Energia e Água	225
Fiscalização	225
Política	225
Processos	226
Transportes	226
Eixo 06 – Defesa Agropecuária	226
Capacitação	226
Certificação	227
Educação	227
Fiscalização	227
Mão-de-Obra	227
Pesquisa	227
Política	228
Processos	228
Eixo 07 – P, D & Inovação	228
Capacitação	229
Comunicação	229
Financiamento	229
Planejamento e Gestão	229
Política	229
Processos	230
Qualidade	230
Tecnologia	230
Eixo 08 – Governança da Cadeia	231
Agricultura Familiar	231
Associações e Cooperativas	231
Câmaras Setoriais	231
Comunicação	231
Eventos	231
Governo	232
Legislação	232
Parcerias/Convênios	232
Política	232
Qualidade	233
Territórios de Identidade	233
Eixo 09 – Legislação	233
Capacitação	233
Comercialização	233
Comunicação	233
Desburocratização	234
Fiscalização	234
Meio-Ambiente	234
Padronização	234
Parcerias/Convênios	234
Política	234
Processos	235
Eixo 10 - Gestão da Qualidade	235
Capacitação	236
Certificação	236
Comercialização	236
Comunicação	236
Parcerias/Convênios	236
Pesquisa	237
Planejamento e Gestão	237
Política	237
Processos	237
Tecnologia	238
Eixo 11 - Outros	238
Base de Dados Estatísticos	238
Indústria	239
Políticas	239
Sustentabilidade	239
Consolidação das Propostas	240
Introdução	240
1. Assistência Técnica	240
Curto Prazo	240
Longo Prazo	240
2. Crédito/Seguro	240
Curto Prazo	240
Longo Prazo	241
3. Comercialização Promoção e Marketing	241
Curto Prazo	241
Longo Prazo	241
4. Infraestrutura e Logística	242
Curto Prazo	242
Longo Prazo	242
5. Defesa Agropecuária	242
Curto Prazo	242
Longo Prazo	243
6. P, D & Inovação	243
Curto Prazo	243
Longo Prazo	243
7. Governança da Cadeia, Legislação e Gestão da Qualidade	244
Curto Prazo	244
Longo Prazo	244
Anexos	245
Anexo 01 – Regimento Base	245

Anexo 02 – Lista de Desafios por Eixo Temático	249
01. Assistência Técnica	249
02. Crédito/Seguro	260
03. Comercialização	271
04. Promoção e Marketing	281
05. Infraestrutura e Logística	290
06. Defesa Agropecuária.	301
07. P, D & Inovação	308
08. Governança da Cadeia	317
09. Legislação	325
10. Gestão da Qualidade	334
11. Base de Dados Estatísticos	342
12. Indústria	343
13. Meio Ambiente	343
14. Obra	343
15. Sustentabilidade	344
16. Sustentabilidade Social e Ambiental	344
Anexo 03 – Lista de Propostas Por Câmara	345
Algodão	345
Curto Prazo	345
Longo Prazo	348
Apicultura	348
Curto Prazo	348
Longo Prazo	350
Borracha Natural	351
Curto Prazo	351
Longo Prazo	352
Cacau	353
Curto Prazo	353
Longo Prazo	356
Café	357
Curto Prazo	357
Longo Prazo	359
Cana-de-Açúcar e Derivados.	360
Curto Prazo	360
Longo Prazo	362
Carne/Aves e Suínos	363
Curto Prazo	363
Longo Prazo	365
Carne/Bovinos e Bubalinos.	367
Curto Prazo	367
Longo Prazo	369
Carne/Caprinos e Ovinos	371
Curto Prazo	371
Longo Prazo	373
Charuto	375
Curto Prazo	375
Longo Prazo	376
Fibras Naturais	379
Curto Prazo	379
Longo Prazo	382
Florestal	382
Curto Prazo	382
Longo Prazo	384
Fruticultura	384
Curto Prazo	384
Longo Prazo	386
Grãos	387
Curto Prazo	387
Longo Prazo	388
Guaraná	389
Curto Prazo	389
Longo Prazo	392
Hortaliças	395
Curto Prazo	395
Longo Prazo	394
Leite	395
Curto Prazo	395
Longo Prazo	396
Mandioca	397
Curto Prazo	397
Longo Prazo	398
Oleaginosas	399
Curto Prazo	399
Longo Prazo	402
Pesca e Aquicultura	403
Curto Prazo	403
Longo Prazo	405

APRESENTAÇÃO

As câmaras setoriais da Agropecuária são órgãos consultivos, democráticos de interlocução entre Governo e setor produtivo. São fóruns organizacionais e permanentes de caráter público e de natureza privada, criados e incentivados pela SEAGRI, com a finalidade de harmonizar as partes atuantes e de estreitar as articulações das cadeias produtivas com o Estado, aumentando a eficiência das mesmas e a eficácia das políticas públicas direcionadas ao setor agropecuário, conduzindo à sua maior competitividade.

As câmaras setoriais têm a oportunidade de interagir entre si e com o Estado, de tal forma, que possam influenciar e alterar os ambientes organizacionais e institucionais, além de contribuir na elaboração do Planejamento Estratégico da Agropecuária do Estado da Bahia. Tais oportunidades vão ao encontro do princípio de planejamento adotado recentemente no Estado da Bahia baseado na participação dos atores sociais no processo de planejamento. O processo de construção conjunta de um diagnóstico dos principais desafios, necessidades e projetos a serem implementados no curto e longo prazo para a agropecuária foi o fio orientador para a elaboração Planejamento Estratégico.

Assim, o Planejamento Estratégico busca direcionar esforços e investimentos para o setor agropecuário da Bahia para os próximos anos, a partir das demandas oriundas das câmaras setoriais, de modo que o setor agropecuário seja capaz de aproveitar as oportunidades que se delineiam, devido ao aumento das demandas por produtos agropecuários, como também se estabeleça como um importante vetor de inclusão social e desenvolvimento regional.

O Planejamento Estratégico é apresentado em duas partes: Na primeira parte, é apresentado um Planejamento Estratégico para cada uma das cadeias produtivas que participaram do projeto de construção do Planejamento Estratégico da Agropecuária na Bahia. Esta parte evidencia do ponto de vista das câmaras setoriais, os principais desafios e agenda que devem ser priorizadas, por meio de ações de políticas públicas, por cadeia produtiva. Trata-se de uma síntese das discussões com cada cadeia especificamente. Na segunda parte, buscou-se, por meio de uma análise transversal dos pleitos, necessidades e diagnóstico das câmaras setoriais, estabelecer um planejamento geral para o setor agropecuário baiano. Para tanto, buscou-se identificar aqueles elementos comuns e que se constituíam como sendo estruturantes para o conjunto das cadeias produtivas.

METODOLOGIA

APRESENTAÇÃO

Para formulação da Agenda Estratégica, as câmaras têm papel fundamental para que o planejamento estratégico construído seja eficiente e eficaz no momento de sua execução, com programas e projetos que atendam os anseios da sociedade.

As principais atribuições das câmaras são:

- Discutir e apresentar propostas para a formulação das políticas de Governo;
- Acompanhar o desenvolvimento do setor, fazendo gestões junto aos órgãos responsáveis pela implementação de ações que afetem a produção;
- Colaborar na identificação das prioridades a serem estabelecidas na formulação das políticas públicas;
- Orientar a realização de programas de pesquisas, geração e difusão de tecnologia no setor;
- Assessorar o Governo na confecção e execução das políticas públicas.

A formulação da Agenda Estratégica objetiva direcionar esforços e investimentos para o setor agropecuário da Bahia nos próximos 12 anos, a partir das demandas oriundas das câmaras setoriais. Com este propósito, a Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia, na ocasião de instauração das câmaras setoriais, em 28 de maio de 2010, deu início ao processo de construção a agenda estratégica estimulando e orientando todas as cadeias, por meio de seus representantes, no processo de construção de um diagnóstico dos principais desafios e projetos a serem implementados no curto e longo prazo no sentido de fomentar o desenvolvimento sustentável e equânime da agropecuária no Estado.

Para tanto, buscou-se a adoção de um método de trabalho que privilegiasse a construção conjunta de uma visão de desenvolvimento para o Estado, essa metodologia incluiu a realização de uma série de eventos participativos entre os membros das câmaras, objetivando a disseminação do processo de formulação da Agenda Estratégica, com a construção de elementos essenciais à elaboração do planejamento do setor no Estado da Bahia. Inicialmente, foram estabelecidos os eixos estratégicos, norteadores do trabalho das câmaras. Em seguida, após uma rodada de discussões e diagnóstico sobre a conjuntura e estruturas das cadeias, foram identificados os principais desafios para o setor, a visão de futuro, os valores, a análise ambiental estratégica, para finalmente apoiado nos elementos construídos em todas as etapas anteriores, estimular o setor a propor plano de ações de curto e de longo prazo que permitam o arranque do setor agropecuário baiano.

Os resultados alcançados por esta iniciativa conjunta de todo o setor foram significativos e de extrema importância para a superação dos desafios impostos ao crescimento do setor dentro do estado. Prova desta dimensão foi, durante o processo de planejamento, a mobilização de 162 entidades representativas do setor agropecuário baiano, que de forma coordenada formularam para cada cadeia sua visão de futuro e os respectivos valores que nortearão o crescimento equilibrado do setor, assim como o mapeamento e registro de 1.643 desafios, de uma extensa análise situacional das cadeias o que permitiu a identificação de 357 forças, 519 fraquezas, 304 oportunidades, 232 ameaças.

Além disso, todo este processo permitiu que o setor, principalmente, montasse um banco de dados com aproximadamente 1.210 proposições de ações estratégicas de curto e longo prazo. Ainda mais, foi possível priorizar este inventário identificando no curto e longo prazo as ações que merecem especial atenção, ou seja, toda a condução do processo de planejamento, permitiu que se apresentasse, com coerência metodológica, uma base de ações estratégicas priorizadas, ou seja, a construção de uma agenda estratégica que aponte claramente para as prioridades estratégicas selecionadas para cada cadeia e para o setor agropecuário como um todo.

Este documento apresenta a metodologia estabelecida para construção da Agenda Estratégica da Agropecuária Baiana, com sua dinâmica e seus elementos conceituais. Em seguida, parte para uma análise do setor, com abordagem atualizada feita por especialistas no tema.

O capítulo Agendas Setoriais apresenta câmara a câmara, com seu grupo temático responsável, trazendo desde o histórico de constituição de cada uma destas até a priorização realizada em cima de suas propostas temáticas, passando pela análise do contexto do qual a cadeia está inserida, um mapeamento dos desafios levantados no primeiro encontro presencial, a análise ambiental proposta por seus membros – com suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças -, assim como a visão de futuro e valores igualmente estabelecidos por seus participantes.

O trabalho segue com a apresentação dos resultados para o setor, a partir da consolidação de desafios e propostas lançadas pelas câmaras setoriais, e é finalizado com as conclusões levantadas por grupo de especialistas.

DINÂMICA DE CONSTRUÇÃO

Respeitando o grau de maturidade e organização de todas as cadeias, a SEAGRI sugeriu que o processo de construção coletiva do plano, seguisse um cronograma de eventos previu o número mínimo de seis momentos presenciais dentre e entre as câmaras setoriais, podendo variar de acordo com a disposição e necessidade de cada uma das câmaras em realizar uma maior quantidade de encontros entre o evento inicial de lançamento e a Conferência Estadual.

Ficaram estabelecidos os seguintes eventos presenciais: Lançamento das câmaras, 1ª reunião de câmara, 2ª reunião de câmara, Conferência Estadual, Entrega de documento síntese e Lançamento da Agenda Estratégica.

No lançamento das câmaras, foi pactuado um plano de trabalho para a construção da Agenda Estratégica. Entre as atividades, a apresentação dos eixos temáticos e a identificação, por parte de cada um dos participantes, dos desafios para o setor, enquadrando-os em seus eixos.

Na 1ª reunião de câmara, além da aprovação do regimento interno (ver modelo no Anexo 01), foram discutidas e construídas a análise ambiental (SWOT) e a visão de futuro da cadeia

Na 2ª reunião, as câmaras construíram os valores da cadeia, assim como elencaram as propostas de ação para nortear a Agenda Estratégica do setor.

No processo de construção da Agenda Estratégica para a Agropecuária Baiana, a Conferência Estadual representou o segundo momento presencial que reuniu todas as câmaras setoriais.

O dia de trabalho foi dividido em dois momentos. O primeiro, que reuniu as câmaras setoriais com o objetivo de priorizar as propostas dentro das suas cadeias, e o segundo, que, transversalmente, reuniu os participantes em suas escolhas temáticas para priorização de ações nos eixos previamente estabelecidos.

Na Conferência, foi estabelecida a seguinte dinâmica: Credenciamento dos participantes, com confirmação de dados, emissão de crachá e entrega de material; Abertura dos trabalhos em plenária inicial; Reunião de câmaras setoriais para discussão de suas propostas de ação. Todos os participantes discutiram sobre todos os eixos, com a priorização de três propostas de curto prazo e três de longo prazo; Reunião dos eixos temáticos para discussão de propostas. Os participantes discutiram sobre as propostas em eixo específico, com a priorização de cinco propostas de curto prazo e cinco de longo prazo; Plenária final, com apresentação das propostas priorizadas nos encontros setoriais e temáticos.

Toda a sistematização de dados ao longo da Conferência foi apoiada por aplicativo informatizado. A primeira parte da priorização das propostas de ações contou com a presença das seguintes câmaras: Algodão; Apicultura; Borracha Natural; Cacau; Café; Cana-de-Açúcar e Derivados; Carne/Aves e Suínos; Carne/Bovinos e Bubalinos; Carne/Caprinos e Ovinos; Fibras Naturais; Florestal; Fruticultura; Grãos; Guaraná; Hortaliças; Leite; Mandioca; Oleaginosas; Pesca e Aqüicultura.

No segundo momento do evento, os eixos foram abreviados para sete, com a reunião de alguns deles. Ficaram com a seguinte disposição: Assistência técnica; Crédito/seguro; Comercialização promoção e marketing; Infraestrutura e logística; Defesa agropecuária; P,D & inovação; Governança da cadeia, legislação e gestão da qualidade.

A construção da agenda está sendo implementada em três fases. Iniciou-se com a identificação das ações estratégicas para a cadeia, estruturadas em eixos estratégicos e horizonte temporal (curto e longo prazo).

A segunda fase correspondeu a uma revisão e priorização destas proposições no momento da Conferência Estadual. Naquele momento, além de se aceitar novas proposições, foram priorizadas e compartilhadas as principais proposições de ações produzidas pelas cadeias.

E a terceira fase, momento de consolidação do documento final, será submetido às câmaras o documento consolidado do Setor Agropecuário Baiano para validação e incorporação de sugestões.

ELEMENTOS CONCEITUAIS

Eixos Estratégicos

Baseando-se no desenho do planejamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, foram estabelecidos os eixos estratégicos para apoio à sistematização dos desafios e das propostas de ação.

A sugestão de utilização de eixos estratégicos para estruturar o processo de planejamento das câmaras, encontra utilidade quando se homogeneiza o diagnóstico e proposições sobre temas estruturais comuns a todas as cadeias, isso permite que se perceba como se distribui os principais desafios e proposições em torno de eixos comuns e todas as cadeias e coerentes com os utilizados pelo Governo Federal. Teve também grande utilidade no momento de formação de uma visão de ações transversais que potencialmente beneficiarão todas as cadeias.

Os eixos temáticos Assistência Técnica, Crédito/Seguro, Comercialização, Promoção e Marketing, Infraestrutura e Logística, Defesa Agropecuária, P, D & Inovação, Governança, Legislação e Gestão da Qualidade foram apresentados às câmaras em seu lançamento.

Assistência Técnica

Promoção e estruturação de um modelo de assistência técnica e difusão tecnológica agrícola e agroindustrial, fomentando parcerias com o setor privado e integração com os municípios.

Capacitação de recursos humanos em produção, planejamento e desenvolvimento de sistemas de apoio e gestão integrada da produção, distribuição e comercialização da produção.

Crédito/Seguro

Articulação para convênios de integração entre os produtores, as agroindústrias e os bancos, de forma a favorecer o acesso dos produtores tanto aos financiamentos para custeio, quanto aos de investimentos rurais.

Considerando as peculiaridades das áreas e comercialização dos produtos gerados na formulação dos planos de seguro, avaliando alternativas para seguro rural via os Estados e Federações.

Comercialização

Busca por estímulos governamentais capazes de melhorar a rede de distribuição de alimentos no País através de locais de comercialização que permitam manter a qualidade dos produtos no ponto final de venda,

objetivando um salto de qualidade do produto ao consumidor. Aperfeiçoamento dos instrumentos, com promoção de discussões sobre autorizações da internacionalização da comercialização dos produtos.

Promoção e Marketing

Campanha na mídia impressa, falada e televisiva dos benefícios do consumo dos produtos agropecuários, ressaltando qualidade, consumo consciente e aspectos sociais da produção.

Desenvolvimento de ações e políticas visando a conquista do mercado exterior, com marketing e gestão junto aos organismos reguladores do mercado internacional, com apoio ao comparecimento de feiras internacionais.

Infraestrutura e Logística

Investimentos em infraestrutura de aeroportos, rodovias, ferrovias, hidrovias, logística para armazenagem e escoamento da produção, insumos e seus derivados, com conseqüente aumento de competitividade e qualidade. Necessidade de eliminar gargalos da infra-estrutura de transporte, um dos principais entraves ao desenvolvimento do agronegócio.

Defesa Agropecuária

Busca pelo equilíbrio dos sistemas de produção, para minimizar a ocorrência de pragas e doenças em vegetais e animais, com adequação de quarentenas e identificação de alternativas compatíveis com medidas sanitárias; com ações que visem a atualização total ou separadamente das partes referentes aos regulamentos da produção, seus derivados e subprodutos.

Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Incrementos tecnológicos levarão ao aumento da inteligência competitiva de toda a cadeia produtiva. Parcerias com as áreas públicas e privadas levarão a estudos em "áreas de ponta", como à difusão de produtos oriundos de pesquisa.

Governança da Cadeia

Busca por permanente estruturação orgânica e funcional da cadeia produtiva, por intermédio do fortalecimento dos seus principais fóruns e órgãos nacionais, regionais e estaduais.

Legislação

Aplicação e intensiva fiscalização da legislação vigente, com gestão que possibilite sua atualização, apoiando a inserção dos produtores nas exigências legais. Estabelecimento de normas técnicas que auto-regulem o mercado e legislação que, a exemplo, padronize importações e exportações.

Gestão da Qualidade

Mecanismos e tecnologias atualizadas e adequadas de comercialização, com vistas à rápida adaptação às mudanças e novas exigências do mercado, gestão informatizada de produtos e processos, com efeitos diretos e imediatos sobre os resultados econômicos e financeiros da comercialização e conseqüente padronização e classificação de produtos, embalagens e processos.

Parceria com universidades, institutos de pesquisa, instituições privadas e outros centros de excelência, para fomentar, apoiar e auxiliar a adoção de sistemas de gestão pela qualidade na condução do agronegócio.

DESAFIOS

Os desafios podem ser conceituados como a expressão da vontade de mudar/superar uma realidade indesejável ou a expressão da vontade de criar uma situação ou realidade nova.

Um desafio sempre é formulado por um ator, a partir de seus interesses, da sua leitura da realidade, podendo ser enquadrado como um problema ou uma oportunidade. Exemplos:

“Tradicionalmente, os recursos para o crédito são liberados não respeitando o calendário agrícola” (Problema);

“Mudança de hábitos alimentares dos brasileiros” (Oportunidade).

No evento participativo, foi estabelecida a seguinte dinâmica:

ANALISE DO AMBIENTE: DIAGNÓSTICO DA CADEIA E ANÁLISE SWOT

Refere-se à etapa de diagnóstico estratégico, considerando variáveis do ambiente interno e externo à organização, referenciais obrigatórios para a definição de estratégias e objetivos.

A ferramenta mais utilizada para a definição de cenários é a matriz de análise SWOT. O termo vem do inglês e representa as iniciais das palavras **Strengths** (forças), **Weaknesses** (fraquezas), **Opportunities** (oportunidades) e **Threats** (ameaças).

A análise de cenário se divide em ambiente interno (Forças e Fraquezas) e ambiente externo (Oportunidades e Ameaças). As forças e fraquezas são determinadas pela posição atual da cadeia e se relacionam, quase sempre, a fatores internos. Já as oportunidades e ameaças são antecipações do futuro estão relacionadas a fatores externos.

O ambiente interno pode ser controlado pelos dirigentes da cadeia, uma vez que ele é resultado das estratégias de atuação definidas pelos próprios membros da organização. Desta forma, durante a análise, quando for percebido um ponto forte, ele deve ser ressaltado ao máximo; e quando for percebido um ponto fraco, a organização deve agir para controlá-lo ou, pelo menos, minimizar seu efeito.

Já o ambiente externo está totalmente fora do controle da organização. Mas, apesar de não poder controlá-lo, a empresa deve conhecê-lo e monitorá-lo com frequência, de forma a aproveitar as oportunidades e evitar as ameaças. Evitar ameaças nem sempre é possível, no entanto pode-se fazer um planejamento para enfrentá-las, minimizando seus efeitos.

VISÃO DE FUTURO

A visão de futuro define o que a cadeia pretende ser no futuro. Ela incorpora as ambições do setor e descreve o quadro futuro que a o conjunto da cadeia quer atingir.

Identifica as aspirações do setor, criando um clima de envolvimento e comprometimento com seu futuro. A definição de onde se pretende chegar permite entender com clareza o que é preciso mudar na organização ou como ela precisa mudar para que a visão seja concretizada. Uma visão compartilhada une e impulsiona os produtores e instituições para buscarem e conciliarem seus objetivos, apesar de todas as dificuldades. Uma organização sem visão é uma organização sem direção.

A visão de futuro deve refletir os valores compartilhados pela organização. O enunciado deve ser claro e objetivo, positivo e desafiador; em geral, é expresso com verbo no futuro.

A visão de futuro raramente muda, é estável. Deve ser capaz de, num único parágrafo, esclarecer qualquer pessoa, de dentro ou de fora da cadeia, sobre o que ela pretende fazer. Deve-se evitar que o seu enunciado seja genérico, sem identidade própria, ou seja, aplicável a qualquer organização.

VALORES

Os valores prescrevem as atitudes, comportamentos e caráter da cadeia produtiva. O que é realmente importante para a cadeia como organização é reflexo dos valores essenciais. Não se tratam de valores que mudam de tempos em tempos, a cada mudança de situação, ou de pessoa para pessoa, mas, sim, de valores que alicerçam a cultura da cadeia produtiva. Os valores essenciais estão acima do tamanho ou da taxa de crescimento da cadeia, são a alma desta (KAPLAN e NORTON, 2009).

Os valores são, portanto, as idéias fundamentais em torno das quais se constrói a cadeia produtiva. Representam as convicções dominantes, as crenças básicas, aquilo em que os participantes acreditam.

Permeiam todas as atividades e relações, descrevendo como a cadeia pretende atuar no cotidiano enquanto busca realizar sua visão.

São elementos motivadores que direcionam as ações das pessoas, contribuindo para a unidade e a coerência do trabalho. Sinalizam o que se persegue em termos de padrão de comportamento de toda a equipe de colaboradores na busca da excelência. Podemos dizer que os valores são fonte de orientação e inspiração no local de trabalho, mas para tanto, eles devem ser aceitos e internalizados por todos na cadeia produtiva.

HORIZONTE DO PLANEJAMENTO

Considerando o olhar estratégico que o documento deve assumir, definiu-se um horizonte de planejamento para 25 anos. Este horizonte cumpre dois objetivos:

- Ultrapassar os limites conjunturais de uma gestão permitindo apontar para políticas que sejam incorporadas por distintos governantes, construindo as bases para a continuidade administrativa. Elas podem permitir maior ou menor aceleração segundo os desejos políticos do governante do momento, mas garantindo a construção de uma política comum;
- Por ter um caráter geracional, e como é de longo prazo, proporcionar a construção do diálogo para viabilizar a situação futura e a confiança para ajudar na decisão de como enfrentar as principais perspectivas conjunturais – aquelas que são objeto das ações imediatas dos governos.
- Por outro lado, sabe-se que há demandas emergências a serem atendidas em diversas áreas e estas não podem ser desconsideradas sob pena de prejudicar estruturalmente o desempenho e produtividade das cadeias. Desta forma, para efeito da construção da agenda estratégica, optou-se por trabalhar com dois horizontes de planejamento, a saber:
- Longo Prazo: constituindo objetivos a serem alcançados em 25 anos, trata-se de uma perspectiva com horizonte de atuação mais estratégico, prazo necessário para promoção de mudanças estruturais que conduzam para o alcance da visão de futuro;
- Curto Prazo: identificação de ações emergenciais para desobstrução dos desafios mais imediato, que requeiram intervenções emergenciais: próximos 2 anos.

PROPOSTAS DE AÇÕES

As câmaras enviaram suas propostas de ações de forma prévia à Conferência Estadual. As ações foram enquadradas nos eixos temáticos Assistência Técnica, Crédito/Seguro, Comercialização, Promoção e Marketing, Infraestrutura e Logística, Defesa Agropecuária, P, D & Inovação, Governança, Legislação e Gestão da Qualidade.

As propostas representam o formato pelo qual as câmaras setoriais enxergam a possibilidade de atendimento dos seus anseios, expressos desde o primeiro encontro presencial, com o estabelecimento dos desafios da cadeia.

AGENDAS SETORIAIS

CÂMARA DO ALGODÃO

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão foi instalada em Salvador, BA, no 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes na cadeia produtiva do algodão, para juntas discutirem os problemas existentes e apresentarem propostas de solução para os mesmos e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando esta “commodity” mais competitiva à nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Algodão (ABAPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão, ABIA – Associação Baiana da Indústria Algodoeira, ACIAGRI – Associação dos Comerciantes de Insumos Agrícolas, ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, Associação de Produtores de Leite e Algodão de Malhada, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, Delegacia Federal no Estado da Bahia, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, EMBRAPA – ALGODÃO - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, FUNDAÇÃO BA, FUNDEAGRO - Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão, Icofort - Indústria e Comércio de Rações Ltda., MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário, OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, Sandias Corretora de Commodities e Futuros, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Tecon Salvador S.A), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da cotonicultura.

CONTEXTO DA CADEIA

O reconhecimento da importância da fibra de algodão e sua utilização pelo homem remontam há séculos, os tecidos conhecidos mais antigos datam aproximadamente do ano de 5.000 AC. A participação desta fibra na Revolução Industrial acontece com a automação da indústria têxtil, mudando completamente a história da humanidade, quando as máquinas, até então acionadas por força humana ou animal, passaram a ser acionadas por máquinas à vapor e, mais tarde, motores elétricos. É interessante observar também que a indústria têxtil foi pioneira no controle de máquinas por dispositivos binários, através dos cartões perfurados usados nos teares *Jacquard*.

O setor têxtil é um dos segmentos de maior tradição dentro do segmento industrial, contando com uma posição de destaque na economia dos Países mais desenvolvidos e carro-chefe do desenvolvimento de muitos dos chamados Países emergentes, que devem à sua indústria têxtil o papel de destaque que exercem, hoje, no comércio mundial de manufaturas. No Brasil, a sua importância não é menor, tendo desempenhado um papel de grande relevância no processo de desenvolvimento do País.

As estatísticas do período 2008/2009 indicam que a produção mundial de algodão foi de 23,32 milhões de toneladas com uma área plantada de 30,73 milhões de hectares e uma produtividade média de 759 kg por hectare (USDA, 2010) dominada pelos cinco principais países produtores: a China como o principal produtor (7,992 milhões de toneladas) seguido pela Índia (4,921 milhões de toneladas), Estados Unidos (2,787 milhões de toneladas), Paquistão (1,893 milhões de toneladas e Brasil (1,188 milhões de toneladas) de acordo com o relatório de 2010 do *United States Department of Agriculture* – USDA . Segundo o mesmo relatório a maior produtividade por hectare pertence ao Brasil com 1.415 kg. Agentes do setor avaliam que o Brasil, em poucos anos, deve se tornar o terceiro maior produtor de algodão do mundo, posto que o seu volume de produção tenda a dobrar em dez anos.

Grandes incrementos na produção brasileira se deram com a introdução do algodoeiro no cerrado do Brasil, sendo como uma alternativa técnica e econômica para a rotação de culturas principalmente com a da soja, mas influenciadas fortemente pelo fator mercadológico, as lavouras de algodão avançaram rapidamente para as áreas adjacentes de uma mesma propriedade e, progressivamente para as áreas vizinhas.

No cenário nacional a produção de algodão em caroço da safra 2008/09, foi de 3.983 mil toneladas. A produção do algodão em pluma por sua vez, foi de 1.188 mil toneladas concentrando mais de 80% de sua produção em dois Estados com o Mato Grosso como o maior produtor nacional responsável por 52% seguido pela Bahia com 29%. (IBGE, 2010)

O algodão é uma cultura que não tem seu consumo “in natura” precisando ser processado industrialmente para ser consumido, com isso favorecendo a agregação de valor através da indústria de beneficiamento a tecelagem. Este processo desencadeia uma série de atividades paralelas que injetam recursos nas economias locais onde o algodão é produzido, tais como: a logística de transporte, o armazenamento e a usinagem para descaroçamento. Além da produção de fibra, deve-se considerar o potencial de utilização dos subprodutos da cultura como o caroço do algodão para produção de óleos comestíveis, biodiesel, e a torta de algodão utilizada no preparo de rações para alimentação de animais.

Como país produtor de artigos têxteis, o Brasil exerce um papel importante no cenário mundial, posicionando-se em 6º lugar na produção de fios, filamentos e tecidos planos, em 2º lugar no que se refere aos tecidos de malha e em 5º em confeccionados, considerando-se as informações fornecidas pelos países membros da ITMF. Entretanto, em termos de comércio internacional, a presença do Brasil ainda é muito pequena, estando o País apenas entre os 35 maiores exportadores e 31 maiores importadores de têxteis e confeccionados do mundo, o que lhe confere um papel secundário neste mercado.

A qualidade da fibra para o processo industrial esta associada às condições climáticas, no caso da Bahia, onde o regime de chuvas é bem definido (outubro – maio), favorece a obtenção de fibra de excelente qualidade, pois a época de colheita do algodão (junho-agosto) coincide com o período de menor precipitação pluvial. Este fato pode ser verificado na região oeste que apresenta elevado potencial de produção de algodão de excelente qualidade, competindo em igualdade de condições com o algodão produzido nas mais diferentes regiões do mundo.

Distinguem-se como principais elos da cadeia produtiva do algodão: a produção que se inicia no plantio e finaliza na colheita dos capulhos; o beneficiamento primário, que consiste em separar o caroço da pluma; a produção de fios e fibras a partir da pluma; a fiação e fabricação de tecidos; e a indústria de confecções, incluindo malharia e vestuário.

Apesar da cadeia têxtil e de confecções se caracterizar pela diversidade, sendo cada elo constituído por um número relativamente alto de segmentos, existe uma elevada concentração industrial na produção de fibras/filamentos, formando-se um oligopólio, onde atuam poucas empresas com grande quantidade de capital investido.

Considerando a alta susceptibilidade a pragas e doenças o algodão apresenta um maior risco de perdas do que outras culturas agrícolas e exige tecnologias mais caras, onerando seu custo de produção, conseqüentemente os agricultores se tornam vulneráveis aos preços do mercado. A decisão sobre seu cultivo é muito mais criteriosa que outras “commodities” justificando a existência de um fórum que congregue todos segmentos da cadeia produtiva para a manutenção do agronegócio do algodão na Bahia.

Há anos o cenário de plantio e produção do algodão brasileiro é bastante volátil, mesmo com um crescimento econômico mundial, justificando a implementação de ações de planejamento estratégico por parte do Estado dado a importância do algodão para a economia baiana.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

EIXO	SENTENÇAS
Agropecuária	Arranquio de soqueiras (31 de agosto). Coletas de embalagens vazias de defensivos. Comprometimento da ADAB. Fiscalização sistemática da cadeia. Incentivo Fiscal: Proalba. Interação Sanidade e Meio Ambiente; Projeto Campo Limpo. Legislação atualizada.

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	<p>ATER Privada em quantidade e qualidade aos Grandes produtores do Cerrado Baiano.</p> <p>Busca dos produtores pelo aumento da qualidade dos bens produzidos e incorporação de valor.</p> <p>Consciência da importância da ATER.</p> <p>Faculdades e Universidades locais que favoreçam a formação e capacitação de técnicos e engenheiros.</p>
Capacitação	<p>Aptidão das Universidades e instituições.</p> <p>Empresas, organizações, entidades e parceiros com potencial para capacitar os envolvidos com excelência.</p> <p>Escolas agrotécnicas.</p> <p>Escolas Fundamentais Rurais.</p>
Comercialização	<p>Beneficiamento do algodão.</p> <p>Comercialização direta com as indústrias têxteis.</p> <p>CONAB.</p> <p>Pepro.</p> <p>Proalba.</p> <p>Qualidade e preços bons.</p>
Crédito	<p>Disponibilidade do crédito assistido.</p> <p>Eficiência gerencial do grande produtor.</p> <p>Lançamento do PAP.</p> <p>Renegociação de dívidas.</p>
Gestão da Qualidade	<p>ABAPA e Fundeagro.</p> <p>Algumas Usinas/Algodoeiras dentro do Padrão.</p> <p>Clima / solo/ variedades boas para obter excelente qualidade.</p> <p>Consultoria agrônômica excelente.</p> <p>Disponibilidade de matéria-prima de excelente qualidade.</p> <p>Orientação de boas práticas de cultivo.</p> <p>Produtores profissionais na gestão das lavouras para produtividade e qualidade intrínseca.</p>
Governança da Cadeia	<p>Atuação da ABAPA.</p> <p>Atuação integrada das entidades.</p> <p>Existência de organismos e/ou organizações atuantes.</p>
Infraestrutura	<p>Ferrovia - investimentos privados.</p>
Legislação	<p>Existência da lei.</p> <p>Movimentos de protestos dos agricultores.</p>
P, D & Inovação	<p>Aperfeiçoamento de produtos/tecnologias já existentes.</p> <p>Garantia de competitividade do setor.</p> <p>Obtenção de novos produtos/tecnologias.</p> <p>Região Oeste.</p>
Promoção	<p>60% do algodão com HVI.</p> <p>ABAPA.</p> <p>Boa divulgação no mercado doméstico e na Europa.</p> <p>Cumprimento dos contratos.</p> <p>Oferta segura do produto.</p> <p>Produção sustentável (social/ambientalmente correta).</p>

FRAQUEZAS

EIXO	SENTENÇAS
Agropecuária	Interação ADAB X Consultores. Obrigação do cumprimento da legislação. Participação incipiente das entidades ambientais e do fisco. Resistência a não cumprimento das normas PROALBA. Resistência ao cumprimento das leis de defesa agropecuária. Transporte de caroço de algodão.
Assistência Técnica	ATER desestruturada e enfraquecida na Região do Sudoeste e Vale Baiano ATER insuficiente e com pouca qualidade aos pequenos produtores. Estrutura de formação técnica local ainda deficiente.
Capacitação	Cultura do produtor do Sudoeste. Não há coesão e união de talentos para viabilizar o processo de capacitação.
Comercialização	Ainda existe a comercialização do algodão em capulho (intermediário). Baixa rentabilidade da agricultura. Carece de uma sistematização mais efetiva. Indústria. Local de armazenamento.
Crédito	Atenção dos bancos oficiais para resolver a questão. Crescimento do endividamento rural. Desencorajamento dos produtores para enfrentar a realidade. Falta de financiamento. Insuficiência de conhecimento que causa o fracasso e a insolvência econômica. Insuficiente ou inadequada diversificação produtiva que expõe os produtores a dependência do crédito.
Gestão da Qualidade	Algumas usinas fora do padrão ideal para boa qualidade. Capacitação dos colhedores e beneficiadores continuada. Padronização dos lotes conforme HVI. Pequena produção ainda não adequada aos padrões de qualidade (Região Sudoeste). Região Sudoeste.
Governança da Cadeia	Acessibilidade do financiamento. Região Sudoeste – desorganização dos produtores.
Indústria Têxtil	Inexistência na Bahia.
Infraestrutura	Deficiência de portos e rodovias. Escassez de armazéns nos portos e aeroportos. Escoamento deficiente da safra. Frota Insuficiente. Qualidades das rodovias e estradas vicinais. Inexistência de ferrovias e hidrovias.
Legislação	Desconhecimento da legislação que normatizam a atividade. Impunidade nas constantes invasões de terra. Menor compreensão por parte da agricultura familiar. Não cumprimento da lei.

EIXO	SENTENÇAS
P, D & Inovação	Dependência de aporte de recursos financeiros para pesquisa pública. Morosidade quanto à adoção de biotecnologia. Sonegação de royalties (pirataria) que deixa de gerar recursos para retroalimentar a pesquisa.
Promoção	Falta capacitação dos colhedores e beneficiadores. Falta padronização dos lotes/fardos. Grandes produtores desunidos. Logística de mercado externo ruim (demora nas entregas ao destino final). Má divulgação na Ásia e no Sul do Brasil. Região Sudoeste – crença dos produtores.
Seguro	Desconhecimento do instrumento. Divulgação do PSF. Inacessibilidade. Interesse do agricultor pelo seguro.

OPORTUNIDADES

EIXO	SENTENÇAS
Agropecuária	Atratividade da indústria têxtil. Aumento da geração de emprego e renda. Crescimento do plantio. Existência da Agência de Defesa Atuante. Legislação atualizada. Melhor qualidade e quantidade do produto final.
Assistência Técnica	Busca Permanente pela universalização da ATER. Coibição do êxodo rural. Estabelecer convênios e parcerias entre Governo, empresas de pesquisa, produtores e instituições de ensino para melhor capacitar, incluir no mercado e aproveitar mão-de-obra da região. Estabelecer parcerias/convênios que priorizem investimento em ATER nas áreas de Vale e Sudoeste, garantindo assim melhor remuneração para técnicos e agrônomos. Região Sudoeste – geração de emprego e renda. Sanção da Lei Nº 12.188 que institui a Política Nacional de ATER.
Capacitação	Estabelecimento de parcerias efetivas a fim de agilizar o processo. Geração de emprego e renda. Inclusão social. Melhoria do Sistema de Educação Rural. Parcerias já existentes entre instituições de capacitação.
Comercialização	Aumento de divisas a partir das exportações.
Crédito	Busca pela renegociação das dívidas. Fixação do homem no campo. Geração de renda e emprego. Implantação do crédito assistido. Linhas exclusivas de crédito/financiamento. Melhoria da qualidade de vida. Renovação dos benefícios do PROALBA.

EIXO	SENTENÇAS
Gestão da Qualidade	Agregarmos preços melhores. Aumento da geração de emprego e renda. Aumento da produtividade. Conquistarmos mercados novos. Disponibilidade de organizações de alto nível no tocante as exigências internacionais. Impulsionar mais nossa área na Bahia.
Governança da Cadeia	Geração de emprego e renda. Melhoria da qualidade de vida.
Indústria Têxtil	Aumento tecnológico. Estimulação do plantio. Geração de emprego e renda.
Infraestrutura	Aumento da área cultivada. Geração de emprego e renda. Novos Projetos Infraestruturais do PAC. Programa de conservação e pavimentação de rodovias. Ferrovia - Projeto Porto Sul e Ferrovia Oeste/Leste. Modal Rodoviário - Aumento de emprego e renda.
Legislação	Aumento do plantio. Existência de bancada ruralista no Congresso. Geração de emprego e renda.
P, D & Inovação	Aumento do cultivo. Avanços na CTNBIO. Existência de laboratórios de ponta para análise e classificação. Geração de inovações para ambiente tropical. Logística competitiva com relação a outros estados. Possibilidade do Estado se tornar o maior produtor nacional.
Promoção	Alavancar nossa área e produção. Melhorar os preços. Melhoria do conhecimento. Oportunizar profissionais na área de MKT.
Seguro	Existência do programa federal de seguro rural. Geração de emprego e renda.

AMEAÇAS

EIXO	SENTENÇAS
Agropecuária	Aumento da população das pragas do algodoeiro. Agropecuária - aumento do custo de produção. Contaminação ambiental e humana. Desestímulo do plantio.
Assistência Técnica	Alta infestação de bicudos. Dificuldades da empresa pública de ATER. Êxodo Rural. Falta de investimento para melhor estruturação e funcionamento da UNEB e CETEP principais referências regionais de capacitação e formação técnica.

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	Má remuneração dos técnicos e engenheiros que prestam serviço nas regiões de vale. Massificação de mão-de-obra de outros Estados o que neutraliza os profissionais da região tornado assim a mão-de-obra local ociosa. Ociosidade dos fatores de produção. Orçamento insuficiente para ATER.
Capacitação	Divergência de interesses e posicionamentos. Exclusão social. Pobreza Rural.
Comercialização	Descrença no cultivo devido sazonalidades no agronegócio do algodão.
Crédito	Atraso na liberação dos financiamentos. Empobrecimento do produtor. Êxodo rural. Lei Nº 4.595/64 do Crédito Rural ultrapassada. Recursos insuficientes e altos custos operativos das agências oficiais de crédito. Trâmites administrativos burocráticos.
Gestão da Qualidade	Alto custo de equipamentos de análise e classificação. Diminuição de plantio. Êxodo rural. Não agregarmos preços melhores com nossa excelente qualidade. Não conseguirmos fazer um bom marketing, com a qualidade não totalmente padronizada. Treinamento insuficiente de mão-de-obra especializada. Darmos oportunidade à outros países com menor qualidade mas com melhor MKT.
Governança da Cadeia	Êxodo rural.
Indústria Têxtil	Agregação de valor no produto. Diminuição da competitividade do mercado. Diminuição do plantio.
Infraestrutura	Enfraquecimento do cultivo da cotonicultura. Estrutura/sistema rodoviário antigo (mais de 40 anos). Ferrovias obsoletas e Ineficientes. Ferrovia - perda da competitividade. Pouca alternativa hidroviária. Modal rodoviário - aumento do custo de produção. Modal rodoviário - dificuldade de escoamento.
Legislação	Ameaça do direito de propriedade. Desatualização da legislação. Diminuição do cultivo. Êxodo rural.
Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	Dependência de fundo de incentivo, cuja existência é volátil. Desestímulo ao cultivo. Grande dependência do setor privado (multinacionais). Inexistência de equipe multidisciplinar de pesquisadores fixos na principal região produtora. Morosidade na aprovação de legislação do setor.

EIXO	SENTENÇAS
Promoção	Falta apoio governos - Ministério da Agricultura e Comércio Exterior. Falta de conhecimento. Limitação em alguns mercados asiáticos e do Sul do Brasil. Preços baixos nos lotes de qualidade superior (não agregamos preço em nossa qualidade).
Seguro	Êxodo rural. Falta de um fundo de reembolso a seguradoras e resseguradoras. Legislação. Orçamento Insuficiente.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Representar, de modo responsável, organizado e sustentável os interesses da cotonicultura no Estado, promovendo, assim, o algodão baiano nos mercados nacional e internacional.

VALORES

- Expandir e defender os interesses dos produtores de algodão;
- Congregar, representar, assistir, e orientar os produtores de algodão do Estado da Bahia;
- Promover a adoção de regras, normas, e sistemas que possam beneficiar e aperfeiçoar os métodos de trabalho e de produtividade, os processos tecnológicos e a comercialização do algodão;
- Evidenciar a importância da cotonicultura para o desenvolvimento econômico e social do Estado;
- Promover a responsabilidade sócio-econômica e o respeito ao meio ambiente.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Capacitação e/ou reestruturação da empresa pública de assistência técnica (concurso, aparelhamento e modernização).
- Direcionar o crédito para linhas de introdução de inovações tecnológicas e gerenciais, melhoria da eficiência produtiva e aumento da produtividade agropecuária com vistas à redução da dependência por crédito.
- Modernização e ampliação dos terminais portuários, otimizando a capacidade de atender as demandas.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Apoio técnico/financeiro de PPP a projetos de biotecnologia, com o intuito de melhorar o genoma da planta, mais resistente a pragas e doenças e adaptáveis ao cerrado e semi-árido.
- Desenvolver parcerias, convênios e cooperação técnica com o Ministério, Secretaria e centro de pesquisa em ciência e tecnologia.
- Promover o marketing institucional da cultura.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Celito Breda.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ABAPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão
- ABIA – Associação Baiana da Indústria Algodoeira
- ACIAGRI – Associação dos Comerciantes de Insumos Agrícolas
- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- Associação de Produtores de Leite e Algodão de Malhada
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- Delegacia Federal no Estado da Bahia
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- EMBRAPA – ALGODÃO - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- FUNDAÇÃO BA
- FUNDEAGRO - Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão
- Icofort - Indústria e Comércio de Rações Ltda.

- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
- OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- Sandias Corretora de Commodities e Futuros
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- Tecon Salvador S.A

CÂMARA DA APICULTURA

HISTÓRICO

A Câmara Técnica de Apicultura - CTA, Órgão Colegiado da SEAGRI, foi Instituída através da Portaria nº 159, de 11 de julho de 2003 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 16 julho 2003, com a finalidade de assessorar o Secretario da Agricultura na formulação da política estabelecida para a atividade, definindo diretrizes e avaliando os resultados das ações implementadas para o Estado.

A Portaria nº 162, de 15 de julho de 2003, publicada no Diário Oficial do Estado em 16 julho de 2003, designou os 39 membros titulares e suplentes, representando os diversos segmentos dos setores público e privado, que, através de um Fórum permanente de discussão, buscasse o fortalecimento de toda a cadeia produtiva da apicultura.

Em 2010, foi proposto pelo Secretario da Agricultura, inserir a Câmara Técnica de Apicultura no âmbito das câmaras setoriais, de modo a contribuir com suas experiências e responsabilidades específicas, como representantes de órgãos e entidades responsáveis pelo apoio à formulação da política apícola do Governo do Estado da Bahia.

CONTEXTO DA CADEIA

A apicultura brasileira vive uma nova época desde 2001, quando ingressou no mercado internacional e passou a ter como referência, padrões internacionais de qualidade e produtividade. De 2001 a 2004, o mercado mundial do mel sofreu um forte impacto, com a proibição da comercialização do mel da China na União Européia (UE). Neste período, também ocorreu restrição comercial ao mel da Argentina nos Estados Unidos. Com isso, o mercado internacional ficou desabastecido e os países importadores passaram a buscar novas alternativas de fornecimento. Com esta oportunidade de mercado o Brasil se inseriu no rol dos países exportadores.

Em nível de mercado interno o consumo de mel no Brasil está estimado em aproximadamente 200g/pessoa/ano, considerado baixo se comparado a alguns países como a Alemanha e Suíça, onde esta estimativa de consumo é de 2.400 g/pessoa/ano.

O mercado apícola nacional é bastante atrativo, seu desenvolvimento é notável, porém sofre a influência do mercado internacional e principalmente do Mercosul, onde o Brasil é superado apenas pela Argentina.

O Brasil apresenta um cenário apropriado ao desenvolvimento da apicultura, com um mercado interno em franco crescimento, demonstrando uma crescente demanda por produtos apícolas, principalmente mel e própolis.

No contexto brasileiro, a Bahia se apresenta como uma das regiões potencialmente aptas para a implementação de novos projetos apícola, devido as suas vantagens comparativas, tais como: pasto apícola abundante, diversidade climática e de solo, posição geográfica e infra-estrutura de escoamento.

O alto valor da produção no Estado da Bahia, comparado aos outros estados do Nordeste deve-se a uma opção de investimento em agregação de valor aos produtos apícolas destinados ao mercado interno via implantação de Unidades de Beneficiamento do Mel – UBM's. qualificação dos apicultores, melhoria tecnológica dos processos de produção e beneficiamento e ampliação do credito para o setor.

A atividade apícola no Estado da Bahia está presente em todos os 26 Territórios de Identidade sendo destaque os territórios Semi-Árido Nordeste II, Sisal, Sertão São Francisco, Piemonte Norte do Itapicuru, Extremos Sul, Velho Chico e Vitoria da Conquista, com concentração menor nos demais Territórios.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

Acesso a material didático

- Existência de materiais didáticos, internet e institucionais, disponíveis.

Apoio institucional

- O apoio das diversas instituições, governamentais ou não, tem sido o responsável pelo sucesso da atividade no Estado.

Consciência ambiental

- A necessidade da flora como base de produção, torna alguns apicultores defensores das questões ambientais.

Disponibilidade de material biológico

- A existência de grande número de enxames na natureza garante a matéria prima com menor custo e diversidade genética.

Diversidade de ecossistemas

- A diversidade edafo-climática oportuniza a colheita de diversos tipos de méis de qualidade, assim como a possibilidade de migração no próprio Estado/município.

Existência de locais para expansão da atividade

- A grande área do espaço geográfico do Estado, com diversidade de ecossistemas, além da presença de agricultores familiares, garante a expansão da atividade.

Facilidade de Escoamento da produção

- Devido à existência de méis diferenciados e políticas públicas de comercialização.

Número considerável de associações e cooperativas

- A formalização das organizações dos apicultores possibilita o acesso dos mesmos às políticas públicas voltadas para o setor.

SENTENÇAS

Parcerias institucionais

- Existência, há alguns anos, de fóruns de discussão dos rumos a atividade (câmara técnica e câmara setorial).

Resistência das abelhas a doenças

- As abelhas africanizadas são adaptadas, resistentes às pragas e doenças mais comuns, o que diminui o custo de produção e garante a qualidade do produto

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Baixa produtividade

- Resultado da pouca adoção de práticas adequadas de manejo.

Baixo acesso ao crédito

- Por desconhecimento das linhas de crédito disponíveis, e falta da documentação exigida pelos agentes financeiros.

Descontinuidade de assistência técnica

- Na assistência técnica, oficial, de movimentos sociais e organizações não governamentais, não aconteceu de forma sistemática o acompanhamento da adoção das técnicas repassadas em capacitações.

Descontinuidade no processo de capacitação dos produtores

- As ações de capacitação acontecem em função das metas das entidades que atuam no segmento, e não em função das necessidades dos apicultores, fruto da descontinuidade das ações de ATER.

Dificuldade de acesso a material de boa qualidade

- Ainda não existe no Estado fabricantes e distribuidores de materiais e equipamentos apícolas.

Falta de comprometimento com a qualidade

- Alguns apicultores e potenciais compradores (atravessadores) não se preocupam com a qualidade da produção, já que esta não influencia nos preços praticados, o que compromete a avaliação da produção do Estado.

Falta de mão-de-obra especializada

- Apesar da abundância de mão-de-obra barata, ainda é baixo o nível de especialização da mesma, assim como o número de técnicos qualificados para o acompanhamento dos apicultores

Fragilidade das organizações do setor produtivo

- As organizações de produtores são bastante frágeis e sem o sentimento de coletividade.

Insuficiência de unidades de beneficiamento e entrepostos registrados

- Há dificuldades de beneficiamento e garantia da qualidade da produção.

Pouco conhecimento do valor alimentício dos produtos

- Influencia diretamente no consumo interno, haja vista o consumo dos produtos apícolas e meliponícolas, apenas como remédio.

Vaidades institucionais

- As instituições, apesar da existência de um grupo de técnicos comprometidos, atendem apenas a suas metas, com atendimento a um mesmo público, preferencialmente já trabalhado.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Crescente procura mundial por mel e produtos apícolas

- O mercado interno é francamente favorável aos produtos apícolas de uma forma geral, e aos de origem brasileira por suas características diferenciadas.

Diminuição de produtores de mel em outros países

- Os demais países já alcançaram o limite de produção, registram ocorrência de doenças que afetam a atividade e até mesmo o sumiço de abelhas, inexplicado até o momento.

Disponibilidade de linhas de crédito subsidiadas

- O PRONAF é altamente positivo para a atividade.

Disponibilidade de material de informação

- As publicações de artigos, livros, CDs e DVDs com divulgação de técnicas de manejo e políticas públicas voltadas para a atividade ajudam ao esclarecimento dos apicultores.

Disponibilidade de políticas públicas para Comercialização

- A aquisição para merenda escolar e outras políticas voltadas para a comercialização de produtos da agricultura familiar são positivas para a atividade.

Expansão do mercado interno

- Acontecendo o incentivo, com campanhas bem elaboradas e direcionadas, o mercado interno é promissor, o que facilitará o escoamento da produção.

Interação e atualização na atividade

- Divulgação da atividade e acesso a informações importantes através da participação em congressos e eventos.

Promoção das associações e cooperativas

- Social, política e econômica.

Utilização de Abelhas para polinização

- É mais um serviço a ser prestado pelas abelhas, e conseqüente fonte de renda para os apicultores.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Baixo consumo interno

- Desconhecimento da qualidade dos produtos, assim como a falta de hábito de consumo de produtos apícolas e meliponícolas.

Baixo nível educacional

- Dos apicultores e do público consumidor.

Dependência do mercado externo

- A atividade é dependente das exportações.

Desmatamento desenfreado

- Diminuição do pasto apícola, e mortandade de espécies nativas e apis, devido a desmatamento e queimadas.

SENTENÇAS

Incidência de taxas da inspeção estadual

- A ADAB cobra um valor relativamente caro, como taxas, para os agricultores familiares para a inspeção de terreno e registro das unidades de beneficiamento.

Oneração fiscal

- ICMS.

Uso indiscriminado de agrotóxicos

- Acarreta a mortandade de abelhas e contaminação dos méis produzidos em áreas próximas.

Variação cambial

- A atividade é dependente das exportações.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Tornar o Estado da Bahia o maior produtor de produtos apícolas e meliponícolas, com excelência de qualidade, respeito ao meio ambiente, com o crescente consumo interno garantindo a sustentabilidade da atividade e pautado na organização produtiva de base familiar.

VALORES

- Garantimos a integração entre as instituições, apicultores e demais atores da cadeia produtiva;
- Respeitamos as organizações, (associações e cooperativas) nos diversos segmentos da cadeia, como forma de contribuir para a sustentabilidade da mesma;
- Buscamos a profissionalização dos apicultores como padrão;
- Nos esforçamos para que o retorno econômico seja uma realidade para os apicultores familiares.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Ampliar e qualificar o número de técnicos na ATER pública oficial e criar um programa para contratação de agentes comunitários para garantir a assistência técnica continuada.
 - Criar um programa de infraestrutura para a apicultura e meliponicultura.
 - Criar um programa para promoção e divulgação dos produtos das abelhas.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Centralizar a articulação e gestão de todos os programas e projetos institucionais da atividade na câmara setorial da cadeia produtiva da apicultura e meliponicultura do Estado da Bahia, evitando a duplicidade destes.
- Criar programa de incentivos fiscais para as instituições (empresas e cooperativas) do Estado da Bahia.
- Implantar programa de defesa agropecuária para apicultura e meliponicultura.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Marivanda Elloy.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- Associação das Empresas Apícolas do Estado Bahia
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- CAR – Companhia de Ação
- CECOAPI - Central de Cooperativas do Estado da Bahia
- CET- Coordenação Estadual de Territórios
- CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
- Delegacia Federal no Estado da Bahia
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- FEBAMEL - Federação Baiana dos Apicultores e Meliponicultores
- FETAG-BA – Federação dos
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- Representantes de Entidades de Classe de nove Territórios de Identidade do Estado da Bahia – Associações e Cooperativas de Apicultores
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES
- Secretaria de Indústria e Comércio - SICM
- Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- Território SSF
- Territórios Litoral Sul e Extremo Sul
- Territórios Médio Rio das Contas e Piemonte Norte do Itapicuru
- Territórios SISAL e NEII
- Territórios Chapada Diamantina e Piemonte do Paraguaçu
- UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
- UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária- UNICAFES

CÂMARA DA BORRACHA NATURAL

HISTÓRICO

A Câmara Setorial da Borracha Natural surgiu da necessidade na organização e desenvolvimento da cadeia produtiva da borracha natural nos diversos segmentos a montante e a jusante da produção, objetivando a auto-suficiência, tornando esta “commodity” mais competitiva à nível de mercado nacional e internacional.

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Borracha Natural constitui-se um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congrega as entidades atuantes na cadeia produtiva da borracha natural, para juntas identificarem os gargalos impeditivos, discutirem os problemas existentes e apresentarem propostas de solução para os mesmos a fim de contribuir com a melhoria da eficiência e eficácia das políticas públicas no Estado.

O desafio da Câmara Setorial da Borracha Natural é produzir pelo menos as necessidades do mercado interno, o que se pode realizar por meio de políticas de expansão da heveicultura no Estado da Bahia e em outros estados no Brasil.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Borracha Natural (ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, Agroindustrial Ituberá, AMUBS- Associação dos Municípios do Baixo Sul, Associação Comercial da Bahia, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Borrachas Vipal Nordeste S.A., CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda., EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, ICAUBOR – Comércio de Produtos Agrícolas e Serviços, Instituto Biofábrica de Cacau, ITAFLORA – Comércio e Serviços Florestais LTDA., MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário - Delegacia Federal no Estado da Bahia, OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, PMB - Plantações Michellin da Bahia, SE-AGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da heveicultura.

CONTEXTO DA CADEIA

A borracha natural é o produto primário da coagulação do látex, produzido pela seringueira (*Hevea brasiliensis* Muell. Arg.), planta originária da região Amazônica. O chamado ciclo da borracha é parte importante da história econômica e social do Brasil, notadamente na região da Amazônia, onde a exploração da cultura ocorreu, e até hoje ocorre, de forma extrativista.

A seringueira foi introduzida na Bahia em 1908, sendo esta a primeira experiência em seringal de cultivo em território nacional. Apesar de não ser uma espécie nativa, se adaptou muito bem às condições existentes, tornando-se uma atividade de grande importância econômica, social e ambiental para o Estado.

A importância da borracha natural extraída da seringueira para o Brasil e o mundo se deve ao fato de não existir um sucedâneo imediato para este produto na fabricação de centenas de artefatos empregados em diversos setores, tais como: pneumáticos, engenharia naval, luvas cirúrgicas, preservativos, componentes para eletrônicos, eletrodomésticos, calçados, mineração, siderurgia e entretenimento, sendo difícil encontrar um produto que não tenha borracha natural na sua composição ou na cadeia de produção.

O mercado mundial da borracha natural no período 1972-2008 teve um incremento de 245,7 % na produção que passou de 2900 mil toneladas para 10.026 mil toneladas, enquanto o consumo evoluiu 230,7 %, passando de 3.050 mil toneladas para 10.088 mil toneladas.

A produção mundial de borracha natural é oriunda dos países asiáticos que detêm a hegemonia do mercado, participando com 85 % da oferta global. Em 2008, a Tailândia com 3.035 mil toneladas, Indonésia com 2.806 mil toneladas e Malásia com 1192 mil toneladas foram os principais países produtores. Os maiores consumidores são a China, Estados Unidos, Japão e Índia.

O Brasil, a partir da Segunda Guerra Mundial, passou da condição de exportador para importador de borracha natural. Até o ano de 1988, a maior parte da produção interna era oriunda dos seringais nativos da Amazônia. A partir da redução no diferencial de preço entre os mercados externo e interno, a produção amazônica, baseada na produção extrativista, cedeu a liderança da produção brasileira aos seringais de cultivo, localizados nos estados de São Paulo, Mato Grosso, Bahia e Espírito Santo, que a partir de 1988, passaram a ter maior participação na oferta interna de borracha.

A produção brasileira de borracha natural entre os anos 1991 e 2008 aumentou 265,3 %, passando de 29.587 toneladas para 108.090 toneladas. Tal incremento foi devido principalmente à entrada em produção dos seringais dos Estados de São Paulo e Mato Grosso, enquanto em outros estados da Amazônia, a produção foi reduzida.

O Brasil é um país dependente de borracha natural, uma vez que importa 2/3 das suas necessidades. A tendência do mercado interno é aumentar a demanda, enquanto a oferta, não havendo iniciativas, tende

a um menor crescimento.

Em valores monetários, as importações brasileiras de borracha natural evoluíram de US\$ 127.800,00 mil, em 2001, para US\$ 283.000,00 mil, em 2009, representando um acréscimo de 121,4 % no período, isso ocorreu pelo fato de que o crescimento da oferta interna não tem evoluído no mesmo nível do incremento da demanda por borracha natural.

A indústria de pneumáticos é responsável pela maior demanda interna de borracha natural, seguida da indústria de artefatos. Contudo, as indústrias de artefatos, apesar de terem uma menor participação no mercado, oferecem preços mais elevados e melhores condições de pagamento. A indústria de pneumáticos foi responsável por 80 % da demanda do mercado interno em 1975, decresceu a 60 % no início dos anos 1980, chegou a 58 % em 2000, e voltou a crescer nesta década. A previsão é que a indústria de pneus será responsável por uma participação relativa superior a 70 % até 2020.

Importante destacar que a Bahia possui um moderno “*cluster*” da borracha, com quatro indústrias de pneumáticos com capacidade para produzir 50.000 pneus por dia, gerando 2.000 empregos diretos, além de indústrias de suporte (negro de fumo, arame para pneus), artefatos de borracha e duas unidades de processamento com capacidade para beneficiar 20.000 toneladas de borracha seca/ano.

Estudos realizados sobre o mercado da borracha por Burguer K. & Smith H. P. (The Natural Rubber Market. Review, *analyses, policies and outlook*, 1997) projetaram para as próximas décadas uma elevação de preços da borracha natural, devido ao aumento do consumo (11.000 milhões de toneladas em 2020), e ao menor incremento da oferta, o que se constituiria numa boa oportunidade para os países com possibilidades de expansão da heveicultura, a exemplo do Brasil.

A falta de uma política de incentivo a implantação de novos plantios de seringueira tende a agravar a dependência interna do produto importado. Este fato já preocupa a cadeia industrial e começa a chamar a atenção de segmentos do Governo Federal e Estadual, por ir na contramão da política de aumento das exportações e redução das importações. Neste cenário, existe perspectiva para o agronegócio borracha, mediante uma estratégia bem concebida que permita o aproveitamento das vantagens competitivas regionais.

Apesar da Bahia ser o terceiro produtor nacional de borracha natural, representando cerca de 13% da produção nacional de borracha natural, o estágio avançado da maioria dos seringais é um indicador da redução crescente na oferta do produto, isso reforça a necessidade de renovação dos seringais de modo a reestruturar a cadeia produtiva da cultura. O desafio da Câmara Setorial da Borracha Natural é produzir pelo menos as necessidades do mercado interno, o que se pode realizar por meio de políticas de expansão da heveicultura no Estado da Bahia e em outros estados no Brasil.

Projeções realizadas por Gamero (2008) relativas ao plantio de seringueira visando a auto-suficiência na produção de borracha natural mostram as seguintes tendências:

- Se o país plantar 23.000 hectares por ano, a produtividade dos seringais for de 2.000 kg/ha/ano e o consumo de borracha natural crescer a taxa de 4,0 ao ano, a auto-suficiência será atingida em 2031; nesta mesma condição, sob condições de produtividade inferior a 2.000 kg de b.s./ha/ano não há possibilidade de o País alcançar a auto-suficiência;
- Plantando 23.000 hectares por ano com taxa de crescimento do consumo de 5,5 % ao ano, o País não alcançará a auto-suficiência;
- Plantando 46.000 hectares por ano, produtividade acima de 1600 kg/ha/ano, o País alcançará auto-suficiência nos anos de 2021 com taxa de crescimento do consumo de 4,0 % a.a. e 2027 com 5,5, % a.a.
- Plantando 46.000 hectares por ano, produtividade acima de 2000 kg/ha/ano, o País alcançará auto-suficiência nos anos de 2020, com taxa de crescimento do consumo de 4,0 % a.a. e 2022 com 5,5, % a.a.
- Plantando 69.000 hectares por ano, produtividade acima de 1600 kg/ha/ano, o País alcançará auto-suficiência a partir de 2018 com taxa de crescimento do consumo de 4,0 % a.a.

Tal situação provocou a integração dos representantes da cadeia produtiva, nos seus diversos segmentos, a fim de sugerir a implementação de medidas urgentes pelo governo, em parceria com a iniciativa privada, no sentido de apoiar o setor da borracha natural, com ações de pesquisa, incentivos fiscais, créditos, fomento, capacitação da mão-de-obra e transferência de tecnologia.

A criação de uma política voltada para o desenvolvimento do heveicultura no Estado, em associação com o cacau e outros cultivos perenes será de extrema importância social e econômica no contexto do fortalecimento da cadeia produtiva da borracha.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

Cobertura florestal do solo

- A seringueira contribui com a diminuição do efeito da radiação solar e na redução da erosão protegendo o solo contra o impacto das chuvas.
- Cultura bem adaptada à região devido as condições edafoclimáticas favoráveis, e disponibilidade de áreas aptas ao plantio.
- A seringueira foi introduzida na Bahia por volta de 1906 e, apesar de não ser uma espécie nativa, se adaptou muito bem as condições existentes tornando-se uma cultura bastante conhecida pelos produtores. A Bahia dispõe de áreas potencialmente aptas ao cultivo da seringueira na extensa faixa costeira do Estado, especialmente nas regiões Sudeste e Extremo Sul.

Geração de emprego e renda

- A seringueira possui exploração econômica durante o longo ciclo de vida da planta, dando renda aos produtores em todos os meses do ano no Estado da Bahia.

SENTENÇAS

Integração em sistemas agroflorestais

- O aproveitamento do espaço intercalar em um arranjo de linhas duplas de seringueira, no espaçamento recomendado, permite a composição de sistemas agro-florestais com culturas anuais (feijão, mamão, abacaxi, batata doce) e semi-perenes (banana, pimenta-do-reino, café, palmito e cacau). O consórcio com o cacauzeiro tem sido apontado como exemplo bem sucedido de sistema agro-florestal sustentável sob o ponto de vista agrônomo, ecológico, social e econômico.

Manutenção do homem no campo

- A seringueira é uma cultura não mecanizada que exige mão-de-obra constante, principalmente na fase produtiva (1 homem/6 ha), o que contribui para permanência do homem no campo.

Mercado consumidor crescente

- A produção brasileira, ainda que tenha apresentado acréscimos nos últimos anos, só responde por 33% das suas necessidades, sendo o restante importado de outros centros produtores, com reflexos negativos na nossa balança comercial.

Recuperação de áreas degradadas

- Plantios em áreas já desmatadas, minimizando os efeitos da erosão e outros agentes físicos no solo.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Baixa produtividade dos seringais baianos

- Existência de clones com baixa produtividade, susceptíveis ao *Microcyclus ulei*, principal doença da cultura.

Baixa qualidade do coágulo

- No Estado da Bahia o coágulo apresenta baixo rendimento e possui condições precárias de armazenamento influenciando diretamente na qualidade do produto final.

Estrutura logística

- Condições precárias das estradas urbanas e vicinais dificultando a logística de escoamento da produção e falta de infra-estrutura dos portos e aeroportos afetando diretamente as atividades de importação e exportação.

Necessidade de renovação dos seringais existentes

- Existência de seringais velhos e mal explorados

Organização do produtor

- Falta de organização dos produtores em associações e/ou cooperativas para fortalecer as ações voltadas para a cadeia produtiva.

Pesquisa insuficiente

- A Bahia investe muito pouco em pesquisas sobre a cultura da seringueira.

Revitalização da ATER

- Investimentos nos órgãos de ATER de maneira a estruturar os escritórios (aparelhos e materiais) com reforço do quadro profissional contribuindo para aplicação de metodologias modernas.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Criação de selo que identifique a origem e rastreabilidade do produto e agregue valor ao mesmo

- Contribuir para agregação de valor aos produtos oriundos da cadeia gerando maior confiabilidade ao consumidor.

Identificação de novos nichos de mercado estimulando a descomoditização

- O produto pode ser largamente utilizado em diversos segmentos da indústria.

Marketing como produto natural

- Produto com alto apelo social, ecológico e ambiental.

Possibilidade de acessar créditos de carbono – articulação de capitais internacionais aliados a economia de baixo carbono

- A cadeia produtiva da borracha possui um grande potencial para acesso ao mercado de crédito de carbono.

Programa Crédito Assistido para cultura da seringueira

- O Programa de Crédito Assistido do governo do Estado em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil visa, principalmente, a melhoria dos índices de produtividade e qualidade do produto, maior facilidade para acesso ao crédito bancário e à mercados mais remunerados e a melhoria da qualidade de vida das comunidades beneficiadas pelo projeto.

Realizar inventário de carbono

- Ação inicial visando venda de créditos de carbono.

Surgimento de novas usinas de beneficiamento na Bahia

- O mercado crescente do produto estimula a difusão de novas indústrias beneficiadoras.

Utilização da madeira na indústria moveleira

- Após a idade econômica da cultura (cerca 40 anos) a planta reduz a produção, podendo ser aproveitada na indústria moveleira para fabricação de móveis como acontece em outros países como a Tailândia, por exemplo.

Utilização da seringueira como recomposição de Reserva Legal (RL) e Área de Preservação Permanente (APP)

- Este modelo já está aprovado em outros estados e é uma excelente oportunidade para os agricultores adequarem a propriedade às exigências da legislação ambiental.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Dependência do preço internacional sujeito a flutuações do mercado externo

- A borracha é uma *commodity* cotada em bolsas internacionais e sujeita a oscilações e crises como a do ano de 2009.

Endividamento do produtor

- Elevado índice de inadimplência no Estado devido a aplicações inadequadas do crédito.

Expansão de outras culturas em substituição a áreas com potencial heveícola

- Avanço do eucalipto na região e plantio de outras culturas como o dendê e a *Acacia mangium* em áreas potenciais para seringueira.

SENTENÇAS

Fiscalização do uso do crédito

- A falta de um acompanhamento ao crédito concebido contribui para uma aplicação inadequada do mesmo pelo produtor.

Insuficiência de mão-de-obra qualificada

- Falta de disponibilidade em mão-de-obra qualificada, principalmente para as atividades de enxertia e sangria.

Ocorrência de novas pragas e doenças

- A exemplo da monília do cacaueteiro, podem surgir novas pragas e/ou doenças na região.

Risco de substituição da borracha natural por outro produto na indústria da mobilidade

- Com os avanços da tecnologia podem surgir novos modelos de mobilidade que não utilizem a borracha natural como matéria prima.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Ser auto-suficiente na produção de borracha natural, gerando excedentes em matéria-prima e produtos manufaturados com qualidade de maneira sustentável.

Tornar a cadeia produtiva da borracha reconhecida como a principal opção de inclusão social no meio rural.

VALORES

- "Buscamos produzir com excelência, respeitando o meio ambiente e criando condições de fixação do homem do campo com qualidade de vida".
- "Promovemos a inclusão social valorizando a participação de trabalhadores e agricultores familiares".
- "Promovemos o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade através de um produto natural, ambientalmente correto".

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Criar e lançar o programa de desenvolvimento da heveicultura baiana até novembro de 2010.
- Criar uma linha de crédito específica para a cadeia produtiva da borracha natural com fundo de aval do Estado.
- Definir um plano de ATER específico para a cadeia produtiva da borracha natural.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Criar um centro de capacitação profissional para cultura da seringueira.
- Incluir a Embrapa na pesquisa da cultura da seringueira no Estado da Bahia.
- Realizar diagnóstico georeferenciado dos plantios de seringueira no Estado da Bahia.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Ivo Cairo Cabral Júnior.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- Agroindustrial Ituberá
- AMUBS- Associação dos Municípios do Baixo Sul
- Associação Comercial da Bahia
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Borrachas Vipal Nordeste S.A
- CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda.
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- ICAUBOR – Comércio de Produtos Agrícolas e Serviços
- Instituto Biofábrica de Cacau
- ITAFLOTA – Comércio e Serviços Florestais LTDA.
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário - Delegacia Federal no Estado da Bahia

- OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- PMB - Plantações Michellin da Bahia
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

CÂMARA DO CACAU

HISTÓRICO

A Câmara Setorial do Cacau do Estado da Bahia foi criada por iniciativa da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, através da Portaria nº 112, do secretário de Agricultura, de 22 de abril de 2009 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 23 de abril de 2009, tendo como finalidade assessorar o secretário de Agricultura na formulação da política para o setor, definindo diretrizes e avaliando resultados das ações implementadas.

Através da Portaria nº 113, também de 22 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 23 de abril de 2009, foram designados os 23 membros titulares e suplentes, representando os diversos segmentos dos setores público e privado, que passaram a ser parceiros na organização das ações pertinentes ao desenvolvimento da economia cacauceira e dos sistemas florestais renováveis, localizados nas áreas de produção de cacau do Estado da Bahia.

A Câmara Setorial do Cacau é regida pelo seu Regimento Interno, aprovado na 1ª Reunião Ordinária, realizada no dia 06 de outubro de 2009.

CONTEXTO DA CADEIA

A produção de cacau no Estado da Bahia está instalada, predominantemente, no território Litoral Sul, entre os municípios de Ubaitaba e Camacã, com concentrações menores nos territórios Extremo Sul, Baixo Sul, Médio Rio das Contas e Vale do Jequiriçá, totalizando área plantada de 560.000 hectares, sendo 58% formada com cacauzeiros de mais de 80 anos e 42% com cacauzeiros implantados a partir de 1970.

Até o final da década de 80, esta região era responsável por 90% da produção nacional, permitindo ao Brasil ser o segundo produtor mundial de cacau, com 560.000 toneladas/ano.

No início dos anos 90, com a chegada da doença “vassoura-de-bruxa” nas plantações de cacau da região, e com o produtor já combatido pelas crises de produção provocadas pela escassez de chuvas e, conseqüentemente, levando-o ao endividamento, foi instalada uma situação de abandono ou semi-abandono nas plantações de cacau, culminando com os atuais níveis de produtividade de 16 arrobas por hectare, muito aquém da média de 60 @/ha até o final da década de 80.

Hoje, a produção nacional está em torno das 220.000 toneladas/ano, ocupando o Brasil o sexto lugar no ranking mundial, sendo o Estado da Bahia o primeiro produtor nacional, responsável por 62% desta produção, com, aproximadamente, 140.000 toneladas/ano.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

Consortiação

- Além da bananeira, o cacauero pode ser consorciado com a seringueira, possibilitando agregar maiores rendimentos ao produtor.

Microclima

- Ideal para o desenvolvimento da cultura, com pluviosidade acima de 1.500 mm e temperaturas altas, entre 18 e 32 graus Celsius.

Solos

- As áreas plantadas com cacau nos territórios do Estado da Bahia encontram-se em solos, predominante, bons para o cultivo.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Assistência técnica

- Os órgãos responsáveis pela assistência técnica aos produtores de cacau estão com seus quadros de pessoal restritos, sem condições de atender a demanda com eficiência.

Qualidade do Cacau

- A má qualidade de beneficiamentos das amêndoas leva o produtor a vender o cacau por preços aquém do que poderia alcançar no mercado externo.

Comercialização

- O produtor fica à mercê dos intermediários, sem que haja um sistema cooperativista forte para atender a demanda.

Industrialização

- A falta de verticalização da produção de cacau pelos produtores deixa-lhes dependentes dos intermediários, minimizando seus lucros com o segmento.

Mão-de-obra

- Existem, no momento, grandes dificuldades para encontrar mão-de-obra suficiente e atender as demandas, particularmente em momentos de pico de atividades.

Produtividade da lavoura

- A baixa produtividade da lavoura cacauera da Bahia, com 16 arrobas por hectare, não oferece possibilidade de lucro para o produtor.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Ampliação de Mercados

- Abertura de novos mercados consumidores, como forma de incentivar a demanda nacional.

SENTENÇAS

Crédito Rural

- Disponibilizar crédito para custeio e investimento a juros competitivos.

Fortalecimento do Cooperativismo

- Mecanismos para que o produtor obtenha melhores preços do seu produto.

Industrialização

- Instalação de indústrias de pequeno e médio porte para produção de licor e de chocolate, contribuindo para maximizar os lucros.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Crédito Rural

- Escassez de crédito para a recuperação da lavoura, especialmente para produtores que se encontrem endividados com os agentes financeiros.

Doenças

- Riscos de introdução de novas doenças, como a moniliíase, na lavoura cacaueteira da Bahia.

Material genético

- A falta ou precariedade de oferta de mudas e hastes para a recuperação da lavoura poderá ser uma grande ameaça à sua concretização.

Pesquisa

- A falta de definição de recursos para pesquisa das doenças mais relevantes da lavoura do cacau, bem como para obtenção de clones mais resistentes e produtivos.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Recuperar sua posição de grande exportador de cacau, conquistando mercados pela qualidade de seus produtos (amêndoas, licor e chocolate), adotando sistemas de produção compatíveis com a sustentabilidade ambiental e contribuir para o fortalecimento da economia regional.

VALORES

- Contribuição para a preservação da biodiversidade da Mata Atlântica, por adotar o sistema de produção cabruca, que utiliza a vegetação nativa como sombreamento do cacau.
- Adoção do Sistema Agroflorestal – SAF na produção de cacau consorciado com seringueira, bananeira e outras espécies frutíferas, contribuindo para a sustentabilidade socioambiental e aumento da renda e qualidade de vida dos agricultores, especialmente dos agricultores familiares.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Ampliação do quadro funcional da CEPLAC e EBDA, fortalecendo tais instituições, dotando-as paralelamente de infraestrutura, inclusive da biofábrica de cacau e apoiando a pesquisa e a extensão.
- Intensificar a fiscalização vegetal para evitar a introdução da monilíase e outras pragas em território nacional.
- Repactuação de todos os passivos oriundos do programa de recuperação da lavoura cacauzeira da Bahia, incluindo os passivos securitizados pelo pesa e abertura de novas linhas de financiamento para investimentos.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Fortalecimento de cooperativa(s) de cacau, administrada por profissionais da área, para que possa atuar na compra e venda do cacau em bagas e fornecer matéria prima para indústria a ela(s) vinculada(s).
- Legislação específica para estabelecer e avaliar a percentagem de cacau em produtos achocolatados.
- Promover a imagem do cacau brasileiro e do chocolate associado à saúde humana e a sustentabilidade ambiental.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Hermínio Maia.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AIPC - Associação das Indústrias Processadoras de Cacau
- Associação Comercial da Bahia
- Associação dos Produtores de Cacau da Bahia - APC
- Bahia Pesca - Bahiapisca S.A.
- Banco do Brasil S.A.

- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- CDA - Coordenação de Desenvolvimento Agrário
- Ceplac - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- Delegacia Federal do MDA no Estado da Bahia
- Desenhahia - Agência De Fomento Do Estado Da Bahia S.A.
- EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
- FAEB - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia
- Instituto Biofábrica de Cacau
- Instituto Cabruca
- Pólo Sindical – Território de Identidade Litoral Sul
- SEAGRI - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
- SEDES - Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
- SEPLAN - Secretaria do Planejamento
- SFA-BA/MAPA - Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
- SICM - Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração

CÂMARA DO CAFÉ

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Café foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes na cadeia produtiva do café, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável do agronegócio café e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando esta “commodity” mais competitiva à nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Café (ABACAFE - Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia, ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, AMIRS - Associação dos Municípios da Micro-Região do Sudoeste, ASSOCAFÉ - Associação dos Produtores de Café, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., CCCB - Centro de Comercio de Café da Bahia, CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, COOABRIEL - Cooperativa Agrária dos cafeicultores de São Gabriel ES - Filiais de Teixeira de Freitas BA - Filial de Itabela BA, COOPMAC- Coop. Mista Agropecuária Conquistense, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, MST- Cooperativa Central dos Assentamentos da Bahia Ltda., OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, Relevo consultoria em Agronegócios, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, SINDICAFÉ - Sindicato das Indústrias de Torrefação de Café da Bahia, Tecon Salvador S.A., UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da cafeicultura.

CONTEXTO DA CADEIA

Conforme dados da Organização Internacional do Café, existem cerca de 72 países produtores do grão no mundo, respondendo por um volume de aproximadamente 130 milhões de sacas anuais, envolvendo mais de 20 milhões de pessoas. Os principais países produtores concentram-se na América do Sul (Brasil e Colômbia), América Central e Ásia (Vietnã).

Essa multiplicidade de áreas produtoras deve-se à extensa faixa apta à produção do cafeeiro, que se estende dos Trópicos de Câncer e de Capricórnio, ultrapassando ligeiramente os paralelos 24° em ambos os hemisférios. Essa variação das condições climáticas propicia a produção de diferentes tipos de cafés e “blends” de características peculiares, graças também a estilos diferenciados de seus tratos culturais.

A importância do café na economia mundial é indiscutível. Ele é um dos mais valiosos produtos primários comercializados no mundo, movimentando anualmente mais 100 bilhões de dólares, sendo superado apenas em valor pelo petróleo como origem o desenvolvimento de negócios entre os países.

Mesmo ainda sendo considerado uma “commodity”, o café vem ganhando status de “speciality” no mercado internacional, em razão das exigências cada vez maiores dos consumidores. Além de preços mais competitivos, esses consumidores buscam produtos que possuam características tais como bebida e aroma específicos e que agreguem em si os conceitos de ecologicamente corretos ou orgânicos e de “fair trade”. Os países produtores, nesse contexto, correm contra o relógio a fim de manterem-se competitivos, principalmente em tempos de excesso de oferta.

O Brasil produz todos os tipos de cafés com elevada tecnologia, sendo o responsável pelo maior parque cafeeiro do mundo, produzindo um volume médio de 42 milhões de sacas anuais, que o torna também o maior produtor mundial e já se coloca como o segundo maior mercado consumidor, apresentando anualmente um crescimento a taxas bem superior as apresentadas pelo mercado mundial, principalmente para os cafés de melhor qualidade. O seu Parque Cafeeiro está concentrado mais precisamente, nos Estados de Minas Gerais (50%), Espírito Santo, São Paulo, Bahia, Paraná e Rondônia.

O Brasil, apesar de sua liderança na produção e exportação do café verde (em grãos), ainda está longe de alcançar países como a Itália e Alemanha, que importa o nosso melhor café, industrializa o produto, torrando e moendo os grãos e vendendo para os países da Europa, Ásia, África, América do Norte etc, com maior agregação de valor, liderando o segmento industrializado.

Nos últimos anos a Bahia elevou-se à condição da mais nova fronteira do café no Brasil, sendo essa uma das conquistas mais importantes verificadas no agronegócio baiano, ocupando a 4ª posição entre os estados produtores e sendo responsável por um volume médio de 2,3 milhões de sacas de café beneficiadas.

Segundo os dados levantados, a Bahia tem aproximadamente 150 mil hectares de área plantada, espalhados por 167 municípios. Destes, em pelo menos 80, esta atividade já se apresenta de forma importante, e, em outros 30, se sobressai como de relevante importância econômica. Das estimadas 10 mil propriedades produtoras da Bahia, 80% são de agricultores familiares e as 20% restante são de médios e grandes proprietários, sendo que, deste número, só 5% apresentam áreas superiores a 100 hectares, concentradas no Oeste, onde a atividade é empresarial, o que mostra sua importância como atividade social e econômica, tanto para empresários, quanto para agricultores familiares.

O Estado possui três pólos principais: o Cerrado, o Planalto e o Atlântico, com características próprias, produzindo os diferentes tipos de cafés, plenamente sintonizados com as tendências do mercado mundial e com potencial de crescimento e até expansão de área, mas, que tem investido prioritariamente na aplicação de tecnologia para aumentar a produtividade e a qualidade. Exemplo disso é o café produzido no município de Piatã/BA, que tem sido eleito pela Associação Brasileira de Cafés especiais como um dos melhores do País e do mundo em qualidade.

Devido à elevada participação dos pequenos agricultores, que são mais afetados pelas deficiências da assistência técnica, pesquisa, no atendimento das demandas nos seus diferentes ecossistemas produtivos, aliados a falta de cooperativas especializadas, baixa industrialização e tradição exportadora de sua produção, o agronegócio do café requer tomadas de ações de imediato. Uma melhor coordenação e execução, de políticas direcionadas ao fortalecimento e entrosamento dos diferentes elos deste importante segmento, de forma a melhor organizar a produção, explorar as potencialidades e oportunidades que se apresentam para a cafeicultura e com isso gerar uma renda maior e mais estável, reduzir a volatilidade do mercado, aumentar a competitividade e agregar mais valor ao produto atendendo as exigências do mercado para o café baiano.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS		
Comercialização	(Sul e Baixo Sul)	Devido à localização, produtores de maior porte teriam facilidade para venda de produto para torrefadoras da Bahia e de outros estados do Nordeste do que os produtores do Espírito Santo, seus principais concorrentes.
		Há torrefação na região de Vitória da Conquista utilizando conilon no seu blend para expresso com bom resultado no mercado.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Há produtores, especialmente na região de Brejões, que fazem café de boa qualidade, mas não têm irrigação e estão sujeitos a problemas de chochamento como ocorre nesta safra.
	(Chapada)	Cafés lavados (tanto CDs, com desmucilagem mais “pesada” e fully washed) têm conseguido ótima colocação no mercado de cafés especiais. Lavado baiano é bom substituto para lavados colombianos e CD é um pouco mais encorpado.
		Há produtores fazendo exportação direta.
		Produtores grandes com lavouras irrigadas fazem troca de café por insumos e outros mecanismos de trava de preços do café, como vendas a termo, reduzindo fortemente o risco de preço. Regularidade de produção, devido ao fato das suas lavouras serem irrigadas, favorece o cumprimento dos contratos de trava de preço.
	(Extremo Sul)	Boa rede de compradores de café implantada, inclusive com capacidade de armazenamento, formada principalmente por empresas do Espírito Santo. COOABRIEL tem filial em Teixeira de Freitas e compra café na região.
	(Oeste)	Alguns grupos da região fazem exportação direta do café, conseguindo preços até 10% maiores. Conseguem também se financiar via ACCs e ACEs, com juros internacionais.

SENTENÇAS	
	Alguns grupos têm produzido cafés lavados (CDs e fully washed) e conseguido boa colocação no mercado internacional.
	Normas de crédito do PIS/COFINS favorecem a venda direta de produtor pessoa jurídica para a indústria. E na região há poucos produtores pessoa física, além da Coproeste. Região torna-se fornecedora preferencial de indústrias que focam no crédito de PIS/COFINS.
	Prática de troca de café por insumos e outros mecanismos de trava de preços do café, como vendas a termo, são muito disseminadas na região, reduzindo fortemente o risco de preço. Regularidade de produção da região favorece o cumprimento dos contratos de trava de preço.
(Planalto)	Cafés lavados (tanto CDs, com desmucilagem mais “pesada” e fully washed) têm conseguido ótima colocação no mercado internacional. Lavado baiano é bom substituto para lavados colombianos e peruanos. CD é um pouco mais encorpado.
	Produtores grandes com lavouras irrigadas fazem troca de café por insumos e outros mecanismos de trava de preços do café, como vendas a termo, reduzindo fortemente o risco de preço. Regularidade de produção, devido ao fato das suas lavouras serem irrigadas, favorece o cumprimento dos contratos de trava de preço.
Condições edafo-climáticas e Meio Ambiente	(Chapada) Há áreas com boa disponibilidade de água para irrigação. Lavouras irrigadas geram regularidade da produção que permite fidelizar compradores.
	Há áreas de topografia plana que favorecem mecanização quase que total das lavouras e outras amarradas não mecanizáveis, mas geralmente com maior altitude, que propiciam a obtenção de cafés de perfil sensorial mais privilegiado, devido à maturação mais lenta.
	Mesmo nas áreas onde cursos d’água não têm volume para captação para irrigação e não há facilidade de água para captação subterrânea, há períodos chuvosos e, com construção de barramentos, se viabiliza irrigação. Barragem do Apertado é caso clássico.
	Preço de terras é relativamente baixo.
(Extremo Sul)	Condições edafo-climáticas e meio ambiente.
	Altitudes menores que 500 metros favorecem cultivo de conilon . Possibilidade de consórcio, principalmente com mamão, cobre maior parte dos custos de implantação da cultura.
	Boa pluviosidade, com distribuição relativamente boa, limita necessidade de irrigação às ocorrências de veranicos, por isso seu custo não pesa no custo total da lavoura. Há boa disponibilidade de água para irrigação.

SENTENÇAS

	Topografia plana favorece mecanização de lavouras, especialmente implantação do café e aplicação de adubos e defensivos.
(Oeste)	Condições edafo-climáticas e meio ambiente.
	Até por ocupar áreas menores que as lavouras temporárias, maior parte das lavouras de café estão regulares quanto a APP e ARL.
	Boa disponibilidade de água para irrigação. Fato das lavouras serem todas irrigadas e da bienalidade ser menor que em outras regiões se reflete em regularidade da produção.
	Colheita feita em período seco favorece a qualidade do café.
	Estações climáticas bem definidas propiciam boa uniformidade de maturação, cuja melhoria, além disso, tem sido buscada com prática de stress hídrico controlado.
	Preços terras relativamente baixo. Apenas com valor equivalente ao da terra no Cerrado Mineiro e/ou Sul de Minas, é possível comprar a terra e pagar quase toda a implantação da lavoura no Oeste Baiano.
	Topografia plana favorece mecanização quase que total das lavouras.
(Planalto)	Condições edafo-climáticas e meio ambiente.
	Altitude, amplitude térmica e clima ameno favorecem obtenção de café lavado com boa acidez.
	Há áreas com boa disponibilidade de água para irrigação. Lavouras irrigadas geram regularidade da produção que permite fidelizar compradores.
	Maior parte das áreas tem topografia plana, favorecendo a mecanização das lavouras.
	Mesmo nas áreas onde cursos d'água não têm volume para captação para irrigação e não há facilidade de água para captação subterrânea, há períodos chuvosos e, com construção de barramentos se viabiliza irrigação.
	Nas lavouras irrigadas, a irrigação é feita, na maioria dos anos, praticamente apenas na granação do café. Produtores não consideram seu custo como muito oneroso.
(Sul e Baixo Sul)	Altitudes menores que 500 metros favorecem cultivo de conilon .
	Boa pluviosidade com distribuição muito boa, praticamente elimina a necessidade de irrigação.
	"Cochonilha da roseta" e "lagarta da roseta" ainda não são pragas de ocorrência comum na região.
	Fazenda pioneira no estabelecimento da cafeicultura no Sul Baiano está tendo aparente sucesso no controle de broca com fungo <i>Beauveria bassiana</i> .

SENTENÇAS		
	Há áreas onde houve cacau, já substituídas há alguns anos por pecuária, e mesmo áreas de cacau mais abertas, ou sombreadas por essências exóticas, que seriam propícias para o desenvolvimento da cafeicultura de conilon .	
	Há faixas de solo com fertilidade muito boa. Há disponibilidade de áreas onde o cacau foi abandonado sendo ofertadas por preços atraentes em relação à fertilidade do solo.	
	No Baixo Sul há áreas mais abertas e com topografia um pouco menos amorrada.	
	Terras com boa fertilidade, em áreas de excelente pluviosidade, estão disponíveis a preços relativamente baixos.	
(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Há áreas com boa disponibilidade de água para irrigação. Lavouras irrigadas geram regularidade da produção que permite fidelizar compradores.	
	Maior parte das áreas tem topografia plana, que favorecendo a mecanização das lavouras.	
	Mesmo nas áreas onde cursos d'água não têm volume para captação para irrigação e não há facilidade de água para captação subterrânea, há períodos chuvosos e, com construção de barramentos se viabiliza irrigação.	
Crédito / Seguro	(Oeste)	Como boa parte dos grupos empresariais explora outras atividades, até em maior escala que o café, há boa disponibilidade de garantias reais.
		Há proporcionalmente menos produtores inadimplentes que em outras regiões produtoras do País.
		Pessoas jurídicas bem estruturadas e com grande volume de operação conseguem acessar fundos de investimento internacionais, via private equity .
	(Extremo Sul)	Produtores maiores afirmaram que custeio do BNB sai no momento certo.
	(Planalto)	Café é a única cadeia a ter um fundo estruturado de financiamento como o Funcafé.
Disponibilidade de Mão-de-obra e Geração de Empregos	(Oeste)	Necessidade de mão-de-obra é menor que em outras regiões.
	(Sul e Baixo Sul)	Há maior disponibilidade de mão-de-obra na região que em outras regiões do Estado, por conta da derrocada da lavoura cacauieira.
		Há pequeno número de trabalhadores rurais na região familiarizados com a cultura do café, especialmente no tocante às operações de poda e desbrota.
	(Extremo Sul)	Alguns produtores de maior porte e com melhor estrutura de escritórios (até por que têm outros negócios) relatam não ter tantos problemas com o MTE.
		Já há um bom número de trabalhadores rurais na região familiarizados com a cultura do café.

SENTENÇAS

Estado geral, materiais genéticos, manejo das lavouras e gestão as propriedades rurais	(Extremo Sul)	Boa parte dos plantios é irrigada. Isso, além da baixa bienalidade do conilon , garante estabilidade nas safras.
		Já há na região um bom número de produtores com certa tradição na cafeicultura, a grande maioria deles capixabas.
		Lavouras modernas com clones de última geração apresentam produtividade média na casa de 100 sacas por ha e custo de menos de R\$ 110,00 por saca.
	(Oeste)	Fazendas certificadas teriam questões operacionais, ambientais, trabalhistas e de gestão interna, em geral, bem equacionadas.
		Há produtores pessoa física, alguns deles já cafeicultores noutras regiões, obtendo boas produtividades e bons resultados econômicos.
	(Sul e Baixo Sul)	Há menos lavouras de sementes que no Extremo Sul. Poucas lavouras estão depauperadas pelo tempo.
		Principalmente na região de Camacã, começam a se estabelecer cafeicultores capixabas, com tradição na cafeicultura, atraídos pelo baixo custo da terra.
	(Chapada)	Há produtores pessoa física de grande porte e, mesmo jurídica com estrutura enxuta e ágil, obtendo boas produtividades e bons resultados econômicos.
	(Planalto)	Fazendas grandes bem estruturadas estão com questões operacionais, ambientais, trabalhistas e de gestão interna, em geral, bem equacionadas.
		Há produtores pessoa física de grande porte e, mesmo jurídica com estrutura enxuta e ágil, obtendo boas produtividades e bons resultados econômicos.
Gestão da Qualidade	(Chapada)	Barra da Estiva tem usinas comunitárias de processamento via úmida e beneficiamento de café funcionando bem.
		Os grandes produtores da região que têm irrigação conseguem ser fornecedores regulares de cafés lavados em grande escala, principalmente nos anos de maturação mais uniforme.
		Piatã é exemplo concreto de que capacitação para produção de qualidade é viável.
	(Extremo Sul)	É rara a ocorrência de fermentação no café, devido à boa disponibilidade de equipamentos de secagem
	(Oeste)	Não é regra geral, mas alguns produtores da região têm conseguido colocar lotes como gourmet e até especial.
		O Oeste é a região da Bahia que se destaca pelo maior número de fazendas certificadas.
		Os produtores da região conseguem ser fornecedores regulares de cafés finos (duros) em grande escala, 60% da produção se enquadra nesse patamar.

SENTENÇAS		
	(Planalto)	Barra do Choça já foi exemplo concreto de que capacitação para produção de qualidade é viável.
		Há usinas comunitárias (PRONAF) de processamento via úmida e beneficiamento de café funcionando bem.
		Os grandes produtores da região que têm irrigação conseguem ser fornecedores regulares de cafés lavados com boa grande escala, principalmente nos anos de maturação mais uniforme.
Governança da Cadeia	(Oeste)	AIBA e, em menor grau, ABACAFÉ têm atuação político institucional muito forte.
Infra-Estrutura e Logística	(Sul e Baixo Sul)	Fazendas onde foi explorada a cacauicultura apresentam boa infraestrutura de moradia para trabalhadores e boa rede de eletrificação rural.
		Há grande capacidade ociosa de armazéns no Sul Baiano, apesar destes até o momento operaram apenas com cacau.
	(Chapada)	Grandes produtores têm estrutura de processamento (também re-benefício) de café adequada aos volumes produzidos.
	(Extremo Sul)	Há armazéns suficientes para boa parcela da safra (grandes fazendas e armazéns de compradores). Um armazém está sendo credenciado como armazém geral, em Itabela.
		Há boa rede implantada de fornecedores de insumos e equipamentos para a cafeicultura.
	(Oeste)	Coproeste e fazendas têm boa capacidade de armazenamento de café.
		Maior parte das fazendas tem estrutura de processamento de café adequada aos volumes produzidos.
	(Planalto)	Grandes produtores têm estrutura de processamento (também re-benefício) de café adequada aos volumes produzidos.
		Há boa capacidade instalada de armazenamento e processamento de café, apesar de algumas unidades estarem ultrapassadas.
Legislação	(Sul e Baixo Sul)	Ministério do Trabalho não tem sido tão rigoroso na exigência da aplicação da legislação trabalhista e da NR 31 como em outras regiões.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Ministério do Trabalho não tem sido tão rigoroso na exigência da aplicação da legislação trabalhista e da NR 31 como em outras regiões.
Pesquisa, difusão e assistência técnica	(Oeste)	Fundação BA tem experiência em pesquisa para outras culturas, inclusive na celebração de convênios.
		Há profissionais com experiência em pesquisa que atuam como consultores na região há algum tempo.
	(Chapada)	Prefeitura de Barra da Estiva tem parceria com a UESB para análises de solo. Pode ser um exemplo a ser seguido.
	(Sul e Baixo Sul)	CEPLAC tem estrutura laboratorial e áreas de campo que poderiam ser utilizadas em pesquisa cafeeira.

SENTENÇAS

		Produtores de maior porte têm desenvolvido empiricamente tecnologias para a região.
Promoção e Marketing	(Sul e Baixo Sul)	Maior corpo e coloração mais forte conferidos pelo conilon à bebida final quando adicionado no blend são demandados pelo consumidor médio baiano e brasileiro.
	(Chapada)	Após dez anos de trabalho de melhoria de processamento e de divulgação dos resultados Piatã é a “vedete” do mercado brasileiro de cafés especiais. Pequenos produtores que focaram no nicho de especiais melhoraram de vida.
		Há grupo de orgânicos em Ibicoara com bons resultados.
	(Extremo Sul)	Promoção e Maior corpo e coloração mais forte conferidos pelo conilon à bebida final quando adicionado no blend são demandados pelo consumidor médio baiano e brasileiro.
	(Oeste)	Algumas fazendas da região conseguiram se posicionar como fornecedoras confiáveis de café naturais finos.
	(Planalto)	Lavado baiano tem reconhecimento e demanda internacional.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Comercialização	(Sul e Baixo Sul)	Há pouca integração entre produtores da região e torrefadoras da Bahia, especialmente da região do Planalto da Conquista. Produtores maiores até vendem para Conquista, mas torrefadores daquela região relatam irregularidade no fornecimento de conilon e alguns deles adquirem produto de intermediários, cuja qualidade deixa a desejar.
		Maior parte do café da região é vendida para empresas do Espírito Santo. No caso dos produtores de menor porte é comum a existência de intermediários que atuam comprando pequenos volumes e formando lotes para envio para as filiais da empresas no Extremo Sul. Preços são normalmente R\$ 10 a R\$ 15 menores que no Extremo Sul.
		Não há cooperativas atuando na região.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Baixa qualidade do café da região do Vale do Jequiriçá faz com que o mesmo seja vendido apenas para torrefadoras locais de porte menor e não haja compra por exportadores na região. Exportador estabelecido em Itiruçu, especializado em café lavado, praticamente não compra café na região, com exceção de cafés de Brejões.
		Café processados por via seca na região dão bebida rio e até rio zona.
		Produtores, mesmo grandes e mais estruturados, não têm água para irrigação, logo, não conseguem fazer trava de preços.
	(Chapada)	Ainda há venda de café em cereja na região de Bonito, principalmente de pequenos produtores.

SENTENÇAS

	Café processado por via seca na região dá bebida Rio e até Rio Zona, com perda de, no mínimo, R\$ 100 em relação aos lavados.
	Exportação direta nem sempre compensa devido aos custos agregados e à depreciação do café “resíduo” do re-benefício.
	Produtores, mesmo grandes e estruturados, mas que não têm água para irrigação, não fazem trava de preços.
(Extremo Sul)	Há recorrentes problemas nas vendas de café para o Espírito Santo. Inicialmente era o contrabando de café, sem recolhimento de ICMS, houve agora questão do PIS. Tais fatos minam a competitividade das empresas que cumprem a legislação.
	Normas de crédito do PIS/COFINS dificultam fortemente a venda direta de produtor pessoa física para a indústria. Há poucos produtores pessoa jurídica.
	Pequenos e médios produtores vendem boa parte da safra logo após a colheita.
	Praticamente, não há mecanismos de troca de café por insumos. Há vendas a termo, mas não tão têm estruturadas e pouco disseminadas.
	Produtor não tem conhecimento de classificação de café.
	Torrefadoras baianas têm pouquíssimo contato com produtores, mesmo de maior porte.
(Oeste)	Demanda no mercado interno, especialmente no mercado baiano, por cafés finos é limitada.
	Em algumas praças do Sudeste, ainda há preconceitos e tentativas de depreciação de cafés naturais baianos.
	Há poucos compradores de café estabelecidos na região. Produtores ficam sujeitos a envio de amostras para Conquista, Salvador, Minas Gerais.
	Preços de produtos se comprados fora de contratos de troca são, em boa parte das vezes, mais baixos. Traders , em certos casos, também ganham no preço do café.
	Torrefadoras do Nordeste preferem adquirir cafés de Minas Gerais a café da Bahia devido ao ICMS na saída daquele Estado ser 7% e 12% na Bahia. Haveria menor imobilização de recursos para serem recuperados via crédito.
(Planalto)	Café duro do Planalto é de difícil colocação para exportação. Tem deságio de 7,6% frente a duro mineiro, também devido a frete.
	Café processado por via seca na região dá bebida rio e até rio zona, com perda de, no mínimo, R\$ 100 em relação aos lavados.
	Existência de grande número de torrefadoras clandestinas mina competitividade das torrefadoras formais.
	Produtores, mesmo grandes e estruturados, mas que não têm água para irrigação, não fazem trava de preços.

SENTENÇAS

Condições Edafo-climáticas e Meio Ambiente	(Chapada)	Áreas marginais da Chapada, como Barra da Estiva, Planalto, Mundo Novo e Tapiramutá enfrentam dificuldades.
		Em alguns municípios, como Barra da Estiva, praticamente não há irrigação, também devido à baixa disponibilidade de água.
		Há produtores estruturados que não irrigam por falta de disponibilidade de água.
		Incidência de múltiplas floradas determina necessidade de catação apenas do café maduro, mesmo em lavouras nas quais parte da colheita é mecanizada.
		Na maior parte da região predomina clima úmido na colheita, dificultando o preparo do café por via seca.
		Nas lavouras irrigadas, a irrigação é feita em praticamente todo o ano, porém produtores não consideram seu custo como muito oneroso.
		Prática de transporte de café para secagem na Caatinga ainda persiste em algumas regiões e, caso distância não seja muito curta, favorece fermentação e perda de qualidade.
	(Extremo Sul)	Freqüente ocorrência de veranicos no período da granação determina necessidade de irrigação. Produtores que não possuem irrigação tiveram perdas em 2010.
		Ocorrência de chuvas a partir de junho - período final da colheita, se feita com nível de maturação.
	(Oeste)	Aparentemente tem havido problemas de esgotamentos das lavouras quando atingem de oito a dez anos, com queda acentuada na produção. Imagina-se que tal fato esteja relacionado com maior luminosidade e alta temperatura média que levariam metabolismo das plantas "sempre no limite". Há casos de sucesso com adoção de podas e recepas, mas o conhecimento ainda não está sistematizado.
		Bicho mineiro, devido ao clima seco, é praga chave na região e é muito difícil quebrar seu ciclo caso se estabeleça na lavoura.
		Há grupos que têm fazendas com restrições ambientais, mesmo que exploradas com outras culturas.
		Maturação do café tende a ser mais rápida que em regiões de clima mais ameno, dificultando a obtenção de cafés com características sensoriais mais particulares (especiais).
		Sistema de produção para a região ainda não está prontamente consolidado.
		Solos tendem a ser pobres. Há casos de teor muito baixo de argila nos quais as lavouras de café aparentemente se depauperam mais facilmente.
	(Planalto)	Há municípios da região, como Encruzilhada, não zoneados para café de sequeiro, mas, dentro do município há situações bem discrepantes. Município não funciona como unidade básica de zoneamento.

SENTENÇAS

	Há produtores estruturados que não irrigam por falta de disponibilidade de água.
	Incidência de múltiplas floradas determina necessidade de catação apenas do café maduro, mesmo em lavouras nas quais parte da colheita é mecanizada.
	Na maior parte da região predomina clima úmido na colheita, dificultando o preparo do café por via seca.
	Prática de transporte de café para secagem na Caatinga ainda persiste em algumas regiões e, caso distância não seja muito curta, favorece fermentação e perda de qualidade.
(Sul e Baixo Sul)	Em geral, espaçamentos são mais largos do que os ora preconizados no Espírito Santo e no Extremo Sul. Há menos plantas por hectare.
	Fraca definição das estações climáticas (chuva o ano todo) tende a levar à ocorrência de maior número de floradas. Tende a haver menor uniformidade na maturação do café e maior incidência de broca.
	Grande maioria das áreas onde havia o cultivo do cacau é muito sombreada com espécies da Mata Atlântica, e nem mesmo raleio de sombra é permitido pelos órgãos ambientais. Cafezais em áreas muito sombreadas apresentam claros sintomas de problemas de desenvolvimento por falta de luminosidade.
	Maior pluviosidade favorece o desenvolvimento da ferrugem do cafeeiro.
	Normalmente chove no período da colheita.
	Topografia amorrada limita fortemente a mecanização de lavouras, especialmente a implantação do café e aplicação de adubos e defensivos.
(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Altitude menor não favorece a produção de cafés lavados de qualidade tão boa, apesar de haver exceções muito interessantes, principalmente em Brejões.
	Há municípios da região, como Lajedo do Tabocal, não zoneados para café de sequeiro.
	Incidência de múltiplas floradas determina necessidade de catação apenas do café maduro, mesmo em lavouras nas quais parte da colheita é mecanizada.
	Na maior parte da região predomina clima úmido na colheita, dificultando o preparo do café por via seca.
	Região é marginal para produção de café. Pluviosidade baixa na maior parte dos anos limita produtividade a níveis que, hoje, não são mais economicamente viáveis. Há muito pouca disponibilidade de água para irrigação e, quando há, esta é salobra. Não há água sequer suficiente para processamento via úmida.
Crédito / Seguro (Oeste)	Bancos de fábricas de máquinas seriam muito voltados para pessoas físicas. Pessoas jurídicas teriam dificuldade em acessar Finame.

SENTENÇAS

	Como Banco do Nordeste não empresta custeio para pessoa jurídica, apenas quatro produtores da região fazem custeio com o banco.
	Empresas que têm pendências ambientais não conseguem fazer LCC, mesmo tendo aderido ao programa Oeste Sustentável.
(Sul e Baixo Sul)	Agentes bancários da região têm pouquíssima familiaridade com as linhas de crédito existentes para a cafeicultura, em especial o Funcafé. São raras as operações de custeio para cafeicultura.
	Exigência de compra de seguros, cobranças de outras taxas e outros adicionais elevam custo efetivo dos financiamentos.
	Liberação de crédito, a partir de julho, será condicionada a regularização ambiental da propriedade, que ninguém tem.
	Parcela significativa dos produtores rurais, principalmente da região Sul, está inadimplente em operações referentes ao cacau, portanto sem garantias reais a oferecer caso busquem financiamento para plantio de café. Ou mesmo até impossibilitados de vender fazendas para investir em café.
(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Queda na produção gerou inadimplência que fechou acesso ao crédito.
(Chapada)	Gerentes de banco da região nem sabem que existe Funcafé. Importantes municípios produtores, como Bonito, sequer têm agência bancária.
	“Trava” do município no PRONAF prejudica os produtores que, a despeito do que motivou o alto índice de inadimplência, honraram seus compromissos e ficam sem acesso a custeio.
	Bancos têm capacidade muito limitada de processamento de projetos de financiamento, a ponto das próprias empresas de projeto não atenderem os produtores para não ficar sem receber pelo trabalho. Em Bonito, EBDA não faz projeto.
	Financiamento para assentados inibe crescimento dos produtores, mesmo que haja aumento de renda familiar por conta de outras atividades. Cédula da Terra e PRONAF vencem no período da colheita, “obrigando” produtores a vender cereja.
	Há produtores, principalmente pequenos e médios, inadimplentes. Inadimplência estaria diretamente ligada à falta de assistência técnico-gerencial.
	Pouquíssimos produtores conseguem “contar” com custeio bancário. Mesmo produtor de Ibicoara, que usa custeio, reclama que liberação atrasou.
(Extremo Sul)	Calendário agrícola dos bancos oficiais é atrasado em relação às necessidades do <i>conilon</i> .
	Exigência de compras de seguros, cobranças de outras taxas e outros adicionais elevam custo efetivo dos financiamentos.
	Liberação de crédito, a partir de julho, será condicionada a regularização ambiental da propriedade, que ninguém tem.

SENTENÇAS	
	Produtores afirmam que crédito para produtores tradicionais é travado, mas há liberação para “grandes projetos”.
	Produtores relatam que bancos alegam ter pouco pessoal para analisar financiamentos agrícolas.
	Segundo produtores, há exigência muito grande de garantias reais. Em caso de financiamento de máquinas, as próprias máquinas garantem parcela muito pequena do valor financiado.
(Planalto)	“Trava” do município no PRONAF prejudica os produtores que, a despeito do que motivou o alto índice de inadimplência, honraram seus compromissos e ficam sem acesso a custeio.
	Despesas acessórias oneram fortemente os financiamentos, quer de custeio, quer para investimentos.
	Há produtores, principalmente pequenos e médios, inadimplentes. Inadimplência estaria diretamente ligada à falta de assistência técnico-gerencial.
	Liberação de financiamentos é lenta e burocrática. Aqueles que conseguem se adaptar às exigências são, na verdade, os que menos necessitam de financiamento.
Disponibilidade de Mão-de-obra e Geração de Empregos	(Oeste)
	Mesmo mecanizada, a cafeicultura da região também tem picos concentrados de demanda de mão-de-obra, principalmente para repasse de colheita. Fazendas começam a preferir perder cerca de 10 a 15% da produção a fazer repasse manual de colheita, apesar do custo direto ser menor que o valor do produto perdido.
	Mesmo produtores de maior porte e com boa estrutura de escritórios (até por que têm outros negócios) relatam ter tantos problemas com o MTE.
	Muitos trabalhadores não conhecem a legislação trabalhista, nem têm a documentação necessária para o registro, bem como não estão conscientes das vantagens de trabalhar com carteira assinada por períodos curtos.
	(Sul e Baixo Sul)
	A cafeicultura de conilon apresenta picos concentrados de demanda de mão-de-obra, na colheita, nas desbrotas e, em menor grau, na poda.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)
	Cafeicultura de colheita manual com o correspondente pico concentrado de demanda de mão-de-obra.
	Há falta de mão-de-obra de colheita, mesmo com redução da produção regional. Paradoxalmente, violência rural aumenta junto com a falta de mão-de-obra.
	Muitos trabalhadores não conhecem a legislação trabalhista, nem têm a documentação necessária para o registro, bem como não estão conscientes das vantagens de trabalhar com carteira assinada por períodos curtos.
	(Chapada)
	Colheita semi-mecanizada, corriqueira em outras regiões de topografia amorrada, sequer é aventada na região. Não foi determinado seu potencial de utilização frente à desuniformidade de florada.

SENTENÇAS

		Mesmo nas áreas mais mecanizadas, a cafeicultura da região também tem picos concentrados de demanda de mão-de-obra, principalmente para repasse de colheita. Lavouras de topografia amorrada têm pico de mão-de-obra na colheita.
		Muitos trabalhadores não conhecem a legislação trabalhista, nem têm a documentação necessária para o registro, bem como não estão conscientes das vantagens de trabalhar com carteira assinada por períodos curtos.
	(Extremo Sul)	A cafeicultura de conilon apresenta picos concentrados de demanda de mão-de-obra, na colheita, nas desbrotas e, em menor grau, na poda. Não há colheita mecanizada de conilon , mesmo em áreas planas.
		Muitos trabalhadores não conhecem a legislação trabalhista, nem têm a documentação necessária para o registro (principalmente na região de Itabela), bem como, não estão conscientes das vantagens de trabalhar com carteira assinada por períodos curtos.
	(Planalto)	Mesmo nas áreas mais mecanizadas, a cafeicultura da região também tem picos concentrados de demanda de mão-de-obra, principalmente para repasse de colheita.
		Mesmo pequenos produtores e assentados dependem de contratação de mão-de-obra para colheita e não têm estrutura para cumprir legislação trabalhista.
		Muitos trabalhadores não conhecem a legislação trabalhista, nem têm a documentação necessária para o registro, bem como não estão conscientes das vantagens de trabalhar com carteira assinada por períodos curtos.
Estado geral, materiais genéticos, manejo das lavouras e gestão as propriedades rurais	(Extremo Sul)	Há uma parcela significativa das lavouras da região ainda formada por sementes, com problemas de desuniformidade, stand já deficiente, espaçamentos muito largos e potencial produtivo limitado em relação aos materiais clonais mais modernos.
		Produtores que não têm irrigação enfrentam perdas significativas em anos de veranico forte, como 2010.
		Via de regra, produtores não têm sistemas estruturados de controle de custos e não conhecem seu custo de produção.
	(Oeste)	Em parte das fazendas de grandes grupos econômicos, há excessiva estrutura administrativa, que se reflete em menor agilidade na tomada de decisão, além de onerar o custo de produção.
		Há parcela significativa das lavouras da região enfrentando problemas de queda de produção.

SENTENÇAS

		Muitos produtores entraram no café atraídos pela boa produtividade e pelos bons resultados dos pioneiros, mas não têm tradição na cafeicultura. Como vêm da produção de lavouras temporárias, são pouco afeitos a custos e ações cujo resultado vem a médio/longo prazo. Em algumas, falta foco na cafeicultura, pois tal atividade tem pequeno peso dentro dos negócios do grupo. “Falta dono no café!”
		Não há benchmarking na região tanto para uso de insumos como para índices financeiros / econômicos da cafeicultura.
	(Sul e Baixo Sul)	A grande maioria dos produtores da região não tem tradição na cafeicultura. Estão mais familiarizados com o sistema antigo de cultivo do cacau, mais extrativista que propriamente agrícola. Não é comum nesses produtores o senso de urgência requerido por muitas atividades da cafeicultura.
		Lavouras da região são formadas basicamente com materiais clonais mais antigos, já com cerca de 10 anos de desenvolvimento e, o que tudo indica, menos produtivos que os clones mais modernos do INCAPER.
		Via de regra, produtores não têm sistemas estruturados de controle de custos e não conhecem seu custo de produção.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Há queda generalizada na produção e na produtividade. Problemas de “chochamento” de café e quebras de safra são recorrentes.
		Muitos pequenos produtores sequer fazem calagem e adubação.
		Pequenos e médios produtores, em geral, não têm controle de custos de produção estruturado.
		Predominam lavouras antigas, muitas com falhas no stand e a grande maioria com espaçamento e estruturas das plantas inadequadas à mecanização de colheita, mesmo em áreas planas.
	(Chapada)	Há lavouras, principalmente de pequenos e médios produtores, com stand prejudicado e baixa produtividade.
		Muitos pequenos produtores sequer fazem calagem e adubação.
		Pequenos e médios produtores, em geral, não têm controle de custos de produção estruturado.
	(Planalto)	Muitos pequenos produtores sequer fazem calagem e adubação.
		Pequenos e médios produtores, em geral, não têm controle de custos de produção estruturado.
		Predominam lavouras antigas, muitas com falhas no stand e a grande maioria com espaçamento e estruturas das plantas inadequadas à mecanização de colheita, mesmo em áreas planas.
Gestão da Qualidade	(Chapada)	Falta conhecimento de boas práticas de processamento de café em regiões, como Utinga e Bonito, com potencial semelhante ao de Piatã. Café gourmet vira rio quando seco na lavoura e duro quando levado pra Caatinga, perdas de R\$ 100 a R\$ 180.

SENTENÇAS

(Extremo Sul)	Há crença generalizada de que o mercado não remunera os custos para se processar o café segundo os parâmetros técnicos visando preservação da qualidade. Grande parcela do café é seco a temperaturas muito elevadas.
	Há desuniformidade em certos nos lotes de café, principalmente de pequenos produtores, inclusive com excesso de umidade. Por conta da escassez de mão-de-obra, muitos produtores passam a colher o café cada vez mais cedo, e verde.
	Não há direcionamento claro por parte das indústrias sobre os padrões de produto que desejam, o que teria poder de levar os produtores a melhorar o processamento. Segundo produtores, há penalização, quase nunca bonificação por qualidade.
	Produtores que faziam conilon cereja descascado abandonaram a prática devido a problemas de fraude na comercialização do produto. Não há clareza sobre a viabilidade do processamento por via úmida pela possível agregação de custos que não teriam a correspondente e compensatória agregação de valor no produto.
(Oeste)	Clima seco favorece muito a qualidade do café e com base nisso algumas fazendas acabam negligenciando o manejo do produto durante a secagem e o processamento.
(Planalto)	Destinação de águas residuais e dificuldades de operacionalização de fully washed limitam sua realização por grandes produtores.
	Falta melhor disseminação do conhecimento de boas práticas de processamento de café. Café mole vira rio/rio zona quando seco na lavoura e duro quando levado pra Caatinga, perdas de R\$ 50 a mais de R\$ 100.
	Produtores ainda transportam café por mais de 100 quilômetros para secagem na caatinga.
(Sul e Baixo Sul)	Há crença generalizada de que o mercado não remunera os custos para se processar o café segundo os parâmetros técnicos visando preservação da qualidade. Grande parcela do café é seco a temperaturas muito elevadas.
	Não há direcionamento claro por parte das indústrias sobre o padrões de produto que desejam, o que teria poder de levar os produtores a melhorar o processamento. Segundo produtores, há penalização, quase nunca bonificação por qualidade.
	Predomina a produção de café tipo 7/8 ou tipo 8. Falta capacitação para busca de produção pelo menos de tipo 7.
	Produtores que faziam conilon cereja descascado abandonaram a prática devido a problemas de fraude na comercialização do produto. Não há clareza sobre a viabilidade do processamento por via úmida pela possível agregação de custos que não teriam a correspondente e compensatória agregação de valor no produto.

SENTENÇAS		
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Secagem do café é, na sua grande maioria, feito via seca em área onde chove na colheita.
Governança da Cadeia	(Sul e Baixo Sul)	Fraca organização dos produtores agrícolas. Associações pouco representativas e não há cooperativas atuando na região.
		Mesmo entre os secretários municipais de agricultura, conhecimentos sobre potencial da cafeicultura não é bem disseminado.
		Não há qualquer espécie de fórum de discussão entre os diferentes elos da cadeia.
	(Extremo Sul)	Atuação das lideranças baianas (de todos os elos) pouco impactante nas instituições nacionais, principalmente no CDPC. Por exemplo, conilon não foi contemplado por contratos de opção.
		Fraca organização dos produtores agrícolas. Associações pouco representativas e cooperativas com atuação limitada.
		Relacionamento do MTE com os produtores é conflituoso (produtores falam que é desrespeitoso). Não haveria pró-atividade por parte do MTE no sentido do cumprimento das normas.
	(Chapada)	Há associações de produtores efetivas, mas grande parte delas foi criada de forma artificial para receber projetos de melhoria e não funcionam na prática como associações. Falta uma estrutura central que agregue as associações pequenas e as dote de objetivos estratégicos comuns e de escala.
		Relacionamento do MTE com os produtores é conflituoso. Não haveria pró-atividade por parte do MTE no sentido do cumprimento das normas. Produtores não enxergam parâmetros para a ação do MTE e do MP do Trabalho. Cumpridas as exigências, novas são feitas.
	(Oeste)	Atuação das lideranças baianas (de todos os elos) pouco impactante nas instituições nacionais, principalmente no CDPC. Por exemplo, conilon não foi contemplado por contratos de opção.
		Há muitos problemas de roubos de insumos nas fazendas da região.
		Relacionamento do MTE com os produtores é conflituoso. Não haveria pró-atividade por parte do MTE no sentido do cumprimento das normas. Produtores não enxergam parâmetros para a ação do MTE e do MP do Trabalho. Cumpridas as exigências, novas são feitas.
	(Planalto)	Há associações de produtores efetivas, mas grande parte delas foi criada de forma artificial para receber projetos de melhoria e não funcionam na prática como associações. Falta uma estrutura central que agregue as associações pequenas e as dote de objetivos estratégicos comuns e de escala.

SENTENÇAS

		Relacionamento do MTE com os produtores é conflituoso. Mesmo pequenos produtores (abaixo de 10 ha) estão sendo multados. Não haveria pró-atividade por parte do MTE no sentido do cumprimento das normas.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Não há associações de produtores efetivas.
Infra-Estrutura e Logística	(Sul e Baixo Sul)	Apesar de boa parte dos insumos utilizados no café ser semelhante aos do cacau, a rede fornecedores de insumos e equipamentos mais específicos para a cafeicultura ainda não está tão bem estabelecida na região.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Faltam secadores de café, principalmente para produtores de menor porte.
	(Chapada)	Em Bonito há falta de secadores e, em toda a região há carência de equipamentos de via úmida.
		Região é bastante dependente do pólo cafeeiro do Planalto da Conquista, apesar de produzir mais café.
	(Extremo Sul)	São freqüentes problemas de indisponibilidade de caminhões para transporte de adubos para a região. Frete seria caro para produtores e barato para caminhoneiros.
	(Oeste)	Diesel na região é caro devido à distância de Salvador.
		Frete rodoviário para a região Sudeste é caro.
		Há problemas de fluxo nas exportações via porto de Salvador. Produtores também relatam falta de containers de 40 pés em Salvador.
		Peças para máquinas usadas na cafeicultura são difíceis de encontrar na região, devido ao pequeno volume de vendas comparado às lavouras temporárias.
	(Planalto)	No Planalto, há falta de secadores, pela crença na viabilidade da secagem na caatinga e também há carência de equipamentos de via úmida, especialmente para pequenos produtores.
Legislação	(Sul e Baixo Sul)	Legislação ambiental limita a possibilidade de implantação de cafeicultura na região, por não admitir sequer raleamento do sombreamento do cacau, no caso de essências nativas.
		Pequenos produtores da região, especialmente assentados, não têm estrutura operacional e gerencial para cumprimento da legislação trabalhista nem das normas de segurança no trabalho.
	(Extremo Sul)	Legislação ambiental brasileira é de difícil cumprimento. Comprovação do cumprimento também é muito burocratizada.
		Legislação trabalhista é de difícil aplicabilidade ao meio rural, além de gerar encargos excessivos (ruim para ambas as partes). Normatização do MTE piorou o problema.
	(Legislação)	Legislação ambiental brasileira é de difícil cumprimento. Comprovação do cumprimento também é muito burocratizada.

SENTENÇAS	
	Legislação trabalhista é de difícil aplicabilidade ao meio rural, além de gerar encargos excessivos (ruim para ambas as partes). Normatização do MTE piorou o problema.
(Oeste)	Legislação ambiental brasileira é de difícil cumprimento. Comprovação do cumprimento também é muito burocratizada.
	Legislação trabalhista é de difícil aplicabilidade ao meio rural, além de gerar encargos excessivos (ruim para ambas as partes). Normatização do MTE piorou o problema.
(Planalto)	Legislação ambiental brasileira é de difícil cumprimento. Comprovação do cumprimento também é muito burocratizada.
	Legislação trabalhista é de difícil aplicabilidade ao meio rural, além de gerar encargos excessivos (ruim para ambas as partes). Normatização do MTE piorou o problema.
(Vale do Jequiçá e Brejões)	Legislação ambiental brasileira é de difícil cumprimento. Comprovação do cumprimento também é muito burocratizada.
	Legislação trabalhista é de difícil aplicabilidade ao meio rural, além de gerar encargos excessivos (ruim para ambas as partes). Normatização do MTE piorou o problema.
Pesquisa, difusão e assistência técnica	(Oeste) Há necessidade de estruturação da pesquisa cafeeira para a região. Hoje, os produtores arcam com o ônus de, empiricamente, tentar adaptar pacotes tecnológicos desenvolvidos para outras regiões. Devido aos problemas de depauperação de lavouras, estabelecimento de pacote tecnológico regional é ainda mais crucial que em outras regiões.
	Para estruturação de projetos de assistência técnico-gerencial contendo benchmarking econômico-financeiro será necessário contemplar limitações de pessoas jurídicas para informar dados dessa natureza.
	(Extremo Sul) Assistência técnica para pequenos produtores praticamente inexistente. Há apenas de forma muito pontual.
	Há pouca disseminação de conhecimentos entre os produtores. Uns acabam copiando os outros, mas sem que esses tenham franqueado a informação. Não há benchmarking .
	Há poucos consultores autônomos atuando na assistência técnica a médios e grandes produtores. Não há assistência técnico-gerencial. Boa parte da “assistência” aos produtores é prestada por fornecedores de insumos, havendo claro conflito de interesses.
	Materiais genéticos e todo o pacote tecnológico foram desenvolvidos para as condições do Espírito Santo. Parece haver maior crescimento vegetativo no Extremo Sul do que no Espírito Santo. É necessário definir que outras alterações podem ser feitas no pacote tecnológico para torná-lo ainda mais adequado ao Extremo Sul. Há relatos de que nem todos os clones do Espírito Santo se adaptaram bem na Bahia.

SENTENÇAS

	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Assistência técnica a pequenos produtores praticamente inexistente. Além disso, a maioria dos produtores perdeu a crença na assistência técnica.
		Não há qualquer tipo de estudo sobre soluções para a derrocada da cafeicultura regional, mesmo havendo uma fazenda da EBDA próxima a Itiruçu. É necessidade premente determinar se há possibilidade de utilização da água salobra da região para irrigação e, caso afirmativo, sob que parâmetros.
	(Chapada)	Assistência técnica a pequenos produtores é pontual. Em alguns casos, como em Barra da Estiva, há casos de sucesso de assistência via associações. No geral, produtores “pagam” pela assistência contida nos projetos de financiamento, mas como os valores não remuneram a assistência, ficam desassistidos na prática.
		Não há técnicos do EBDA em número suficiente para prestar assistência nem aos pequenos e, é claro, o sucateamento da empresa. Remuneração dos técnicos é muito baixa.
	(Planalto)	Assistência técnica a pequenos produtores é pontual. Há casos de sucesso de assistência via associações, prestada pela prefeitura. No geral, produtores “pagam” pela assistência contida nos projetos de financiamento, mas como os valores não remuneram a assistência, ficam desassistidos na prática.
		Pesquisa cafeeira regional é feita por indivíduos que buscam viabilizar seus negócios e arcam com o ônus de pesquisar. Exemplo, produtor de mudas que pesquisa variedades, sendo remunerado através da venda dos materiais aprovados.
		Prefeitura de Barra do Choça tem sistema de assistência a pequenos produtores, porém o mesmo já foi descontinuado em gestão anterior. Assistência fica sujeita à vontade política do mandatário local.
	(Sul e Baixo Sul)	Assistência técnica para pequenos produtores praticamente inexistente. , além de que, técnicos da região são pouco familiarizados com o café <i>conilon</i> .
		Há poucos consultores autônomos atuando na assistência técnica a médios e grandes produtores. Não há assistência técnico-gerencial. Boa parte da “assistência” aos produtores é prestada por fornecedores de insumos, havendo claro conflito de interesses.
		Materiais genéticos e todo o pacote tecnológico foram desenvolvidos para as condições do Espírito Santo. É evidente a necessidade de definição de sistema de manejo mais adequado ao plantio em condição sombreada.
Promoção e Marketing	(Sul e Baixo Sul)	Não há qualquer ação no sentido de posicionar o produto da região, quer reconhecendo a qualidade intrínseca dos cafés melhor preparados, quer como uma alternativa à produção de cacau que não implica necessariamente na derrubada da Mata Atlântica.

SENTENÇAS

	(Chapada)	Falta maior divulgação internacional institucional do lavado baiano. Hoje ele é divulgado pelas empresas que tentam vendê-lo.
	(Extremo Sul)	Não há trabalho de ênfase dos aspectos positivos do conilon para a bebida. Presença do conilon sequer é explicitada na maioria dos casos.
		Tem enfraquecido, mas ainda existe a crença de que a lavoura de conilon exige poucos tratos culturais, por isso seu custo de produção seria baixo.
	(Oeste)	O café do Oeste Baiano não está posicionado no mercado. Substitui o Cerrado Mineiro, mas não tem conceito próprio.
	(Planalto)	Falta maior divulgação internacional institucional do lavado baiano. Hoje ele é divulgado pelas empresas que tentam vendê-lo.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Comercialização	(Chapada)	Falta de lavados no mercado mundial favorece a colocação de lavados. Há forte demanda pelo lavado baiano, havendo produção em escala mínima seria fácil abrir canais de comercialização.
	(Extremo Sul)	Há demanda internacional por café robusta certificado Rain Forest .
	(Oeste)	Disseminação crescente da cultura de consumo do expresso favorece a demanda por naturais bem preparados, para serem blendados com lavados, que não são indicados para ser usados como fonte única para tal bebida.
		Falta de lavados no mercado mundial favorece a colocação de lavados, mesmo que suas características não sejam tão próximas dos suaves colombianos, padrão internacional para lavados.
	(Planalto)	Falta de lavados no mercado mundial favorece a colocação de lavados. Há forte demanda pelo lavado baiano, havendo produção em escala mínima seria fácil abrir canais de comercialização.
Condições Edafo-climáticas e Meio Ambiente	(Chapada)	Além dos resultados diretos, a valorização das terras com a implantação do café é uma oportunidade para a atração de investidores, até mesmo internacionais.
		Zoneamento e prospecção de fontes e alternativas para acúmulo e captação de água para irrigação têm potencial de reduzir risco climático e também risco de preço por propiciar acesso a travas de preço.
		Zoneamento mais detalhado por aptidão para café e disponibilidade de água pode explicitar potencial de áreas ainda não revelado e, por outro lado, embasar programas de diversificação em áreas marginais.

SENTENÇAS		
	(Oeste)	Além dos resultados diretos, a valorização das terras com a implantação do café é uma oportunidade para a atração de investidores, até mesmo internacionais.
		Zoneamento mais detalhado por aptidão para café pode ser caminho para reduzir os problemas de depauperação de lavouras.
	(Planalto)	Zoneamento e prospecção de fontes e alternativas para acúmulo e captação de água para irrigação tem potencial de reduzir risco climático e também risco de preço por propiciar acesso a travas de preço.
		Zoneamento mais detalhado por aptidão para café e disponibilidade de água pode explicitar potencial de áreas ainda não revelado e, por outro lado, embasar programas de diversificação em áreas marginais.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Zoneamento e prospecção de fontes e alternativas para acúmulo e captação de água para irrigação têm potencial de reduzir risco climático e também risco de preço por propiciar acesso a travas de preço.
		Zoneamento mais detalhado por aptidão para café e disponibilidade de água pode explicitar potencial de áreas ainda não revelado e, por outro lado, embasar programas de diversificação em áreas marginais.
Crédito / Seguro	(Oeste)	Uso de títulos de CDA/WA para lastrear crédito garantido por estoques de produto.
	(Chapada)	Estruturação de programa de assistência técnico-gerencial como ferramenta de diminuição do risco de inadimplência.
		Projetos de financiamento poderiam ser feitos pelos técnicos privados efetivamente assistentes e ser parte de sua remuneração.
	(Extremo Sul)	Uso de títulos de CDA/WA para lastrear crédito garantido por estoques de produto.
	(Planalto)	Uso de títulos de CDA/WA para lastrear crédito garantido por estoques de produto. Em geral é desconhecido pelos produtores.
Estado geral, materiais genéticos, manejo das lavouras e gestão as propriedades rurais	(Oeste)	Incentivo à certificação das fazendas pode ser atrativo tanto do ponto de vista da gestão, como da abertura de mercados. Resta verificar custos para certificação.
Gestão da Qualidade	(Chapada)	Estruturar um programa de melhoria do processamento de café na região.
	(Extremo Sul)	Caso tenha um programa efetivo para capacitação para a melhoria da qualidade, a Bahia pode e deve se diferenciar do Espírito Santo como produtora de conilon de maior qualidade, enquanto a produção daquele estado é tida como de baixa qualidade.

SENTENÇAS		
		Degustador com experiência em conilon relata que café da Bahia é mais suave que do Espírito Santo - explicitar o perfil sensorial do conilon baiano.
	(Oeste)	Incentivo à certificação das fazendas pode ser atrativa tanto do ponto de vista da gestão, como da abertura de mercados, enquanto garantia de gestão de qualidade.
	(Planalto)	Estruturar um programa de melhoria do processamento de café na região.
	(Sul e Baixo Sul)	Caso tenha um programa efetivo para capacitação para a melhoria da qualidade, a Bahia pode e deve se diferenciar do Espírito Santo como produtora de conilon de maior qualidade, enquanto a produção daquele estado é tida como de baixa qualidade.
Governança da Cadeia	(Sul e Baixo Sul)	Criar rede de agentes-chave da cadeia (inclusive secretários municipais de agricultura) que seriam capacitados, se reuniriam regularmente e teriam as funções de disseminar conhecimentos sobre a cadeia e de trazer informações sobre sua competitividade. Criação de “inteligência”.
	(Chapada)	Pequenas associações podem embasar associação mais efetiva a nível estadual. Há que se investir e capacitar as lideranças locais para mobilizar os produtores.
	(Planalto)	Pequenas associações podem embasar associação mais efetiva a nível estadual. Há que se investir e capacitar as lideranças locais para mobilizar os produtores.
Infra-Estrutura e Logística	(Sul e Baixo Sul)	Porto de Ilhéus pode vir a se configurar numa via de exportação do café da região, caso este passe a ter competitividade internacional.
	(Chapada)	Equipamentos de via úmida de pequeno porte têm potencial para fazer grande diferença com micro e pequenos produtores, agregados a estufas e/ou terreiros secadores. Requerem muito menos infra-estrutura que unidades comunitárias que foram implantadas.
	(Oeste)	Ferrovias podem vir a ser o canal de escoamento do café para Ilhéus e de recebimento de insumos, inclusive diesel.
	(Planalto)	Equipamentos de via úmida de pequeno porte têm potencial para fazer grande diferença com micro e pequenos produtores, agregado a estufas e/ou terreiros secadores.
Legislação	(Extremo Sul)	Agentes da cadeia podem se organizar para explicitar a inadequação das normas do MTE. E também para desenvolver ações que facilitem o cumprimento da legislação.
		Cadeia se organizar para influenciar na alteração do Código Ambiental em tramitação no Congresso.
	(Legislação)	Agentes da cadeia podem se organizar para explicitar a inadequação das normas do MTE. E também para desenvolver ações que facilitem o cumprimento da legislação.
		Cadeia se organizar para influenciar na alteração do Código Ambiental em tramitação no Congresso.

SENTENÇAS		
	(Oeste)	Agentes da cadeia podem se organizar para explicitar a inadequação das normas do MTE. E também para desenvolver ações que facilitem o cumprimento da legislação.
		Cadeia se organizar para influenciar na alteração do Código Ambiental em tramitação no Congresso.
	(Planalto)	Agentes da cadeia podem se organizar para explicitar a inadequação das normas do MTE. E também para desenvolver ações que facilitem o cumprimento da legislação.
		Cadeia se organizar para influenciar na alteração do Código Ambiental em tramitação no Congresso.
Pesquisa, difusão e assistência técnica	(Oeste)	FUNDECI do Banco do Nordeste é fonte para financiamento de pesquisas a fundo perdido.
	(Extremo Sul)	Convênio com INCAPER para montagem de unidade demonstrativa no Extremo Sul, visando validação de tecnologias. Consórcio de Pesquisa Café prevê esse tipo de arranjo.
		Montagem de programa de assistência técnico-gerencial que gere benchmarks de custo e manejo os quais podem ser disseminados até para os produtores ainda não membros do programa.
	(Chapada)	Necessariamente terá que ser rompido o paradigma da assistência técnica pública e gratuita pelos quais técnicos “fingem que assistem” e produtores “fingem que aplicam recomendação”. Há que se restabelecer relação de confiança.
Pesquisa, inovação, difusão de tecnologia e assistência técnica	(Sul e Baixo Sul)	Convênio com INCAPER para montagem de unidade demonstrativa na região cacauzeira, inclusive com possível utilização da estrutura da CEPLAC, visando validação de tecnologias. Consórcio Pesquisa Café prevê esse tipo de arranjo.
Promoção e Marketing	(Sul e Baixo Sul)	Inserção de conilon de qualidade em blends de cafeterias ou marcas de café de menor escala. Já que há possibilidade de ser necessário fazer catagem do café maduro, é importante, se for esse o caso, deve-se buscar posicionar o produto de melhor qualidade que seria obtido.
	(Chapada)	Marca “Lavado Baiano” teria fácil penetração no mercado. Estado faz o marketing massivo e cada município ou mesmo produtor e/ou grupos faz o seu marketing individual, com apoio do governo.
	(Extremo Sul)	Caso tenha um programa efetivo para capacitação para a melhoria da qualidade, a Bahia pode e deve se diferenciar do Espírito Santo como produtora de conilon de maior qualidade, enquanto a produção daquele estado é tida como de baixa qualidade.
		Como não ocupa APPs e não demanda grandes áreas conilon do Extremo Sul pode ser caracterizado como positivo para a preservação da Mata Atlântica.
		Inserção de conilon de qualidade em blends de cafeterias ou marcas de café de menor escala.

SENTENÇAS

(Oeste)	Caracterização da região como fornecedora preferencial de cafés naturais finos, com regularidade de oferta, para utilização principalmente em blends de expresso. É importante a determinação do perfil sensorial médio do café da região.
	Como não ocupa APPs e não demanda grandes áreas, café do Oeste pode ser caracterizado como positivo para a preservação do Cerrado. Há que se enfatizar a biodiversidade do Cerrado.
(Planalto)	Marca “Lavado Baiano” teria fácil penetração no mercado. Estado faz o marketing massivo e cada município ou mesmo produtor e/ou grupos faz o seu marketing individual, com apoio do governo.
	Posicionar o Planalto como uma origem internacional de lavados. Enfatizar o perfil sensorial dos lavados do Planalto, mesmo que inferiores aos da Chapada, mas com maior escala. Trazer estrangeiros para conhecer a região.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Comercialização	(Vale do Jequiçá e Brejões)	Câmbio valorizado limita a competitividade internacional do café brasileiro. E participação brasileira no mercado mundial, limita potencial de aumento de preço.
	(Chapada)	Câmbio valorizado limita a competitividade internacional do café brasileiro.
	(Extremo Sul)	Aparente tendência de queda nos preços do conilon. Mercado brasileiro não teria mais capacidade de absorver parcela tão significativa da safra e preço internacional é geralmente menor que o preço interno.
		Câmbio valorizado limita a competitividade internacional do conilon brasileiro.
		Derrocada a indústria brasileira de solúvel limita mercado para conilon brasileiro. Instalação de indústrias de solúvel, só na região, só teria competitividade caso fossem visando mercado interno.
		Taxação do café industrializado brasileiro na UE mina competitividade de indústrias de solúvel brasileiras. Segundo indústrias, impossibilidade de drawback também.
	(Oeste)	Câmbio valorizado limita a competitividade internacional do café brasileiro.
	(Planalto)	Câmbio valorizado limita a competitividade internacional do café brasileiro. E participação brasileira no mercado mundial limita potencial de aumento de preço.
Condições Edafo-climáticas e Meio Ambiente	(Extremo Sul)	Há condição muito propícia para a silvicultura de eucaliptos na região, lavoura que exige menor gestão de mão-de-obra pelo produtor e cujo risco de mercado é menor que o do café.

SENTENÇAS		
	(Oeste)	Aquecimento global poderia excluir região como produtora de café?
	(Sul e Baixo Sul)	Na medida em que o cultivo de café se intensificar, pode haver aumento de ocorrência de pragas e doenças, cujo controle é difícil devido às dificuldades de mecanização.
Defesa Agropecuária	(Extremo Sul)	Vinda de material propagativo do Espírito Santo pode ser vetor para pragas e doenças. Esse pode ter sido o caso da cochonilha das rosetas.
	(Sul e Baixo Sul)	Vinda de material propagativo do Espírito Santo pode ser vetor para pragas e doenças.
Disponibilidade de Mão-de-obra e Geração de Empregos	(Oeste)	Crescimento econômico (outras atividades, ex. construção civil). Bolsas do governo e outros programas sociais limitam a oferta de mão-de-obra.
		Grupos preferem focar em lavouras temporárias ao invés de café, por estas demandarem menos mão-de-obra.
		Tendência de aumento real do salário mínimo deve continuar a pressionar o custo com mão-de-obra.
	(Sul e Baixo Sul)	Produtores do Espírito Santo buscam colhedores no Extremo Sul no período da colheita.
	(Vale do Jequiçá e Brejões)	Crescimento econômico (outras atividades, ex. construção civil). Bolsas do governo e outros programas sociais limitam a oferta de mão-de-obra, mesmo na caatinga.
		Tendência de aumento real do salário mínimo deve continuar a pressionar o custo com mão-de-obra.
	(Chapada)	Crescimento econômico (outras atividades, ex. construção civil). Bolsas do governo e outros programas sociais limitam a oferta de mão-de-obra.
		Minas e Mogiana estão buscando colhedores de café na região da Chapada.
		Tendência de aumento real do salário mínimo deve continuar a pressionar o custo com mão-de-obra.
	(Extremo Sul)	Cadeia do eucalipto é forte demandadora de mão-de-obra, por períodos maiores, com carteira assinada.
		Crescimento econômico (outras atividades, ex. construção civil). Bolsas do governo e outros programas sociais limitam a oferta de mão-de-obra.
		Produtores do Espírito Santo buscam colhedores no Extremo Sul no período da colheita.
		Tendência de aumento real do salário mínimo deve continuar a pressionar o custo com mão-de-obra
	(Planalto)	Crescimento econômico (outras atividades, ex. construção civil). Bolsas do governo e outros programas sociais limitam a oferta de mão-de-obra, mesmo na caatinga.

SENTENÇAS		
		Tendência de aumento real do salário mínimo deve continuar a pressionar o custo com mão-de-obra.
Gestão da Qualidade	(Extremo Sul)	Sobra de conilon no mercado nacional pode levar a um aperto mais forte na exigência de qualidade de forma abrupta.
	(Sul e Baixo Sul)	Sobra de conilon no mercado nacional pode levar a um aperto mais forte na exigência de qualidade de forma abrupta.
Governança da Cadeia	(Extremo Sul)	MTE é inacessível até mesmo para os Sindicatos de Produtores Rurais. Produtores afirmam que possível aumento das exigências trabalhistas os faz pensar duas vezes antes de ampliar plantios.
	(Oeste)	MTE é inacessível até mesmo para os Sindicatos de Produtores Rurais. Produtores afirmam que possível aumento das exigências trabalhistas os faz pensar duas vezes antes de ampliar plantios.
Legislação	(Sul e Baixo Sul)	Quando o MTE passar a exigir o cumprimento da legislação e das normas na região, produtores provavelmente estarão despreparados.
	(Vale do Jequiriçá e Brejões)	Quando o MTE passar a exigir o cumprimento da legislação e das normas na região, produtores provavelmente estarão despreparados.
Promoção e Marketing	(Sul e Baixo Sul)	Por demandar maior raleamento de sombra que o cacau, o café conilon corre o risco de ser taxado como destruidor da Mata Atlântica.
	(Extremo Sul)	Campanhas, recorrentes, de produtores de arábica buscando denegrir imagem do conilon .

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Produzir cafés de qualidade, visando agregar valor. Melhorar a produção de café **conilon** na zona do Atlântico. Incentivo a produção de cafés irrigados. Promover um zoneamento adequado às realidades edafoclimático do Estado.

VALORES

- Produzir com eficácia e sustentabilidade;
- Desenvolver pesquisas tecnológicas nas Universidades;
- Atender o mercado de consumo do Nordeste e exportação;
- Promover a instalação e modernização das torrefações de café

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Estabelecimento da câmara setorial como órgão direcionador governança da cadeia do café na Bahia, agregadora de demandas e direcionadora das políticas estaduais para o setor, além de interface entre a cadeia e o poder público, quer federal, quer estadual.
- Estruturar programa estadual de promoção da qualidade integrado com programa de ATGER e de financiamento de infra-estrutura de processamento de café, e com mapeamento da qualidade potencial e programa de marketing (estruturação de regularidade de oferta).
- Montar programa de assistência técnico-gerencial, com coordenação do Estado (gerenciando metas, tabulando indicadores, criando inteligência competitiva e gerando demanda de pesquisa – vide governança da cadeia), aplicado no campo por cooperativas e associações, consultores privados e prefeituras municipais (conselhos municipais). Tal programa deve necessariamente contemplar acompanhamento econômico-financeiro das propriedades, manejo de irrigação e processamento do café, cruciais para competitividade. A assistência deve ser subsidiada temporariamente, mas é importante que os produtores paguem por ela, assim que possível, para gerar relação de confiança e ampliar a abrangência do programa. As diretrizes do programa devem ser propostas pela câmara setorial.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Estruturar a oferta dos cafés com características especiais demandadas pelo mercado. Garantir qualidade com escala e regularidade de oferta adequada. Com base em tal oferta, fomentar a implantação de indústrias de café com maior porte no Estado e/ou incentivar a expansão das ora existentes, bem como estruturar a exportação do café pela própria Bahia, posicionando o Estado como o maior fornecedor tanto de café torrado e moído como de café verde do Nordeste do Brasil.
- Financiamentos para renovação de lavouras e novos plantios, infraestrutura de qualidade e pós-colheita e infraestrutura e manejo de irrigação atrelados a programa estadual de competitividade, o que possibilitará mitigar de forma significativa o risco concessão de crédito.
- Profissionalização da Secretaria e coordenação dos programas para a cafeicultura.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - João Lopes Araújo.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ABACAFE - Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia
- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia

- AMIRS - Associação dos Municípios da Micro-Região do Sudoeste
- ASSOCAFÉ - Associação dos Produtores de Café
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- CCCB - Centro de Comercio de Café da Bahia
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- COOABRIEL - Cooperativa Agrária dos cafeicultores de São Gabriel ES - Filiais de Teixeira de Freitas BA - Filial de Itabela BA
- COOPMAC- Coop. Mista Agropecuária Conquistense
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- MST- Cooperativa Central dos Assentamentos da Bahia Ltda.
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- Relevo consultoria em Agronegócios
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
- SINDICAFÉ - Sindicato das Indústrias de Torrefação de Café da Bahia
- Tecon Salvador S.A
- UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

CÂMARA DA CANA-DE-AÇÚCAR E DERIVADOS

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da cana-de-açúcar foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável do agronegócio da cana e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando seus produtos mais competitivos à nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Café (ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, AGROVALE - Agro-Indústrias do Vale do São Francisco S.A., Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, CODECANA - Cooperativa de Produtores de Derivados de Cana do Vale do Rio Gavião, CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, COOPAMA - Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Qualidade da Microrregião de Abaíra, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia, IBAMETRO - Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia, UNIFACS - Universidade Salvador), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

CONTEXTO DA CADEIA

A Cana de açúcar, *Saccharum officinarum* L foi primeiro cultivada no Sul da Ásia Leste e Índia Ocidental. Ao redor de 327 BC essa era um importante cultivo no subcontinente africano. A cana foi introduzida no Egito ao redor de 647 a.D. e, aproximadamente um século depois a Espanha (755 A.D.). Desde então, o cultivo de cana de açúcar foi estendido a quase todas as regiões tropicais e subtropicais. Portugueses e Espanhóis a levaram ao Mundo Novo no início do século XVI. Essa foi introduzida aos Estados Unidos da América (Louisiana) ao redor de 1741.

Os países de cultivo de cana de açúcar no mundo encontram-se entre a latitude 36.7° norte e 31.0° sul da linha do Equador estendendo-se de zonas tropicais a subtropicais.

A cana de açúcar cultivada no mundo ocupa uma área de 23,73 milhões de ha. com uma produção total de 1.682,5 milhões de toneladas (FAO, 2009). A área de cana de açúcar e produtividade difere vastamente de país para país. A Austrália tem a maior produtividade (85.1 tons/ha). De 121 países produtores de cana de açúcar, quinze países (Brasil, Índia, China, Tailândia, Paquistão, México, Cuba, Colômbia, Austrália, USA, Filipinas, África do Sul, Argentina, Mianmar, Bangladesh) 86% de área e 87.1% de produção. É responsável por 25% das terras férteis, seu cultivo e processamento fornecem sustento a dezenas de milhões de pessoas, e sua exportação sustenta muitas economias nacionais. Do total da produção de açúcar cristal branco, aproximadamente 70% vem da cana de açúcar e 30% de açúcar de beterraba.

A cana-de-açúcar chegou ao Brasil no século XVI, junto com os portugueses. O primeiro alvará que trata sobre a introdução da cana de açúcar no Brasil data de 1.516, expedido pelo rei de Portugal, D. Manuel. As primeiras mudas vieram em 1532, na expedição marítima de Martim Afonso de Souza. Aqui a planta espalhou-se em solo fértil, com a ajuda do clima tropical quente e úmido e da mão-de-obra escrava vinda da África. O registro dessa nova colônia enriqueceu Portugal e espalhou o açúcar brasileiro - assim como aquele produzido na América Central, na colonização de franceses, espanhóis e ingleses - por toda a Europa. Em virtude do aumento das exportações de açúcar de cana para a Europa, em função de seu preço baixo e do consumo crescente, a agricultura canavieira se caracterizou como o setor mais importante da economia colonial brasileira.

O primeiro engenho nordestino foi fundado por Jerônimo de Albuquerque em Pernambuco, em 1535, chamado de Engenho de Nossa Senhora da Ajuda, próximo a Olinda. A partir de 1538 eles se espalharam pelas margens da Baía de Todos os Santos. A terra escura da região, o massapê, foi propícia à expansão da cultura canavieira na Bahia.

A previsão de produção de cana-de-açúcar para a safra 2010/2011 é de 664 milhões de toneladas, em 8,1 milhões de hectares, recorde na história da cultura. O Estado de São Paulo tem a maior área plantada de cana, com 4,4 milhões de hectares, seguido por Minas Gerais, 648 mil hectares; Paraná, 608 mil hectares; Goiás, 601 mil hectares e Alagoas, 464 mil hectares. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab),

O Estado da Bahia possui 417 Municípios de acordo com a CECTI (2008) dos quais 120 são produtoras de cana-de-açúcar, com finalidade de exploração agroindústrias familiares (cachaça, melado, rapadura, doces com frutas, açúcar mascavo, açúcar cristal, vinagre), alimentação animal (bovinos, eqüinos, ovino caprino) e sucroalcooleiro (açúcar industrial, etanol). Dados da CAC-SEI informam que em 2009 na Bahia foram plantados 97 mil hectares de cana-de-açúcar com uma produção de 5.263 mil toneladas e uma produtividade de 58 toneladas/ hectare.

A Cana de açúcar se constitui como um recurso energético agrícola renovável quanto ao uso do CO₂, fixando na lavoura e liberado o mesmo para a atmosfera na combustão. Esta gramínea produz: açúcar; álcool; etanol bicomcombustível; fibra; fertilizante e uma grande quantidade de derivados/co-produtos com sustentabilidade ecológica. Os derivados principais da indústria de açúcar são bagaço e melaço. . O bagaço é usado como matéria prima na indústria de papel. e geração de energia elétrica quando é efetuada a combustão do mesmo nas usinas. O melaço é o derivado principal mais importante na produção de bicomcombustíveis, se constituindo na matéria prima para álcool .

O sistema de produção de cana-de-açúcar na Bahia se diferencia de acordo como propósito e a área de cultivo, os usineiros exploram grandes áreas com uso intensivo de tecnologias, enquanto que, os pequenos agricultores preservam tradições culturais nos sistemas de plantio. O destino da produção também é diferenciado na produção familiar é utilizado em pequenas agroindústrias de produção de cachaça, açúcar mascavo e rapadura, enquanto que as usinas industrializam álcool e açúcar branco. No processo de industrialização em pequenas propriedades ocorre de forma bastante precária com agroindústrias de baixo nível tecnológico, de alto custo, sem controle de qualidade, sem gestão profissionalizada e aproveitamento racional da cultura.

Mudanças na organização da produção e modernização das pequenas agroindústrias vem melhorando a qualidade dos produtos da agricultura familiar, sobretudo, os co-produtos cachaça e rapadura. Essa nova realidade é fruto do conhecimento das qualidades superiores da boa cachaça em relação às demais bebidas alcoólicas destiladas, do reconhecimento do elevado valor nutricional da rapadura, sobretudo quando comparado ao açúcar branco. Esta cadeia produtiva tem um elevado número de integrantes estimando-se no Brasil mais de 150.000 unidades e mais de 7.000 agroindústrias familiares no Estado da Bahia gerando mais de 35.000 empregos diretos.

Devido à elevada participação dos pequenos agricultores nesta cadeia produtiva, que são mais afetados pelas deficiências da assistência técnica, pesquisa, no atendimento das demandas nos seus diferentes ecossistemas produtivos, aliados a falta de cooperativas especializadas, baixa qualidade na industrialização artesanal e abertura de novos mercados de consumo, o agronegócio da cana para agricultura familiar requer tomadas de ações de imediato.

Uma melhor coordenação e execução, de políticas direcionadas ao fortalecimento e entrosamento dos diferentes elos deste importante segmento, de forma a melhor organizar a produção, explorar as potencialidades e oportunidades que se apresentam para e com isso gerar uma renda maior e mais estável, aumentar a competitividade e agregar mais valor ao produto se constituem nos objetivos do planejamento estratégico da Câmara setorial da cadeia produtiva da cana-de-açúcar.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

Disponibilidade de recursos

- Existem recursos disponíveis nos agentes financeiros, nos governos; federal e estadual, tanto para o grande agronegócio, bem como, para agricultura familiar.

Disponibilidade de terra

- A Bahia possui regiões adequadas para a cultura da cana-de-açúcar, onde em algumas regiões, desde o período da colonização, já vem se cultivando (Recôncavo), como também, regiões do interior do Estado, Vale do São Francisco, Chapada Diamantina, Serra Geral, Oeste, Extremo Sul, Sudoeste, e, em proporções menores, é cultivada na maioria das regiões do Estado,.

SENTENÇAS

Estrutura das instituições existentes, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

- Pesquisa avançada para a cultura, destacando o País como maior produtor de cana-de-açúcar.

Marca Bahia; legislação que estimula a utilização dos subprodutos da cana das escolas públicas;

Bahia turística

- A Bahia é um Estado que tem destaque nacional e internacional, e isto irá facilitar o marketing dos nossos produtos. Os derivados da cana-de-açúcar, como rapadura, melado, deverão ser mais divulgados nas escolas, mostrando a importância nutritiva destes alimentos na merenda escolar.

Mercado baiano é comprador

- O mercado é ativo e promissor, importando a maioria dos produtos da Cadeia.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

- Carência de unidades de beneficiamento; Acesso ruim para escoamento da produção; O Programa Luz Para Todos não atende as necessidades da agroindústria; Falta de oferta de equipamentos de qualidade; baixa capacidade de produção das agroindústrias familiares; Falta de veículos para transporte para escoamento de produção da agricultura familiar; Portos inadequados.
- Dificuldade de acesso ao crédito (burocracia, falta de funcionários qualificados); Regularização fundiária; Falta de documentação dos produtores para acesso ao crédito; Falta de seguro.
- Difusão dos resultados da pesquisa; Falta de articulação entre a pesquisa e extensão; Insuficiência de técnicos qualificados e remunerados satisfatoriamente para o trabalho; Falta articulação das instituições estatais e privadas; Falta de apoio logístico para desenvolvimento das atividades da AT.
- Mercado baiano é comprador; Falta de articulação para fiscalização conjunta, Fazenda, ADAB, MAPA, Vigilância (Anvisa); Desarticulação dos canais de comercialização (produtores e cooperativas).
- Não exploração da Marca Bahia; falta de promoção dos produtos baianos; Deficiência na certificação; Falta de recursos para promoção e marketing.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

- Lei de ATER para Agricultura Familiar.
- O Governo Federal sancionou a lei de ATER para agricultura familiar, disponibilizando recursos para as organizações (cooperativas, redes, associações, etc.), que atuam na ATER para os pequenos agricultores.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Visa contribuir para o desenvolvimento técnico científico, econômico e social de toda cadeia produtiva da cana de açúcar incrementando a produtividade com responsabilidade e sustentabilidade, com preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida.

VALORES

- Estimular a produção integrada da cadeia produtiva da cana de açúcar e seus derivados.
- Capacitar os atores para o uso racional da cultura, desenvolver estratégia que possa viabilizar os pilares de produção: Sucroalcooleiro, Agricultura Familiar e Pecuária em todas as regiões produtora do Estado.
- Proporcionar uma sinergia multidisciplinar principalmente com a iniciativa privada, agentes financeiros, estado, municípios, ONG's, produtores e mercado.
- Estabelecer metas para cada grupo trabalhado com agilidade e redução de custo dos processos de produção dos derivados.
- Incentivar a exploração de todo o elo da cadeia produtiva.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Criação de programa de desenvolvimento para assistência técnica envolvendo todo elo da cadeia produtiva, através da reestruturação dos órgãos do governo para prestar assistência técnica a micro e pequenos produtores (contratação e captação de técnicos, rever o zoneamento com a inclusão do semi-árido), fortalecimento das organizações de produtores em toda cadeia produtiva.
- Fiscalização nas barreiras fiscais para açúcar e etanol e na comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar (principalmente cachaça) e apoio as mini- agroindústrias na legalização das unidades produtivas.
- Fortalecer e promover as marcas da Bahia, através de eventos (reuniões, congressos, seminários, exposições, festas populares, divulgação nos eventos) privados e estatais e da criação das indicações geográficas.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Criação de centro de excelência e escolas profissionalizantes para a cadeia produtiva para desenvolver pesquisa para o melhoramento do processo produtivo.
- Fomento de projetos para cooperativas e ou grupos de agricultores familiares para o processo de industrialização dos co-produtos com maximização do fluxograma de funcionamento e minimizar custos.
- Incentivar o plantio de cana-de-açúcar no Estado da Bahia, assim como a entrada de novas indústrias do setor bioenergético para o aumento da produção local de etanol e açúcar, afim de suprir o déficit interno do nosso Estado e a demanda crescente mundial.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Nelson Luz Pereira.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AGROVALE - Agro-Indústrias do Vale do São Francisco S.A.
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- CAR - Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
- CODECANA - Cooperativa de Produtores de Derivados de Cana do Vale do Rio Gavião
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPAMA - Cooperativa dos Produtores de Aguardente de Qualidade da Microrregião de Abaíra
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia
- IBAMETRO - Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
- SECTI - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
- UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia
- UNIFACS - Universidade Salvador

CÂMARA DA CARNE/AVES E SUÍNOS

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de suínos e aves foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, para constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de reunir as entidades atuantes na cadeia produtiva de suínos e aves, para juntas discutirem os problemas existentes e apresentarem propostas de solução para os mesmos e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando esta “commodity” mais competitiva a nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva e suínos e aves (Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBÁHIA, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, Associação Baiana de Avicultura – ABA, Associação Baiana de Suinocultura – ABS, Associação Baiana dos Criadores – ABAC, Associação Baiana dos Pequenos Abatedores de Aves – ABAPA, Avigro Avícola Agroindustrial LTDA, BRF- Brasil Foods, Comitê Estadual de Sanidade Avícola, Cooperativa de Produtores de Frango do Recôncavo Baiano- COOPERFRANGO, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB, OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Sindicato das Indústrias de Carne da BAHIA – SINCAR, Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia – SFA/BA, Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva de suínos e aves.

CONTEXTO DA CADEIA

As cadeias produtivas de aves e suínos no Brasil passaram por profundas mudanças nos últimos anos com um crescimento exponencial da produção para atender o aumento do consumo nos mercados interno e externo, resultado da aplicação de duas estratégias: a primeira, redução do custo das matérias-primas, com o aperfeiçoamento tecnológico na produção tanto no nível de granjas quanto a nível agroindustrial devidos aos avanços na inovação tecnológica e a segunda o atendimento das necessidades específicas dos consumidores em ambos mercados.

Conforme o relatório da UBABEF (2009-10) O Brasil é o maior exportador de frangos do mundo. Em 2009, a avicultura brasileira produziu 11,5 milhões de toneladas de carne de frango, 350 mil toneladas de carne de peru e 24,6 bilhões de unidades de ovos, além de carnes e produtos de outras espécies avícolas. Foram exportados 3,9 milhões de toneladas de carne de frango para 142 países, um aumento. A

receita de exportação alcançou US\$ 5,6 bilhões, correspondendo a um crescimento de 44% na mesma comparação. O País detém 42,8% do mercado mundial de carne de frango.

Na Bahia, segundo dados da ABA (2009) há um alojamento de aproximadamente de 9.000.000 pintos por mês, com uma produção anual de 100 milhões de aves totalizando uma produção de 230 mil toneladas de carne de frango. No ano de 2009 a Bahia representou aproximadamente 2 % da produção nacional de carne de frango (UBABEF 2009/10).

Observa-se que a participação da produção de frangos da Bahia em relação ao cenário nacional ainda é pequena. Entretanto é a segunda maior do Nordeste, produzindo no ano de 2009 100 milhões de frangos (2,01 % da produção nacional), com aproximadamente 230 milhões de toneladas de carne produzidas, sendo que 75% é de produção integrada (SIE, SIF) e 25% oriunda de produção independente (ABA, 2009). Segundo o relatório BahialInvest (2006), a atividade avícola representa 2,3% entre as atividades agropecuárias no Estado da Bahia.

Conforme relatório da ABIPECS (2010), A cadeia suína brasileira produziu no ano 2010 30 milhões de cabeças, gerando 3 milhões de toneladas de carne produzindo de 630 mil empregos diretos e indiretos, investimentos no campo e na indústria de R\$ 9 bilhões, receita de R\$ 84 bilhões, sendo R\$ 30,4 bilhões no mercado interno, R\$ 2,6 bilhões no mercado externo, R\$ 51,6 bilhões na distribuição e no varejo, é uma importantíssima atividade econômica, principalmente no Sul e Sudeste do País. O Brasil é o quarto produtor e exportador de carne suína.

O mercado interno absorve 80% da produção, e as perspectivas são animadoras, pois o consumo vem se ampliando com o crescimento da economia, com o aumento do poder aquisitivo dos brasileiros e o reconhecimento pelo consumidor do sabor inigualável da carne suína.

O mercado externo também acena com enormes oportunidades, mas representa o principal desafio para o empresário brasileiro, que enfrenta barreiras técnicas, essencialmente de ordem sanitária, e obstáculos como lentidão burocrática no Brasil e na maior parte dos países aos quais pretende fornecer a carne suína nacional.

Na Bahia, a produção de suínos no ano de 2006 foi de cerca de 2 milhões de cabeças de suínos, conforme dados do IBGE sistematizados pela ABCS em 2009. Em recente levantamento realizado pela recém fundada Associação Baiana Suinocultura, baseado principalmente pela comercialização de insumos, a Bahia conta com aproximadamente 10.000 matrizes tecnificadas, alternando a produção de baixa tecnificação com granjas de alto padrão tecnológico.

Com o intuito de inserir estas importantes cadeias produtivas no cenário brasileiro e mundial, a estruturação da câmara setorial de aves e suínos terá um grande desafio para harmonizar a produção baiana de aves e suínos nos aspectos produtivos e a consolidação no mercado interno tornando a Bahia auto-suficiente na produção dos segmentos.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Participar, dentro das suas possibilidades, da construção de uma sociedade igualitária, com educação de qualidade, emprego e renda para todos e o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas de aves e suínos, com vistas ao seguinte cenário:

Avicultura e suinocultura competitivas

Base econômica diversificada, com novo padrão tecnológico, direcionada para a produção agroindustrial, dotada de uma infra-estrutura ampliada e modernizada; recursos humanos qualificados; e pólos prestadores de serviços desenvolvidos e combinados a uma economia integrada ao contexto estadual, nacional e internacional.

Avicultura e suinocultura ambientalmente responsáveis

Atores sociais assumindo o novo papel de preservar o patrimônio coletivo natural, atuando no sentido de viabilizar usos mais adequados dos recursos naturais, dentro dos princípios de desenvolvimento sustentável.

Avicultura e suinocultura participativas

Envolvimento efetivo dos empresários no processo de desenvolvimento da atividade, através do ABAPA, ABS, ABA, sindicatos, cooperativas e instituições públicas municipais, estaduais e federais.

Avicultura e suinocultura eco-eficientes

Atividade produtiva desenvolvida numa visão de preservação do eco-sistema.

Avicultura e suinocultura justas

Maior oferta de emprego e geração de renda, índices reduzidos de insanidade e de clandestinidade, serviços sociais básicos ampliados e descentralizados, a maioria das instalações beneficiada com produtos de qualidade, água tratada, esgoto sanitário, coleta e tratamento de lixo, padrão alimentar satisfatório e menor desigualdade social.

“Há duas motivações básicas para se olhar para o futuro. A primeira é evitar ameaças. A segunda é estabelecer metas, sonhar sonhos, criar visões, fazer projetos, em suma, projetos para o futuro em um amplo espectro de propósito e intenções. Ambas são tão antigas quanto a espécie humana e estão em ação desde o início dos tempos” (Slaughter, 2004)

VALORES

- A Câmara Setorial de Aves e Suínos defende o respeito e a ética, atuando com clareza e transparência, compartilhando responsabilidades sociais e priorizando o atendimento às necessidades de todos aqueles que procuram pelos nossos serviços, desenvolvendo relações de confiança e credibilidade em todos os níveis para construção de políticas públicas promotoras do desenvolvimento sustentável.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Educar e incentivar os elos da cadeia para cumprimento da legislação fiscal e sanitária em vigor, contratação de pessoal técnico e administrativo por concurso público para a ADAB e a SFA MAPA. Analisar e revisar a política fiscal e tributária em relação à carne de aves e suínos e seus derivados, alterando o decreto 6.284/97 isentando do recolhimento do ICMS o estabelecimento que disponha de serviço de inspeção oficial.
- Estruturar / adequar as feiras e mercados municipais aos padrões mínimos de segurança sanitária, de acordo com legislação vigente. Mapear e diagnosticar no setor varejista verificando as tendências de consumo da carne suína. Organizar, orientar e fiscalizar pontos de venda de carne em nível estadual, introduzindo o conceito de gestores de qualidade. Realizar campanha publicitária de caráter institucional, com o objetivo de informar os consumidores sobre as reais características de carne suína e de aves. Elaborar um projeto de pequeno abatedouro, para adequação dos pequenos abatedouros nas normas sanitárias e abates. Implantar as boas práticas agropecuárias - BPA Aves e Suínos e a qualidade total rural - GT Rural Corte para grupos de produtores devidamente organizados. Implantar programas de segurança alimentar como, por exemplo, boas práticas de fabricação (BPF), procedimentos padrão de higiene operacional (PPHO) e análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC). Promover treinamento de produtores e seus agregados nas boas práticas agropecuárias. A postura puramente fiscalizadora, mesmo sendo exercida dentro dos marcos legais, deve mudar frente a sociedade, de forma que os fiscais passem a ser vistos como agentes de gestão de qualidade.
- Realizar o diagnóstico educativo sanitário para produção de aves e suínos e intensificar as ações de educação sanitária. Envolver as universidades e organismos de pesquisa no sentido de desenvolvimento de tecnologias específicas as atividades na Bahia. Fomentar a realização de pesquisas aplicadas as necessidades da cadeia. Implantar um sistema centralizado e confiável para definição e coleta de informação sobre aspectos diversos da cadeia.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Articulação com agentes financeiros e de fomento para a produção de aves e suínos com o objetivo de atender aos pequenos produtores. Incentivar os produtores a trabalharem com mitigadores (seguros), buscando o acesso dos mesmos a bolsa e ao mercado futuro.
- Recomendar junto aos municípios baianos à implantação de serviços de inspeção municipal integrados ao SISBI e criar um centro de pesquisa no campus da UFRB ou de outra instituição de ensino ou pesquisa, como retaguarda tecnológica a cadeia produtiva.
- Requalificação dos pequenos abatedouros para cumprimento das normas legais, com o apoio da Embrapa, do SEBRAE, da ADAB e outros. Fomentar a abertura de novas plantas frigoríficas de porte médio capazes de realizar abates.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo – Lourival Farias.

Coordenador - Almir Eloy.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBÁHIA
- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB
- Associação Baiana de Avicultura - ABA
- Associação Baiana de Suinocultura - ABS
- Associação Baiana dos Criadores - ABAC
- Associação Baiana dos Pequenos Abatedores de Aves – ABAPA
- Avigro Avícola Agroindustrial LTDA
- BRF- Brasil Foods
- Comitê Estadual de Sanidade Avícola-
- Cooperativa de Produtores de Frango do Recôncavo Baiano- COOPERFRANGO
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB
- OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI
- Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM
- Sindicato das Indústrias de Carne da BAHIA – SINCAR
- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia – SFA/BA
- Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB

CÂMARA DA CARNE/BOVINOS E BUBALINOS

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva Bovinos/Bubalinos foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável bovino/bubalinocultu- ra e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando seus produtos e subprodutos mais competitivos a nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Subcâmara Setorial da Cadeia Produ- tiva bovinos/bubalinos (ABCN - Associação Baiana dos Criadores de Nelore, ABCZ- Associação Brasileira dos Criadores de Zebu, Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, Associação de Bubalinos – ABUBA, Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia – ACRIOESTE, BB - Banco do Brasil, BNB - Banco Do Nordeste, Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense – COOPMAC, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, FAEB - Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Sindicato das Indústrias de Carne da Bahia – SINCAR, Sociedade de Medicina Vete- rinária, Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia – SFA/ BA, UFBA - Escola de Medicina Veterinária), apresentando um planejamento estratégico para Cadeia Produtiva Bovinos/Bubalinos.

CONTEXTO DA CADEIA

No mercado internacional a Austrália encabeça a lista dos exportadores mundiais de carne, represen- tando 15,7%, seguida dos Estados Unidos com 15 %. O Brasil, com 8%, assumiu recentemente a terceira po- sição no ranking, ultrapassando a União Européia, 6%. A previsão é de que sejam exportados, pelo Brasil, cerca de 800 mil toneladas de carne bovina. Esse volume representa cerca de US\$ 1,2 bilhão em receita e o País tem condições de ser o primeiro da lista dos exportadores mundiais em pouco tempo.

Mais de 80% dos animais brasileiros são alimentados a pasto, ou seja, estes animais têm uma alimentação saudável e ecológica, dentro dos padrões de qualidade exigidos pelos mercados europeus e asiáticos. Atualmente a cadeia da carne bovina brasileira passa por um momento com vários pontos favoráveis,

tais como o aumento da demanda internacional, o crescimento de mercados emergentes, aquecimento do mercado interno e ciclo pecuário favorável.

Em implantação a tecnologia da rastreabilidade bovina, nos rebanhos brasileiros cria um sistema de controle de animais, que permite sua identificação individual desde o nascimento até o abate, registrando todas as ocorrências relevantes ao longo de sua vida. Esse sistema permite ao empresário brasileiro estar apto a participar do mercado externo, com a vantagem de produzir com custos menores que seus concorrentes.

O sucesso do agronegócio da carne bovina brasileira e o alcance da primeira colocação na exportação do produto no mundo serão conseguidos pelo comprometimento, responsabilidade e amadurecimento de grande parte dos componentes da cadeia produtiva, que determinaram a quebra do paradigma unilateral, que ao mesmo tempo, fortaleceram os elos de produção, agro-industrialização e distribuição, facilitando ao máximo a constituição de uma sólida estrutura mercadológica.

Com um plantel bovino estimado em 11,2 milhões de cabeças e a criação animal, quase que na sua totalidade (96%), suprida de alimentação natural, a Bahia quer conquistar o mercado internacional. Caracterizada pela alimentação natural, com qualidade e baixo custo, a criação do boi de capim ou boi verde disponibiliza como produto final, carne saudável livre de hormônios e produzida a um preço competitivo.

A Bahia é zona livre de febre aftosa a mais de dez anos e o Estado conta com plantas frigoríficas em adequação para exportação e possui uma infra-estrutura logística de porto, aeroporto, rodovias, sendo hoje implantando no Estado de projeto de ferrovias que tende as necessidades deste agronegócio.

Quando se discute o mercado estadual o principal foco é o combate ao comércio clandestino da carne, principalmente pela regionalização do abate, com incentivos para atração de empresários que invistam na construção de plantas frigoríficas em várias partes do Estado paralelo a um projeto público de colocação de plantas onde a iniciativa privada não tem viabilidade econômica para se instalar, além de ações junto a açougueiros, feirantes, e comerciantes de carne, no sentido destes se adequarem as portarias de sanidade e qualidade dos produtos. Atualmente o Estado conta com 22 frigoríficos para o abate de bovinos e bubalinos.

Apesar de sua importância econômica, responsável por gerar divisas na ordem de US\$ 1 bilhão/ano, a Cadeia Produtiva de Bovinos de Corte brasileira, apresenta baixa competitividade. Esta falta de competitividade está ligada à falhas de seus mecanismos de coordenação. A Sub câmara da cadeia produtiva de bovinos/bubalinos no Estado da Bahia apresenta diversos gargalos em todas etapas que compõe a mesma, devendo analisar cada um deles de forma conjunta e não individualmente, considerando-os como elos de uma mesma corrente.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

- Agência de defesa com ramificação municipal.
- Agentes financeiros com linhas de crédito para cadeia.
- Bahia livre de febre aftosa por vacinação a mais de dez anos.
- Boa aceitação pelo mercado consumidor.
- Carne principal fonte de proteína para a alimentação humana.
- Carne produzida a pasto (boi de capim).
- Cursos de qualificação do Senar feitos por regionalmente nos sindicatos.
- Grande mercado consumidor interno.
- Pólos regionais bem definidos.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

- Altas taxas de abate clandestino.
- Baixa inversão de tecnologia na produção, implicando em baixa produtividade e perda de competitividade.
- Baixa qualidade da carne produzida.
- Desconhecimento da legislação pelos produtores.
- Difusão de tecnologias ultrapassadas e com resistência por parte dos criadores.
- Não informatização dos escritórios da ADAB.
- Pouca participação em cursos de capacitação.
- Pouca verba para defesa sanitária.
- Pouco esclarecimento dos consumidores sobre a carne saudável
- Regiões sem plantas frigoríficas
- Sistema financeiro exigente de garantias e normas não compreendidas pelos elos da cadeia

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

- Adequação dos elos da cadeia a uma produção sustentável através de parcerias com instituições do País
- Criação de congresso ou fórum estadual para cadeia e realização de seminários regionais integrados
- Exportação para mercados menos exigentes
- Verticalização da cadeia com adequada remuneração em todos os elos e rastreabilidade.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

- Barreiras sanitárias e ambientais vindas do exterior
- Campanhas contra consumo de carne
- Carne vinda de outros estados com menor carga tributária
- Falta ou pouca infraestrutura na rede digital em alguns municípios do Estado.
- Portos inadequados
- Risco de introdução ou reintrodução de doenças.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

“Ser reconhecido internacionalmente como um estado produtor de carne com qualidade, cumpridor de exigências sanitárias e certificações, produzindo num ambiente sustentável e com adequada remuneração de todos os elos da cadeia”.

VALORES

- Sustentabilidade.
- Qualidade.
- Segurança alimentar.
- Combate ao abate clandestino.
- Integração da cadeia.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Contratação de pessoal técnico e administrativo por concurso público para a ADAB, EBDA e a SFA MAPA, com estruturação da infraestrutura física, equipamentos, veículos e conclusão da implantação do GTA eletrônico com dois códigos de barra: um destinado ao estado, e outro ao FUNDAP.
- Implementar projeto “Caminhos da Carne”.
- Levantamento dos produtores com problema de crédito, criação de um pacto de renegociação das dívidas para os pecuaristas, com simplificação de acesso ao crédito, implantação de políticas de equivalência de produtos, e ampliação da participação do setor pecuário no percentual do FNE.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

Implantar o zoneamento agro ambiental do Estado da Bahia com a capacitação de todos os elos da cadeia para a legislação e sustentabilidade com uma política fiscal adequada, contemplando a verticalização da cadeia.

Realizar campanha publicitária de caráter institucional, com o objetivo de informar os consumidores e formadores de opinião sobre as reais características da carne baiana, mostrando a natureza da atividade pecuária e modificando a visão negativa que se tem sobre ela.

Reformular a extensão rural oficial sob o critério de progresso técnico para o pequeno e médio produtor.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo – Lourival Farias.

Coordenador - Almir Mendes de Carvalho Neto.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ABCN - ASSOCIAÇÃO BAIANA dos Criadores de NELORE
- ABCZ - Associação Brasileira dos Criadores de Zebu
- Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA
- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB

- Associação de Bubalinos - ABUBA
- Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia - ACRIOESTE
- BB - Banco do Brasil
- BNB - Banco Do Nordeste
- Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense – COOPMAC
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA
- FAEB- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
- Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI
- Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM
- Sindicato das Indústrias de Carne da BAHIA – SINCAR
- Sociedade de Medicina Veterinária
- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia – SFA/BA
- UFBA - Escola de Medicina Veterinária

CÂMARA DA CARNE/CAPRINOS E OVINOS

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável da Caprino e Ovinocultura e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando esta “commodity” mais competitiva à nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos (Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia – ACOOBA, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, Escola de Medicina Veterinária – UFBA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB, OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Sindicato das Indústrias de Carne da BAHIA – SINCAR, Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia – SFA/BA), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da Caprino e Ovinocultura.

CONTEXTO DA CADEIA

O Estado da Bahia lidera a produção nacional de caprinos e a segunda posição no ranking nacional de ovinos, com um efetivo total de 5,95 milhões de cabeças, conforme as estatísticas do IBGE do ano de 2008.

Conforme o estudo da CONAB, a ovinocaprinocultura no Estado da Bahia se concentra principalmente na região do Semi-Árido. O hábito alimentar arbustivo arbóreo da espécie caprina e o consumo preferencial das gramíneas pelos ovinos deslanados tornam essas duas espécies as mais adaptadas para consumir com mais eficiência as plantas de valor forrageiro existente no ecossistema da caatinga, principal dieta destes pequenos ruminantes.

Tradicionalmente a agropecuária desta região é baseada em um sistema bi-econômico, com base na agricultura dependente de chuvas, atividade extrativista, consórcio pecuário e assalariamento da mão-de-obra. A atividade pastoril em alguns municípios é a única fonte de renda e dela depende a sobrevivência de muitos agricultores familiares.

A importância econômico-social dos caprinovinos criados nessa região reside principalmente na produção de leite e de carne, como fonte de proteína animal de baixo custo, bem como na produção de peles para abastecer os grandes curtumes instalados na região; ou utilizada na produção de artefatos de couro comercializados tanto no mercado local como enviados para os grandes curtumes.

Os rebanhos são constituídos, na maioria das vezes, por um pequeno número de animais, não possuem cercas periféricas para a contenção de caprinos e ovinos e as existentes destinam-se ao cercamento de pequenos roçados de culturas de subsistência, sem um sistema de suplementação e poucos cuidados sanitários resultando em alta mortalidade de animais jovens em torno de 40% e um desfrute médio de 28% (Embrapa – CNPC).

As criações maiores e mais tecnificadas, constituídas na sua maioria por criadores selecionadores de raças especializadas na produção de carne e leite, aparecem como geradoras de empregos permitindo a uma parcela da população ter seu sustento garantido por via direta (trabalho na criação) e influenciando na melhoria genética dos rebanhos dos pequenos produtores familiares por meio da formação de animais mestiços mais produtivos.

A ausência de conhecimento sobre as potencialidades e a desinformação sobre a realidade do Semi-Árido, fazem com que boa parte dos seus moradores acredite na inviabilidade sócio-econômica e ambiental dessa região.

Deste modo, o fortalecimento e a valorização da caprinovinocultura para agricultura familiar dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Assim sendo, o desempenho dos governos e das políticas públicas, cumprem um papel fundamental em potencializar este setor.

A Bahia tem capacidade para ser uma grande fornecedora de produtos nobres, seja carne, embutidos, leite e derivados, pele de caprinos e ovinos para o seu próprio mercado, para outros Estados e para exportação. É necessário, entretanto, agir em toda cadeia produtiva, certificar a carne, leite e derivados e transformar a pele em couro, pelica, transformar em artigos criando outros elos para a cadeia, importantes para a região e a atividade

A geração de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar da região, capazes de gerar desenvolvimento sustentável e renda, coloca-se como o grande desafio dos governos e foco de discussão da Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos a qual se empenha no desenvolvimento de uma proposta de planejamento do setor de curto e longo prazo.

Considerando que a caprino e a ovinocultura baiana tem potencialidades para crescer a nível de mercado tanto nacional como internacional agregando renda aos produtores, entretanto, ainda existem muitos problemas a serem resolvidos no processo produtivo destas cadeias. O planejamento estratégico realizado pela Subcâmara Setorial da Cadeia Produtiva de Caprinos e Ovinos deverá orientar as ações do governo e dos demais envolvidos para atingir este objetivo.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

Certificação Internacional do Estado como Livre de Febre Aftosa com Vacinação

- Conquistado no ano de 2001, permitiu à Bahia acessar o mercado dos demais estados brasileiros, além de a credenciar ao mercado externo.

Clima e solos favoráveis/ Integração da produção com a Caatinga/Vocação natural pela atividade

- As regiões com os maiores rebanhos caprinos e ovinos da Bahia coincidem com aquelas de maiores áreas de Caatinga e mata nativa.

Crescimento do parque frigorífico do Estado

- Nos últimos 10 anos o número de abatedouros frigoríficos que trabalham com caprinos e ovinos saltou de 2 unidades para 9, ampliando a capacidade de abate formal e agregação de valor.

Crescimento do rebanho caprinos e ovino

- Expansão nas regiões sudeste, oeste e litoral devido ao curto ciclo produtivo, rentabilidade e proximidade do mercado consumidor.

Disponibilidade genética

Escolas Família Agrícola

- Diversas escolas desse tipo vêm contribuindo com a formação o desenvolvimento da agricultura familiar e a formação de técnicos em agropecuária.

Existência de centros de pesquisa trabalhando com caprinos e ovinos

- Os principais centros de ensino e pesquisa do Estado vêm trabalhando em algum grau com caprinos e ovinos.

Existência de rebanho base formado por animais mestiços e cruzados

- Trata-se de uma população selecionadas adaptadas às condições do Semi-Árido e dotadas de rusticidade, resistência a doenças e prolificidade.

Mercado Institucional (PAA, PAA Leite, Fome Zero)

- Instituído pelo governo federal com apoio dos estaduais e municipais, assegura a aquisição de produtos (carne, leite e derivados) à pequena agroindústria e à agricultura familiar.

Mercado local

- Este é o principal consumidor da carne e miúdos dos caprinos e ovinos do Estado. E não possui maiores restrições quanto à qualidade, garantindo o espaço para os sistemas de produção menos tecnificados.

Possibilidade de consorciação com outras atividades agropecuárias

- Isso amplia o horizonte de expansão da atividade, como já vem ocorrendo em algumas áreas onde a produção de ovinos vem sendo consorciada com outras culturas ou criação (e da própria bovinocultura), ou ainda utilizando-se dos resíduos e subprodutos da agricultura, a exemplo do sisal e da mandioca, importantes culturas do Semi-Árido baiano.

SENTENÇAS**Viabilidade para pequenas áreas/ Interação com a atividade agrícola**

- Pode ser constatado pelo fato da maior parte da atividade estar nas mãos da agricultura familiar. O que a coloca como uma das principais alternativas para o seu desenvolvimento, sobretudo nas áreas de sequeiro do Semi-Árido baiano.

FRAQUEZAS**SENTENÇAS****Baixa aceitabilidade ao leite de cabra (manejo/ATER/marketing)**

- Parte significativa dos consumidores locais, em determinadas regiões, necessidade de estratégia de Marketing. Falhas no manejo produtivo.

Baixo nível de informações e conscientização dos produtores quanto às questões sanitárias

- A maior parte dos produtores desconhece as estratégias para prevenção, controle e/ou erradicação das doenças, sejam medidas de manejo sanitário (internas) ou de defesa agropecuária (externas à propriedade).

Carência de abatedouros frigoríficos de pequeno porte

- Diversas regiões do Estado e municípios carecem de estrutura para o abate inspecionado de caprinos e ovinos.

Carência de informações epidemiológicas e biotecnológicas

- Sem dados e informações sobre prevalência das doenças nos rebanhos, técnicas de diagnóstico e controle não há como estabelecer uma estratégia efetiva para prevenção, controle e/ou erradicação das doenças dos caprinos e ovinos.

Carência de Laticínios

- Falta de políticas públicas para o fomento de laticínios. Seria uma forma de diversificar a produção da unidade familiar, aproveitando o plantel de cabras já existente.

Carência de pessoal administrativo e técnico para a Defesa Agropecuária Estadual

- Com o crescimento de suas atividades, o quadro atual da ADAB é insuficiente para atender as novas demandas que vem surgindo.

Carência de recursos hídricos voltados à produção animal

- Sem água não há produção pecuária. A maioria dos projetos é direcionada ao consumo humano.

Carência e inconsistência de dados sobre a cadeia produtiva

- Inconsistência das informações dos órgãos oficiais por falta de precisão nas informações cedidas pela maioria dos produtores e falta de fiscalização do Estado.

Custos elevados da logística do abate inspecionado

- Custos com o frete para levar os animais ao frigorífico e trazer de volta para os distritos e municípios a carne inspecionada; além da elevada taxa de abate cobrada por parte dos abatedouros.

Deficiência da malha rodoviária

- Importantes áreas produtivas carecem de estradas adequadas para o escoamento da produção, dificultando a logística da cadeia.

SENTENÇAS

Despreparo da ATER para atuar na área

- As equipes de ATER do Estado não estão qualificadas para trabalhar com caprinos e ovinos.

Desrespeito ao bem estar animal no transporte e comercialização dos caprinos e ovinos vivos

- Ambas as espécies passam por tratamento desumano no transporte e no comércio. Além de infligir uma questão ética, essa prática cultural gera prejuízos econômicos com a perda de animais e desvalorização dos produtos.

Desvalorização e falta de remuneração das peles

- Embora considerada um produto nobre, a pele é desvalorizada ou mesmo não remunerada ao produtor. Isso termina por desestimulá-lo a melhorar a qualidade da pele de seu rebanho.

Escassez de trabalhos com o melhoramento genético das raças e tipos nativos

- Os poucos projetos existentes são focados apenas na conservação desses animais. Poucos dados dos índices produtivos visando um aumento do melhoramento genético.

Existência de atravessadores (comerciante intermediário)

- Tanto o comércio de animais vivos quanto o de carne e peles são concentrados pelos comerciantes intermediários que determinam os preços e detêm a maior parte do lucro da atividade e enfraquecem as associações e cooperativas.

Falta de regularização fundiária

- Seja individual, seja coletiva (no caso dos Fundos de Pasto).

Feiras semanais de animais sem controle sanitário

- A maior parte das feiras semanais, que comercializam e movimentam um grande contingente de caprinos e ovinos, não passa por nenhum tipo de controle sanitário oficial. Nem mesmo o básico controle da origem e destino dos animais, por falta de contingente de pessoal para fiscalização.

Fragilidade da cultura associativista e cooperativista

- Associações desarticuladas, desorganizadas e não regularizadas.

Fundo de pasto

- Diminuição da produção e desertificação de áreas em função da pressão de pastejo.

Grande área de pastagens degradadas

- Embora não haja um diagnóstico sobre a situação das pastagens e vegetação nativa na Bahia, é notório o estado de degradação de grande parte dessas áreas no Estado.

Inexistência de base cadastral sanitária e do controle de trânsito de caprinos e ovinos

- Ao contrário da bovinocultura, os produtores, estabelecimentos de criação e rebanhos caprinos e ovinos não estão cadastrados no órgão estadual de defesa agropecuária. Conseqüentemente não há controle do trânsito animal. Com isso a cadeia produtiva fica desprovida dos mecanismos básicos de rastreabilidade e vigilância epidemiológica sobre as enfermidades.

Informalidade no abate e na comercialização dos produtos

- Cerca de 96% do abate de caprinos e ovinos e da comercialização de seus produtos ocorre de maneira informal, impactando no meio ambiente, colocando em risco a saúde pública.

Insuficiência da ATER

- A estrutura e pessoal disponível nos serviços de ATER do Estado são insuficientes para atender todo o universo da Agricultura Familiar produtora de caprinos e ovinos.

SENTENÇAS

Insuficiência do programa de melhoramento genético com base na avaliação da progênie

- A maior parte dos trabalhos de melhoramento genético de caprinos e ovinos é realizada sem base científica e sem considerar os atributos produtivos dos animais, sobretudo sobre sua progênie. Assim não há como determinar o mérito genético dos reprodutores disponibilizados ao mercado. Não há como afirmar se eles transmitirão para sua descendência características mais produtivas (peso à desmama, fertilidade, habilidade materna, etc), podendo até baixar esses índices do rebanho o qual passou a servir.

Isolamento e monopólio da indústria da pele

- Poucos curtumes concentram o mercado de peles e não se integram aos demais elos da cadeia produtiva.

Legislação sanitária incipiente

- Até então, o MAPA não normatizou os Planos Nacionais de Controle das Doenças dos caprinos e ovinos, nem o Estado criou a sua legislação específica para sanidade dessas espécies.

Ociosidade da rede laboratorial

- Falta da obrigatoriedade da realização de exames para o diagnóstico das doenças dos caprinos e ovinos, e não normatização por parte do MAPA.

Pequena capacidade gerencial do produtor

- O produtor, em sua maioria, não possui conhecimentos e orientação na área de gestão do empreendimento, desconhece custos de produção.

Prejuízos causados pelas doenças infectocontagiosas e parasitárias

- Diversas enfermidades vêm causando prejuízos aos diversos elos da cadeia produtiva, a exemplo da Linfadenite Caseosa, CAE, Maedi Visna, Brucelose, Tuberculose, Parasitoses gastrintestinais, entre outras.

Sazonalidade na oferta de alimentos aos rebanhos

- Excesso de alimentos nas chuvas e carência na seca, em razão da falta de cultura e informação para a produção e conservação de forragens apropriadas ao Semi-Árido.

Sucateamento das Estações Experimentais da EBDA

- O Estado conta com Estações Experimentais, localizadas em regiões estratégicas que poderiam servir como referência na produção e pesquisa com caprinos e ovinos, Mas não estão realizando seu propósito e sua missão institucional – pesquisa, fomento e melhoramento genético.

Tributação

- Necessário a redução da tributação e em alguns casos isenção.

Uso indiscriminado dos cruzamentos e mestiçagens com raças exóticas

- Reprodutores de raças exóticas são fomentados para áreas e sistemas de produção inapropriados; animais de raça que seriam destinados ao descarte são vendidos como reprodutores; animais cruzados com as raças exóticas são vendidos e utilizados como reprodutores devido ao seu valor inferior aos animais puros; uso desses reprodutores em cruzamentos absorventes. Com isso vai-se perdendo a rusticidade, prolificidade e a resistência a doenças dos rebanhos comuns, além do risco de introdução de doenças exóticas a exemplo da *Maedi Visna*, CAE, *Scrapie* e micoplasmoses.

Vigilâncias sanitárias municipais inexistentes ou inoperantes

- Falta de iniciativa/autonomia dos sistemas de vigilância sanitária municipal. Se esse serviço não funciona, não há como superar a questão da informalidade que tantos prejuízos trazem para a cadeia produtiva.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Adoção do Estado da Bahia ao SISBI

- Com a adoção ao SISBI, o Estado da Bahia conquistou a equivalência de seu Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ao Serviço de Inspeção Federal (SIF), com isso as unidades agroindustriais que aderirem ao novo sistema por meio da ADAB poderão acessar todo o mercado nacional.

Ampliação da renda da população

- Com o aumento da renda da população do País, ela passa a consumir mais alimentos nobres a exemplo das carnes.

Ampliação de recursos para pesquisa científica com caprinos e ovinos

- Recentemente vem se ampliando o aporte de recursos para pesquisa voltada ao Semi-Árido e à agropecuária, seja a nível nacional ou estadual, chegando a serem lançados inclusive, editais específicos para pesquisa com caprinos e ovinos.

Criação do IFBAIANO

- O Governo Federal unificou as escolas agrotécnicas Federais e as EMARC's, e criou o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano, que com diversos campus no Estado, deve melhorar e dinamizar a formação de técnicos em agropecuária.

Demanda do mercado externo pelo produto brasileiro

- Freqüentemente chegam propostas ao País, e à Bahia por produtos oriundos da caprinovinocultura, que acabam não sendo atendidos pela desorganização da cadeia.

Disponibilidade de recursos para projetos de desenvolvimento e agroindústria

- De fontes diversas, como o MDA, MDS, BNDES, BNB e BB.

Lei da ATER

- Com a implementação dessa lei, o País dá um importante passo rumo à universalização da ATER, por assegurar recursos a esse serviço básico e garantir sua continuidade.

Lei que determina a participação de produtos da agricultura familiar na merenda escolar

- Trata-se de mais um mecanismo institucional que deve fortalecer as associações e cooperativas e a agricultura familiar produtora de caprinos e ovinos.

Mercado dos grandes e médios centros urbanos em expansão

- O consumo da carne de pequenos ruminantes vem crescendo no País.

Número crescente de entidades trabalhando com a caprinovinocultura

- Interesse despertado nos produtores (agricultores familiares) à partir da afinidade com a criação.

Oferta de crédito tanto para agricultura familiar quanto para empresarial

- Oportunidades de financiamento (BNB, BB, Desenhavia e Cooperativas de Crédito); Diversas linhas de PRONAF; Liberação de municípios que estavam bloqueados para acesso ao crédito.

Política dos Territórios de Identidade

- Espaço colegiado dos territórios para discussão e integração das políticas públicas e projetos de desenvolvimento.

Projeto de Integração RIOCON – BABY BODE

- Primeiro sistema desse tipo implantado no Estado, pode servir de estímulo e referência para criação de novos projetos de integração no Estado.

SENTENÇAS**Redirecionamento das exportações do Uruguai**

- Principal fornecedor de carne de cordeiro para o Brasil, o Uruguai conquistou o acesso ao mercado dos EUA, mais remunerador, redirecionando assim suas exportações para aquele país, e deixando um espaço no mercado brasileiro em aberto.

AMEAÇAS**SENTENÇAS****Carência de projetistas**

- Escassez de profissionais habilitados e devidamente remunerados para trabalhar com o crédito agrícola e projetos de empreendimentos da agricultura familiar.

Condução das políticas sociais do País

- Devido à importância de políticas públicas para o desenvolvimento rural do País, programas visando o incentivo da cadeia devem manter continuidade, com o foco principal no desenvolvimento agropecuário e na agricultura familiar.

Crescimento da lotação animal nas áreas de fundo de pasto

- Com as políticas sociais do País, os filhos dos agricultores têm optado por continuar na zona rural ou até voltar da cidade. E esses filhos passam a criar seus próprios rebanhos nos mesmos fundos de pasto utilizados por seus pais. Com isso nos últimos anos vem se observando um aumento da pressão de pastejo sobre a Caatinga que pode causar impactos à sustentabilidade dessas florestas.

Cultura local e regional sem prezar pela qualidade sanitária dos alimentos

- O consumidor popular das principais regiões consumidoras, de um modo geral, não preza pela qualidade sanitária dos alimentos, muitas vezes por falta de informações.

Existência de cadeias produtivas mais organizadas e desenvolvidas

- Essas cadeias produtivas terminam por ter maior força de pressão política e a contar com maior atenção dos órgãos governamentais e das políticas públicas para agropecuária.

Falta de segurança no meio rural

- Crescimento da violência no campo e do roubo de caprinos e ovinos os quais vão abastecer o mercado informal.

Inadequação dos mercados e feiras às normas sanitárias

- A maioria das feiras e mercados dos municípios baianos não atende às condições mínimas de higiene e segurança sanitária. Não adianta abater o animal no frigorífico se o transporte e a comercialização da carne acontecem dessa forma.

Inexistência de uma política de segurança sanitária da carne, leite e derivados por parte dos órgãos da Saúde

- Embora seja considerada um problema de saúde pública, não se observa uma maior atenção por parte da Secretaria de Saúde do Estado, do Ministério da Saúde e da ANVISA sobre a informalidade do abate e comercialização da carne de caprinos e ovinos.

Risco de introdução e disseminação de doenças (*Scrapie*, *cochonilha da palma*, etc.)

- O Estado não está livre do risco de introdução de doenças a exemplo da *Scrapie* já presente nos Estados do Sul e Centro Oeste. Com o trânsito de animais entre essas regiões e o Nordeste, principalmente para participação de exposições, passa a existir o risco desta enfermidade entrar no território baiano.

SENTENÇAS

Saída de animais vivos para o abate em outros Estados da Federação

- Grande quantidade de caprinos e ovinos sai da Bahia todos os anos para serem abatidos em outros do País, deixando de gerar trabalho, emprego e renda no Estado e competindo com os abatedouros frigoríficos locais pela matéria prima.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Contribuir para o desenvolvimento sustentável da caprinovinocultura baiana, por meio da integração da cadeia produtiva.

VALORES

- Permitir que a ATER alcance 100% dos criadores/produtores de caprinos e ovinos do Estado.
- Titulação de 100% das terras dos produtores.
- Extinção do abate clandestino.
- Modernização e ampliação do parque agroindustrial.
- Criação do Selo de qualidade dos produtos da caprinovinocultura.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Programa de fomento à produção e conservação de alimentos para produção animal.
- Programa estadual de sanidade.
- Realização de diagnóstico e situação da cadeia produtiva de carne e leite, com sistematização e monitoramento do banco de dados.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Planejamento, ampliação e modernização do parque agroindustrial de leite e carne.
- Programa de melhoramento genético de caprinos e ovinos em base científica.
- Universalização da ATER adequada a necessidade de cada região.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo – Lourival Farias.

Coordenador - Carina Cezimbra.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBABIA
- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB
- Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos da Bahia - ACOOBA
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA
- Escola de Medicina Veterinária - UFBA
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI
- Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM
- Sindicato das Indústrias de Carne da BAHIA – SINCAR
- Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia – SFA/BA

CÂMARA DO CHARUTO

HISTÓRICO

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Charuto, criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 29 de setembro de 2010, tendo como diretriz constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável da cultura do tabaco e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando seus produtos mais competitivos em nível do mercado nacional e internacional.

Um dos objetivos da Câmara Setorial é reestabelecer a cadeia produtiva do charuto. Neste sentido, uma esperança para o setor é a certificação do Nordeste como zona livre do Morfo Azul. Dessa forma, as safras do fumo poderão ser exportadas à China, possibilitando até o aumento na produção.

Assim, apresentar propostas para políticas públicas do Estado da Bahia, considerando a necessidade de intervir junto cadeia produtiva do Charuto baiano se configura como o objetivo principal deste fórum.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Charuto, apresentando um planejamento estratégico para essa importante cadeia produtiva, tendo como finalidade colocar frente a frente todos os elos da cadeia produtiva, tanto do setor público como privado, especialmente do Recôncavo, principal região produtora do Estado. Com isso, espera-se que a produção local seja acelerada, garantindo a oferta de emprego na região, e exportada para um número maior de países, sobretudo do continente asiático.

CONTEXTO DA CADEIA

O Brasil se destaca como o segundo produtor mundial de tabaco e desde 1993, o maior exportador de fumo em folha, ampliando significativamente sua participação frente aos demais países produtores, como Estados Unidos, Turquia, Índia e Malawi, onde em média, 85% do fumo produzido no Brasil são destinados à exportação.

A produção de fumo é uma atividade agrícola relevante, com produção anual, segundo dados do IBGE, de 744 mil toneladas na safra 2008/09. A maior parte da produção de fumo se dá nos estados do Sul - Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná - cerca de 95%. Os 5% restantes são produzidos nos estados da Bahia e Alagoas, na região Nordeste. Estima-se que a produção de fumo seja a fonte de renda de cerca de 223 mil famílias nesses estados.

A Bahia apresenta o segundo maior produtor de fumo do Brasil e o primeiro do Nordeste, empregando aproximadamente 15 mil trabalhadores. Com a abertura de mercado da China é estimado um incremento de 30% na produção baiana, que alcança atualmente cinco mil toneladas, segundo dados do Sindicato das Indústrias do Tabaco (Sindtabaco).

O charuto é um grande gerador de trabalho para a região, porque o bom charuto exige uma manipulação múltipla das folhas de tabaco para a fermentação e grande especialização da mão-de-obra utilizada nas diversas fases de sua composição. Representa, portanto, significativo fator de crescimento social em regiões de reconhecida pobreza.

Nas indústrias, tanto de beneficiamento da folha, quanto de fabricação de charutos, a mão-de-obra é essencialmente feminina e o trabalho é artesanal, um ofício que, normalmente é passado de mãe para filha. Nas fábricas de charutos, o pagamento é feito por produção e cada charuteira recebe, em média, um salário mínimo e meio por mês.

A Bahia tem hegemonia na produção de tabaco, graças ao clima e solo da região do Recôncavo, extremamente favorável à cultura, apresentando o segundo maior parque produtor de fumo do País e o primeiro do Nordeste, produzindo os melhores fumos aromáticos para charutos.

Atualmente o segmento emprega, entre funcionários diretos e produtores da agricultura familiar, em torno de 15 mil trabalhadores. Deste total, cerca de 10% estão nas fábricas de charutos. Os outros postos de trabalho são concentrados nas etapas de plantio, colheita, beneficiamento e exportação. Em todas as etapas, o trabalho é manual.

O tabaco plantado na Bahia é um fumo escuro, utilizado exclusivamente pela indústria de charutos e cigarrilhas. Levantamento do Sinditabaco, entidade que representa as empresas de beneficiamento de fumo e a indústria de charutos na Bahia, aponta que 97% da produção atende ao mercado internacional. Ainda assim, o fumo baiano é o que paga a maior taxa de importação nos portos da Europa.

A Bahia esta sendo divulgada lá fora, de forma institucional, como um mercado produtor de charutos Premium e tabaco de qualidade. Esses esforços, também, querem associar o nome da Bahia ao renascimento da tradição fumageira, já existente na Região do Recôncavo.

A economia baiana pode se inserir de forma ativa no novo ciclo de crescimento econômico resultante dos novos investimentos previstos para a economia brasileira, adotando como estratégia o estímulo à complexificação e densificação do seu tecido econômico e uma política mais agressiva de ampliação do comércio exterior. Assim, é necessário estar ciente da necessidade de atender aos requisitos da internacionalização dos mercados, que exige padrões ótimos de competitividade e a constante adoção de novas tecnologias.

Os investimentos atuais e previstos no setor e os esforços necessários para a inserção neste principal nicho estratégico já estão sendo desenvolvidos pelos principais produtores/exportadores e pelo Governo. As empresas visam uma melhor colocação de suas marcas no mercado global e o incremento do comércio no Estado. Contudo, a questão da promoção internacional é prioritária, e condições proporcionadas pelo governo são essenciais.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

Reconhecimento nacional e internacional da qualidade do charuto baiano.

Posição geográfica estratégica.

Organização do setor produtivo.

Clima, solo e topografia favoráveis.

Região agrícola consolidada.

Redução do uso de agroquímicos na lavoura.

Mão de obra altamente qualificada e processos produtivos eficientes.

Tradição secular do charuto baiano.

Alta capacidade de geração de emprego e renda no campo e na cidade.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Campanhas publicitárias contrárias o consumo do tabaco.

Proibição de campanhas promocionais para divulgar os produtos.

Competição desleal com o charuto cubano que tem taxa de importação 0%.

Concorrência desleal com os charutos e cigarrilhas contrabandeadas.

Dificuldade em substituir a cultura do fumo.

Dificuldade em gerar emprego e renda para a mão de obra demitida do elo da cadeia da fumicultura

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que a Bahia é área livre no morfo azul.

Implementação do Plano de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais da Bahia.

Investimentos em estruturas de beneficiamento.

Mão de obra de qualidade.

Potencial para expansão da área agrícola, com respeito à legislação ambiental.

Nincho de mercado – consumidor exigente por um produto de alta qualidade.

Definição da Indicação Geográfica do charuto baiano pelo MAPA.

Integração fumicultura – fruticultura.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Opinião pública desfavorável ao consumo do fumo.

Alta carga tributária.

Vinculação do cigarro com o charuto.

Insegurança jurídica, sobretudo decorrente de leis trabalhistas e ambientais; inadequadas à realidade do campo.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Contribuir para o desenvolvimento, social, ambiental e econômico da Fumicultura Baiana, por meio da integração da cadeia produtiva.

VALORES

- Respeito ao meio ambiente.
- Respeito às trabalhadoras e trabalhadores.
- Responsabilidade social.
- Eficiência e eficácia.
- Ética, Transparência e Liderança.
- Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.
- Foco no mercado externo e interno.
- Parceria público e privada.
- Reconhecimento nacional e internacional.
- Respeito ao consumidor.
- Interação entre os elos da cadeia e com outras cadeias produtivas.
- Sustentabilidade.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Propor ao MAPA uma agenda de governo com os Ministérios da Saúde, MDA, Comércio Exterior e Relações Exteriores reivindicando adequações na legislação, taxas de serviços (especialmente charutos), harmonização de procedimentos, reclassificação e banimento de produtos fitossanitários, por parte da ANVISA.
- Redução de IPI de 30% para 15% no fabrico manufaturado do charuto.
- Taxação dos charutos importados.
- Disponibilizar Crédito para o produtor fumicultor.
- Garantir os meios necessários para a exportação do Charuto baiano para a China.
- Promover junto ao MAPA a Indicação Geográfica (IG) do charuto baiano.
- Criação do Museu do Tabaco Em Cruz das Almas.

AÇÕES DE Longo prazo

- Garantir a atualização dos Dados Estatísticos do IBGE e Anuário Agrícola sobre a fumicultura baiana.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo – Osvaldo da Paz.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AMURB - Associação dos Municípios do Recôncavo
- Associação Comercial da Bahia - ACB
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A
- Cia. Brasileira de Charutos Dannemann
- COOPERSAC - Cooperativa de Profissionais Autônomos Ltda

- Danco- Comércio E Indústria De Fumos Ltda
- Don Francisco Charutos
- DRT – BA- Delegacia Regional do Trabalho
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- Embrapa- Mandioca e Fruticultura Tropical
- Fábrica de Charutos Leite & Alves
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- Fórum dos Secretários de Agricultura do Recôncavo
- FUMAC - Conselho Municipal De Apoio
- Fumex Tabacalera Ltda
- Grupo Multi
- MAPA- Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- MDA- Delegacia Federal no Estado da Bahia
- Menendez Amerino & Cia
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEFAZ- Secretaria da Fazenda do Estado (Regional Recôncavo)
- SINDITABACO/Ba - Sindicato da Indústria do Tabaco do Estado da Bahia
- SINTIFA - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Fumo e Alimentação de Cruz das Almas/BA
- TABANOR - Tabacos Nordeste Ltda
- UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

CÂMARA DA CITRICULTURA

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Citricultura foi instalada em Salvador - BA, no dia 28 de maio de 2010, inicialmente como uma sub-câmara da Câmara Setorial da Fruticultura.

Devido ao fato da citricultura já ter um histórico de organização própria, através da Câmara Setorial da Citricultura do Litoral Norte e Agreste Baiano (CCLNORTE), além de algumas características que a diferencia das demais fruteiras, a exemplo de: ser a de maior expressão no segmento da fruticultura, em relação a: área plantada (74 mil hectares); ter maior número de produtores envolvidos (cerca de 15 mil); caracterizar-se por ser uma cultura de regime de sequeiro; e a prevalência absoluta de mini produtores da agricultura familiar, a SEAGRI achou por bem desmembrá-la da Câmara da Fruticultura, dando-lhe o merecido destaque e propiciando maior agilidade na elaboração de sua Agenda Estratégica.

O principal escopo desta câmara setorial é constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes na cadeia produtiva da citricultura, para juntas discutirem os problemas existentes e apresentarem propostas de solução para os mesmos e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando esta cultura mais competitiva à nível de mercado nacional.

CONTEXTO DA CADEIA

Segundo os registros históricos, a citricultura no Brasil remonta à época do Descobrimento, quando por volta de 1530 o governo português decidiu pela colonização deste imenso território d'além mar, dividindo-o em capitânicas hereditárias e promovendo o seu povoamento. Os frutos cítricos foram conhecidos na Ásia pelos navegadores, que passaram a disseminá-los pelos territórios conquistados, com a finalidade de combater a doença escorbuto, mal que acometia as tripulações que passavam longo tempo no mar, com alimentação deficiente, tendo sido observado que o consumo da laranja e de outras frutas cítricas ricas em vitamina C evitava o aparecimento dos sintomas da doença, que provocava sangramento nas gengivas. Assim, as primeiras povoações do litoral brasileiro foram contempladas com plantios de laranjeiras, para o atendimento das populações residentes, bem como das naus que aportavam.

A Bahia deu uma contribuição fundamental para o desenvolvimento da citricultura mundial quando, nos idos de 1830, onde hoje é o bairro do Cabula, em Salvador, um padre descobriu, num sítio de sua organização religiosa, uma mutação em um galho da laranjeira Seleta, produzindo frutos

diferentes do restante da planta, ou seja, frutos maiores, com umbigo e sem sementes. Estava descoberta a laranja Bahia.

Provavelmente alguém do serviço diplomático americano, tendo tomado conhecimento da descoberta, levou algumas mudas para serem estudadas na cidade de Riverside-Califórnia, tendo os pesquisadores americanos efetuado melhoramentos genéticos na nova variedade, batizando as plantas resultantes como laranja Washignton Navel e Thompson Navel.

O sabor inigualável da laranja Bahia revolucionou a citricultura californiana, dando um grande impulso à economia daquele Estado, graças ao aumento do consumo pela população. Em reconhecimento a tão importante contribuição, os americanos erigiram um monumento à laranja Bahia, numa praça da cidade de Riverside-Califórnia, com a primeira planta levada do Cabula, a qual existe até hoje, sendo perpetuada através de reenxertias. Apesar de atualmente os Estados Unidos - segundo produtor mundial de citros - ter os seus pomares concentrados na Costa Leste, certamente a história do desenvolvimento da citricultura americana está associada à contribuição que demos com a remessa das mudas de laranja Bahia para a Califórnia.

A Bahia também contribuiu para o estabelecimento de uma citricultura comercial no Estado de Sergipe, na década de 60, quando comerciantes daquele Estado, ao retornarem de suas viagens a Salvador, na parada do trem na Estação de Alagoinhas aproveitavam para adquirir as mudas de laranjeiras que constituíram os primeiros pomares do vizinho Estado.

Até o final da década de 60 a citricultura baiana era de “fundo de quintal”, voltada exclusivamente para abastecer os mercados de feira-livre, com predominância das laranjas de umbigo (Bahia e Baianinha), e produção concentrada nos municípios de Alagoinhas e Cruz das Almas. Com os trabalhos de pesquisa iniciados pelo extinto IPEAL-Instituto de Pesquisa Agropecuária do Leste, e seqüenciados pela EMBRAPA/CNPMF, que introduziu no Estado novas espécies e cultivares mais precoces, mais produtivas e acima de tudo livres de vírus e viróides (clone novo), além de uma atuação mais efetiva dos agentes financeiros com o crédito rural, e da EBDA (sucessora da Ancarba e Ematerba) atuando na elaboração de projetos e na assistência técnica, os nossos citricultores viram ampliar os seus horizontes.

Após a adoção da cultivar Pêra como carro chefe, produzida tanto para o mercado de fruta de mesa como para as indústrias de suco concentrado (destinado à exportação), a citricultura baiana deixou de ser uma atividade secundária para se transformar num agronegócio importante para o Estado. O “boom” da citricultura baiana ocorreu em meados da década de 70, com a expansão da produção para novos municípios do Recôncavo, do Litoral Norte, do Agreste de Alagoinhas e do Oeste, com destaque para o município de Rio Real, atualmente primeiro colocado no ranking nacional em área cultivada.

O relato acima mostra claramente a importância da citricultura para o Estado da Bahia, o que faz com que a SEAGRI – Secretaria da Agricultura Irrigação e Reforma Agrária, tenha a preocupação de há 15 anos vir adotando programas específicos para orientar a sua atuação no setor, garantindo recursos financeiros, além de integrar as ações das entidades parceiras.

Panorama da citricultura nacional

Considerando o volume de produção e divisas geradas, a citricultura brasileira destaca-se como relevante atividade sócio-econômica, pois, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2008), o Brasil produziu 19,5 milhões de toneladas de cítricos (laranja e lima ácida tahiti), numa área plantada correspondente a 882 mil hectares. Nesse cenário, São Paulo é, de longe, o maior produtor nacional, participando com 16 milhões de toneladas (82% da produção nacional), vindo a Bahia em segundo lugar com produção de 1,14 milhões de toneladas.

TABELA 01 – ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DE CITRUS			
LARANJA	Área (há)	Produção (t)	Produtividade - t/ha
Brasil	837.031	18.538.084	22,16
São Paulo	611.552	15.288.818	25,0
Bahia	64.591	1.116.896	17,32
Sergipe	53.471	722.070	14,44
Minas Gerais	30.966	583.924	18,85
Outros	76.451	826.376	
LIMA ÁCIDA TAHITI	Área (há)	Produção (t)	Produtividade - t/ha
Brasil	44.545	966.333	21,69
São Paulo	28.270	751.208	26,57
Minas Gerais	2.920	48.104	16,47
Bahia	2.441	38.914	15,94
Sergipe	1.176	13.895	11,81
Outros	9.738	114.212	

Fonte: IBGE/2008

A produção nacional tem como sua principal diretriz a exportação de suco concentrado, cujos mercados mais importantes são a União Européia, NAFTA e Ásia, tendo fechado o ano de 2009 com um volume de exportação da ordem de 2,07 milhões de t. de suco concentrado e congelado (FCOJ), e faturamento de US\$ 1,62 bilhões, conferindo ao Brasil o status de maior produtor e exportador, participando com 50% da produção mundial de suco concentrado, sendo que de cada cinco copos de suco de laranja consumidos no mundo, três são produzidos em fábricas brasileiras (CITRUS BR).

Há uma nítida diferença entre São Paulo e o Nordeste na comercialização da produção de laranja. Enquanto o primeiro destina 80% da produção para as indústrias exportadoras, o segundo comercializa metade com as indústrias e metade nos mercados de fruta de mesa.

Os estados com produção significativa de citrus são, pela ordem de importância, os seguintes: São Paulo, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro.

O cenário atual é de muita preocupação para os citricultores, especialmente os do Sudeste do País, em virtude de:

- a) Apesar de neste ano de 2010 os preços tanto da laranja como do limão Tahiti terem sido nominalmente os maiores da história, há um acúmulo de prejuízos dos produtores, que necessitaria de anos seguidos de bons preços para ser zerado. Enquanto os produtores acusam as indústrias de se fundirem, cartelizando o setor, para deprimirem os preços da matéria prima, as indústrias alegam que as fusões são necessárias, para ganharem economia de escala e serem competitivas no mercado internacional, uma vez que também sofrem com o oligopólio das empresas envasadoras e varejistas, da Europa e dos EUA. Em média, 65% de todo o suco de laranja concentrado, adquirido no mercado internacional, é feito por quatro ou cinco grandes empresas, o que lhes dá um enorme poder de barganha.
- b) Outro motivo alegado pelas indústrias, de virem cotando a laranja abaixo do custo de produção, foi a crise econômica mundial, que ocorreu em meados de 2008, e que até hoje afeta o poder de compra das populações dos principais países consumidores. Como o suco reconstituído de laranja é uma bebida nobre, por ser quase integral, o seu preço ao consumidor final não pode competir com os refrescos, néctares, chás, águas carbonatadas, etc., que, por serem bebidas baratas, passam a ter a preferência das populações em regime de crise financeira. Nesse cenário, os importadores obrigam as indústrias de suco de laranja concentrado a baixarem os seus preços, sob pena de reduzirem drasticamente as compras. Assim ocorrendo, é evidente que as indústrias também deprimem os preços pagos aos produtores de laranja. Esse argumento tem sido refutado pelos produtores, que alegam que a crise econômica é recente, porém a prática danosa das indústrias brasileiras é histórica, uma vez que as mesmas nunca aceitaram abrir as suas planilhas de custo de produção; impõem contratos draconianos aos produtores; estão aumentando o seu poder de pressão, instalando cada vez mais pomares próprios – as indústrias já detêm em torno de 30% da área total dos pomares de laranja do País; e, por fim, não adotam uma política de reajuste automático de preços aos produtores, para cima ou para baixo, conforme a cotação internacional do suco de laranja.
- c) Para agravar a situação, a persistente desvalorização do dólar frente ao real tem tido um efeito devastador no nosso comércio exterior, onde as empresas exportadoras de commodities estão sendo obrigadas a terem uma excelência gerencial, para sobreviverem num cenário onde têm que vender mais e receber menos, sem considerar o encarecimento de nossos produtos lá fora, perdendo competitividade para países concorrentes, que adotam uma política cambial favorável às suas empresas exportadoras. Apesar de condições tão adversas, fatores extraordinários garantiram em 2010 uma excelente cotação do suco de laranja no mercado internacional, a exemplo da queda de produção de laranja na Flórida e em São Paulo, provocada por irregularidades climáticas e pelo avanço da doença greeniing ou HBL, até então incontrolável.

A Citricultura no Nordeste Brasileiro

Além das condições ecológicas adequadas e da disponibilidade de área, poder-se-ia mencionar como oportunidades para a citricultura no Nordeste:

1. O fato de estar localizada no ecossistema dos Tabuleiros Costeiros, faixa litorânea com 50 a 100 km de largura, que vai do Rio de Janeiro até o Amapá margeando a costa (Jacomine, 1977), onde a pluviosidade média anual na região citrícola é de 1200 mm, bem distribuída em 9 a 10 meses do ano, com dois a três meses com baixa pluviosidade (EMBRAPA, 1998), o que faz a produção agrícola deste ecossistema ser realizada, na sua quase totalidade, sem uso de irrigação;
2. A localização é privilegiada, pois sete das oito capitais nordestinas – que constituem mercado prioritário - estão localizadas nos Tabuleiros Costeiros, o que significa um grande potencial de demanda como fruta de mesa. Além disso, existe uma razoável infra-estrutura de estradas, portos e ferrovia, o que facilita o escoamento da safra para o mercado interno e a exportação do suco industrializado.
3. Ausência ou presença não endêmica de doenças altamente prejudiciais à citricultura, dispensando a aplicação sistemática de agroquímicos, ao contrário do que acontece em São Paulo, principal pólo da citricultura brasileira. A não exigência de pulverizações rotineiras confere vantagens comparativas em relação à citricultura que vem sendo praticada nas regiões Sudeste e Sul, podendo transformar a citricultura nordestina no principal pólo de produção para os consumidores internos e do exterior, que buscam produtos agro ecológicos e que estão dispostos a pagar mais por esses produtos.
4. Acervo satisfatório de tecnologias geradas pela Embrapa/CNPMPF, com contribuições das empresas estaduais de desenvolvimento agropecuário e da Universidade Federal do Recôncavo Baiano, havendo um início de integração, na Bahia, entre os diversos órgãos do poder público e o setor privado, a partir da criação da CCLNORTE-Câmara Setorial da Citricultura do Litoral Norte
5. Por último e talvez mais importante, é que se trata de um setor em que mais de 90% dos produtores são pequenos agricultores familiares, o que confere à citricultura nordestina o status de grande geradora de emprego e renda no campo (mais de 100 mil postos de trabalho), ou seja, além de já ter uma característica de agronegócio, tem um importante viés social.

Apesar de distanciados do Estado de São Paulo - primeiro produtor nacional de citros -, no Nordeste estão inseridos o segundo e terceiro Estados maiores produtores, que são a Bahia e Sergipe, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Panorama da Citricultura na Bahia

Embora os frutos cítricos sejam produzidos em quase todas as regiões do Estado, mais de 80% da produção concentra-se no Território Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte e no Território Recôncavo. O município de Rio Real, localizado na divisa com o Estado de Sergipe, tem a maior área plantada com citrus no País, com

aproximadamente 28.000 há. Os demais municípios produtores na Bahia são, pela ordem de importância, Itapicuru (cerca de 12.500ha), Inhambupe (cerca de 8.000 há), Jandaira, Alagoinhas e Esplanada, todos localizados no Território de Identidade Litoral Norte /Agreste de Alagoinhas. O Território Recôncavo é o segundo principal pólo da citricultura, cuja área e produção têm decaído ao longo dos anos, sem esquecer o pólo do Oeste (Barreiras e Luiz Eduardo Magalhães), mais voltado para a produção da lima ácida Tahití.

A nossa citricultura é praticada majoritariamente por agricultores familiares, sendo que cerca de 80% dos pomares têm área inferior a 10 hectares. Esta atividade agrícola representa importante meio de arrecadação de impostos, além de desempenhar um forte papel social, uma vez que cerca 35 mil pessoas estão diretamente ligadas a ela e um número igual, de forma indireta, é dependente dos recursos e oportunidades gerados por esta atividade.

A Bahia, segunda colocada no ranking nacional da produção de laranja, tem metade de sua produção industrializada em Sergipe e em menor escala em São Paulo, estados que exportam para a Europa e Ásia, uma vez que não temos nenhuma indústria de produção de suco concentrado (FCOJ). Esse cenário começará a mudar quando se concretizar a instalação, em Rio Real, da indústria de suco BRASFRUT, a qual já assinou um Protocolo de Intenção com o Governo do Estado. A citricultura estadual também se destaca pelo abastecimento dos mercados de frutas “in natura” do Nordeste, mantendo relações comerciais com as capitais nordestinas, além de vender para alguns mercados do Sudeste como Vitória e Belo Horizonte.

Há na Bahia um início de trabalho de diferenciação da produção de frutas e de suco, voltada para um nicho de mercado exigente em questões sócio-ambientais. Nesse contexto destaca-se o programa Produção Integrada de Frutas (PIF), coordenado pela EMBRAPA/CNPMPF, e o Comércio Justo (“*fair trade*”), congregando associações rurais e cooperativas de agricultores familiares, tendo à frente a COOPEALNOR-Cooperativa Agropecuária do Litoral Norte, em Rio Real, a qual já possui o selo de certificação para laranja e maracujá, que lhe permite colocar a produção dos associados na Europa, através do programa Europe Gap.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS	
Clima e solos favoráveis	
Litoral Norte e Recôncavo	Regiões adequadas para pequenos e médios empreendimentos em regime de sequeiro
Extremo Sul	Região adequada para pequenos, médios e grandes empreendimentos, em regime de sequeiro e de irrigação
Chapada Diamantina	Região adequada para pequenos e médios empreendimentos irrigados, com especialização em frutas de mesa para exportação

SENTENÇAS

Clima e solos favoráveis	
Oeste	Região adequada para médios e grandes empreendimentos irrigados
Vale do São Francisco	Região mais adequada para pequenos, médios e grandes empreendimentos irrigados de lima ácida Taiti e pomelos
Disponibilidade de terras boas e baratas para a expansão da citricultura	As novas fronteiras da citricultura baiana, Regiões Extremo Sul, Oeste e Vale do São Francisco dispõem de áreas para investimentos agrícolas e agroindustriais de médio a grande porte
Existência de uma rede de escritórios de assistência técnica	Os principais pólos produtores de cítrus contam com escritórios de assistência técnica, tanto oficial (EBDA), como particulares.
Condições fitossanitárias favoráveis	Áreas livres de pragas quarentenárias dos citros: Greening, Cancro Cítrico, Mosca Negra e Mancha Preta, conforme
Existência de órgãos oficiais de defesa fitossanitária	A citricultura baiana conta com a ADAB- Agência de Defesa Fitossanitária da Bahia e com a Superintendência Federal da Agricultura para as ações de defesa fitossanitária dos pomares
Existência de indústrias de fertilizantes no Estado	A presença de indústrias de fertilizantes garante o suprimento deste insumo, além de propiciar preços competitivos
Disponibilidade de mão de obra no campo.	Não há problema ligado à oferta e sim à qualidade
Existência de um centro de pesquisa da Embrapa	O centro de pesquisa Embrapa Mandioca e Fruticultura , situado na cidade de Cruz das Almas, tem um acervo de pesquisas citrícolas que pode atender a contento antigos e novos empreendimentos
Disponibilidade de indústrias para processar parte da produção	Existem duas indústrias de suco de laranja concentrado, do Estado de Sergipe, que compram regularmente parte da safra baiana de laranja. Existe uma terceira indústria que já firmou um protocolo de intenção com o Governo da Bahia, para instalar uma indústria de suco em Rio Real
Tradição da Bahia como produtor de cítrus	A Bahia produz cítrus em escala comercial há cerca de 60 anos, ocupando hoje o 2º lugar no ranking nacional. Esses fatos tornam o Estado um destino natural para investidores que desejarem sair do Sudeste do País

SENTENÇAS

Mercado interno crescente.	Há tendência para o aumento do mercado interno, devido não só ao aumento do poder aquisitivo da população, como pela inclusão, pela CONAB, da laranja no PAA e possibilidade de aquisição pela Merenda Escolar
Múltiplas safras anuais	Ao contrário das regiões Sul e Sudeste do País, que têm apenas uma safra anual, a Bahia e o Nordeste têm uma safra principal e duas safras secundárias, devido as suas características climáticas. É uma situação ótima para quem produz para o mercado de mesa.
Boa logística de transporte e de exportação	Todas as regiões citrícolas baianas, tradicionais e potenciais, têm boa capacidade de escoamento da produção, via transporte rodoviário, além da existência dos portos de Ilhéus, Aracajú e Salvador, e aeroportos de Salvador, Ilhéus, Petrolina e Barreiras para o caso de exportação de suco.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Ausência de legislação adequada ao agricultor familiar

- A Bahia não tem legislação específica para o agricultor familiar, como ocorre em Minas Gerais.

Ausência de um fundo de desenvolvimento para o seto

Baixa qualidade da mão de obra.

- Embora exista uma grande quantidade de mão de obra, esta não está qualificada para atender a diversos seguimentos da fruticultura.

Baixo índice tecnológico e conseqüente baixa produtividade em área de sequeiro.

Criação de um programa de modernização para a fruticultura

Escassez de Agroindústria

Falta de assistência técnica específica para a fruticultura

Falta de centro de distribuição voltado para os produtores

Falta de ferrovias e aeroportos para exportação da produção do oeste e extremo sul

Falta de incentivos fiscais à agricultura familiar

Falta de padronização para as frutas

Falta disponibilidade de recursos financeiros em quantidade e tempo hábil. Não há garantia (seguro).

SENTENÇAS

Falta harmonização das taxas cobradas entre as agências de defesa dos estados.

- Cobrança na Bahia de PTV e CFO maior que outros estados do nordeste.

Falta identificação de produtos – selo de qualidade Bahia.

Fragilidade em associativismo e cooperativismo.

Inadequação dos portos para exportação.

Inexistência de Promoção e Marketing

- Necessidade de estímulo ao consumo de frutas, produção com qualidade, criar identificação produtor – consumidor.

Insuficiência de infra-estrutura e logística pós-colheita.

Quantidade e qualidade de técnicos da assistência técnica e defesa agropecuária aquém do necessário para o Estado.

- O Estado da Bahia possui uma grande extensão territorial, com 417 municípios e potencial agrícola amplo, para dar suporte ao agronegócio frutícola é necessária, uma assistência técnica e defesa agropecuária estruturada com técnicos capacitados e em quantidade suficiente.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Baixa utilização de defensivos

Crescimento do mercado interno

Estimativa de crescimento de 25% do consumo de congelados e sucos

Investimento em gestão ambiental e responsabilidade social.

Mudança nos hábitos de consumo

- A população tem conscientizado no consumo de alimentos saudáveis.

Possibilidade da Construção de uma Plataforma de Logística de Transporte em Juazeiro.

- O Governo Federal, em parceria com o Governo da Bahia estuda a possibilidade de Construção na Plataforma em Juazeiro, sendo que os estudos estão avançados.

Potencial para diversificação, em larga escala, para a produção de frutas.

Potencial para o crescimento de produção de frutas de mesa de alta qualidade na Chapada Diamantina

- As condições naturais da Chapada Diamantina propiciam a produção de frutas com os mais elevados padrões internacionais.

Redução da produção de citros em São Paulo e nos Estados Unidos.

SENTENÇAS

Vantagens Competitivas e Comparativas para as janelas de produção

Acontecimentos de grandes eventos internacionais como Oportunidades para divulgação da fruticultura do Estado.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Altos impostos taxados sobre as frutas brasileiras ao entrarem na União Européia

- Chilenos e Peruanos, não pagam esses impostos, isso favorece, sem dúvida, a competitividade desses países sobre o Brasil, no tangente à fruticultura.

Crescente importação de frutas de outros países

- Falta de salvaguarda para as frutas brasileiras.

Descumprimento na legislação de produção de mudas

Existência de Greening e outras pragas e doenças da citricultura e outras frutas, em outras regiões do País.

Falta de Isenção do INSS para os produtores de frutas para exportação

Falta de padronização das frutas

Falta de um plano safra para a fruticultura

- Instrumentos como PEPRO e PEP não são utilizados.

Falta padronização e Normatização das Frutas de Mesa para a comercialização no Brasil - Ex: UVA

Faltam mitigadores de Risco

- Ex.: Seguro e Fundo de Aval

Importação de frutas que utilizam produtos proibidos no Brasil

Não classificação dos agroquímicos por princípio ativo, ao invés de marcas

Pouca diversidade de material genético para porta-enxerto na citricultura

Processo demorado para registros de agrotóxicos

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Ser referência mundial na produção, processamento e comercialização de hortefrutas, a partir dos Territórios de Identidade, comprometidos com a sustentabilidade social, ambiental, econômica e político insti-

tucional, promovendo a integração da cadeia, induzindo a melhoria da qualidade de vida e conservação dos biomas, gerando riqueza para o Estado da Bahia e para o Brasil.

VALORES

- Promoção da saúde, segurança alimentar e qualidade de vida.
- Geração de emprego e renda para a economia baiana.
- Transparência e ética perante a coletividade e respeito às diferenças e indivíduos.
- Responsabilidade social e ao meio ambiente.
- Práticas de excelência na gestão operacional.
- Adoção de práticas inovadoras e sustentáveis.
- Comercialização de frutas com preços justos para geração de divisas ao Estado.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Capacitação gestão comercialização, padronização – qualidade.
- Estabelecer uma legislação adequada para agroindústria familiar.
- Estruturar e capacitar a assistência técnica oficial, e outras instituições integrantes da PNATER de forma a atender todo setor produtivo (frutícola).

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Ampliação do número de centrais de abastecimentos.
- Criação de plataforma de logística.
- Manter uma ATER moderna, contínua, permanente capacitada para difundir tecnologia agrícola agroindústria e comercialização.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Ivan Pinto da Costa.

Coordenador Subcâmara Citricultura - Geraldo Almeida de Souza.

Coordenador Subcâmara Fruticultura Tropical e Temperada - Paulo Roberto C. Lopes.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB - Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AIBA - Associação dos Irrigantes da Bahia
- Associação Baiana dos Produtores de Côco – ASBACOCO / COOPERCONDE
- Associação dos Produtores de Manga de Livramento – APROMOL
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Brasfrut Frutos do Brasil
- Câmara Setorial da Citricultura Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas
- Cooperativa de Produtores de Frutas de Bom Jesus da Lapa - COOFRULAPA
- Cooperativa dos Produtores de Abacaxi de Itaberaba – COOPAITA
- EBDA - Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A.
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Mandioca e Fruticultura Tropical
- FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF
- Instituto da Fruta - Juazeiro
- OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- SEAGRI - Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SICM - Secretaria da Indústria Comércio e Mineração
- UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

CÂMARA DAS FIBRAS NATURAIS

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fibras Naturais foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, para constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de reunir as entidades atuantes na cadeia produtiva de fibras, para juntas discutirem os problemas existentes e apresentarem propostas de solução para os mesmos e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando estes produtos e seus derivados mais competitivos em nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Fibras Naturais (Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX BRASIL, Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, Associação Comercial da Bahia – ACB, Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira – APAEB, Banco do Brasil S.A. – BB, Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, Bolsa de Mercadorias da Bahia – BMB, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário – EBDA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB, Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB, Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG, Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal – IDR, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Secretaria do Planejamento – SEPLAN, Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE, Sindicato de Fibras da Bahia, Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia – OCEB, TECNOCOCO, Tecon Salvador S.A, União de Municípios da Bahia – UPB, União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES, Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da das fibras.

CONTEXTO DA CADEIA

Considera-se como fibras duras as fibras das folhas de algumas plantas monocotiledôneas como sisal, coco e piaçava. A fibra é um cordão fibroso ou um vaso vascular com fibras associadas. Estes cordões são geralmente longos e retos e contendo alta quantidade de lignina, o que lhes conferem uma textura rígida, apresentam excelentes propriedades mecânicas, são biodegradáveis, recurso renovável e apresentam baixo custo em relação às fibras sintéticas.

A família das fibras duras é ampla dentro dela se destacam pela exploração comercial no Estado da Bahia o sisal, o coco e piaçava, largamente utilizadas em processos artesanais e industriais, sendo que produção mundial destes materiais se concentra, principalmente, nos países asiáticos e americanos.

O sisal é a principal fibra dura produzida no mundo, correspondendo a aproximadamente 70% da produção comercial de todas as fibras desse tipo. No Brasil, a agaveicultura se concentra em áreas de pequenos produtores, com predomínio do trabalho familiar. Além de ser fonte de renda e emprego para muitos trabalhadores, o sisal fixa o homem no semi-árido nordestino, onde, não raro, é a única alternativa de cultivo com resultados econômicos satisfatórios.

A fibra do sisal, beneficiada ou industrializada, rende cerca de 80 milhões de dólares em divisas para o Brasil, além de gerar mais de meio milhão de empregos na sua cadeia de serviços, que começa com as atividades de manutenção das lavouras, colheita, desfibramento e beneficiamento da fibra e termina com a industrialização e a confecção de artesanato.

A indústria do sisal está concentrada nas regiões tropicais da África, Ásia (particularmente China) e América do Sul e Central. O sisal é produzido em algumas das regiões mais pobres do mundo e é, em geral, a única fonte de renda e atividade econômica destas regiões. Logo, a produção do sisal contribui significativamente para a redução da pobreza e, segundo dados da FAO (2009), gera emprego rural para 6 milhões de pessoas no mundo. No Brasil, estima-se que a cadeia produtiva do sisal gere cerca de 700 mil empregos, segundo o IBGE e seu cultivo ocupa uma extensa área de solos pobres na região semi-árida dos Estados da Bahia, Paraíba e Rio Grande do Norte, em regiões com escassa ou nenhuma alternativa para exploração de outras culturas.

Segundo a FAO (2009), o sisal responde por cerca de 2% da produção mundial de fibras naturais. A produção mundial de fibras de sisal em 2007 alcançou 240 mil toneladas, das quais o Brasil, maior produtor mundial, produziu cerca de 110 mil toneladas. China, com 40 mil toneladas, Tanzânia, com aproximadamente 37 mil, Quênia, com 27 mil, Venezuela, com 10 mil e Madagascar com 9 mil toneladas são outros grandes produtores.

Levando-se em consideração o grande número de trabalhadores envolvidos nos processos produtivo e industrial da fibra do sisal, é fundamental a busca de alternativas que viabilizem a competição da fibra com os fios sintéticos, que são os principais responsáveis pelo baixo preço do sisal no mercado internacional, portanto a redução de custos de produção, o aproveitamento dos subprodutos do desfibramento e a maior eficiência no processo de descortamento são pontos que devem ser enfocados em primeiro plano para tornar a cultura mais atrativa ao produtor rural.

Em 2008, foi colhido na Bahia um volume bruto de 140 mil toneladas de fibra nos municípios de Conceição do Coité, Valente, Santa Luz, Retirolândia, São Domingos, Campo Formoso, Jacobina, Várzea Nova, Ouriolândia, Mirangaba, Jacobina e Queimadas que remunerada a R\$ 1,04/kg pela CONAB, gerou recursos estimados em R\$ 145.600.000,00. Em 2009, porém, o setor registrou, de janeiro a julho, queda de 26% nas exportações em relação ao mesmo período do ano anterior. Diante deste contexto, o preço mínimo do sisal, que era de R\$ 1,04, passou para R\$ 0,74, causando enorme prejuízo aos produtores dessa região.

Outra fibra dura de importância econômica para a Bahia é a de coco (*Cocos nucifera* L.) que pertence à família botânica *Palmae*, introduzido no Brasil pelos colonizadores portugueses, em 1553 cujas matrizes foram procedentes da Ilha de Cabo Verde, e distribuídas pelo litoral baiano e hoje se constitui numa das culturas mais características do litoral do Nordeste brasileiro, sendo que a fibra de coco é biodegradável e reciclável, tem como principais componentes a celulose e o lenho que lhe conferem elevados índices de rigidez e dureza composto basicamente de materiais ligninocelulósicos: celulose (43%), lignina (45%) e pectina (4,9%) (Mendes, 2002). O alto teor de lignina confere a fibra durabilidade, quando comparadas com outras fibras naturais o tornando um material versátil, estando direcionadas para os mercados de isolamento térmico e acústico.

A fibra do coco é produzida em diversos países asiáticos como Índia e Sri Lanka, com aplicações simples que vão desde a fabricação de cordas, tapetes, até aplicações mais específicas como capachos para automóveis, geo-têxteis, compostos de engenharia e outros. Isto se deve à variedade das proporções que em média se situa em 60, 30 e 10% de fibras, respectivamente, longas, médias e curtas (Van Dan, 1999).

Tradicionalmente, a fibra bruta era produzida em países em desenvolvimento e enviada para transformação em produtos de maior valor agregado nas economias desenvolvidas na Europa, Estados Unidos, Japão, Austrália e Nova Zelândia. Porém, ao longo do tempo este padrão mudou e as fibras passaram a ser processadas nos países em desenvolvimento, notadamente no Brasil.

No Brasil, estima-se que há 90 mil hectares de área plantada e quase três bilhões de frutos produzidos por ano. A Bahia é o maior produtor nacional de coco, sendo responsável por 34% do total, com produção estimada em 408 mil toneladas. Apesar disso, grande parte da produção da fibra ainda é desperdiçada. Só em Salvador, 60 toneladas de coco verde vão para o lixo todos os dias, fato lamentável diante do seu potencial para gerar emprego e renda.

Apesar de ser o maior produtor de coco do Brasil, o Estado deixa de aproveitar essa matéria prima que rende aos demais países produtores cerca de US\$ 200 milhões por ano. Além disso, a Bahia deixa de utilizar a fibra na fabricação de compósitos, que poderiam ser utilizados nos setores automobilísticos, náutico e em peças de eletrodomésticos.

Em usos domésticos tradicionais, a fibra de coco serve de matéria-prima para a confecção de tapetes e capachos. Escovas e vassouras também podem ser feitas com a matéria-prima, que pode, ainda, servir de enchimento para almofadas e de mantas para reflorestamento, as quais facilitam o processo de restauração de áreas de recuperação ambiental e de mata ciliar.

Novos usos das fibras de coco estão sendo desenvolvidos, por exemplo, na substituição da fibra de vidro, do cimento amianto e de outros materiais sintéticos utilizados na produção de componentes para importantes indústrias. Em automóveis, os compósitos estão em painéis, pára-choques e revestimentos para portas, tetos e pisos, dando leveza, resistência e economia.

Completando a produção de fibras duras de importância econômica tem-se a palmeira *Attalea funifera Martius*, conhecida por piaçava ou piaçaba, é espécie nativa e endêmica do sul do Estado da Bahia. Du-

rante o período colonial essas fibras eram procuradas por navegadores de várias nacionalidades para fabricação de cordas utilizadas como amarra de navios, por oferecerem mais segurança às embarcações.

Foram produzidos (sistema extrativista) nos últimos anos uma média de 87 mil toneladas ano de fibras na Bahia (SEAGRI 2008), numa área extensa estimada em mais de 200 mil hectares, entretanto, se o cultivo fosse tecnicamente formado (densidade de 816 plantas por hectare, espaçamento de 3,5 x 3,5 m), a área atual de produção seria de aproximadamente 20 mil hectares.

A produção nacional de fibra de piaçava tem girado em torno de 95.100 toneladas anuais e sua comercialização movimentou valores que variam entre R\$ 119 e 124 milhões a cada ano (IBGE, 2002; 2003). O mercado interno consome 94,4% de toda a produção nacional e o restante é exportado por preços que variam entre US\$ 2,8 e 3 mil por tonelada (Novaes, 1988). Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro são os maiores consumidores nacionais e monopolizam a distribuição da fibra semi-beneficiada (em fardos de 60 kg) para indústrias localizadas em outras regiões do País.

No mercado mundial em 2007, exportou-se US\$ 367 milhões e mais uma vez o Brasil não participou nem com 1% do mercado. Por ser um sistema extrativista o Brasil tem que se organizar para aumentar a produção e trabalhar a promoção das exportações para poder contribuir de uma forma mais significativa no mercado internacional.

A hegemonia mercadológica das fibras da piaçava da Bahia decorre da alta qualidade das mesmas, pois apresentam grande rigidez, bom comprimento e excelente diâmetro.

A piaçava da Bahia, responde por cerca de 90% da produção nacional, esta ocorre na região nordeste, nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas. Os principais municípios produtores em concentrações espontâneas e ordem decrescente de piaçava no ano de 2005 são: Cairú (32,4 %), Ilhéus (22,6 %), Nilo Peçanha (18,4%), Ituberá (5,2 %), Taperoá (2,4 %), Canavieiras (2,2 %), Belmonte (2,0 %), Valença (1,2 %). Além desses principais, pode-se encontrar ainda produção nos municípios de Santa Cruz de Cabrália, Camamu, Porto Seguro, Maragogipe, Santa Luzia, Cachoeira, Marajú, Jaguaripe e Igrapiúna (IBGE, 2005).

A importância econômica da piaçaveira está na extração das suas fibras industriais, destacando-se a fabricação de vassouras, enchimento nos assentos de carros, cordoaria e escovões. O resíduo obtido de sua limpeza, o qual é conhecido como bagaço, fita ou borra, serve para cobertura de casas nos meios rural e urbano. Atualmente este produto é muito utilizado na cobertura de quiosques em áreas de lazer de sítios, clubes e praças. Outro emprego do mesmo é como isolante térmico.

A imensa variedade e disponibilidade de fibras naturais no Brasil tornam esta área atrativa para investimentos externos. As pressões ambientalistas por culturas fixadoras de dióxido de carbono e a crescente competitividade pressionam os empresários a produzir mais dentro de sistemas ecologicamente sustentáveis, com menor impacto ambiental. As fibras naturais são de particular interesse, pois são abundantes, renováveis, apresentam baixa densidade, e ainda são extremamente favoráveis sob a relação resistência-peso (módulo específico), comparadas com outros materiais poliméricos.

A Câmara Setorial de Fibras Naturais diante do panorama nacional e internacional de fibras duras deverá atuar juntamente Estado criando novos nichos de mercado para ampliar o rol de compradores, bem como promover ações junto aos pequenos produtores, cooperativa e agentes de assistência técnica com o intuito de melhorar os sistemas de produção e aumentar a receita dentro da propriedade familiar com a garantia do preço mínimo justo para as culturas no Estado.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS
<p>Acesso a canais de distribuição no exterior</p> <ul style="list-style-type: none"> As principais empresas do setor já possuem acesso aos canais de distribuição nos principais mercados do exterior.
<p>Capacidade de apoiar outras cadeias produtivas, principalmente de caprinos e ovinos</p> <ul style="list-style-type: none"> O sisal pode ser cultivado em consórcio com outras cadeias produtivas, como as exemplificadas, o que provê maior retorno econômico e financeiro ao produtor.
<p>Capacidade de ajuste da oferta e da demanda no curto prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> O sisal é uma cultura flexível no que tange ao aproveitamento das plantas, podendo regular o ritmo de extração das fibras em função da demanda do mercado.
<p>Disponibilidade da mão-de-obra</p> <ul style="list-style-type: none"> Dada a tradição da cultura do sisal na região, há disponibilidade de Mão de obra para o setor. Porém, nos últimos anos está perdendo esta disponibilidade no campo, em função de outras Oportunidades de trabalho; o crescimento da construção civil impacta a disponibilidade de emprego no interior.
<p>Disponibilidade de matéria-prima</p> <ul style="list-style-type: none"> As culturas existentes de sisal garantem a disponibilidade de matéria-prima.
<p>Disponibilidade de terras para produção de fibras na região</p> <ul style="list-style-type: none"> Há grande disponibilidade terra para plantio e desenvolvimento do Sisal na região.
<p>Potencial de diversificação do portfólio de produtos a base de sisal e fibras</p> <ul style="list-style-type: none"> Existem várias aplicações para o Sisal que ainda não tiveram suas cadeias de produção desenvolvidas; Existe um alto potencial de crescimento da produtividade; Existe um alto potencial de aproveitamento das plantas.
<p>Potencial de sinergia e cooperação na cadeia de valor do segmento</p> <ul style="list-style-type: none"> Potencial de sinergia e cooperação na cadeia de valor do segmento: Produtores, Motores, Batedeiras, Indústria e Canais de Distribuição.

SENTENÇAS

Produto altamente resistente ao clima e permanência da cultura

- O sisal necessita de um nível de manejo menor com relação a outras culturas; manejo facilitado, não requer o trato que outras culturas requerem; ele permanece perene, enquanto as outras culturas não, inclusive o gado; É uma planta muito bem adaptada às condições climáticas do interior nordestino. O sisal não tem sazonalidade da produção.

Produto renovável e biodegradável

- Estas são características intrínsecas às fibras naturais.

Segmento com grande potencial de geração de empregos

- Uma tonelada de sisal gera sete empregos, segundo o IBGE. Este número foi adotado na FAO. Considerando-se o potencial de mercado e a capacidade de produção da região, o potencial de geração de empregos é muito grande. A região possui baixo IDH, o que torna crítica a questão relacionada à geração de empregos.

Tradição e reconhecimento da região na produção de fibras

- A região é, hoje em dia, a principal produtora de sisal do Brasil e a maior região produtora de sisal do mundo.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

As empresas do setor podem melhorar as estratégias conjuntas de investimento

- As estratégias de investimentos em estudos, pesquisas, planejamento e promoção devem ser reforçadas; Há dificuldade das empresas em organizar informações sobre o setor, para subsidiar o processo de tomada de decisão gerencial.

Baixa capacitação e informalidade da mão de obra

- A baixa capacitação da mão-de-obra está relacionada à baixa intensidade tecnológica da cadeia de produção; é intrínseca ao processo produtivo; A informalidade da mão-de-obra também é uma característica do setor, até mesmo histórica; é o emprego do trabalhador rural, com legislação específica, não tem vínculo empregatício; Há espaço para a reciclagem do produtor com relação ao manejo, no que diz respeito ao espaçamento das plantas, por exemplo.

Baixa produtividade da cadeia de produção

- A baixa produtividade ocorre em todos os níveis da cadeia: A produtividade da cadeia de produção é inferior a dos principais concorrentes; A produtividade por hectare do sisal já esteve no patamar de 1,2 toneladas por hectare por ano; hoje em dia está no patamar de 700 kg por hectare por ano; A remuneração atual do produtor não gera recursos suficientes para re-investimento, para cuidar do campo; quando produtor recebe recursos, a tendência é de cuidar melhor do campo.

Baixo nível de aproveitamento do sisal

- Apenas 4% da planta é aproveitada; Este ponto fraco também é uma potencialidade, dada as destinações que podem ser dadas aos resíduos, como a mucilagem.

Baixo nível tecnológico

- A cadeia produtiva do sisal caracteriza-se por ser de baixa intensidade tecnológica, o que é uma restrição a atividades relacionadas a inovação, tanto de produto como de processo.

SENTENÇAS

Falta uma política agrícola de longo prazo para o setor

- Não há a manutenção de uma política agrícola de longo prazo que garanta o equilíbrio econômico-financeiro do Sisal; A política de preços mínimos, que tem uma função estabilizadora das condições econômicas de produção do setor, ainda está em fase de ajustes, em função da mudança de sistema.

Grande dependência do mercado externo

- Cerca de 85% da produção brasileira de sisal é exportada; O setor sofre fortemente com a desvalorização cambial, que reduz a competitividade frente aos produtos sintéticos; Várias empresas ficam ociosas por não terem a opção de colocação de produtos no mercado interno.

Pode-se melhorar a cultura empreendedora do setor

- Há a necessidade de fortalecer os esforços de capacitação e de geração de cultura empreendedora para o setor.

Portfólios de produtos restritos, com baixa diversificação

- As principais empresas do setor concentram seus portfólios de produtos ou em fibras ou em fios, cordas e cordéis; Existem empresas especializadas em tapetes (APAEB) e mantas (TecSal e recentemente a Bahia Mantas), mas são de pequena escala de produção, frente a demanda internacional e a concorrência chinesa, no caso de tapetes; Outros segmentos, como rações, compósitos, bioinseticidas discos de polir e brinquedos pet, estão inexplorados; Há um consenso que o portfólio trabalhado atualmente não está sendo o suficiente na conjuntura atual.

Técnicas de produção defasadas tecnologicamente

- Existem poucos investimentos orientados à atualização do parque produtivo; O maquinário antigo desgasta o trabalhador, gerando acidentes de trabalho; O maquinário antigo aumenta o desperdício da produção; Há necessidade de novos equipamentos, principalmente para o processo de desfibramento: os motores, utilizados no processo de desfibramento, estão sendo abandonados devido à falta de recursos para manutenção; O processo de desenvolvimento de novos motores está lento, dadas as necessidades do setor; Novas máquinas que serão ofertadas demandam curva de aprendizado; Há reação à mudança no setor.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Apoio governamental e de organizações de fomento

- Vários órgãos e instituições governamentais apóiam o setor. Um exemplo é a política de preços estabelecida pela Conab, que ajuda a estabilizar o segmento, mesmo estando ainda em fase de ajustes.

Crescimento de mercados potenciais que ainda não foram explorados completamente

- Vários segmentos que podem ser atendidos pelas fibras naturais estão em expansão ou apresentam grande potencial de crescimento: Cordas e cordões, Tapetes, Mantas, Discos de polir, Telhados a base de Piaçava.

SENTENÇAS**Demanda potencial dos principais mercados (EUA e Europa)**

- O potencial do mercado norte-americano é muito grande; é o principal mercado mundial; O mercado europeu pode ser novamente explorado.

Desenvolvimento de novos mercados potenciais

- As pesquisas e desenvolvimentos no segmento de compósitos, fibrocimento e geotêxteis dará acesso a novos mercados potenciais para as fibras.

Existência de mercados poucos explorados

- Mercados como o sul da América do Sul, o Leste Europeu e o Norte da África são demandantes de produtos a base de fibras naturais e ainda não estão plenamente explorados pelas empresas do setor.

Valorização de produtos sustentáveis e recicláveis

- Valorização da questão social existente da cadeia de valor do Sisal; dar mais ênfase na questão ecológica; As fibras naturais são amigáveis ambientalmente e justas economicamente.

AMEAÇAS**SENTENÇAS****Avanço de pragas que reduzem a produtividade do sisal**

- Podridão vermelha: mas se limpar não morre; não é uma ameaça que não possa ser combatida; depende também da região; impacta mais em terrenos ruins; (revisar este ponto).

Mercado cada vez mais competitivo

- Forte concorrência africana e chinesa, mais competitivos em qualidade e preço.

Poucas alternativas para atualizar tecnologicamente a cadeia de produção

- Há descontinuidade tecnológica na produção de máquinas que utilizem fibras naturais; O maior fabricante de máquinas para o setor mudou-se para a China; Existem alternativas para a atualização tecnológica, mas não há condições de investir, no momento.

Pressão dos produtos substitutos

- Fios sintéticos e NET dominaram o mercado europeu e já possuem participação no mercado norte-americano.

Pressões econômicas e demográficas que enfraquecem a cadeia produtiva do sisal

- O momento é de baixa remuneração do produtor: a parte do produtor na extração do sisal caiu para 20% da produção extraída pelo motor; Isto levará a queda de produção do campo: a remuneração muito baixa, há um incentivo econômico a mudar a cultura na propriedade; Alternativas de emprego para os trabalhadores da cadeia de produção do sisal; Jovens desinteressados pela produção de sisal; "Não há ninguém aprendendo a extrair sisal.

SENTENÇAS

Valorização da moeda nacional (R\$)

- A valorização da moeda nacional retira competitividade das exportações de fibras: O câmbio valorizado pode ser considerado como a pior ameaça para o setor; A volatilidade cambial também é danosa, pois as variações ocorrem em prazos muito curtos e o fechamento de contratos demora vários dias; não se pode garantir preços ao longo de vários dias de espera para fechamento de contratos; Há uma dificuldade em travar taxas de câmbio.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecido internacionalmente como o maior e melhor fornecedor mundial de fibras naturais do mundo, se destacando pela produtividade, diversidade, inovação e qualidade dos nossos produtos, contribuindo para um mundo sustentável ambientalmente e para o desenvolvimento do Brasil e das regiões onde atua.

VALORES

- Apoio tecnológico ao trabalhador.
- Responsabilidade sócio-ambiental.
- Incentivo a agregação de valor.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Intensificar a assistência técnica para melhoria da produtividade incluindo defesa sanitária, manejo, e questões ambientais e sociais das cadeias produtivas de fibras naturais.
- Modernização dos equipamentos para plantio, produção, colheita, beneficiamento e processamento, iniciando com urgência pela máquina desfibroadora de sisal através de concorrência internacional vinculando pagamento ao funcionamento da máquina superior a máquina atual.
- Promoção nacional e internacional das fibras naturais e seus produtos, incluindo os agentes do processo produtivo e autoridades locais, visando a conquista de novos mercados e melhoria e estabilidade dos preços, incluindo a política efetiva de preços mínimos do governo.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Aproveitamento de 100 % das plantas trabalhando com política de lixo zero, incluindo a criação do instituto de fibras naturais.

- Desenvolvimento de novos produtos com mais tecnologia gerando novas demandas e novos mercados para as fibras naturais.
- Qualidade dos produtos com classificação e certificação oficial, com agregação de valor.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Wilson Galvão Andrade.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX BRASIL
- Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBÁHIA
- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- Associação Comercial da Bahia - ACB
- Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira - APAEB
- Banco do Brasil S.A. - BB
- Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB
- Bolsa de Mercadorias da Bahia - BMB
- Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário - EBDA
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB
- Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia - FETAG
- Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal - IDR
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA

- Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI
- Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI
- Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração - SICM
- Secretaria do Planejamento - SEPLAN
- Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE
- Sindicato de Fibras da Bahia
- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia - OCEB
- TECNOCOCO
- Tecon Salvador S.A
- União de Municípios da Bahia - UPB
- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES
- Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

CÂMARA FLORESTAL

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Silvicultura foi instalada em Salvador, Bahia, no 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável da Silvicultura e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando esta “commodity” mais competitiva à nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Silvicultura (ABAF - Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantada, APES - Associação dos Municípios do Extremo Sul da Bahia, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., BSC - Bahia Specialty Cellulose, Dialogo Florestal, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, Ferbasa - Companhia de Ferro Ligas da Bahia, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, FIBRIA, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, PRODEM - Associação Empresarial Pró-desenvolvimentista do Extremo Sul da Bahia, Relevo consultoria em Agronegócios, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SECTI – Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, SEMA - Secretária do Meio Ambiente, SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, Sindipapel - Sindicato do Papel e Celulose, Suzano Papel e Celulose, Veracel Celulose S.A), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da Silvicultura.

CONTEXTO DA CADEIA

A atividade florestal é atualmente um dos pilares da economia baiana e sua importância vem se ampliando a cada ano, de tal modo que já é possível caracterizar uma cadeia produtiva especializada que poderíamos denominar de Bahia Florestal.

As estatísticas do setor demonstram sua relevância econômica, social e ambiental para o Estado da Bahia.

A Bahia Florestal responde por 18,8% da produção nacional de pasta de celulose, o que dá à Bahia o segundo lugar no ranking dos maiores produtores brasileiros, atrás apenas do Estado de São Paulo. Na

produção de papel, a Bahia Florestal se encontra em 5º lugar no comparativo nacional. Sua produção é de 364.173 toneladas, representando, assim, 3,9% da capacidade nacional. Já no que se refere à celulose solúvel a Bahia Florestal representa a maior produção nacional, com uma capacidade de 465 mil toneladas por ano. No relacionado às exportações, as vendas externas de papel e celulose responderam por cerca de 17,6% do total das exportações estaduais em 2009, ocupando o segundo lugar no ranking do comércio exterior baiano, atrás apenas das indústrias química e de petroquímica que participam com 18,8% das exportações globais.

Outro destino da produção silvícola é o suprimento de carvão vegetal para siderurgia, cujo consumo é de 35.000 m³/mês, sendo 50% provenientes das florestas próprias da FERBASA, e o restante, também derivado da madeira de eucalipto, fornecido por terceiros, sendo cultivado em cinco municípios do Litoral Norte da Bahia. O uso da terra para o cultivo de eucaliptos destinados a siderurgia obedece rigorosamente, às normas regulamentadoras federais, estaduais e municipais, utilizando menos de 50% das áreas das propriedades, o restante corresponde ao remanescente da Mata Atlântica, preservados nas condições originais; matas ciliares, áreas em estágio de regeneração natural e bosques, todos com função de habitat nativo da fauna existente na região.

Demais disso, de acordo com uma estimativa da ABAF (Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantadas), as empresas de base florestal sediadas na Bahia recolheram aos cofres estaduais impostos no montante de, aproximadamente, R\$ 40 milhões em 2008. Em tributos municipais, o setor desembolsou, aproximadamente, R\$ 35 milhões em 2008, situando-se em quarto lugar no País em termos de recolhimento de impostos municipais. Já em impostos federais, foram arrecadados por estas empresas em 2008 um montante de R\$ 70 milhões.

Além de desenvolvimento econômico, este setor agrega também sólidos valores de sustentabilidade. No que concerne à geração de postos de trabalho e impacto sobre a renda local, vale ressaltar que o setor emprega, direta e indiretamente, cerca de 20 mil trabalhadores no Estado, pagando mais de R\$ 87,1 milhões em salários e R\$ 45,1 milhões em encargos sociais. O impacto social das empresas florestais nos municípios baianos pode ser observado pelo índice FIRJAN, o qual comprova municípios onde há atuação do setor, a exemplo de Itabela, Eunápolis e Teixeira de Freitas, apresentaram crescimento do índice para o componente Emprego & Renda, Educação e Saúde superior aos observados em Salvador, no período analisado. Na questão Saúde, por exemplo, os municípios destaque são Eunápolis e Teixeira de Freitas, com crescimento do referido índice em 24% nos referidos casos.

Na esfera ambiental, merece destaque a defesa do meio ambiente promovida pelo setor que integra a Silvicultura na Bahia. Entre outras práticas, este setor é responsável pela manutenção de 304.906 ha de área ecologicamente preservada no Estado.

Não resta dúvida que atividade florestal, pautada pela plantação eucalipto e que abriga empresas de porte, a exemplo da Fibria, da Suzano Papel e Celulose, BSC, e da Veracel, as quais integram esta cadeia de desenvolvimento sustentável, desponta com destaque na Bahia. Po-

siciona-se como uma excelente opção de investimento sustentável, o que se justifica pelas vantagens competitivas ínsitas ao Estado e à já consolidada Bahia Florestal. Desta forma, faz-se merecedora de atenção especial daqueles que militam em favor do desenvolvimento econômico e socioambiental do Estado.

Portanto, vivemos um momento impar na construção de políticas públicas para a Bahia. A Câmara Florestal será importante espaço de contribuição para o setor público, ampliando a participação dos diversos setores componentes da cadeia produtiva de base florestal no intuito de planejar o desenvolvimento da atividade florestal no Estado, alinhando a preservação ambiental e o crescimento social ao desenvolvimento econômico do setor.

Desta forma, é fundamental a instituição, pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI), da Câmara da Silvicultura, que terá caráter perene e cujo objetivo principal será o de contribuir para a construção das políticas pública da cadeia produtiva que representa. O seu primeiro desafio, realizado a contento cujo resultado ora se apresenta, foi o de colaborar para construção de uma proposta de planejamento do setor de curto e longo prazo.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento tecnológico disponível. ▪ Mão-de-obra qualificada nas grandes empresas.
Crédito/Seguro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Disponibilidade de crédito.
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Demanda crescente dos produtos derivados da madeira. ▪ Possibilidade de se estabelecer contratos de compra e venda com grandes empresas.
Defesa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento tecnológico nas empresas na utilização de inimigos naturais para algumas pragas. ▪ Controle fitossanitário para a importação de material genético.
Gestão da Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alto grau de padronização e uniformização de procedimentos silviculturais nas empresas e produtores fomentados. ▪ Existência de associações ligadas ao controle de qualidade (ABPTCP). ▪ Existência de certificação nas empresas pelo sistema ISO/FSC/CERFLOR.
Governança da Cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de câmara setorial no plano federal. ▪ Existência de diversas entidades da sociedade civil ligadas ao setor florestal.

EIXO	SENTENÇAS
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Início de uso do transporte de cabotagem como uma das alternativas de transporte rodoviário.
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de normas gerais e princípios conhecidos e consolidados. ▪ Preparação das grandes empresas para atender os requisitos legais.
P, D & Inovação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alta especialização do <i>Eucalyptus</i> para produção de celulose. ▪ Ciclo curto da cultura do <i>eucalyptus</i> no Brasil em comparação aos demais países, viabilizando pesquisa de curto prazo. ▪ Elevada produtividade e rentabilidade. ▪ Intercâmbio tecnológico entre as empresas do segmento de celulose e papel. ▪ Vasta rede experimental instalada nas empresas.
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alto grau de cumprimento da legislação legal ▪ Atividade de silvicultura de baixo impacto ▪ Boa qualificação dos empregos rurais ▪ Certificações ambientais e adesões a pactos voluntários pelas empresas ▪ Conservação de grandes maciços florestais ▪ Estudo que comprova elevação do IDH (índice FIRJAN) nas áreas de influência de floresta plantada ▪ Fomento florestal como vetor de desenvolvimento regional e desconcentração fundiária ▪ Grande geração de valor econômico ▪ Programas de desenvolvimento de fornecedores locais ▪ Projetos sociais das empresas

FRAQUEZAS

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concentração do conhecimento tecnológico disponível. ▪ Falta de tradição dos produtores no cultivo de florestas.
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cultura de ciclo longo x visão de curto prazo. ▪ Inexistência de um mercado regulador. ▪ Mercado concentrado na cultura do eucalipto e produção de celulose.
Crédito/Seguro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ As instituições da cadeia não estão organizadas para atender a lista de exigências.
Gestão da Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixo grau de organização da gestão pelos pequenos produtores e prestadores de serviços. ▪ Baixo número de certificações nos pequenos produtores.

EIXO	SENTENÇAS
Governança da Cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de articulação da cadeia com as instituições públicas competentes. ■ Ausência de representatividade da silvicultura na Federação da Agricultura. ■ Praticamente nas mãos de grandes empresas. ■ Baixa capacidade de articulação do setor com o governo.
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> ■ Custos elevados de logística. ■ projetos compartilhados pelas empresas da cadeia na busca de solução conjunta de infraestrutura.
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> ■ Baixa capacidade de influência do setor no governo na definição da legislação. ■ Baixa regularização fundiária dos proprietários rurais. ■ Falta de conhecimento/preparo dos pequenos e médios produtores sobre a legislação.
P, D & Inovação	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de parcerias público-privadas. ■ Baixo investimento em manejo e desenvolvimento de material genético para uso múltiplo. ■ Perda de povoamentos de espécies puras. ■ Vários clones disseminados sem o devido controle de sua identidade.
Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> ■ Ausência de endomarketing. ■ Ausência de plano estratégico de comunicação e reforço da imagem para a sociedade. ■ Falta de posicionamento da cadeia.
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ■ Atração de mão-de-obra de outras regiões ■ Baixa efetividade dos projetos sociais das empresas ■ Baixa geração de valor compartilhado (relação ganha-ganha) entre os elos da cadeia ■ Falta de conscientização ambiental por parte dos pequenos e médios produtores e prestadores de serviços ■ Monotonia da paisagem ■ Uso de recursos não renováveis

OPORTUNIDADES

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ■ Assistência Técnica - Capacitação de ATER pública para fomentar a silvicultura no Estado. ■ Assistência Técnica - Definição de um novo modelo de ATER com parceria público-privada. ■ Assistência Técnica - Geração de inteligência competitiva a partir dos dados da assistência técnica.

EIXO	SENTENÇAS
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fomentar o uso múltiplo da madeira. ▪ Inclusão de produtos florestais na bolsa de mercadorias.
Crédito/Seguro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alinhamento entre as instituições de crédito público e demais instituições de licenciamento. ▪ Criar linhas de seguro. ▪ Facilitar o acesso ao crédito.
Defesa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estruturação de programa de prevenção de doenças e pragas. ▪ Defesa Agropecuária - Introdução de inimigos naturais para o controle de pragas.
Gestão da Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortalecer as entidades certificadoras no Brasil. ▪ Ampliar a certificação florestal. ▪ Existência de instituições que promovem a melhoria da qualidade no Brasil. ▪ Tendência internacional de certificação da qualidade.
Governança da Cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de fóruns de discussão pelo poder público. ▪ Expansão e fortalecimento do associativismo. ▪ Planejamento de políticas públicas para o setor agroindustrial.
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cooperação público-privada. ▪ Existência de malha rodoviária para a construção e duplicação de estradas. ▪ Longa extensão costeira, viabilizando a instalação de novos portos. ▪ Manutenção da competitividade do setor. ▪ Utilização de Redes para prover soluções em transporte.
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação do plano de desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia (ZEE). ▪ Criar mecanismos que equalizem a distribuição de impostos (ICMS Ecológico). ▪ Desburocratização e efetividade do processo de licenciamento. ▪ Melhor preparação dos órgãos regulamentadores, notadamente no âmbito municipal (GAC). ▪ Simplificação do processo de cumprimento da legislação.
P, D & Inovação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de transgênicos. ▪ Estabelecimento de pesquisas em manejo de florestas para uso múltiplo. ▪ Existência de universidades com cursos na área de Florestas formando profissionais (mestrado e doutorado) no Brasil. ▪ Aumento de produtividade no curto prazo.

EIXO	SENTENÇAS
Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Buscar a participação nas diversas campanhas do governo e outras instituições. ▪ Caracterização da vocação da Bahia para o desenvolvimento da indústria de base florestal. ▪ Desmistificação da cultura do eucalipto.
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a rede de aterros industriais e sanitários; ▪ Ampliar programas de desenvolvimento de fornecedores locais ▪ Buscar alternativas para substituição de recursos não renováveis ▪ Convergência de esforços para integrar ações sociais pelas empresas ▪ Desburocratizar e incentivar o processamento de resíduos; ▪ Incentivar o uso de sistemas agro florestais visando uso múltiplo da madeira

AMEAÇAS

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Continuidade da ineficiência da estrutura da EBDA.
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crises internacionais. ▪ Possibilidade de quebra de contratos. ▪ Restrições à transgenia.
Crédito/Seguro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento das taxas de juros. ▪ Impacto da variação cambial.
Defesa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de controle fitossanitário na transferência de material genético entre regiões e estados pelo Estado. ▪ Ausência de registro de produtos químicos homologados para uso na cultura florestal. ▪ Introdução/surgimento de novas pragas e doenças. ▪ Poucos laboratórios para criação de inimigos naturais. ▪ Restrição ao uso de produtos homologados para floresta mediante demanda de organismos internacionais certificadores.
Gestão da Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Restrições impostas por organismos certificadores que extrapolam a legislação brasileira.
Governança da Cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Externalidade de opiniões/decisões de instituições públicas competentes, desprovidas de fundamentação de fato e de direito. ▪ Lentidão na análise e concessão dos processos de licenciamentos. ▪ Omissão do estado na defesa dos interesses da cadeia.

EIXO	SENTENÇAS
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de investimentos do governo para superação de gargalos de infraestrutura. ▪ Criação de restrições ao transporte rodoviário de carga pesada (pressões sociais). ▪ Restrições ambientais do transporte por cabotagem.
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descumprimento de decisões judiciais em relação às questões fundiárias. ▪ Despreparo e falta de estrutura dos órgãos regulamentadores quanto à silvicultura. ▪ Falta de combate e fiscalização do furto de madeira, a produção e comercialização ilegal de carvão. ▪ Falta de igualdade de tratamento da silvicultura em relação à outras culturas. ▪ Falta de razoabilidade da legislação ambiental. ▪ Restrições à expansão da cultura do eucalipto, especialmente em níveis municipais.
P, D & Inovação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de investimentos públicos em P&D. ▪ Falta de cursos universitários na área de Florestas para formação de profissionais no Estado.
Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atuação de movimentos sociais organizados internacionalmente. ▪ Disseminação de propagandas contra a cultura do eucalipto. ▪ Externalidade de opiniões de instituições públicas de credibilidade, desprovidas de fundamentação.
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ausência de mecanismos que equalizem a distribuição de impostos (ICMS Ecológico) ▪ Burocracia para o transporte e processamento de resíduos perigosos ▪ Carência de fornecedores locais para atender demanda das empresas ▪ Falta de conscientização ambiental pelas comunidades vizinhas ▪ Pouca infraestrutura municipal para o processamento adequado dos resíduos gerados

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Ser reconhecida como geradora de desenvolvimento sustentável para a Bahia, com resultados de liderança no PIB estadual, qualidade de vida e conservação dos biomas nas regiões onde atua e referência mundial de cadeia de base florestal.

VALORES

- Desenvolvimento territorial sustentável.
- Engajamento social.
- Ética.
- Excelência operacional.
- Geração de valor compartilhado.
- Inovação.
- Parceria ganha-ganha.
- Respeito ao meio ambiente.
- Transparência.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Capacitação dos técnicos para promover o ATER, assim como a promoção do fomento a ampliação e desenvolvimento de centros técnicos e de universidades no Estado voltados inclusive para a melhoria do material genético adequados a indústria de base florestal.
- Criar o ICMS ecológico.
- Viabilizar plano de adequação das propriedades rurais em relação à RL e APP, assim como a desburocratização do licenciamento ambiental.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Criar pólos florestais e incentivar sistemas agro-florestais, visando o uso múltiplo da madeira.
- Estabelecer mecanismos que facilitem a certificação do manejo e dos produtos florestais.
- Promover o zoneamento econômico ecológico.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Leonardo Genofre.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ABAF - Associação Baiana de Produtores de Florestas Plantada
- APES - Associação dos Municípios do Extremo Sul da Bahia
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- BSC - Bahia Specialty Cellulose
- Dialogo Florestal
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- Ferbasa - Companhia de Ferro Ligas da Bahia
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- FIBRIA
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- PRODEM - Associação Empresarial Pró-desenvolvimentista do Extremo Sul da Bahia
- Relevo consultoria em Agronegócios
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SECTI – Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação
- SEMA - Secretária do Meio Ambiente
- SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração
- Sindipapel - Sindicato do Papel e Celulose
- Suzano Papel e Celulose
- Veracel Celulose S.A

CÂMARA DA FRUTICULTURA

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável da Fruticultura e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando o produto frutas mais competitiva à nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Fruticultura (ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, AIBA - Associação dos Irrigantes da Bahia, APROMOL - Associação dos Prod. de Manga de Livramento, ASBACOCO - Associação Baiana dos Produtores de Côco, BB - Banco do Brasil S.A., BNB- Banco Do Nordeste do Brasil S.A., BRASFRUT - Frutos do Brasil Ltda., Câmara Setorial da Citricultura Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas, COOFRULAPA - Cooperativa de Produtores de Frutas de Bom Jesus da Lapa, COOPAITA - Cooperativa dos Produtores de Abacaxi de Itaberaba, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Mandioca e Fruticultura Tropical, FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, IBRAF - Instituto Brasileiro de Frutas, Instituto da Fruta, OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, Tecon Salvador S.A., União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da Fruticultura.

CONTEXTO DA CADEIA

O cenário atual da fruticultura segundo dados da SECEX, mostra que: a Bahia ocupa a 1ª posição nas exportações brasileiras de frutas “in natura”, com 14,3% do total brasileiro; a produção baiana, é de 5,4 milhões de toneladas.(2007); o Estado é líder em fruticultura no Nordeste e ostenta as lideranças nacionais de produção de banana, manga, mamão, maracujá e coco-da-bahia; as exportações representam 2% da pauta estadual; em 2008 foram exportadas 127 mil toneladas (14,3%), que somaram US\$ 151 milhões (20,9 %). Principal produtor e exportador de manga e uva do Brasil

No Estado da Bahia a área plantada é de 323,5 mil há dos quais 105 mil ha são irrigados com uma produção de 5,38 bilhões de t/ano. A dispersão das áreas plantadas se faz em 10 pólos de produção espalhados por todo Estado: Baixo médio São Francisco; Região Oeste; Médio São Francisco; Extremo Sul; Litoral Norte; Nordeste; Irecê; Litoral Sul; Paraguaçu e Recôncavo, cada uma com sua especificidade de produção atendendo as exigências das culturas quanto a clima e solo. Estas características mostram o grande potencial para implantação de agroindústrias no interior do Estado, com o propósito de agregar valor a matéria prima e agregar emprego e renda nos pólos produtores.

O abacaxi vem se constituindo como uma forte cultura com bons rendimentos. A região do Paraguaçu vem criando fama como grande pólo produtor de abacaxi, tanta na produção, como fornecedora de mudas para outras regiões, como o extremo sul. É uma cultura que já é adequada a produção de agricultores familiares, que vem obtendo boa renda com boa produtividade. Além disso, um grande problema da cultura que é a fusariose vem sendo combatida pela extensão rural do Estado. De uma outra forma, culturas de abacaxi irrigadas tem tido produtividades surpreendentes.

A uva produzida no Baixo Médio São Francisco tem aumentado sua qualidade na produção de vinhos, tanto que tem conquistado cada vez maior espaço internacional. O mamão produzido na região do Extremo Sul da Bahia sempre teve importante papel na economia da região, gerando emprego e renda. Os produtores já perceberam que a adoção de novas tecnologias melhora em muito o potencial de produtividade e qualidade.

A cultura de citros na Bahia já vem consolidada e já tem as técnicas mais modernas de produção. Já alcança mercados externos, e a qualidade é excelente devido ao clima apropriado para diversos tipos de citros, a exemplo do limão Taiti no sul do Estado. A manga, devido a aplicação de irrigação nas regiões produtoras, obtém ótimas produtividades devido ao clima propício e com mercado já firmado.

A produção baiana de banana na Bahia deixou de ser uma cultura de quintal para ser uma cultura tecnificada. Atualmente a comercialização deste produto com vendas sem prejuízos, tem estimulado os produtores com um mercado muito seguro, tendo na região do Baixo Sul um dos principais pólos fornecedores, abastecendo parte dos mercados em São Paulo e Minas Gerais.

Problemas como a organização da produção, logísticas de transporte e armazenamento, conquista de novos mercados, ampliação do parque industrial e geração e difusão de tecnologias se constituem gargalos no crescimento da fruticultura no Estado da Bahia que dependem de ação direta do estado para que sejam solucionados. A Câmara de fruticultura terá importante espaço de contribuição para orientar construção das políticas públicas estaduais no intuito de planejar o desenvolvimento da atividade frutícola na Bahia.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

Altos índices de produtividade nas áreas irrigadas

- Áreas irrigadas, onde o nível tecnológico é maior, a produtividade é superior, podendo ocorrer até duas safras por ano dependendo da cultura.

Apoio governamental

Áreas livres de pragas quarentenárias dos citros: *Greening*, Cancro Cítrico, Mosca Negra e Mancha Preta

- Em inspeções fitossanitárias realizadas pela ADAB, foi constada a ausência de pragas quarentenárias do citros, pragas que são entraves comerciais para estados de ocorrência.

Certificações em conformidades as adotadas pelos mercados mundiais

- A Agencia Estadual de Defesa Agropecuária, é signatária de diversos protocolos para exportação de frutas. Atendendo as exigências dos países importadores, a exemplo de: manga, mamão e uva.

Condições edafoclimáticas (clima e solo) favoráveis à produção

- O Estado da Bahia possui grande extensão territorial, abrangendo diversos tipos de clima e solo, esses fatores permitem o cultivo variado de fruteiras, seja; tropical e temperada.

Disponibilidade de área para expansão

Disponibilidade de fábricas de fertilizantes dentro do Estado

Disponibilidade de mão-de-obra no campo

Disponibilidade de matéria prima para agroindústria

- Grande oferta de frutas que não são comercializadas e poderiam ser utilizadas em polpas, sucos e frutas.

Espaço para implantação para parque agroindustrial

Mercado interno crescente

- A melhoria de renda da população, a maior preocupação com uma vida mais saudável e maior oferta de produtos tem estimulado um maior consumo de frutas.

Mercados institucionais (alimentação escolar)

Oportunidade de suco concentrado para exportação

Pólos de produção consolidados

- Os pólos frutícolas do vale do São Francisco, de Bom Jesus da Lapa, Litoral Norte, entre outros, já possuem estrutura e cultura na produção de frutas.

SENTENÇAS

Produção de citros para mesa e indústria

Proximidade de rodovias, portos e aeroportos

Segundo produtor nacional de frutas frescas

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Ausência de legislação adequada ao agricultor familiar

- A Bahia não tem legislação específica para o agricultor familiar, como ocorre em Minas Gerais.

Ausência de um fundo de desenvolvimento para o setor

Baixa qualidade da mão de obra

- Embora exista uma grande quantidade de mão de obra, esta não está qualificada para atender a diversos seguimentos da fruticultura.

Baixo índice tecnológico e conseqüente baixa produtividade em área de sequeiro

Criação de um programa de modernização para a fruticultura

Escassez de Agroindústria

Falta de assistência técnica específica para a fruticultura

Falta de centro de distribuição voltado para os produtores

Falta de ferrovias e aeroportos para exportação da produção do Oeste e Extremo Sul

Falta de incentivos fiscais à agricultura familiar

Falta de padronização para as frutas

Falta disponibilidade de recursos financeiros em quantidade e tempo hábil. Não há garantia (seguro)

Falta harmonização das taxas cobradas entre as agências de defesa dos estados

- Cobrança na Bahia de PTV e CFO maior que outros estados do nordeste.

Falta identificação de produtos – Selo de Qualidade Bahia

Fragilidade em associativismo e cooperativismo

SENTENÇAS

Inadequação dos portos para exportação

Inexistência de Promoção e Marketing

- Necessidade de estímulo ao consumo de frutas, produção com qualidade, criar identificação produtor – consumidor.

Insuficiência de infra-estrutura e logística pós-colheita

Quantidade e qualidade de técnicos da assistência técnica e defesa agropecuária aquém do necessário para o Estado

- O Estado da Bahia possui uma grande extensão territorial, com 417 municípios e potencial agrícola amplo, para dar suporte ao agronegócio frutícola é necessária, uma assistência técnica e defesa agropecuária estruturada com técnicos capacitados e em quantidade suficiente.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Baixa utilização de defensivos

Crescimento do mercado interno

Estimativa de crescimento de 25% do consumo de congelados e sucos

Investimento em gestão ambiental e responsabilidade social

Mudança nos hábitos de consumo

- A população tem conscientizado no consumo de alimentos saudáveis.

Possibilidade da Construção de uma Plataforma de Logística de Transporte em Juazeiro

- O Governo Federal, em parceria com o Governo da Bahia estuda a possibilidade de Construção na Plataforma em Juazeiro, sendo que os estudos estão avançados.

Potencial para diversificação, em larga escala, para a produção de frutas

Potencial para o crescimento de produção de frutas de mesa de alta qualidade na Chapada Diamantina

- As condições naturais da Chapada Diamantina propiciam a produção de frutas com os mais elevados padrões internacionais.

Redução da produção de citros em São Paulo e nos Estados Unidos

Vantagens Competitivas e Comparativas para as janelas de produção

Acontecimentos de grandes eventos internacionais como Oportunidades para divulgação da fruticultura do Estado

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Altos impostos taxados sobre as frutas brasileiras ao entrarem na União Européia

- Chilenos e Peruanos, não pagam esses impostos, isso favorece, sem dúvida, a competitividade desses países sobre o Brasil, no tangente à fruticultura.

Crescente importação de frutas de outros países

- Falta de salvaguarda para as frutas brasileiras.

Descumprimento na legislação de produção de mudas

Existência de *Greening* e outras pragas e doenças da citricultura e outras frutas, em outras regiões do País

Falta de Isenção do INSS para os produtores de frutas para exportação

Falta de padronização das frutas

Falta de um plano de safra para a fruticultura

- Instrumentos como PEPRO e PEP não são utilizados.

Faltam padronização e normatização das Frutas de Mesa para a comercialização no Brasil

- Ex: UVA

Faltam mitigadores de risco

- Ex.: Seguro e Fundo de Aval

Importação de frutas que utilizam produtos proibidos no Brasil

Não classificação dos agroquímicos por princípio ativo, ao invés de marcas

Pouca diversidade de material genético para porta-enxerto na citricultura

Processo demorado para registros de agrotóxicos

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Ser referência mundial na produção, processamento e comercialização de hortifrutis, a partir dos Territórios de Identidade, comprometidos com a sustentabilidade social, ambiental, econômica e político institucional, promovendo a integração da cadeia, induzindo a melhoria da qualidade de vida e conservação dos biomas, gerando riqueza para o Estado da Bahia e para o Brasil.

VALORES

- Promoção da saúde, segurança alimentar e qualidade de vida.
- Geração de emprego e renda para a economia baiana.
- Transparência e ética perante a coletividade e respeito às diferenças e indivíduos.
- Responsabilidade social e ao meio ambiente.
- Práticas de excelência na gestão operacional.
- Adoção de práticas inovadoras e sustentáveis.
- Comercialização de frutas com preços justos para geração de divisas ao Estado.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Capacitação gestão comercialização, padronização – qualidade.
- Estabelecer uma legislação adequada para agroindústria familiar.
- Estruturar e capacitar a assistência técnica oficial, e outras instituições integrantes da PNATER de forma a atender todo setor produtivo (frutícola).

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Ampliação do número de centrais de abastecimentos.
- Criação de plataforma de logística.
- Manter uma ATER moderna, contínua, permanente capacitada para difundir tecnologia agrícola agroindústria e comercialização.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Ivan Pinto da Costa.

Coordenador Subcâmara Citricultura - Geraldo Almeida de Souza.

Coordenador Subcâmara Fruticultura Tropical e Temperada - Paulo Roberto C. Lopes.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AIBA - Associação dos Irrigantes da Bahia
- APROMOL - Associação dos Prod. de Manga de Livramento
- ASBACOCO - Associação Baiana dos Produtores de Côco
- BB - Banco do Brasil S.A.
- BNB- Banco Do Nordeste do Brasil S.A.
- BRASFRUT - Frutos do Brasil Ltda.
- Câmara Setorial da Citricultura Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas
- COOFRULAPA - Cooperativa de Produtores de Frutas de Bom Jesus da Lapa
- COOPAITA - Cooperativa dos Produtores de Abacaxi de Itaberaba
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Mandioca e Fruticultura Tropical
- FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- IBRAF - Instituto Brasileiro de Frutas
- Instituto da Fruta
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
- SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
- SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração
- Tecon Salvador S.A.
- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária - UNICAFES

CÂMARA DOS GRÃOS

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Grãos foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável de grãos e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando seus produtos mais competitivos a nível de mercado nacional e internacional.

A elaboração deste planejamento estratégico para Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Grãos contou com a participação das seguintes instituições: ABA - Associação Baiana de Avicultura, ACIAGRI – Associação Comercial de Insumos Agrícolas, ACRIOESTE – Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia, ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., Bunge Alimentos, CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, COOPERFARMS- Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia, COPROESTE - Cooperativa Agropecuária Oeste Bahia, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, Fundação BA – Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Social do Oeste Baiano, Grupo Coringa, Icofort- Indústria e Comércio de Rações Ltda., MAPA- Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, Sandias Corretora de Commodities e Futuros Ltda., SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Sindicato Rural LEM, Tecon Salvador S.A, Terminal Portuário Cotegipe e UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia.

CONTEXTO DA CADEIA

A safra mundial de grãos em 2009 foi estimada em 2,24 bilhões de toneladas, um acréscimo de 4,9% em relação à safra de 2008, que fechou em 2,12 bilhões de toneladas. O Brasil representou 6,2% dessa produção mundial, com 137 milhões de toneladas enquanto os Estados Unidos estimou sua produção em 400,6 milhões de toneladas, os números são do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

Entre os principais grãos, o trigo deverá apresentar um aumento de produção de 11,9%, soja acréscimo de 5,6% na produção, o arroz incremento de 1,8%, e queda de 0,06% na produção do milho. Os estoques mundiais de arroz, milho, soja e trigo permanecem próximos aos níveis de cinco anos atrás.

Aumentar a produção de grãos no Brasil, para garantir o abastecimento interno e gerar excedentes exportáveis a preços competitivos bem como promover o desenvolvimento da agroindústria cerealista, exigiu transformações na estrutura dessa cadeia produtiva, que resultaram na criação de uma nova geografia de produção com a ampliação das fronteiras agrícolas devido a incorporação de áreas produtivas no Centro-Oeste, Sudeste e novas áreas de agricultura comercial do Nordeste e Amazônia, juntamente com a migração de grandes contingentes de produtores para estas novas regiões. A modernização da tecnologia de produção também contribuiu com esta mudança com a construção de indústrias de insumos ajustados aos novos paradigmas de produção. Pode se dizer que as culturas de arroz, feijão, milho, soja e trigo foram reinventadas, pelo melhoramento genético, para que pudessem ser produtivas no Brasil tropical.

O Brasil terá em 2010 uma colheita de grãos de 145,1 milhões de toneladas, volume muito próximo ao recorde alcançado em 2008, de 145,8 milhões de toneladas. A produção de cereais, leguminosas e oleaginosas será 8,5% superior à de 2009 (133,8 milhões de toneladas), segundo a previsão do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), baseada nos dados do setor agrícola, em fevereiro. Em relação a 2009, a área colhida neste ano crescerá 1,5% alcançando os 47,9 milhões de hectares. O crescimento será impulsionado principalmente pelo aumento de 17,4% na produção de soja e milho (2,6%), já que a de arroz será 5% menor esse ano.

A soja corresponde a um pouco menos da metade do total de grãos colhidos no Brasil. Junto com milho e arroz, esses grãos são os três principais cultivos e ocupam 81,5% de toda a área plantada no País. Neste ano a produção de soja de chegar a 66,9 milhões de toneladas graças a melhora das condições meteorológicas e ao aumento da área cultivada. O milho, por sua vez, chegará a 52,4 milhões de toneladas.

No Estado da Bahia a produção de grãos atingiu a marca recorde de 6,5 milhões de toneladas na safra 2009/2010, o que representa um crescimento de 16,5 em comparação à safra 2008/2009, que foi de 5,58 milhões. É o que mostra o 9º Levantamento da Safra Brasileira de Grãos feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A região Oeste do Estado apresentou a maior safra de soja de sua história, batendo recordes de produção e produtividade. A produção do grão, pela primeira vez, atingiu a marca de 3 milhões de toneladas, registrando o volume recorde de 3.213 milhões de toneladas, 28% a mais do que a safra passada, que foi de 2,5 milhões de toneladas.

Outro destaque é a área plantada de soja na região Oeste, que cresceu 6,8%, passando de 982 mil para 1,05 milhão de hectares. A produtividade do grão também apresentou aumento, saltando de 42,5 para 51 sacas de 60 quilos por hectare.

O milho também teve produtividade maior, apesar da área plantada ter sido reduzida de 180 para 170 mil hectares. A produtividade foi de 145 sacas de 60 quilos por hectare nesta safra, 7,4% maior que na safra 2008/2009, quando se alcançou o patamar de 135 sacas por hectare. A cultura do sorgo também teve um aumento expressivo, de 9,26% em comparação à safra 2008/2009.

A Câmara Setorial de Grãos discute estratégias para a cadeia produtiva das graníferas. Encontrar as soluções para os problemas enfrentados por essa cadeia produtiva apontadas por produtores e organismos

ligados à agricultura indicam ações de longo prazo como linhas especiais de financiamento com juros subsidiados para investimentos em armazenagem para com isso ampliar a capacidade atual do Estado .

Como providências de curto prazo, a Câmara Setorial de Grãos reivindica que os leilões de Prêmio para Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural (Pepro) sejam limitados, dando-se preferência ao escoamento de grãos da Bahia para o norte e nordeste, estratégia que economiza recursos na subvenção do governo, como também o estabelecer um calendário anual para leilões, para garantir aos produtores o planejamento de suas vendas e maior segurança.

A competitividade do mundo globalizado para os produtores de grãos baianos encontra nos subsídios agrícolas um dos principais gargalos, cujos níveis nos países emergentes tendem a aumentar, mas continuam muito abaixo das bilionárias subvenções praticadas na maioria dos países ricos. Em 2008, por exemplo, essa “ajuda” vinculada ao tamanho da produção alcançou US\$ 250 bilhões nos países ricos, derrubando preços internacionais e gerando concorrência desleal. Os campeões de subsídios são os EUA e a União Européia, com 30% e 40% do total, respectivamente, o que resulta em acúmulo de oferta e derrubada dos preços mundiais. No Japão e na Coréia do Sul, 90% da subvenção são também vinculados à produção.

Outro ponto de constrangimento da produção agrícola brasileira é a dependência externa com fertilizantes e a persistente vulnerabilidade logística. A baixa agregação de valores aos produtos agrícolas nas regiões produtoras também deve ser considerada o País deve aumentar, de forma progressiva e planejada, a exportação não apenas de commodities agrícolas, mas de alimentos processados.

Quando se discute o incremento na demanda interna no Brasil, esta é impulsionada pelo aumento da renda per capita e pela urbanização, reforçada pelo crescimento populacional que é duas vezes maior do que nos países desenvolvidos confirmando a tendência de um aumento no consumo de alimentos processados, além disso, com uma classe média em expansão, o consumo de alimentos nos países em desenvolvimento deve depender menos de mudanças no preço e na renda.

Diante do cenário apresentado a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Grãos da Bahia deverá orientar as ações do governo e dos demais órgãos envolvidos de forma a atrair investimentos para a agro-industrialização, e atender a demanda do mercado local, produzir excedentes a preços competitivos com os mercados nacional e internacional com o objetivo de apresentar superávit na balança comercial.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

O Oeste da Bahia tem algumas das mais altas produtividades do mundo em grãos.

SENTENÇAS

Posição geográfica estratégica.

Organização do setor produtivo.

Clima, solo e topografia favoráveis.

Fronteira agrícola consolidada.

Mais de 60% da vegetação original ainda preservada.

Produção altamente tecnificada e processos produtivos eficientes.

Gestão profissional das fazendas.

Índice de Recolhimento da Central Campo Limpo de embalagens da região é o maior do Brasil.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Ausência de armazéns para estocagem de grãos na Região Oeste da Bahia

Ausência de campanha promocional para estimular o consumo de grãos e derivados.

Infraestrutura deficitária (logística, energética e de comunicações).

Legislação Trabalhista e Ambiental descasadas com a realidade do campo.

Ausência de capacitação do grande, médio e pequeno produtor na produção de aves, suínos e bovino de leite para aumentar a demanda de grãos.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Implementação do Plano de Adequação e Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais da Bahia/Oeste Sustentável.

Investimentos em estruturas de armazenagem (públicas e privadas).

Investimentos em agroindústrias.

SENTENÇAS

Potencial para expansão da área agrícola, com respeito à legislação ambiental.

Integração lavoura – pecuária.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Opinião pública desfavorável ao “agronegócio”.

Falta de um plano de combate aos incêndios na época da estiagem.

Insegurança jurídica, sobretudo decorrente de leis trabalhistas e ambientais inadequadas à realidade do campo.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Manter a liderança na produção de grãos da Região Nordeste do Brasil, fornecendo produtos alimentícios de qualidade, com valor agregado, garantindo a sustentabilidade.

VALORES

- Respeito ao meio ambiente.
- Responsabilidade social.
- Eficiência e eficácia.
- Ética.
- Inovação (pesquisa e desenvolvimento tecnológico).
- Foco no mercado interno e externo.
- Parceria público-privada.
- Transparência.
- Liderança.
- Interação entre os elos da cadeia e com outras cadeias produtivas.
- Sustentabilidade.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Dispensa de licença ambiental para as atividades agropecuárias.
- Fomentar cursos de capacitação para os profissionais que atuam na cadeia de grãos - parceria público-privada.
- Interligação da malha ferroviária existente para o escoamento da produção de grãos e fertilizantes de Brumado a Salvador.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Aceleração da reestruturação da EBDA.
- A partir do estudo realizado pela FGV, sejam fomentadas as políticas públicas para os ajustes da verticalização da cadeia de grãos.
- Fomentar a implantação de armazéns gerais através de linhas oficiais de crédito especial.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Sérgio Pitt.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ABA - Associação Baiana de Avicultura
- ACIAGRI – Associação Comercial de Insumos Agrícolas
- ACRIOESTE – Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia
- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- Bunge Alimentos

- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPERFARMS- Cooperativa dos Produtores Rurais da Bahia
- COPROESTE - Cooperativa Agropecuária Oeste Bahia
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- Fundação BA – Fundação de Apoio a Pesquisa e Desenvolvimento Social do Oeste Baiano
- Grupo Coringa
- Icofort- Indústria e Comércio de Rações Ltda.
- MAPA- Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- Sandias Corretora de Commodities e Futuros Ltda.
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- Sindicato Rural LEM
- Tecon Salvador S.A
- Terminal Portuário Cotegipe
- UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

CÂMARA DO GUARANÁ

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Guaraná foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável do agronegócio Guaraná e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando esta “commodity” mais competitiva à nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Guaraná (AACAF – Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar, ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, AMUBS – Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia, Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Onça, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., CAMPO – Cooperativa Agrícola Mista do Projeto Onça, CEPLAC- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, Colegiado do Território de Identidade do Baixo Sul, COOFAVA - Cooperativa de Fomento Agropecuária de Valença, COOPGEAF - Cooperativa de Produtores de Guaraná da Agricultura Familiar do Território do Baixo Sul, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, IF. BAIANO, OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, OCT - Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia, Prefeitura Municipal de Taperoá – SEMADE (Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico), SASOP – Serviço de Assessoria às Organizações Populares, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SECTI – Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação, STMAP (Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Pesca), STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Taperoá), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da Guaranaicultura.

CONTEXTO DA CADEIA

O Brasil é o único produtor comercial de guaraná do mundo (*Paullinia cupana*, variedade *sorbilis*). A produtividade média da cultura no Brasil é de 298 kg/ha. A baixa produtividade é justificada pelo pequeno uso de mudas de clones selecionados, plantio de variedades tradicionais não melhoradas, idade avançada dos guaranazais, alta incidência de pragas e doenças e falta de tratamentos culturais adequados.

A produção brasileira de guaraná é praticamente toda consumida no mercado interno. Estima-se que pelo menos 70% da produção seja absorvida pelos fabricantes de refrigerantes, enquanto o restante é comercializado na forma de xarope, bastão, pó, extrato e outros subprodutos. Pequenas quantidades são exportadas.

Um dos produtos típicos da Região Amazônica mais conhecidos no Brasil e no exterior, o guaraná ainda é um produto exclusivamente brasileiro e muito apreciado por suas qualidades energéticas e gastronômicas. Entretanto, sua origem amazônica (e no Estado do Amazonas, em particular) não impediu que a concentração espacial de sua produção se transferisse desta região para a Bahia, hoje o maior e mais produtivo estado guaranaicultor do Brasil. A diferença de produtividade se explica pela utilização, pelos produtores baianos, de técnicas básicas de cultivo, ainda pouco utilizadas pelos seus pares no Amazonas.

Não há dados sobre o consumo per capita de guaraná disponíveis, porém sabe-se que o guaraná tem uma produção nacional de aproximadamente 4 mil toneladas/ano. Desse total, 90% somos absorvidos pelo mercado interno.

Dividindo o volume da produção e distribuição do guaraná destinado ao mercado nacional pelo número de habitantes do País em 2004, obtemos um consumo per capita de aproximadamente 20 gramas de guaraná,

Na Bahia, a cultura do Guaraná se concentra no Território do Baixo Sul da Bahia, onde é cultivada numa área de 6.634 ha, e emprega mais de 3.500 produtores familiares distribuídos em mais de 3.000 pequenas propriedades rurais, com uma produção de 2.707 toneladas de grãos (IBGE,2009).

A cultura do Guaraná se destaca por sua importância econômica e social, especialmente no Baixo Sul da Bahia na região da costa do dendê, considera-se também um diferencial no sistema de produção que é o guaraná orgânico explorado pelo Projeto Onça, criado pela Organização Núcleo de Comunidades Agrícolas, de Taperoá, na Bahia. A organização reúne cerca de 60 produtores rurais, certificados pelo Instituto Biodinâmico (IBD) de São Paulo. Desde 1995 a Alemanha é um dos principais mercados consumidores de guaraná em pó orgânico, seguido dos Estados Unidos e demais países da Europa. As 4,5 mil toneladas do produto orgânico são vendidas por US\$ 14, valor 200% superior ao produto convencional.

As propostas de intervenções alternativas para alinhar a cadeia produtiva do guaraná foram definidas pela Câmara Setorial do Guaraná da Bahia e o Comitê do Guaraná da Natural e Orgânico da Bahia e definem ações técnicas imediatas e ações políticas.

As ações consideradas técnicas, referem-se realização de Seminários de Sensibilização dos produtores, Dia de Campo do Guaraná da Bahia, cursos e treinamentos, revisão do Sistema de Produção da cultura do Guaraná para o Estado da Bahia. Mudanças na forma de beneficiamento e falta de padrão do produto vem sendo modificada com treinamentos para torrefação conseqüentemente o preço do produto, aumenta, visto que, o guaraná seco ao sol não tem valor comercial e é impróprio para o consumo humano devido à presença de aflatoxina. A construção de pequenas unidades de beneficiamento para torrefação do Guaraná, e a reativação da Fabrica de Guaraná para produção de estrato, pó e xarope, atualmente fechada no município de Nilo Peçanha, também se caracterizam como ações técnicas que beneficiam os agricultores.

No que tange as ações políticas busca-se a implantação e garantia de preço mínimo do produto, AGF, EGF, treinamentos de classificadores para garantia do preço mínimo da cultura, criação do Protocolo do Guaraná para o Estado da Bahia.

Muitas das ações descritas encontram-se em execução, como proposta de valorizar o Guaraná Natural e Orgânico da Bahia, entretanto, a produção do Guaraná Baiano ainda não tem o devido reconhecimento e valorização, boa parte do produto é comercializado como produzido em outros estados da federação, perdendo a identidade de sua qualidade, quando colocado no mercado nacional e internacional.

A globalização da economia e a busca da inovação e da produtividade implicarão mudanças técnicas e gerenciais nos sistemas de produção, com a reconfiguração do agronegócio nacional, envolvendo melhoria da qualidade de produtos e processos, crescente reestruturação patrimonial, ingresso de novos atores e produção sob relações contratuais formais. O agricultor tornar-se-á cada vez mais especializado; crescerá a informatização da produção e o beneficiamento de produtos agropecuários antes da distribuição ao consumidor final.

O mercado externo tem perspectivas favoráveis de crescimento dado à política de atuação das grandes, médias e pequenas empresas e também de alguns laboratórios que estão conquistando e investindo em novos nichos de mercado fazendo com que esta cultura cresça em importância socioeconômica. A Câmara Setorial do Guaraná da Bahia, que representa os produtores rurais, as Cooperativas, Indústrias, entidades governamentais e não governamentais vem trabalhando para reconhecimento da atividade e valorização da produção, buscando junto a CONAB a garantia do preço mínimo da cultura no Estado, bem como, soluções para outros problemas e com isso cumprir seu papel junto a sociedade baiana.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

- Plantas fortes e resistentes a pragas e doenças;
- Condições edafoclimáticas favoráveis ao desenvolvimento do guaranazeiro;
- Presença da EBDA e da CEPLAC no território;
- Ampliação de Convênios do Governo do Estado com Entidades Parceiras de ATER;
- Existência de agências de Crédito no Território;
- Melhor proximidade dos centros de comercialização;
- Conquista do Preço Mínimo para a Cultura do Guaraná;
- Manutenção o Preço Mínimo;
- Conhecimento Empírico do Produtor;
- Volume de produção;
- Acompanhamento e discussão de políticas públicas pelo colegiado (Câmara setorial/ Comitê do Guaraná da Bahia);
- Garantia de paridade dos atores da cadeia produtiva.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

- Falta de contratação de técnicos pelas instituições;
- Falta de pesquisa da cultura;
- Pouco conhecimento de manejo agro-ecológico por parte das instituições;
- Falta de recursos financeiros para aparelhar as instituições;
- Falta de treinamento dos técnicos na atividade;
- Falta de infraestrutura de beneficiamento;
- Falta de definição de processos e padronização;
- Inexistência de parceria com as universidades;
- Fazer um mapeamento de produtores por município;
- Exigência de garantia (avalista) para o PRONAF;
- Fortalecimento das cooperativas;
- Garantir o PGPAF para a cultura do Guaraná;
- Certificação e qualificação do Guaraná da Bahia;
- Incentivo ao consumo de Guaraná;
- Falta de conhecimento do consumidor sobre as propriedades medicinais do guaraná;
- Criar a Marca do Guaraná da Bahia;
- Melhoria das estradas de acesso às propriedades para escoar a produção;
- Adequação de equipamentos para o beneficiamento do guaraná;
- Realizar teste de qualidade por lote.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

- Presença de diversos órgãos técnicos no território;
- Experiência dos empresários locais;
- Ampliação da ATER para o homem do campo;
- Fazer com que os segmentos da Pesquisa, legislação e comercialização se comuniquem
- Padronização do sistema de produção e beneficiamento para manter a qualidade no teor de cafeína e umidade;
- Agregar novos parceiros, EMBRAPA e IF Baiano (Vlça), UFRB e estreitar a parceria já existente com a CEPLAC/CEPEC, tendo em vista a estrutura desta instituição.
- Política de renegociação de dívida;

SENTENÇAS

- Incluir o Guaraná no Programa Mais Alimento/PRONAF junto ao MDA; Regulamentação do Banco Central da Lei de anistia da dívida;
- Melhor proximidade dos centros de comercialização;
- PNAE (inclusão na alimentação escolar);
- PAA / CONAB;
- Garantir o PGPAF para a cultura do Guaraná;
- Desvinculação da imagem do guaraná como apenas inibidor do sono e estimulante sexual;
- Levar o selo da Agricultura Familiar;
- Incluir no PPP das escolas a cultura do guaraná;
- Participação em Feiras e Eventos;
- Divulgação da marca Guaraná da Bahia;
- Pesquisar novos produtos com associação ao guaraná;
- Criar Jingle do guaraná da Bahia;
- Associar o Guaraná como um produto turístico;
- Pesquisa de mercado (perfil do consumidor/comprador)
- Diversidade de produtos à base de guaraná;
- Incentivar o consumo do guaraná natural;
- Pequenas unidades de beneficiamento;
- Adequação das estruturas de beneficiamento;
- Aparelhar as associações com instrumentos para secagem do guaraná;
- Cadastro das propriedades, georreferenciamento e certificação de origem;
- Desenvolver pesquisa de base agro-ecológica;
- Pesquisa e diversificação de produtos (principalmente compostos);
- Pesquisa em aproveitamentos de sub-produtos;
- Fazer cumprir a regulamentação do MAPA;
- Fazer cumprir a Lei dos Sucos;
- Incentivo fiscal.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

- Falta de pesquisa da cultura;
- Falta de recursos financeiros para aparelhar as instituições;
- Falta de treinamento dos técnicos na atividade;
- Exigência de garantia (avalista) para o PRONAF;
- Certificação e qualificação do Guaraná da Bahia.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Tornar a produção do Guaraná da Bahia reconhecida mundialmente como produto de qualidade.

VALORES

- Produção do Guaraná da Bahia primando pelos princípios da sustentabilidade.
- Certificação orgânica e de origem.
- Comércio ético, justo e solidário.
- Padronização do processo de colheita e beneficiamento.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Criação do programa guaraná da Bahia com políticas públicas voltadas para reconhecimento da produção, desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva do guaraná da Bahia.
- Fortalecimento da assistência técnica através da contratação e capacitação de profissionais e instrumentalização das instituições para ATER pública e privada com base no PNATER - Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a cadeia produtiva do guaraná da Bahia.
- Implantação de infraestruturas de beneficiamento, padronização, comercialização e adoção de incentivos fiscais para o guaraná da Bahia.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Criação do centro de referência e pesquisa/ação/ inovação tecnológica para o guaraná da Bahia.
- Criar e fazer cumprir legislação específica para o guaraná da Bahia e seus derivados, que venha estabelecer padrão de qualidade e certificação.
- Estruturar a câmara setorial para funcionar como conselho consultivo para tomada de decisão em toda cadeia produtiva do guaraná da Bahia.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Gerval Teofilo Brito das Neves.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- AACAF – Agência de Assessoria e Comercialização da Agricultura Familiar
- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- AMUBS – Associação dos Municípios do Baixo Sul da Bahia
- Associação dos Pequenos Produtores do Projeto Onça
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- CAMPO – Cooperativa Agrícola Mista do Projeto Onça
- CEPLAC- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- Colegiado do Território de Identidade do Baixo Sul
- COOFAVA - Cooperativa de Fomento Agropecuária de Valença
- COOPGEAF - Cooperativa de Produtores de Guaraná da Agricultura Familiar do Território do Baixo Sul
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- IF. BAIANO
- OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- OCT - Organização de Conservação de Terras do Baixo Sul da Bahia
- Prefeitura Municipal de Taperoá – SEMADE (Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico)
- SASOP – Serviço de Assessoria às Organizações Populares
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SECTI – Secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação
- STMAP (Secretaria Municipal de Turismo, Meio Ambiente e Pesca)
- STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Taperoá

CÂMARA DAS HORTALIÇAS

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de olericultura foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável de olerícolas e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando seus produtos mais competitivos a nível de mercado nacional e internacional.

A elaboração deste planejamento estratégico para Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de olerícolas contou com a participação das seguintes instituições: ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, ASPEC - Associação dos Permissionários da CEASA, Bagisa S. A. Agropecuária e Comércio, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., DiGregório Comércio de Alimentos, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, Frutas Líder, Lavoura e Pecuária Igarashi Ltda., MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário - Delegacia Federal no Estado da Bahia, OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia e Sindicato dos Produtores Rurais de Mucugê – Agopolo Mucugê / Ibicoara.

CONTEXTO DA CADEIA

O uso de olerícolas na dieta alimentar é de vital importância para a saúde humana, pois são fontes de fibras, vitaminas e sais minerais. As fibras alimentares são fundamentais para o bom funcionamento do organismo, as vitaminas e minerais realizam papéis importantes no metabolismo e na síntese de compostos vitais. Considerando esta importância e o hábito alimentar da população as olerícolas possuem um mercado de consumo garantido.

A olericultura é o ramo da horticultura que abrange a exploração de um grande número de espécie de plantas, comumente conhecidas como hortaliças e que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e frutos diversos.

No cenário internacional destaca-se a batata como a olerícola mais produzida e consumida no mundo com 1.118.743.491 toneladas sendo que o Brasil tem uma participação insignificante com a produção de 2.883.420 toneladas (FAO,204) em seguida tem-se o tomate 115.950.851 toneladas sendo o Brasil é responsável pela produção de 3% com 3.394.677 toneladas (FAO,2004).

Na Bahia destacam-se cinco pólos de produção olerícola: Juazeiro, Jaguaquara, Jequié, Chapada da Diamantina, Irecê e Mata de São João cada um destes pólos tem características específicas que o diferencia dos demais fazendo com que se especialize em determinada cultura como, por exemplo, cebola no pólo de Juazeiro, alho e tomate na Chapada Diamantina; cenoura no pólo de Irecê.

As condições favoráveis como: Solo, clima e topografia; Atividade econômica altamente intensiva; Elevada produção física e rendimento bruto e líquido/ha; Utilização de tecnologias modernas; Reduzido tamanho da área ocupada, porém intensamente utilizada; Sistema de exploração especializado e exigente em qualidade principalmente no aspecto comercial; Cultivos intensificados durante todo o ano em sistema de plantio seqüencial; Diversidade climática do Estado permite a produção de 60 espécies de hortaliças; Proximidade dos grandes centros consumidores; Potencialidade para a exportação, tornam a Bahia um local atraente para investimentos neste setor.

De acordo com o IBGE (2006) dentre as hortaliças mais produzidas na Bahia em toneladas tem-se: cenoura 44.603; milho verde 21.941; pimentão 20.980; quiabo 17.327; beterraba 14.560; chuchu 11.284 e coentro 10.108.

Com destaque no cenário nacional tem-se a cultura da cebola com uma produção de 224.961 toneladas onde se destaca o Vale do São Francisco como a região maior produtora com 72% da produção estadual (IBGE,2006). A olericultura baiana é capaz de responder a estímulos mercadológicos e de preços, investindo em novas culturas e em tecnologias diferenciadas para atingir mercados diversos.

A característica mais marcante da olericultura é o fato de ser uma atividade agro-econômica altamente intensiva em seus mais variados aspectos, em contraste com outras atividades agrícolas extensivas. Sua exploração econômica exige alto investimento na área trabalhada, em termos físicos e econômicos. Em contrapartida, possibilita a obtenção de elevada produção física e de alto rendimento bruto e líquido por hectare cultivado e por hectare / ano. Outras características importantes nos empreendimentos hortícolas são a intensa utilização de tecnologias modernas, em constante mudança, e o reduzido tamanho dos preços praticados área ocupada, porém, intensivamente utilizada, tanto no espaço quanto no tempo. Há de se considerar a olericultura como sendo uma atividade econômica de alto risco para o produtor rural, em virtude da maior ocorrência de problemas fitossanitários, maior sensibilidade às condições climáticas e instabilidade na comercialização.

O sistema de exploração de olerícolas é extremamente especializado e exigente em qualidade, principalmente quanto ao aspecto comercial, e vem se tornando dominante no Brasil e no Estado da Bahia, onde os produtores estão reduzindo o número de culturas trabalhadas e intensificando os cultivos durante todo o ano, em sistema de plantio seqüencial, o que pode ocasionar o agravamento de problemas fitossanitários.

Um dos maiores problemas da produção de hortaliças está nas perdas pós-colheita e nos desperdícios dos alimentos, que começam na colheita do produto indo até os consumidores intermediários e finais. Segundo a literatura consultada no Brasil os níveis médios de perdas são de 35 a 40%, enquanto em outros países, como nos Estados Unidos, não passam de 10%.

No final da última década e início desta década, houve um desaquecimento da olericultura baiana, onde centros tradicionais de olericultura reduziram a área cultivada e a produção, a exemplo do pólo produtor de hortaliças Jaguaquara-Itiruçu.

A apresentar propostas para políticas públicas do Estado da Bahia, considerando a necessidade de intervir junto cadeia produtiva da olericultura baiana se configura como o objetivo principal deste fórum.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

EIXO	SENTENÇAS
Pesquisa e desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ■ Atuação das empresas de vendas para o Agronegócio, procurando atender as demandas do setor em tecnologia ■ Existência de centros de pesquisa, com bastante tecnologias disponíveis para diversas hortaliças. Ex. Embrapa. ■ A concorrência dos fornecedores de produtos e serviços ao Agronegócio exige respostas rápidas aos clientes, forçando presença constante no dia a dia do agronegócio ■ Embrapa produzindo conhecimento e com estrutura consolidada. ■ A Embrapa dispõe de profissionais qualificados nas mais diversas especialidades da ciência aplicada a hortaliças, assim permitindo responder as necessidades de conhecimento do setor indo buscá-las ou pesquisá-las quando solicitadas.
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ■ Disponibilidade de Profissionais com formação na área agrícola ■ Devido ao número expressivo de Escolas de Formação ■ Existência de Empresa do Estado com capacidade e disponibilidade para promover capacitações ■ Em função de sua grande capilaridade no Estado
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ■ Potencial de crescimento do Mercado Consumidor ■ Qualidade dos Produtos
Crédito e Seguro	<ul style="list-style-type: none"> ■ Disponibilidade de Recursos existentes e capilaridade dos Agentes Financeiros
Defesa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> ■ Existência de Empresa do Estado com capacidade técnica para implantar e implementar as políticas de segurança e qualidade dos produtos, por meio da integração de programas educativos e de segurança e qualidade dos produtos.
Gestão de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ■ Consumidores mais exigentes quanto à qualidade, preços acessíveis e apresentação dos produtos. ■ Fornecer informação para os entes da Cadeia, permitindo identificar as deficiências e informar ao consumidor sobre origem, qualidade e segurança do alimento. A cadeia pouco utiliza desta ferramenta

EIXO	SENTENÇAS
Governança da Cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A estrutura do Setor que atua na Defesa e regulamentação, ser consolidado. ▪ Os organismos de Governo e da Classe serem antigos, permitindo que a sociedade os reconheça como regulador e representante ▪ A existência de uma estrutura de assistência técnica e defesa agropecuária e um sistema de comercialização em funcionamento. Existência de uma expressiva cadeia produtiva de hortaliças no Estado.
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de uma infra-estrutura e logística, necessitando de ampliação e qualificação
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A conscientização de toda a cadeia produtiva da necessidades de se estabelecer normas técnicas que auto-regulem o setor, ▪ A regulamentação das atividades desenvolvidas pelo no setor, delimita onde podemos atuar, permitindo orientar como atuar na cadeia. ▪ A partir das autorizações e licenças para atuar no setor fica assegurado o seu negócio. Teoricamente, define as regras de atuação e convivência na Cadeia de Hortaliças.
Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande espaço no mercado consumidor para atuação na área de Propaganda e Marketing

FRAQUEZAS

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de assistência técnica ao cultivo ▪ Má distribuição da mão-de-obra e Especialização dos Profissionais
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centrais de Abastecimento CEASAS sucateadas, com graves problemas infra-estruturais, ex: Rede Hidráulica já depreciada e apresentando grandes vazamentos, trazendo como conseqüência constantes interrupções no fornecimento de água, o que depõe negativamente com o ramo de negócios da mesma, gêneros alimentícios in-natura; Rede elétrica também antiquada, apresentando baixa capacidade de atendimento da demanda das empresas atacadistas da CEASA, que cada vez, demandam uma maior carga de energia para seus negócios e ocorrência de princípios de incêndio, o que coloca em risco a integridade do mercado e a vida dos clientes e funcionários das empresas; Problemas nos telhados dos Galpões que abrigam as empresas, os mesmos encontram-se em estado precário, ocorrendo vazamentos e curtos circuitos na rede elétrica, mais uma vez ocorrências de princípios de incêndio; Infestação de Pragas (roedores e pombos). ▪ Informalidade na Comercialização ▪ Obsolescência da Estrutura das Centrais de Abastecimento ▪ Sistema de gerenciamento das Centrais de Abastecimento ineficaz ▪ Tarifas administrativas inadequadas a realidade atual.

EIXO	SENTENÇAS
Crédito e Seguro	<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de clareza dos Agentes ■ Falta de tempestividade na liberação do crédito ■ Crédito e Seguro - Falta de vontade do Agente Financeiro em aplicar o recurso ■ Financeiros no atendimento ao Produtor ■ Inexistência de uma Linha de Seguro para a Produção
Defesa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de capacitação dos Agricultores para o uso correto dos Agrotóxicos ■ Falta de informações sobre uso de agrotóxicos em redes de divulgação e formação de opiniões ■ Faltam inspeções sanitárias nas centrais de distribuição ■ Inexistência de Agrotóxicos registrados para uso em diversas hortaliças ■ Inexistência de um Programa de Controle para Análise de Resíduos de Agrotóxicos e Contaminantes em Hortaliças
Gestão de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de recurso humano e de acesso ao conhecimento da gestão por parte dos componentes da Cadeia ■ Inexistência de um programa de segurança e qualidade dos produtos, por meio de integração de controle de contaminantes, de resíduos químicos e biológicos, através de análises e rastreamento.
Governança da Cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ■ Cadeia produtiva pulverizada e desorganizada. ■ Não existe elo coordenador na cadeia ■ Não existência de um programa de governo de incentivo ao consumo de hortaliças. ■ Não proporcionar aos produtores, o uso de opções tecnológicas seguras e apropriadas para o cultivo ■ Sistema de assistência técnica carente de recuperação.
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de Planejamento na Logística ■ Inexistência de locais apropriados para armazenagem dos produtos, próximo ao local de cultivo ■ Inexistência de sistema de transporte integrado

EIXO	SENTENÇAS
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> ■ A falta de clareza na regras deixando o empreendedor a mercê da interpretação do funcionário do Estado. ■ Ao solicitar alguma autorização para atender a exigência de lei ou morna o técnico apresenta interpretação fora do objetivo desta. ■ A informalidade dos negócios do setor e a falta de presença do Estado garantindo os direitos dos que cumpriram a regras para atuarem na cadeia ■ O empreendedor cumpre regras e normas que encarece os custos do negócio, e o concorrente atua sem atender as regras e não sofre nenhum tipo de restrição ao seu negócio. ■ Falta a padronização de embalagens dos produtos com a fiscalização, por órgão de pesos e medidas ■ Inexistência de normas de padronização quanto a produção, acondicionamento e comercialização dos produtos. ■ O excesso de normas, portarias e outros regulamentos que sofrem alterações têm colocado os atores da cadeia na condição de irregularidade. ■ O empreendedor monta o negócio baseado em regras, mas as constantes mudanças destas e a dificuldade em acompanhá-las, transforma o negócio legal em ilegal.
Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ■ Baixo nível tecnológico dos pequenos produtores. ■ Dificuldade no recebimento do crédito rural. ■ Falta de difusão das tecnologias existentes, em função da deficiência da assistência técnicas. ■ Falta de presença de articulador para a consolidação das pesquisas no Estado. ■ As pesquisas produzidas em outras regiões são testadas pelos produtores sem a articulação do Estado, através de pesquisador que pudessem avaliar a melhor forma e implantá-la no Estado.
Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> ■ Falta de divulgação dos Valores Nutricionais das Hortaliças ■ Falta de informação ao Consumidor da Origem dos Alimentos ■ Falta de participação em Feiras Agropecuária

OPORTUNIDADES

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ■ Existência de grande quantidade de Produtores que necessitam de Assistência Técnica
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ■ A cadeia produtiva de hortaliças é formada, por uma produção pulverizada, fragmentada e sazonal e por um varejo que precisa do mix dos produtos todos os dias. ■ Aumento do mercado consumidor
Crédito e Seguro	<ul style="list-style-type: none"> ■ Disponível nos agentes financeiros
Defesa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> ■ A preocupação do Ministério da Agricultura para adequação de registro de produtos para pequenas culturas ou culturas de menor valor econômico.
Gestão de Qualidade	<ul style="list-style-type: none"> ■ A rede varejista e consumidores exigindo produtos de boa qualidade, padronizados e embalados adequadamente. ■ O uso desta ferramenta poderá melhorar a rentabilidade do negócio

EIXO	SENTENÇAS
Governança da Cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitando as estruturas existentes ampliá-las e aperfeiçoá-las em pro da cadeia. ▪ O setor tem demonstrado querer participar das políticas Públicas, através dos seus representantes
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente franco para abertura de novos negócios em logística de transportes
Legislação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aproveitar a exigência do mercado e o crescimento do setor de hortaliças.
Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A P&D tem sido a mola propulsora da horticultura no Estado, mesmo sem articulação governamental, assim a sua estruturação poderá gerar grandes benefícios para a Cadeia. ▪ As informações (experiências) não são sistematizadas para serem difundidas. ▪ Através dos centros de pesquisas com hortaliças, existem no País varias pesquisas com hortaliças
Promoção e Marketing	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Preocupação ambiental ▪ Qualidade de vida como meta da sociedade que passa por Alimentos saudáveis, criar uma imagem positiva para as hortaliças, incentivando o consumo.

AMEAÇAS

EIXO	SENTENÇAS
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Baixa remuneração dos Profissionais ▪ Falta de Apoio Logístico ▪ Falta de Assistência Técnica e/ou Descontinuidade no Processo de Assistência
Comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estagnação da CEASA ▪ Produtores desorganizados em suas bases de produção
Crédito e Seguro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Excesso de burocracia
Defesa Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Contaminação do Meio Ambiente e dos Alimentos ▪ Introdução de Pragas Exóticas ▪ Prejuízo para a saúde do Agricultor e do Consumidor
Governança da Cadeia	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A grande presença da Cadeia em todo o Estado.
Infraestrutura e Logística	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sucateamento dos Centros de Distribuição

EIXO	SENTENÇAS
Pesquisa e Desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ■ O setor de hortaliças é muito receptivo a inovações. Pois o Setor é muito competitivo. ■ A sociedade apresenta desafios constantemente para o Setor. Produtos de melhor sabor, seguros e menor preço. ■ Promoção e Marketing - Divulgação de informações incompletas na mídia denegrindo a imagem de Produtos

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Atender ao mercado consumidor de hortaliças, fornecendo alimentos de qualidade e segurança alimentar com sustentabilidade.

VALORES

- Sustentabilidade.
- Qualidade.
- Segurança alimentar.
- Respeito ao ser humano e ao meio ambiente.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- A secretaria da agricultura coordene uma ação junto ao governo com priorização de imediato das análises de licenças ambientais.
- Implementar ações voltadas a capacitação dos produtores e assistência técnica nos vários segmentos da hortaliças. Implantação de um programa de controle de contaminantes, de resíduos químicos e biológicos através de análises e rastreamento.
- Recuperar, ampliar e modernizar os centros de comercialização existentes, mudando o modelo de gestão para as OS e OSCIP.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Construções de centros de comercialização nas regiões produtoras, profissionalizando a comercialização.

- Pavimentar e manter as entradas sempre conservadas.
- Reestruturar a assistência técnica visando dar eficácia a sua aplicação, obtendo aumento da oferta de hortaliças e melhorar a qualidade de vida do produtor.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Evilásio Fraga.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- ASPEC - Associação dos Permissionários da CEASA
- Bagisa S. A. Agropecuária e Comércio
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- DiGregório Comércio de Alimentos
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- Frutas Líder
- Lavoura e Pecuária Igarashi Ltda.
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário - Delegacia Federal no Estado da Bahia
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia
- Sindicato dos Produtores Rurais de Mucugê – Agopolo Mucugê / Ibicoara

CÂMARA DO LEITE

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando esta “commodity” mais competitiva a nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite (Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA, Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, Associação Baiana dos Criadores – ABAC, Associação Baiana dos Criadores de Girolando, Banco do Brasil S.A. – BB, Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB, Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Conselho Consultivo das Cooperativas Integradas da Bahia, Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, Empresa Baiana de Alimentos – EBAL, Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário – EBDA, Escola de Medicina Veterinária – UFBA, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia – FAEB, Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia - FETAG-BA, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA - Delegacia Federal no Estado da Bahia, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração – SICM, Secretaria do Planejamento – SEPLAN, Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE, Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados de Leite do Estado da BAHIA - SINDILEITE), apresentando um planejamento estratégico para Cadeia Produtiva do Leite.

CONTEXTO DA CADEIA

Os laticínios são geralmente definidos como produtos derivados do leite de vaca, como o leite simples, iogurte e queijo. O leite é um dos alimentos mais completos que existe na natureza, pois, contém todos os elementos nutritivos necessários para o crescimento e manutenção da saúde. Fonte de proteínas (cerca de 30 g de proteínas completas e equilibradas), de gordura (25 gr. variável em função do tipo de leite), hidratos de carbono (cerca de 50 g), de sais minerais (cálcio, potássio, cloro, iodo, fósforo) e vitaminas (A, B, e D). sendo um excelente alimento para todas as idades.

O consumo mundial de leite nos próximos anos, devidos a duas principais tendências de mercado: o crescimento contínuo dos mercados emergentes e a mudança em direção a um maior consumo de leite, devido principalmente às questões de saúde e segurança, além do desejo por maior praticidade para atender aos estilos de vida de consumidores cada vez mais ocupados e em constante deslocamento. O consumo mundial de leite e outros produtos lácteos líquidos, como o creme de leite, leite aromatizado e leite condensado, deverá crescer a uma taxa anual média superior a 2% nos próximos anos.

A produção mundial de leite, em 2008 foi de 684 bilhões de litros de leite, sendo 84,5% de vaca (578 bilhões de litros), 13% búfala (88,92 bilhões de litros), 2,2% de caprinos e ovinos (15,05 bilhões) e 0,21% de Camela. Os quatorze países de maior produção de leite são Estados Unidos, Índia, China, Rússia, Alemanha, Brasil, França, Reino Unido, Nova Zelândia, Ucrânia, Polônia, Itália, Holanda e Austrália, que respondem por 65% da oferta mundial de leite. A União Européia (UE) é responsável por cerca 1/3 do comércio internacional de produtos lácteos.

O Brasil é o 6º país maior produtor de leite, em 2008 (IBGE, 2010). No período de 2000 a 2008 a taxa de crescimento na produção brasileira de leite foi de 39,52 % enquanto que o número de vacas ordenhadas aumentou em 20,77% correspondendo a um ganho de produtividade de 15,57% (IBGE, 2010). Estes números mostram que as vantagens competitivas brasileiras como a disponibilidade de terras para expansão da agricultura e pastagens, baixo custo de suplementação do rebanho e possibilidade de incorporação de tecnologias para incremento da produtividade fizeram a diferença quando se comparam estes dados com outros países.

O Brasil possui potencialidade para se tornar um grande exportador de lácteos, pela sua própria competitividade devido aos constantes avanços no melhoramento genético do rebanho, a maior profissionalização na gestão das fazendas e a melhorias no manejo e na nutrição das vacas. A qualidade e higiene na manipulação e conservação dos produtos já é hoje uma preocupação constante por parte de todos os elos da cadeia produtiva, principalmente pela conscientização dos direitos do consumidor e pela regulamentações das exportação, impondo condições para comercialização.

A importância que a atividade leiteira adquiriu no País é incontestável, tanto no desempenho econômico como na geração de empregos permanentes, dados de pesquisa de Helder Francisco Ferreira et alii, na região de Itapetinga (BA), propriedades com até 100 hectares empregam 5 postos de mão de obra fixa e 2 temporários.

Duas características são marcantes na pecuária de leite brasileira: a primeira é que a produção ocorre em todo o território nacional. Existe informação de produção de leite em 554 microrregiões, das 558 consideradas pelo IBGE. A segunda característica é que não existe um padrão de produção. A heterogeneidade dos sistemas de produção é muito grande e ocorre em todas as unidades da federação. Existe desde propriedades de subsistência, sem técnica e produção diária menor que dez litros, até produtores comparáveis aos mais competitivos do mundo, com tecnologias avançadas e produção diária superior a 60 mil litros.

No nordeste no período de 2000 a 2008, houve um crescimento de 60,21% na produção de leite e de 28,94% no número de vacas ordenhadas correspondendo a um aumento de produtividade de 24,17%, valor bastante superior ao crescimento médio nacional. Em relação aos estados nordestinos a Bahia contribui com 46,63% das vacas ordenhadas e com 30,79% do leite nordestino, evidenciando a baixa produtividade do Estado em relação a média regional.

Em números de vacas ordenhadas, a Bahia dispõe do 3º maior rebanho do País sendo antecedido por Minas Gerais e Goiás, entretanto, em produtividade ficamos em 22º lugar, superiores ao Piauí, Tocantins, Amazonas, Acre e Roraima. Quando se analisa o rebanho total, a Bahia tem 11.100.000 de cabeças sendo o 9º maior rebanho bovino no Brasil.

Um aspecto relevante é que a bovinocultura leiteira baiana é explorada em praticamente todo o seu território num total de 118.389 propriedades, principalmente por agricultores familiares com baixa produção de leite/propriedade/dia (22 kg de leite). Considerando o grande número de produtores e a sua dispersão no Estado os trabalhos de assistência técnica constante e de qualidade fica prejudicado, necessitando um maior esforço dos componentes ligados a cadeia produtiva do leite.

Apesar da baixa produção por propriedade, o Estado da Bahia se destaca como maior produtor de leite do nordeste do País, apresentando pólos estruturados para produção de leite e plantas agroindustriais já instaladas. Quando se analisa o custo por hectare de áreas de pastagem o baixo custo da terra se apresenta como uma das oportunidades de atração de investimentos para implantação novas granjas leiteiras e conseqüentemente a ampliação do parque industrial para produção de leite em pó, queijos e iogurtes.

Diante do panorama apresentado pode-se observar que a pecuária leiteira baiana tem potencialidades para crescer a nível de mercado nacional e internacional e que ainda existem muitos problemas a serem resolvidos no processo produtivo, o planejamento estratégico realizado pela Câmara Setorial do Leite deverá orientar as ações do governo e dos demais envolvidos para o desenvolvimento sustentável da pecuária leiteira no Estado, organizando e unindo o setor com o objetivo de propor políticas públicas em busca da auto-suficiência da Bahia na produção de leite.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

- Alta capilaridade da ATER no Estado.
- EBDA, Federações e outras entidades.
- Alto controle sanitário do rebanho leiteiro.
- Programas Sanitários (brucelose, tuberculose, raiva e Aftosa).

SENTENÇAS

- Controle sanitário eficiente nos estabelecimentos lácteos
- Boa estruturação da Agencia de Defesa Agropecuária da Bahia.
- Elevada capacidade industrial instalada.
- Capacidade de absorver 1,2 bilhões litros /ano, frente a produção anual de 906 milhões/ ano.
- Elevado número de animais.
- Grande rebanho leiteiro. 3º. Rebanho do País.
- Elevado número de tecnologias adequadas à produção e industrialização.
- Melhor aproveitamento das tecnologias existentes.
- Grande mercado em expansão.
- A melhoria na renda da população tem efeito direto no aumento no consumo de leite e derivados

FRAQUEZAS**SENTENÇAS**

- Alto índice de inadimplência de produtores e associações.
- Dificulta o acesso ao crédito / descapitalização do produtor.
- Alto nível de informalidade na comercialização do leite.
- Desestruturação de toda cadeia produtiva. Elevado risco a saúde pública.
- Baixa eficiência da ATER.
- Reduzido número de técnicos disponíveis para grande quantidade de famílias e baixa difusão de tecnologia.
- Baixa especialização leiteira do rebanho.
- Animais sem caracterização para a produção econômica de leite.
- Baixa produtividade do rebanho leiteiro.
- A Bahia ocupa 23º lugar em produtividade do País com o 3º maior rebanho.
- Baixa qualidade do leite produzido / processado.
- Prejuízo para produtor/indústria.
- Baixa qualificação / profissionalização da mão-de-obra na produção e industrialização.
- Baixa eficiência produtiva.
- Desorganização da cadeia produtiva.
- Baixa integração entre os elos da cadeia produtiva.
- Falta de laboratórios para análises preconizadas pela IN 51/02.
- Alto custo para cumprimento da lei pelas indústrias.
- Fragilidade nos arranjos institucionais.
- Retrabalhos, descontinuidades das ações.
- Grande influência da sazonalidade na produção de leite.
- Insuficiência de reservas estratégicas de alimentos para os rebanhos.
- Infraestrutura inadequada na produção primária.
- Baixa qualidade na produção e decréscimo da renda.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

- Aumento na demanda interna e externa para leite e derivados.
- Melhoria na renda familiar e o aumento do consumo do leite e derivados.
- Existência de programas governamentais para compra de leite.
- Aumento da demanda e na capacidade de escoamento da produção.
- Grande potencial para aumento de produção / produtividade.
- Os baixos índices de produção e produtividade existentes são passíveis de melhora a médio e curto prazo.
- Grande potencial para produção primária a pasto.
- Grande área de pastagens existentes e com potencial de exploração.
- Grandes áreas disponíveis à produção agropecuária.
- Novas áreas e áreas reformadas que serão incorporadas à produção.
- Investimento da infraestrutura em logística.
- Melhoria no escoamento da produção.
- Qualificação dos produtos lácteos através da certificação oficial.
- Garantia de qualidade e competitividade dos produtos.

AMEAÇAS

SENTENÇAS

- Atual Infraestrutura de escoamento da produção.
- Condições das estradas.
- Barreiras não alfandegárias e exigências sanitárias pelo mercado internacional.
- Restrição a exportação de produtos.
- Competição comercial com produtos de outros Estados.
- Possibilidade da perda de mercado.
- Flutuação cambial.
- Alterações no valor do cambio, influenciam na comercialização e preços internos.
- Níveis da produção e estoques mundiais do leite em pó.
- O estoque de leite mundial exerce influencia no preço praticado pelo mercado externo e interno.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Tornar-se referência como cadeia produtiva de excelência, buscando a auto-suficiência e gerando excedentes exportáveis, estruturando todo o segmento, com base num processo educativo e com foco na profissionalização do setor produtivo, no alimento seguro, no consumidor esclarecido e na sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

VALORES

- Perseguimos a profissionalização dos produtores de leite, trabalhadores rurais e técnicos, com base na capacitação gerencial e tecnológica e no empreendedorismo;
- Acreditamos na forma associativista de participação de todos para o enfrentamento dos desafios;
- Contribuímos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável;
- Acreditamos na qualificação dos produtores através da Assistência Gerencial e Tecnológica;
- Perseguimos a integração entre os diversos elos da Cadeia produtiva.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Implantar tanques de resfriamento comunitários em núcleos produtivos estratégicos, priorizando nesses locais a instalação de energia, água de qualidade e vias de acesso.
- Integrar todos os programas de assistência técnica e gerencial existentes e a serem criados no Estado da Bahia em uma única proposta tendo como base metodológica o projeto de assistência gerencial e tecnológica a grupos de produtores ligados a uma agroindústria / cooperativa – AGETEC.
- Promover a comercialização dos produtos lácteos com segurança alimentar e competitividade com outros estados.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Consolidação dos projetos de reestruturação de infraestrutura propostos pelo Estado, que fortaleça a cadeia produtiva do leite.
- Garantir a contratação, através de concurso público, pelas entidades governamentais, de técnicos de nível superior, para suprir a ampliação do AGETEC - caminhos do leite.
- Promover campanha de divulgação para consumo de produtos lácteos sem risco para a saúde, adotando a marca "Leite Bahia".

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Luiz Sande.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA
- Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia - ADAB
- Associação Baiana dos Criadores - ABAC
- Associação Baiana dos Criadores de Girolando
- Banco do Brasil S.A. - BB
- Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB
- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR
- Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
- Conselho Consultivo das Cooperativas Integradas da Bahia
- Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA
- Empresa Baiana de Alimentos - EBAL
- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário - EBDA
- Escola de Medicina Veterinária - UFBA
- Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB
- Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia - FETAG-BA
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- Ministério de Desenvolvimento Agrário- MDA - Delegacia Federal no Estado da Bahia
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES
- Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração - SICM
- Secretaria do Planejamento - SEPLAN
- Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE
- Sindicato da Indústria de Laticínios e Derivados de Leite do Estado da BAHIA - SINDILEITE

CÂMARA DA MANDIOCA

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável da mandiocultura e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando seus produtos mais competitivos a nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Mandioca (ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, BB- Banco do Brasil S.A., BNB- Banco Do Nordeste do Brasil S.A., CAR- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, CEPLAC- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento, COOPAMIDO- Cooperativa dos Produtores de Amido Modificado de Mandioca do Estado da Bahia, COOPASUB – Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia, COOPATAN – Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, EM-BRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, Mandioca e Fruticultura Tropical, MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário - Delegacia Federal no Estado da Bahia, OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, SEDES-Secretaria de Desenvolvimento Ação Social e Combate a Pobreza, SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração, UFRB – Universidade Federal da Bahia), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da mandiocultura.

CONTEXTO DA CADEIA

Cultura originária do Brasil, foi levada no final do século XVI para a África, sendo que atualmente este continente detém 50% da produção mundial. A Nigéria apresenta expressiva contribuição, no ano de 2008 registrou uma produção de 44 milhões de toneladas, o que lhe assegura a primazia no ranking mundial. Na maioria dos países africanos, a industrialização é incipiente o produto é consumido “in natura”. A comercialização se processa em pequenas quantidades, em feiras livres, mercearias e em regiões produtoras próximas aos centros de consumo. Sua produção nos países africanos vem aumentando e na Nigéria já assumiu o papel de segurança nacional no combate a fome de mais de 60% da população.

No continente Asiático e na América Latina, a cultura se diferencia do Africano pelo crescente avanço da industrialização. A Tailândia, (2º País produtor mundial de raiz), detém o maior parque industrial de fécula e de “pellets”. No mercado de féculas e farinha a indústria brasileira também é competitiva, pode-se dizer que na região Centro-Sul predomina o processo industrializado/mecanizado e no Norte-Nordeste a produção é majoritariamente artesanal.

O Brasil ocupa a 5ª posição na produção de raízes no mundo, sendo este cultivo de grande importância socioeconômica, tanto na alimentação humana como animal, e em muitas vezes, a principal fonte de carboidratos e de subsistência para populações carentes sendo cultivado nas 27 Unidades Federativas, concentrando-se em três estados principais: o Pará, que detém a maior parte da produção (cerca de 18%), a Bahia, com 17% e o Paraná, responsável por 15%.

De maneira geral, a mandiocultura é encontrada em diferentes condições, variando desde o cultivo tradicional, de subsistência, com pouca ou nenhuma tecnologia e de baixa produtividade (2 a 12 t/ha), até pólos na região oeste do Paraná, Mato Grosso do Sul e noroeste de São Paulo, com plantios mecanizados, elevada tecnologia, visando alcançar produtividades de 40 t/ha, em sintonia com a indústria e oferecendo segurança de comercialização aos produtores.

O Estado da Bahia é o 1º colocado em área colhida, nacionalmente, com os seus 336.719 hectares (IBGE 2008) cultivados, ocupando o 2º lugar na produção dentre os estados, com 4.359.358 toneladas de raízes (IBGE 2008), e produtividade de 12,94 toneladas de raízes por hectare, caracterizando-se por exploração típica de agricultura familiar (99%), com aptidão de cultivo em todas as regiões produtoras do Estado, destacando-se os principais pólos produtores, por ordem decrescente, os territórios, do Sisal, Vitória da Conquista, Vale do Jequiçá, Portal do Sertão, Recôncavo, Agreste de Alagoinhas e Baixo Sul, com 55% da área cultivada, com grande potencialidade de expansão, a Região Oeste (envolvendo os territórios Bacia do Rio Corrente e Oeste da Bahia), devido às características dos solos (físicas e topográficas), disponibilidade de áreas e preços relativamente baixos, clima favorável, e malha viária com rodovias pavimentadas e uma ferrovia oeste – leste em fase de licenciamento das obras, ligando a região aos principais centros consumidores do Estado e do País, além de rede de energia elétrica apropriada e disponibilidade de água para uso industrial, possibilitando a implantação de empreendimentos agroindústrias de produção de derivados da mandioca.

O cultivo da mandioca na grande maioria dos municípios do semi-árido (63% da produção do Estado) tem grande valor estratégico para o desenvolvimento municipal, por ser uma das poucas opções viáveis para a geração de emprego e renda, de forma sustentável, para as populações e comunidades mais pobres, em municípios que não dispõem de potencial hídrico para a irrigação, contribuindo com boa parte das receitas públicas que mantém os serviços essenciais da municipalidade em funcionamento, propiciando um mínimo de qualidade de vida a população local.

O consumo médio brasileiro de farinha é de aproximadamente 18Kg/habitante/ano (o equivalente a 60Kg de raiz de mandioca), o que segundo a Embrapa Mandioca e Fruticultura para tender esta demanda, nas fases de produção primária e no processamento de farinha e fécula são gerados um milhão de empregos diretos. A atividade mandioqueira proporciona a receita bruta anual equivalente a 2,5 bilhões

de dólares e uma contribuição tributária de 150 milhões de dólares, a produção que é transformada em farinha e fécula gera, respectivamente, receitas equivalentes a 600 milhões e 150 milhões de dólares.

As oportunidades e potencialidades do mercado e para produtos industrializados de mandioca, na Bahia não são atendidas pela indústria local (uma fecularia industrial em construção em Vitória da Conquista, e outra, concluindo sua instalação no município de Lage, no Vale do Jequiçá). Com o funcionamento destas e o crescimento das já existentes, o Estado vê possibilidades de substituir importações desse produto de outros estados como Paraná e São Paulo.

A produção de fécula representa a maior perspectiva para o desenvolvimento da atividade mandiogueira. Esse produto tem sido utilizado em amiláceos para a alimentação humana ou como insumos em diversos setores, apresentando-se em três formas básicas, com seus respectivos subprodutos: fécula fermentada (polvilho), fécula in natura (papéis, "baby-food", álcool, fermento químico, goma para tecidos, tapioca/sagu); e fécula modificada (dextrina, pré-gelatinados, glucose, adoçante sorbitol, vitamina C e plásticos biodegradáveis).

Outro subproduto da mandioca para o consumo humano é o Beiju um tipo de bolo feito com a goma da massa de mandioca assada. Projetos relacionados à produção de beijos coloridos vêm sendo conduzidos em Cruz das Almas no Estado da Bahia, como proposta de inclusão na merenda escolar da rede de ensino do município de Santo Antônio de Jesus e cidades do Recôncavo Baiano.

A cultura da mandioca apresenta grande tolerância a déficit hídrico e consegue produzir razoavelmente bem em solos de baixa fertilidade (condições do semi-árido) desempenhando papel importante para na alimentação da população na forma direta ou com sua interligação com a pecuária, que tradicionalmente utiliza das raízes caules e folhas ou os co-produtos da industrialização como suplemento alimentar no período de estiagem.

Mudanças nos hábitos alimentares do brasileiro, em decorrência da urbanização e da participação crescente da mulher no mercado de trabalho abrem mercado para produtos alimentares com maior valor agregado, no caso da mandioca já existem: a mandioca congelada, in natura e massa e mandioca pré-cozida. Este mercado se ampliará à medida que os preços se tornem mais competitivos, e os consumidores acreditarem na qualidade dos produtos.

A possibilidade da aprovação da legislação que permite a mistura da farinha de mandioca à farinha de trigo sem alterar as características físicas e químicas de alimentos de amplo consumo popular, como pão e macarrão, com a adição de até 25% de farináceos de mandioca à farinha de trigo deverá contribuir para a redução das importações de trigo aumentando o superávit da balança comercial.

Outros processos de substituição para aumento de mercado para mandioca são o uso da fécula no lugar da farinha de trigo na fabricação de biscoitos, bolos e "pré-mix" (mistura já preparada para bolos), bastante utilizada em pequenas e médias padarias. O farináceo de mandioca substitui a farinha de trigo nas colas das indústrias moveleiras da placas de compensados ou de aglomerados de madeira. No mercado das colas e adesivos, em geral, a fécula é preferida por gerar produtos mais viscosos e fáceis de manipular. É fluida, estável e de pH neutro e pode ser facilmente preparada e combinada com diversas resinas e

emulsões sintéticas. Estima-se que o processo de substituição de 10%, da farinha de trigo por fécula nos produtos de alimentação humana, acima descritos, proporcionará um incremento na demanda de raízes equivalente a 2,5 milhões de toneladas, uma economia de US\$ 104 milhões de dólares e a geração de 50 mil novos empregos diretos, só no segmento agrícola nacional.

Na indústria têxtil, diferentes tipos de amido são utilizados para gomagem de tecidos, em função do preço, tipo do fio, máquinas e qualidade final desejada. A fécula de mandioca é a preferida para ser usada no processo, porque tem a vantagem de ser mais transparente, tem alta viscosidade e confere alta taxa de adesão aos fios.

A produção de álcool, principalmente para fins alimentícios (bebidas), farmacológicos e laboratoriais, também se apresenta como alternativa de mercado para a mandioca, considerando que a indústria farmacêutica no Brasil vem crescendo bastante. O uso de fécula de mandioca para a elaboração de película fina gelatinizada, visando à conservação de frutas e de hortaliças pode ser uma realidade, desde que os preços justifiquem. Além da simplicidade operacional, o uso da película de fécula apresenta a vantagem de não ser tóxica e, portanto, de poder ser ingerida sem problemas, e ser biodegradável. O forte apelo por processos limpos gera demanda por produtos biodegradáveis, nesse sentido, o amido de mandioca pré-gelatinizado pode ser utilizado na fabricação de embalagens, substituindo as toneladas de plástico utilizadas nesse segmento de mercado.

As características intrínsecas da fécula de mandioca são importantes para seu uso na mineração, (flotação do minério de ferro) a Bamin, mineradora que em breve, entrará em operação no município de Caetitê, no Centro-Sul do Estado da Bahia, no território do Sertão Produtivo, necessitará, a partir de 2012, de 17 mil toneladas ao ano de fécula de mandioca.

Os produtos da mandioca têm evoluído em sua estrutura de produção e até de comercialização, mas para se tornarem mais competitivos as empresas baianas necessitam melhorar sua qualidade, uma vez que com os produzidos atualmente tem se possibilitando o ingresso nos mercados locais de produtos oriundos de outros estados em grandes quantidades, a preços bem competitivos.

Diante das condições de mercado face as diversas finalidade e usos para mandioca, são necessárias definições de estratégias para se manter o equilíbrio entre oferta e procura.. A constituição de Cooperativas ou Centrais de Vendas, de caráter empresarial, para dar suporte às atividades de produção agrícola e processamento, assessorando os produtores torna-se uma ação primordial para a Câmara da mandioca.. Outros desafios a serem enfrentados pela cadeia produtiva são: obtenção de custos competitivos; tecnologias adaptadas; adequação ambiental e à legislação trabalhista e planejamento do setor a médio e longo prazos.

Novas alternativas de produção e busca de novos mercados com o estabelecimento de parcerias, entre produtores e a agroindústria, demais órgãos de pesquisa e assistência técnica, incentivando a capacitação e treinamento do setor, para agregar mais de valor à produção também se configuram como desafios a Câmara setorial da mandioca. Considerando que a mandiocultura baiana tem potencialidades para crescer em nível de mercado local, nacional e internacional e que ainda existem muitos problemas a serem resolvidos em toda sua cadeia produtiva, o planejamento estratégico realizado pela câmara setorial da mandioca deverá orientar as ações do governo e dos demais envolvidos para atingir o objetivo.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

- A despeito da queda de consumo de farinha, no Estado da Bahia, ainda se registra elevado consumo
- Alta capacidade para gerar emprego no campo
- Atividade vinculada, predominante, a agricultores familiares podendo se inserir em programas governamentais de apoio à agricultura familiar e mercados justos
- Cadeia produtora de produto (fécula) com propriedades físico-químicas que favorece a sua inserção em vários processos industriais
- Fácil manejo
- Necessidade de pequenos ajustes para ser considerada uma produção orgânica, nos sistemas de produção inseridos na agricultura familiar
- Possibilidade de as raízes serem armazenadas no próprio solo
- Sistemas de produção de baixo risco
- Versatilidade para se adaptar a solos com diferentes níveis de fertilidades e eficiência na utilização do recurso água

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Alto grau de informalidade, sobretudo no mercado de farinha

Baixa eficiência dos equipamentos para pequena escala nos segmentos de produção de matéria-prima e processamento (extração de fécula)

Desorganização (falta de coordenação ou coordenação inadequada) da cadeia produtiva

- As características da cadeia, associada a um produto de alta especificidade, implica relações mais fortes entre os atores da cadeia, sobretudo os segmentos de produção de matéria-prima e processamento para amido

Destino da produção concentrada em produtos de baixo valor agregado (farinha de mandioca, por exemplo)

- Quando há diversificação de uso (demanda mais elástica) a cadeia fica menos vulnerável às instabilidades de preços de produtos/derivados específicos

Difícil acesso dos produtores às variedades elites geradas pelas instituições de pesquisa

- A ausência de programas governamentais de produção de material básico de mandioca, associado à baixa taxa de multiplicação vegetativa, (1:5) concorre para dificultar o acesso às variedades

Incipiente adoção das tecnologias geradas

- O baixo risco dos sistemas produção, a versatilidade de adaptação da cultura e a instabilidade dos preços, não estimulam a adoção de tecnologias

SENTENÇAS

Oferta de produtos (sobretudo a fécula) com qualidade nem sempre adequados a necessidade do mercado

Poucas e assimétricas informações quanto a oferta e a demanda de mandioca e derivados

- A assimetria ou mesmo a inexistência de informações, entre a oferta e a demanda provoca alta instabilidade nos preços (banco de informações)

Predominância da concorrência via preço, determinando margens apertadas

Predominância de variedades, com pouca versatilidade de período de colheita e com alta variação sazonal no teor de amido, sobretudo no Semi-Árido

Restrições ambientais (uso de bioma nativo para fornecimento de lenha e inadequado tratamento dos resíduos)

Restrições técnicas associadas ao plantio sucessivo de mandioca e em larga escala em áreas contíguas

Subutilização na alimentação animal

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Aumento da demanda por produtos minimamente processados e outros produtos de mandioca de mesa

- Em decorrência das mudanças nos hábitos de consumo (aumento de renda e urbanização) abre-se mercado para o aipim minimamente processado e outros produtos de mandioca de mesa (como mandioca palito, chips e outros)

Crescimento da demanda de amido

- O aumento da participação do setor industrial no PIB baiano implica maior demanda de amido em nichos especializados de mercado, com potencial utilização do amido de mandioca para produção de amidos diferenciados para uso industrial. Associa-se a isso o aumento da demanda dos produtos tradicionais (tapioca e pão-de-queijo)

Crescimento das políticas públicas que apóiam atividades vinculadas aos agricultores familiares

- Inserção nos programas PAA, PRONAF, Mais Alimentos e Garantia Safra

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Avanços tecnológicos nas culturas concorrentes da mandioca no mercado de amido

Incipiente espírito associativista e cooperativista entre a maioria dos produtores do Estado da Bahia

SENTENÇAS**O crescimento da oferta de amido de milho****Redução do consumo de farinha de mandioca**

- A redução do consumo de farinha determinado pelo processo de urbanização e aumento de renda per capita implica queda de preços e a necessidade de alternativas, sobretudo para os pequenos processadores de farinha.

VISÃO E VALORES DA CADEIA**VISÃO DE FUTURO**

Atender, com produtos de qualidade, a toda a demanda de derivados de mandioca – sobretudo, farinha e fécula – do Estado da Bahia.

VALORES

- Responsabilidade sócio-ambiental.
- Transparência.
- Cooperação.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA**AÇÕES DE CURTO PRAZO**

- Adaptar (ajustar a realidade) o zoneamento da produção da cultura de mandioca por região buscando meios para tornar o crédito oportuno, ou seja, que a liberação ocorra antes do período de plantio.
- Criar mecanismos governamentais para minimizar a ação do atravessador (melhorar a organização dos produtores e reduzir a assimetria de informação).
- Inovar nos métodos de transferência de tecnologia e estimular, principalmente, a produtividade de sementes de boa qualidade.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Fortalecer a assistência técnica pública e privada (contratação de pessoal e alocação de recursos financeiros e materiais).
- Melhorar o padrão de qualidade do produto para atender aos padrões estabelecidos pela legislação.

- Na instalação de novas unidades de processamento devem se apoiar as ações que favoreçam os ganhos de economia de escala, especialmente no que se refere à consolidação e formação de associações e de cooperativas.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Izaltiene Rodrigues Gomes.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- BB- Banco do Brasil S.A.
- BNB- Banco Do Nordeste do Brasil S.A.
- CAR- Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
- CEPLAC- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
- CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPAMIDO- Cooperativa dos Produtores de Amido Modificado de Mandioca do Estado da Bahia
- COOPASUB – Cooperativa Mista Agropecuária dos Pequenos Agricultores do Sudoeste da Bahia
- COOPATAN – Cooperativa dos Produtores Rurais de Presidente Tancredo Neves
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FAEB – Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- Mandioca e Fruticultura Tropical
- MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário - Delegacia Federal no Estado da Bahia
- OCEB- Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
- SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
- SEDES-Secretaria de Desenvolvimento Ação Social e Combate a Pobreza
- SICM – Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração
- UFRB – Universidade Federal da Bahia

CÂMARA DAS OLEAGINOSAS

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva das Oleaginosas foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nesta cadeia produtiva, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável da cultura das Oleaginosas e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando seus produtos mais competitivos a nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva das Oleaginosas (ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., BIOBRAX S/A Energias Renováveis, Bioóleo Industrial e Comercial Ltda., Bom Brasil Óleo de Mamona, CEPLAC – Superintendência Regional da Bahia, COAFI - Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar do Território de Irecê, Comanche Biocombustíveis da Bahia Ltda., COOIBASUL- Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Baixo Sul, COOPAF- Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia, EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, MAPA - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, MDA - Delegacia Federal no Estado da Bahia, MST - Cooperativa Central dos Assentamentos da Bahia Ltda., OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, OPALMA – óleo de Palma S.A, PETROBRAS, SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz. Grupo Bioenergia e Meio Ambiente, UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva das Oleaginosas.

CONTEXTO DA CADEIA

A Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Oleaginosas reúne instituições dos diversos segmentos ligados a produção de óleos vegetais, com objetivo de atuar como foro consultivo na identificação de oportunidades ao desenvolvimento da cadeia produtiva da soja, mamona, girassol, dendê e outras plantas oleaginosas cultivadas no Estado da Bahia, articulando agentes públicos e privados, definindo ações prioritárias de interesse comum; visando atender a produção das indústrias de óleos vegetais e biodiesel.

O Brasil já possui uma capacidade instalada de produção suficiente pra atender o objetivo de implementar a mistura de B2 e, ainda assim, gerar excedentes para exportação. Em 2013, o Brasil pretende implementar a mistura obrigatória de B5 e atingir a produção de 2771 t. O Brasil tem potencial para se tornar o maior exportador de biodiesel.

Para cumprir as metas do Protocolo de Kyoto e atingir as metas de mistura e produção de biodiesel dos países espera-se uma demanda mundial de no mínimo 33,5 milhões de toneladas de biodiesel em 2011.

A Bahia, pela sua extensão territorial, diversificação de condições edafoclimáticas e a vocação de sua população é considerada como um dos Estados mais propícios para produzir combustíveis renováveis e de menor impacto ambiental, uma vez que possui uma oferta de recursos naturais que o coloca numa posição de liderança no contexto nacional, contando com extensão territorial que permite a expansão da fronteira agrícola, altos índices de insolação, verdadeiro laboratório de fotossíntese, dado a sua condição tropical, e um clima que atende as necessidades das principais culturas para a produção em massa de oleaginosas e cana-de-açúcar.

Estas características tornam este estado único na produção de oleaginosas, matérias-primas para a produção do biodiesel nos diversos biomas encontrados no Estado, a mamona no semi-árido a soja no cerrado, o dendê na mata atlântica, o algodão tanto no cerrado como no semi-árido e o girassol que vem sendo introduzido em alguns territórios semi-áridos do Estado.

Com base nos dados da Agencia Nacional do Petróleo – ANP, para atender a demanda de biodiesel prevista do País em 2010 foram serão necessários mais de 2.000.000 de m³. Nesse sentido, a Bahia é um estado estratégico com uma previsão de produção em torno de 110.000 m³ (5,5%). Este percentual de participação tende a aumentar, pois o Estado dispõe de enorme potencial para a produção de biodiesel levando-se em consideração os seguintes pontos: Competência em P & D e produção de Biodiesel UESC/UFBA; Excelente infraestrutura logística para distribuição de combustíveis; Maior produtor de mamona do Brasil (superior a 120 mil toneladas, 92% da produção Nacional); Segundo maior produtor de algodão (produção superior a 1,4 bilhões de toneladas); Excelentes condições de clima, solo e disponibilidade de áreas para novos plantios.

Nesse contexto, o Estado da Bahia apresenta-se como forte competidor no mercado de biodiesel, tendo em vista a grande disponibilidade de áreas adequadas, do ponto de vista edafo-climático, para o cultivo de oleaginosas e a sua experiência na produção de óleos vegetais, especialmente de mamona, dendê, algodão e soja, assim como por contar com várias indústrias de biodiesel já instaladas ou em fase de instalação.

O Estado da Bahia, com uma notável diversidade de clima e solos propícios ao cultivo do dendê, abriga uma área apta disponível superior a 700 mil hectares de terras, situadas nas regiões litorâneas que se estendem desde o Recôncavo até os Tabuleiros do Sul do Estado. A maior parte da produção provém dos dendezaís subespontâneos, de baixa produtividade, localizados principalmente nos municípios de Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá e Camamu. Os dendezaís cultivados também apresentam baixa produtividade, por terem ultrapassado o período de produção econômica (25 anos) e por se encontrarem em estado fito sanitário precário.

O agronegócio dendê tem amplas possibilidades de geração de renda para os mini, pequenos, médios e grandes produtores. Para que isso ocorra, é necessário que seja modificado o perfil de exploração; através da organização e capacitação dos produtores, melhoria das práticas utilizadas no manejo da cultura, fomento ao uso de insumos e utilização de material genético (variedades/híbridos) superior, assim como, utilização de tecnologias mais apropriadas ao processo de extração do óleo, contribuindo também dessa forma, para evitar danos ao meio ambiente.

Por ser o dendê a oleaginosa que apresenta o maior rendimento de óleo por hectare, a sua inserção no programa de biodiesel, é altamente justificável. Ao mesmo tempo, o óleo de palmiste extraído da amêndoa do fruto poderá suprir a demanda da indústria oleoquímica, especialmente para produção de ácidos e alcoóis graxos, utilizados na confecção de cosméticos e de produtos farmacêuticos.

Por ser uma planta perene e de grande porte, o dendezeiro, quando adulto, oferece um perfeito recobrimento do solo, sendo o seu cultivo considerado um sistema de aceitável estabilidade ecológica e de baixos impactos negativos ao ambiente.

Vale destacar que, dentre as fontes de matéria-prima para produção de biodiesel no Brasil, o dendê é considerado como uma das mais viáveis, a médio e longo prazo, tendo em vista a sua produtividade em termos de volume de óleo produzido por hectare, a maior entre todas as oleaginosas.

Em 2010, a área plantada de mamona voltou a sofrer uma pequena queda. De acordo IBGE, a oleaginosa ocupou no Estado da Bahia cerca de 88,2 mil hectares, diminuição de -23,65% em comparação com 2009, quando o Estado plantou cerca de 115,5 mil hectares.

A atuação de uma empresa compradora do produto nos últimos anos também não favoreceu a atividade, ocorrendo atraso nos pagamentos aos agricultores, quebra de contratos, abandono da produção de mamona nas propriedades, levando muitos agricultores a substituir a cultura.

De acordo com o governo federal, como esta empresa não cumpriu grande parte dos requisitos do Selo Combustível Social, mecanismo que garante a participação das usinas nos leilões de biodiesel e lhes oferece uma série de vantagens fiscais, esta empresa deve perder o selo este ano (2010).

De qualquer forma, apesar de ainda ter destaque no Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e da Petrobrás, a mamona ainda não é utilizada para biodiesel, pois os preços pagos ao produtor por saca inviabilizam seu uso em biodiesel, toda a produção Estadual se destina à ricinoquímica, mesmo a parcela adquirida pelas empresas de biodiesel, que, neste caso, atuam como meros atravessadores entre a agricultura familiar e a indústria química.

Quanto ao Selo Combustível Social; mecanismo que premia empresas que compram da agricultura familiar, mudanças levaram à diminuição das obrigações das usinas no Nordeste, que agora podem incluir na cota de gastos com os agricultores todos os custos dos contratos (assistência técnica, sementes, diárias, adubos, alimentação, etc), diminuindo o volume de produção efetivamente comprado dos agricultores - e, conseqüentemente, diminuindo seus ganhos.

Assim, espera-se que um aumento na área plantada desta cultura nos próximos anos possa gerar um excedente na oferta de bagas, podendo estas ser utilizadas na produção de biodiesel.

A produção de soja foi de 3,1 milhões de toneladas é +28,20% superior à produção atingida em 2009. A atual safra foi beneficiada por vários fatores, como: preços mais atraentes e perspectivas futuras de mercado mais atrativas comparativamente às culturas concorrentes, sobretudo à do milho, e a antecipação do período das chuvas, principalmente nos Estados da região Centro-Oeste, situação que permitiu a antecipação do plantio da oleaginosa. Na região Nordeste, o maior crescimento é observado no Estado da Bahia.

Os principais municípios produtores: São Desidério, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Correntina, Formosa do Rio Preto, Riachão das Neves, Jaborandi, Cocos e Baianópolis.

A soja produzida no Oeste baiano tem parte da sua produção exportada em grãos e também beneficiada (farelo), através de duas grandes tradings instaladas no Oeste baiano (Bunge - Luís Eduardo Magalhães e a Cargill - Barreiras). O saldo (soja e farelo) é destinado ao mercado interno do nordeste. As demais tradings (ADM, Louis Dreyfus, Multigrain e AWB) atuam na comercialização da soja em grãos no Oeste da Bahia, sobretudo, para o mercado externo.

As características do sistema produtivo da soja impõem elevados recursos financeiros, tanto em investimentos (terras, máquinas, desenvolvimento de novas tecnologias, etc), quanto em custeio (aquisição de sementes, fertilizantes, fungicidas, etc). Portanto, os produtores se caracterizam por serem capitalizados, possuidores de grandes áreas e completamente voltados para o mercado externo.

A cultura do girassol se constitui em uma importante opção para compor um programa de diversificação de cultivos no Estado da Bahia, especialmente nas regiões do Semi Árido, Oeste e Nordeste, tradicionais produtoras de grãos como soja, milho, feijão, mamona, sorgo e arroz. O girassol se encaixa bem em programas de rotação e de sucessão de culturas com as lavouras de milho, soja e mamona. Devido ao fato de possuir sistema radicular que alcança profundidade de até dois metros, apresenta-se como excelente reciclador de nutrientes, notadamente de potássio, adequando-se naturalmente a um programa de rotação de culturas.

Sendo uma planta que não é atacada por doenças do milho e da mamona, serve para quebrar o ciclo de alguns patógenos, bem como pode ser utilizado em um programa de sucessão dessas culturas. Trabalhos de pesquisa têm demonstrado que a soja e o milho semeados após o cultivo do girassol têm os seus rendimentos incrementados em 15 e 25%, respectivamente.

Para o agricultor familiar, a inclusão do girassol no seu sistema de produção é uma medida que se reveste de grande importância, pois elevam as suas expectativas de melhoria da renda da propriedade, redução dos riscos de produção, diversificação de alternativas para a alimentação humana e animal, além de ampliar as opções no processo de comercialização.

Para o Estado trata-se de mais uma boa opção no processo de diversificação de cultivos, além de ser uma importante fonte de matéria-prima para a produção de biocombustíveis. Neste mister, o girassol

apresenta muitas vantagens em relação a outras oleaginosas cultivadas na Bahia, mas não seria um competidor dessas, e sim entraria como mais uma alternativa para os produtores.

O aproveitamento da produção de girassol é praticamente completo, pois do grão se extrai o óleo que pode ser usado na alimentação humana e animal, bem como na indústria química e na produção de biodiesel. O subproduto da extração do óleo, o farelo, é um excelente alimento para os animais, com um teor de proteína que alcança 45%, sendo que para essa finalidade, também podem ser usados o caule e as folhas como silagem.

Portanto, constitui-se em excelente opção para cultivo nos diferentes territórios abrangidos pelos biomas Semi Árido, Cerrados e Sub-úmido do Estado da Bahia. Os testes realizados pela EBDA mostram a grande viabilidade econômica dessa lavoura, com produtividades que superam 2.000 kg/ha no Semi Árido e 3.000kg/ha nos Cerrados e no Sub-úmido. A planta apresenta potencial para produzir rendimentos ainda maiores, desde que sejam selecionadas boas variedades e lhes dê um manejo que possibilite a expressão de todo o seu potencial genético de produção.

O fácil manejo dessa cultura a credencia para ser cultivada por agricultores familiares, possibilitando a ampliação, juntamente com a mamona, de um leque de alternativas para essa classe de produtores.

O girassol possui grande potencial para contribuir com a viabilização do Programa Biodiesel, sendo mais uma opção de inclusão social dos agricultores familiares.

Assim, apresentar propostas para políticas públicas do Estado da Bahia, considerando a necessidade de intervir junto cadeia produtiva das oleaginosas na Bahia se configura como o objetivo principal deste fórum.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

Dendê

SENTENÇAS

Competitividade do óleo de dendê em relação a outras oleaginosas

- Produtividade do óleo superior aos obtidos em outros cultivos e com aproveitamento de subprodutos, co-produtos e resíduos.

Concentração de área plantada e com potencial para expansão em pólos – Baixo Sul, Litoral Sul e Extremo Sul

Cultivo perene e empregador de mão-de-obra ao longo do ano

- Perfil – Agricultura Familiar.

Cultura com perfil agro-ecológico

SENTENÇAS

Disponibilidade de áreas favoráveis ao dendê

- Existem grandes extensões de solos propícios ao dendê subaproveitados com pastagens degradadas, áreas antropizadas, ou com dendezaes sub-espontâneos, necessitando renovação com material mais produtivo.

Existência de política pública voltada para defesa vegetal (monitoramento)

Mercado consolidado para o dendê seus sub e co-produtos

- O Brasil é importador de óleo de dendê, mesmo sem contar com a possibilidade da sua utilização para biodiesel.

Tecnologia de produção disponível ao produtor

- A CEPLAC atua na região a mais de 30 anos, com bom acervo tecnológico para orientar o produtor rural e dispõe de grande potencial para produzir material genético de melhor qualidade.

Tradição no cultivo do dendê na região

- O cultivo do dendê é uma das atividades agrícolas mais antigas e tradicionais do Baixo Sul da Bahia.

Girassol

SENTENÇAS

Alto teor de óleo na semente, em torno de 40 % de óleo

Concentração de Agricultores Familiares nas regiões zoneadas

- Facilitar a aplicação do Pacote Tecnológico (ATER, Logística e inovações).

Disponibilidade de áreas para cultivo do girassol sem haver necessidade de desmatamento

- Existência de grandes áreas para cultivo do girassol no âmbito da agricultura empresarial e da agricultura familiar. Grandes áreas de pastagens degradadas que podem ser recuperadas com a utilização do girassol.

Existência da Política estadual de Defesa Vegetal em parceria com o MAPA

Existência de tecnologias que possibilitam o incremento da produção e da produtividade

- Existência de grande número de variedades e de híbridos com alta capacidade de produção. Existência de conhecimentos nas áreas de manejo de solos e de culturas que permitem a maximização da produtividade.

Existência de três usinas produtoras de biodiesel no Estado da Bahia, que podem absorver toda a produção de girassol

- Toda a produção de girassol poderá ser absorvida pelas usinas existentes no Estado.

Farelo utilizado para ração animal

- Fonte de proteína para compor rações para ruminantes, aves, porcos, etc.

Fornecimento de ATER e Sementes pela Petrobras para Agricultura Familiar

Número significativo de cooperativas de agricultores familiares dedicando-se ao cultivo do girassol

- Assistência técnica garantida para os agricultores familiares, levando informações relevantes sobre o sistema de produção do girassol.

SENTENÇAS

Óleo de excelente qualidade para alimentação humana e para a produção de biodiesel

- O óleo de girassol queima bem no motor diesel mesmo sem transesterificar. Na alimentação humana possui a extraordinária capacidade de reduzir o colesterol LDL.

Preço e compra garantidos pela Petrobras Bicomcombustível S.A.

- O que da garantia para o agricultor familiar investir na lavoura do girassol e buscar financiamento da lavoura junto às instituições financeiras.

Sistema de manejo consorciado e excelente alternativa como base na rotação de culturas

- O girassol é um excelente reciclador de nutrientes, beneficiando em muito as lavouras que o sucedem. Assim, soja após girassol tem incremento na produtividade de 15%; milho após girassol, 25%; e cana-de-açúcar após girassol, 33%.

Mamona

SENTENÇAS

Aproveitamento da Torta da mamona como fertilizante

Assistência técnica constituída de mais de 300 profissionais lotados nas cooperativas e na EBDA

- Ponto extremamente importante para a transferência de tecnologias para os produtores, objetivando o aumento da produção e da produtividade.

Banco de Germoplasma com mais de 900 acessos

- Gama muito grande de material genético para trabalhos de melhoramento da mamoneira, visando aumento do teor de óleo, resistência a pragas e doenças e aumento do rendimento.

Cultura que demanda muita mão-de-obra

- Três hectares de mamona geram um emprego no campo.

Distribuição regular de Sementes (Petrobras e Gov. Estado)

- Oleaginosas e alimentares.

Existência de agentes creditícios nos municípios

Existência do Parque Industrial no Estado

- Empreendimentos sob a gestão da iniciativa privada e de Cooperativas de Agricultores Familiares.

Grande disponibilidade de terras para ampliação da área plantada em diferentes condições agroecológicas do Estado da Bahia, sem a necessidade de desmatamento

- A incorporação de regiões que plantam no inverno dará uma contribuição muito grande para o aumento da produção com baixo risco de frustração de safra. A ampliação da área plantada para o Oeste baiano abrirá nova fronteira para o cultivo da mamoneira com maiores chances de aumento da produtividade e menores chances de perdas devido a déficit hídrico.

Grande número de agricultores familiares com tradição no cultivo nas regiões produtoras

- Favorece a divulgação de tecnologia bem como a logística de comercialização.

Importante fonte de renda para os agricultores do Semi-Árido

- A mamoneira por sua tolerância à seca contribui decisivamente para a composição da renda dos agricultores do Semi-Árido, que tem todos os anos frustrações de safra com as lavouras de milho e de feijão.

SENTENÇAS

Matéria prima para produção de óleo vegetal com característica molecular única entre os óleos vegetais

- O óleo de mamona é constituído quase que na sua totalidade (86%) de ácido ricinoleico que é um dos poucos ácidos graxos hidroxilado existente. Viscosidade 930 a 1050 cp; calor específico 0,49 a 0,65 cal/g; solubilidade em álcool absoluto; ponto de solidificação abaixo de -10 celsius. Permite a obtenção de uma infinidade de derivados.

Matéria prima renovável para produção de uma infinidade de produtos. Petróleo verde

- Renovável, combate o efeito estufa, reduzindo a emissão de CO₂.

Permite o consorcio com outras culturas em sistemas simplificados de irrigação

- Utilização de irrigação de salvação em culturas não mecanizadas.

Preço e compra da produção garantida pela Petrobras Bicomustível

- Isso garante aos produtores a ampliação da área cultivada, o uso de tecnologias modernas de produção e a busca do crédito rural junto às instituições financeiras.

FRAQUEZAS

Dendê

SENTENÇAS

Agricultores inaptos a acessar o crédito

- Inadimplência, DAP e garantia real

Alta concentração de plantio com variedade dura

Alto grau de manipulação de preços na cadeia de produção

- A deficiência na organização dos produtores permite que poucas indústrias do setor manipulem os preços da matéria prima, muitas vezes independente do preço do óleo no mercado internacional.

ATER – universalização

Baixa Disponibilidade de material de propagação - sementes para expansão do cultivo

- Produção de material botânico obedecendo a cronologia bianual para produção de sementes e formação de pré-viveiro e viveiro.

Cadeia produtiva pouco verticalizada

- A grande maioria de produtores (pequenos) participa apenas da etapa de produção da matéria prima, o dendê em cacho.

Dificuldade no manejo da lavoura em relação às questões ambientais

- Por situar-se na região de Mata Atlântica, é comum verificar-se dificuldades no manejo do cultivo

Falta de interação das políticas públicas entre os órgãos regionais

- Verificam-se na região do Baixo Sul uma profusão de organizações públicas e privadas com as mais diferentes visões sobre a dendeicultura, porém sem objetividade.

Falta de nivelamento técnico da equipe de trabalho

- Em função do descaso a que foi relegado o cultivo dendê por muitos anos, na região, é natural a necessidade de nivelamento técnico das equipes de trabalho.

SENTENÇAS

Falta de padronização do óleo produzido

- Persiste a falta de padronização nos procedimentos de colheita e no beneficiamento da produção, resultando na desuniformidade de qualidade do óleo produzido.

Fragilidade das organizações dos produtores – Cooperativismo e Associativismo

- A falta de uma política consistente e determinada para a organização da produção agrícola tem afetado negativamente todo o segmento.

Inexistência de equipamentos de processamento, de baixo custo, voltados para a pequena produção

- Falta de indústrias locais ou nacionais voltadas para o desenvolvimento e produção de equipamentos de extração de pequena capacidade.

Infraestrutura deficitária para Logística da cadeia produtiva

- Estradas, UNB, etc.

Processo de agro-industrialização inadequado

- Existe, entretanto, um grande número de pequenas e ineficientes agroindústrias (unidades artesanais) necessitando melhorias imediatas.

Resistência dos produtores em utilizar as inovações tecnológicas preconizadas pela pesquisa e extensão

Girassol

SENTENÇAS

Agricultores inaptos à acessar o crédito rural

- Alto índice de inadimplência nos municípios; falta de Dap. Sem isso, fica difícil a utilização de tecnologias no cultivo do girassol.

ATER – Pouca experiência dos técnicos envolvidos no processo

- Por se tratar de uma cultura nova.

Baixa interação da política de biodiesel com outras políticas governamentais

Baixa oferta de matéria-prima

- Dificulta investimentos industriais e garantir fornecimento consistente para indústrias de ração.

Baixa Produtividade da Cultura

- Causas: solos pobres, ater, baixa tecnificação, conforme tudo escrito acima.

Cultura cooperativista/associativista é incipiente

Descompasso entre a Superintendência dos bancos e gerencias locais

Falta de estrutura de armazenamento de grãos no ambiente de produção

O agricultor vende sua produção logo após a colheita e beneficiamento

- A falta de capacidade para guardar a produção força o produtor a se desfazer da mesma logo após o processo de colheita, não dando oportunidade para aguardar preços melhores.

SENTENÇAS

Pouca disponibilidade de máquinas para preparo do solo, plantio, tratos culturais e beneficiamento da produção

- Isso tem contribuído de maneira decisiva para frear o incremento da área cultivada do Estado em nível de agricultura familiar.

Solos de baixa fertilidade nas áreas onde se cultiva o girassol

- Necessidade de correção da acidez nas camadas sub-superficial e em profundidade para permitir o desenvolvimento do sistema radicular da planta. Necessidade de aplicação de adubação NPK e de micronutrientes para possibilitar o incremento da produtividade. Grande parte dos solos dos Tabuleiros Costeiros e Interioranos possui compactação genética (coesos) e por isso necessitam ser sub-solados para possibilitar a penetração do sistema radicular do girassol a grandes profundidades. Realização de análise de solo para se conhecer as quantidades de nutrientes disponíveis para as plantas, ou o tamanho do reservatório de nutrientes no solo, objetivando a recomendação de adubação adequada para a cultura do girassol.

Mamona

SENTENÇAS

Agricultores inaptos a acessar o crédito rural

- Alto índice de inadimplência nos municípios; falta de DAP. Sem isso, fica difícil a utilização de tecnologias no cultivo da mamona.

Alto grau de compactação dos solos na região produtora de Irecê

- Os solos da região de Irecê estão compactados em maior ou menor grau, pelo uso intensivo de máquinas ao longo de quase 80 anos de utilização na agricultura. As chuvas que caem na região não infiltram, ao contrário escoam causando grandes problemas de erosão. As dolinas, que são formações calcárias subterrâneas responsáveis pelo armazenamento de água de chuva, estão quase vazias, o que repercute no fornecimento de água para o homem e os animais, além de trazer problemas para uso na irrigação das lavouras. A compactação do solo impede que a água de chuva infiltre e vá abastecer as dolinas. Solos compactados impedem que as raízes das plantas penetrem em busca de água em horizontes mais profundos.

Baixa disponibilidade de variedades para colheita mecanizada

- Voltado para médios e grandes produtores.

Centralidade na produção da maquina de beneficiamento simplificada

- Para agricultura familiar o valor por UBM ainda é alto.

Danos causados por pragas e por doenças

- A mamoneira apesar de ser uma planta tóxica, é bastante atacada por insetos e por patógenos os mais diversos. A aplicação de produtos químicos ou orgânicos para controlar pragas e doenças esbarra na falta de equipamentos para tal. O uso de pulverizadores e polvilhadeiras manuais não consegue cobrir toda a área atacada, além de causar grande desconforto às pessoas que trabalham com esses equipamentos, ocorrendo também o risco de intoxicação por produtos químicos.

Falta de armazéns para silagem dos grãos no meio rural

- No meio rural há grande escassez de silos para armazenar a produção. Com isso os produtores tendem a comercializar rapidamente o seu produto para não sofrer perdas por condições inadequadas de armazenagem.

SENTENÇAS**Falta de Desenvolvimento tecnológico para o cultivo regular irrigado****Pouco uso de tecnologias que poderão incrementar a produtividade. (crédito e resistência do agricultor)**

- Tecnologias existem para maximizar o efeito da pluviosidade sobre o rendimento da mamoneira. Cultivo mínimo, plantio direto, subsolagem, plantio em nível, melhor aproveitamento dos restos culturais, são alguns exemplos de como se pode aproveitar melhor a pluviosidade na cultura da mamona. A utilização de cultivares de ciclo curto pode diminuir os riscos de perdas de safra. Não se faz adubação da mamoneira, nem química e nem orgânica. Plantas subnutridas produzem menos e toleram menos os períodos de estiagem e ficam mais vulneráveis aos ataques de pragas e de doenças.

Produto comercializado com baixa qualidade

- O índice de impurezas na comercialização da baga de mamona é muito alto, o que contribui para a redução da remuneração do agricultor. Tal fato se deve a não utilização de desgranadeiras modernas, batimento do fruto juntamente com o cacho e os frutos ainda frios.

OPORTUNIDADES**Dendê****SENTENÇAS****Condições edafoclimáticas favoráveis**

- O recente zoneamento agro-ecológico (ZAE) para o dendê no Brasil aponta a Bahia com mais de um milhão de hectares disponíveis para a cultura.

Criação da Câmara Setorial de oleaginosas biodiesel

- Espaço institucional para identificar Oportunidades para o desenvolvimento da cadeia produtiva e estabelecer políticas públicas.

Existência de instituições de Pesquisa, Assistência Técnica e defesa – para apoiar tecnologicamente a expansão do cultivo

- Incrementar as iniciativas existentes, para garantir que o programa não encontre restrições tecnológicas, ampliar e modernizar a infra-estrutura botânica e ampliar a capacidade de produção e oferta de sementes geneticamente melhoradas.

Lançado em 2010 o Programa de Produção Sustentável da Palma de Óleo (dendê) no Brasil

- Tem como objetivo o ordenamento da expansão da cultura na Brasil, com compromissos de sustentabilidade e atendimento aos instrumentos de políticas públicas, gerando Oportunidades de investimentos e fortalecimento da agricultura familiar.

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Bicomcombustível

- Com o advento do referido programa, espera-se a ampliação de demanda e melhoria dos preços nacionais e internacionais do óleo de dendê.

PRONAF Eco, Propflora e Produsa – Linhas de crédito implantação e custeio, investimento fixo e semi-fixo

- Alternativa de financiamento de longo prazo, com encargos financeiros atrativos, especialmente para atender demandas da agricultura familiar na implantação da cultura do dendê. Cobrir despesas relacionadas ao uso de mão de obra, implantação de viveiros. Recursos destinados à recuperação de áreas degradadas com dendê.

SENTENÇAS

Selo Combustível Social

- A Garantia de compra da matéria prima associada ao fornecimento de mudas e assistência técnica para o agricultor familiar representa grande incentivo para a pequena produção.
- Zoneamento Agro-ecológico – Identificar áreas adequadas à expansão sustentável do cultivo do dendzeiro.
- Estabelecimento de critérios para definição de áreas aptas para o cultivo do dendê nos estados: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Girassol

SENTENÇAS

Existência da Política Nacional de Bicomcombustíveis – Selo Social

Existência do Credito para investimento e custeio para a cultura e para indústria

Mercado interno: a demanda e maior que a oferta de óleo

- O Brasil importa grande parte do óleo de girassol para consumo humano de outros países, gerando uma dependência muito grande.

Redução da dependência da soja para produção de biodiesel

- O cultivo do girassol se torna importante para a diversificação do complexo de matérias-primas utilizadas para a produção de biodiesel. Sempre é bom ter-se um número grande espécies produtoras de óleo, para dar sustentabilidade ao programa de produção de biodiesel.

Mamona

SENTENÇAS

Mamona - Aproveitamento da Torta da Mamona como componente protéico para ração animal

- Desenvolvimento de tecnologia de desintoxicação.

Mamona - Existência do Credito para investimento e custeio para a cultura e para indústria

Mamona - Grande utilização do óleo de mamona nas indústrias ricinoquímica e do biodiesel

- Há um leque de produtos estratégicos derivados do óleo de mamona que são utilizados nos mais diferentes ramos da indústria, desde os painéis de automóveis, fibras óticas, cosméticos, tintas e vernizes, próteses usadas na medicina, nylon 11, lubrificantes de maneira geral, fungicidas, entre outros. Nos Estados Unidos da América, o ácido sebácico é um produto extremamente estratégico. O óleo de mamona, por ser o único a possuir o ácido ricinoleico, apresenta um imenso leque de alternativas na indústria ricinoquímica, havendo mais de 1.000 produtos derivados. Na área do biodiesel pode ser utilizado como bicomcombustível em uma proporção de até 30% como já demonstraram pesquisadores da Petrobras – CENPES. A baga de mamona virou moeda de troca na região de Irecê.

Mamona - Grupos estrangeiros interessados no óleo de mamona

- Apenas o Brasil, China e Índia cultivam com quantidades significativas, Índia e China não são a preferência para os grupos.

SENTENÇAS

Mamona - Novas aplicações a partir do óleo de mamona. O óleo de mamona pode substituir vários produtos da indústria petroquímica, abrindo caminho para um leque de utilizações em um futuro bem próximo

- Incentivar as universidades e os institutos de pesquisa a desenvolverem novos produtos a partir do óleo de mamona. Vários produtos da família dos polímeros podem ser obtidos a partir do óleo de mamona, incrementando o seu uso na indústria petroquímica. Para tanto é necessário que haja oferta regular do óleo na quantidade demandada e preços compatíveis com a cadeia.

AMEAÇAS

Dendê

SENTENÇAS

Baixa competitividade do Brasil frente ao mercado Internacional

- Malásia, indonésia, etc.

Concentração da produção na Região Amazônica

- A disponibilidade de grandes áreas tem direcionado a preferência de ampliação do cultivo para a região amazônica e Baixa competitividade da Bahia frente ao Mercado nacional.

Descontinuidade das políticas públicas voltadas para a atividade

- Mudanças das políticas, como já ocorrido em épocas anteriores, poderão provocar atrasos e descontinuidade das ações em prejuízo de toda a cadeia produtiva.

Possibilidade de introdução de doenças ainda não existentes na Bahia

- O amarelecimento fatal é uma doença muito grave que já existe na região amazônica.

Girassol

SENTENÇAS

Competição com o óleo da Argentina

- A Argentina é grande produtor e consegue colocar o produto no Brasil a preços que necessitam de redução do preço da matéria prima.

Existência de outras oleaginosas com maior teor de óleo e com produtividade superior

- Existem muitas espécies de oleaginosas, mais de 100, que poderão no futuro vir a ser utilizadas na produção de óleo para o programa biodiesel. Atualmente, muitas delas vem sendo trabalhadas do ponto de vista do melhoramento genético, outras vem tendo seus sistemas de produção aprimorados, com a definição dos passos tecnológicos que permitirão a elaboração de sistemas de produção para cada uma delas. À medida que essas oleaginosas vão chegando ao mercado, aquelas menos competitivas poderão ser deixadas de lado ou ser cultivadas em menor escala.

O preço praticado no mercado (biodiesel) nacional é norteado pelo da soja

Mamona

SENTENÇAS

Competição com sucedâneos

- Produtos oriundos do petróleo.

Descontinuidade de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Bicompostíveis

Irregularidade e má distribuição das chuvas no Semi-Árido

- O aumento da produtividade na região Semi-Árida se torna difícil em virtude da irregularidade na distribuição das chuvas. Na região de Irecê a pluviosidade média é de 600mm, distribuídos no período de outubro a abril, mas apresenta uma evapotranspiração potencial de 1.300mm anuais. Somente o mês de dezembro apresenta excesso hídrico, nos demais há déficit hídrico durante todo o ciclo da mamoneira. Lavouras de feijão e de milho tiveram suas áreas plantadas extremamente reduzidas.

Preços internacionais

- Os preços praticados no mercado externo estão 30% abaixo dos praticados no Brasil. Se houver um excesso de produção muito grande, pode levar a uma baixa no preço da baga desestimulando o agricultor.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Implementar políticas públicas voltadas para as populações situadas na base da pirâmide social, de modo a proporcionar condições para superação do estado de pobreza e garantir a inclusão social, através do fomento das cadeias de oleaginosas do Estado.

VALORES

- Inclusão social.
- Diversificação da produção de cada oleaginosa utilizada.
- Responsabilidade social.
- Redução de disparidades regionais.
- Geração de emprego e renda.
- Sustentabilidade.
- Qualidade.
- Respeito ao Meio Ambiente.
- Eficiência e eficácia.

- Ética.
- Inovação (pesquisa e desenvolvimento tecnológico).
- Parceria público e privada.
- Transparência.
- Liderança.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Instituir uma política de construção, recuperação e manutenção das rodovias, hidrovias, ferrovias, estradas municipais, estaduais e federais para o escoamento da produção.
- Política emergencial e específica de renegociação dos débitos para “pronaianos”.
- Reestruturação da ATER e pesquisa (governamental e não governamental) objetivando atingir relação de 100 agricultores por técnico.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Ativar e consolidar o fundo das oleaginosas nos moldes o algodão.
- Elaborar e executar o plano estadual para oleaginosas, não apenas com o foco no bicomustível.
- Fomentar as ações de governo junto às cooperativas e outras formas de organização social, de forma que se contribua na gestão e organização destas.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Jeandro Laytynher Ribeiro.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.

- BIOBRAX S/A Energias Renováveis
- Bioóleo Industrial e Comercial Ltda.
- Bom Brasil Óleo de Mamona
- CEPLAC – Superintendência Regional da Bahia
- COAFTI - Cooperativa dos Produtores da Agricultura Familiar do Território de Irecê
- Comanche Biocombustíveis da Bahia Ltda.
- COOAIBASUL- Cooperativa dos Pequenos Agricultores do Baixo Sul
- COOPAF- Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- MAPA - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- MDA - Delegacia Federal no Estado da Bahia
- MST - Cooperativa Central dos Assentamentos da Bahia Ltda.
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- OPALMA – óleo de Palma S.A
- PETROBRAS
- SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
- SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
- SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
- UESC – Universidade Estadual de Santa Cruz. Grupo Bioenergia e Meio Ambiente
- UNICAFES - União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado da Bahia

CÂMARA DA PESCA E AQUICULTURA

HISTÓRICO

Criada pela Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Pesca e Aqüicultura foi instalada em Salvador, Bahia, no dia 28 de maio 2010, objetivando constituir um fórum organizacional permanente, com a finalidade de congregar as entidades atuantes nestas cadeias produtivas, para juntas promoverem o desenvolvimento sustentável da Pesca e Aqüicultura e apresentarem propostas de solução para os problemas e com isso melhorar a eficiência e a eficácia das políticas públicas no Estado, tornando seus produtos e subprodutos mais competitivos em nível de mercado nacional e internacional.

Este documento foi elaborado pelas instituições participantes da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Pesca e Aqüicultura (ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, Bahia Pesca S/A, Banco do Brasil S.A., Banco do Nordeste do Brasil S.A., EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário, EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A, FEPESBA- Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia, FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia, FUNDIPESCA - Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais, IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Federação dos Pescadores do Estado da Bahia, Lusomar Maricultura Ltda., MAPA - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia, MDA – Delegacia Federal no Estado da Bahia, Movimento João de Barro, OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia, Prefeitura Municipal de Taperoá - Secretaria de Pesca, SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação, SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia, UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UNICOOPA - União das Cooperativas de Pesca e Aqüicultura do Estado da Bahia), apresentando um planejamento estratégico para cadeia produtiva da Pesca e Aqüicultura.

CONTEXTO DA CADEIA

Com clima tipicamente tropical, o Estado da Bahia dispõe do maior litoral do País, com 1.188 km, equivalente a 13,2% da costa brasileira. A costa baiana é intermediada por diversos acidentes geográficos, a exemplo de barras, pontas, ilhas, recifes, cabos e coroas, que representam aos acessos naturais. Fazem parte desta costa 43 municípios, com aproximadamente 200 pontos de desembarque de pescado e 11 importantes ecossistemas aquáticos.

No ano 2009 a aqüicultura brasileira produziu 415.649,0 t, correspondendo 33% de toda produção nacional. Deste montante 337.353,0 t para a aqüicultura continental e 78.296,4 t para a aqüicultura marinha.

A Bahia produziu no mesmo período 20.030,8 t, destes 14.007,7 t foi representado pela aquicultura continental (mais especificamente pela piscicultura), com especial atenção para a tilapicultura. Estes números fazem da Bahia o 2º maior produtor de peixes no nordeste, com igual representação para a produção de tilapias. No âmbito nacional a Bahia figura como o 8º Estado com maior produção peixes e a tilapicultura figura como a 6ª maior do País.

Outros seguimentos da aquicultura também começam a tomar destaque no cenário baiano, como a piscicultura marinha e a ostreicultura, além da retomada da produção da carcinicultura marinha. A carcinicultura após sucessivas perdas de produção por doenças e perda de mercado externo da produção de camarão no Estado.

A partir de 2007 a Bahia Pesca intensificou ações nos cultivos de ostras, algas e Bijupirá na Baía de Todos os Santos, proporcionando a implantação de 150 módulos experimentais de cultivo de ostras, 15 módulos de cultivo de algas e experimentos com a produção de bijupirá em viveiros de terra.

Estas iniciativas geraram uma produção de ostras no Estado em 2008 de 11.000 dúzias (1.1 t) e consolidou a região do recôncavo como a principal produtora de ostras do Estado.

Os resultados obtidos até o momento com o cultivo das algas na Baía de Todos os Santos faz desta uma atividade promissora dentro da aquicultura Baiana. As comunidades estão capacitadas tecnicamente e já estão agregando valor a partir das primeiras coletas de algas, através da confecção de sabonetes, sabão, doces e balas. Até o fim de dezembro a produção de sabonetes feitos a base de algas.

A consolidação da atividade passa por iniciativas estruturantes desenvolvidas através de ações locais (fomento) e parcerias federais (através do ordenamento). A conclusão da definição dos parques aquícolas da BTS, do lago de Sobradinho e Itaparica e Moxotó serão de fundamental importância para o aumento da produção da Aquicultura Marinha e Continental no Estado.

Já a produção brasileira de pescado desembarcado em 2007 foi de 783.177 toneladas, cujo valor em reais atingiu o corresponde a R\$ 2,5 bi. A contribuição da pesca continental foi de 539.966 toneladas e da pesca continental de 243.210 toneladas (Fonte SECEX – IBAMA).

O Estado da Bahia no mesmo ano de 2007 ocupou o 1º lugar no quadro de produção de pescado, 64.447 toneladas, frente aos demais estados do Nordeste brasileiro, seguido pelo Estado do Maranhão com uma produção de 63.215 toneladas (Fonte SECEX – IBAMA).

Os novos incentivos dos governos federal e estadual, através de redução do preço do óleo Diesel, à renovação da frota pesqueira através de linhas de crédito específicas, qualificação da mão de obra, etc., favorecerá uma mudança no quadro de produção pesqueira no Estado, principalmente quando aplicados os conhecimentos adquiridos pelo Estado quando financiou campanhas de pesca exploratória para conhecimento do potencial do Estado. Nessa oportunidade, ficou evidenciado o fato de termos recursos pesqueiros pouco explorados pelas embarcações baianas (atuns, espadarte, dourados, tubarões). Co-

nhecimento este que fez o Estado investir em novos terminais pesqueiros, um em Salvador e outro em Ilhéus, garantindo todo o apoio necessário à frota pesqueira que vier desembarcar nesses locais.

O futuro da pesca baiana esta na modernização dos portos, da frota e na qualificação da mão de obra. Assim, apresentar propostas para políticas públicas do Estado da Bahia, considerando a necessidade de intervir junto cadeia produtiva da Pesca e Aqüicultura baiana se configura como o objetivo principal deste fórum.

ANÁLISE AMBIENTAL ESTRATÉGICA

FORÇAS

SENTENÇAS

Ambiente propício a novos investimentos

- Extenso litoral, bacias hídricas e cinco pólos produtivos da Aquicultura no Estado.

Força institucional

- Grande número de organizações governamentais e não-governamentais no setor pesqueiro e aquícola.

Fortalecimento da cadeia

- Difusão do acesso e emissão do RGP – Registro Geral da Pesca, entre outras.

Infraestrutura básica

- O Estado dispõe de pouca infraestrutura de produção, beneficiamento e escoamento do produto.

Inter-relação entre instituições e comunidades

- Aumento dos programas de intercâmbio e ações voltadas diretamente para a valorização do saber local (horizontalização das ações).

Mercado

- Fontes de mercado alternativas (ex. PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal e mercado externo).

Parcerias institucionais

- Existência de parcerias públicas privadas voltadas para a viabilização de estudos e pesquisas e aplicadas à produção.

Tecnologia para produção

- Aporte tecnológico de instituições e setor privado na produção de pescado capturado e cultivado.

Forças governamentais com ações diretas no setor

- Ministérios afins e SEAGRI.

FRAQUEZAS

SENTENÇAS

Assistência Técnica

- A amplitude do Estado requer um aumento do quadro funcional de técnicos habilitados para prestar assistência técnica.

Dificuldade de acesso ao crédito

- Apesar de várias instituições financiadoras, é exigida do produtor uma série de garantias e documentação que dificultam o acesso ao crédito.

Escolaridade

- Falta de acesso a programas educacionais contextualizados.

Fragilidade das organizações

- Carência de gestão administrativa, social e econômica.

Infraestrutura

- Deficiência de infraestrutura.

Licenças Ambientais

- Dificuldade de obtenção e renovação das licenças ambientais.

Mão-de-obra

- Necessidade de ampliar os programas de capacitação de produtores nos segmentos da pesca e aqüicultura.

Preservação ambiental

- Carência de conscientização ambiental.

Qualidade do produto

- Falta de conscientização dos produtores e comerciantes na manipulação do pescado, primando pela sua qualidade.

Resistência a novas tecnologias

- Resistência às novas formas de tecnologia nos diversos segmentos da cadeia.

OPORTUNIDADES

SENTENÇAS

Crédito

- Oportunidades de financiamentos em diversas instituições de crédito atualmente disponíveis.

Crescimento da demanda

- Conscientização da população sobre a necessidade de consumo de pescado como alimento saudável.

SENTENÇAS

Desenvolvimento de estudos e pesquisas

- Interesse de instituições de ensino voltado a estudos e pesquisas na área social, produção, beneficiamento, valorização do produto e preservação ambiental.

Estruturação do setor

- Em nível federal, estadual e municipal, possibilitando ações concretas e conjuntas para o desenvolvimento do setor.

Marketing

- Aumento das estratégias de divulgação dos produtos oriundos da pesca e da aquicultura.

Mercado interno e externo

- Produtos com qualidade que atendam às exigências internacionais.

Programas

- Execução de programas de gerenciamento de áreas para produção (pesca e aquicultura).

AMEAÇAS

SENTENÇAS

Custo dos insumos

- Variação do percentual de participação dos alimentos (ração) e outros insumos no custo de produção.

Degradação ambiental

- Comprometimento da qualidade da água devido ao lançamento de efluentes domésticos e industriais nas bacias hidrográficas, baías e oceano. Uso de métodos e instrumentos inadequados na pesca.

Enfermidades

- Risco de ocorrência de enfermidades nas áreas de cultivo ou captura.

Fiscalização

- Necessidade de medidas de controle, fiscalização e monitoramento das técnicas aplicadas nos diversos segmentos da cadeia.

Mercado frágil

- Fragilidade do mercado a produtos oriundos de outros estados.

Nível econômico da população

- O baixo nível econômico da população como fator negativo à comercialização do pescado.

Riscos de acidentes e doenças ocupacionais

- Inexistência de uma política de prevenção e controle de acidentes e doenças ocupacionais.

VISÃO E VALORES DA CADEIA

VISÃO DE FUTURO

Proporcionar ao Estado da Bahia um status de maior produtor nacional de pescado cultivado e capturado, zelando pela qualidade e sustentabilidade ambiental, apoiado pela capacitação de mão-de-obra e na aplicação de tecnologia de ponta nos diversos segmentos da cadeia produtiva.

VALORES

- Comprometidos com uma pesca e aquicultura com sustentabilidade.
- Visamos uma pesca e aquicultura de melhor qualidade e sustentabilidade.
- O sucesso da pesca e aquicultura sustentáveis é a nossa meta.

AGENDA ESTRATÉGICA PRIORIZADA

AÇÕES DE CURTO PRAZO

- Criação imediata do conselho estadual da pesca e aqüicultura e mudança na legislação levando em consideração os diversos níveis tecnológicos da atividade, priorizando o licenciamento ambiental, o credito e a defesa agropecuária.
- Elaboração e implantação de programas de assistência técnica.
- Implantação de novas unidades e melhoria das existentes, em apoio à produção e beneficiamento em áreas de melhor vocação e potencial pesqueiro e aquícola.

AÇÕES DE LONGO PRAZO

- Apoio a comercialização com a criação de bolsa de pescado e implantação de projetos de promoção e marketing.
- Criação de fundo de pesquisa para as universidades no Estado.
- Monitoramento, avaliação e aprimoramento do programa.

GRUPO TEMÁTICO RESPONSÁVEL

Presidente – Eduardo Salles.

Secretário Executivo - Isaac Abagli.

ENTIDADES E ÓRGÃOS COMPONENTES

- ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia
- Bahia Pesca S/A
- Banco do Brasil S.A.
- Banco do Nordeste do Brasil S.A.
- EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário
- EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A
- FEPESBA- Federação dos Pescadores e Aquicultores do Estado da Bahia
- FETAG-BA – Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Estado da Bahia
- FUNDIPESCA - Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis Federação dos Pescadores do Estado da Bahia
- Lusomar Maricultura Ltda.
- MAPA - Superintendência Federal de Agricultura na Bahia
- MDA – Delegacia Federal no Estado da Bahia
- Movimento João de Barro
- OCEB - Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado da Bahia
- Prefeitura Municipal de Taperoá - Secretaria de Pesca
- SEBRAE – Serviço de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
- SECTI – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
- SEMA - Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia
- UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
- UNICOOPA - União das Cooperativas de Pesca e Aqüicultura do Estado da Bahia

RESULTADOS PARA O SETOR

APRESENTAÇÃO

Este capítulo está subdividido na apresentação dos desafios consolidados por eixo e na apresentação das propostas de ações de curto e longo prazo definidas pelas câmaras setoriais.

CONSOLIDAÇÃO DOS DESAFIOS

As câmaras setoriais da agropecuária baiana, reunidas em maio de 2010, deliberaram acerca dos desafios que consideram primordiais serem vencidos e levados em consideração no processo de formulação da Agenda Estratégica para o setor nos próximos treze anos.

Os desafios, já elencados com suas redações originais, associadas aos proponentes e suas respectivas instituições e câmaras, são, agora, sintetizados por eixos e temas.

Entre os eixos, a Assistência Técnica, Crédito/Seguro, Comercialização, Promoção e Marketing, Infraestrutura e Logística, Defesa Agropecuária, P, D & Inovação, Governança da Cadeia, Legislação, Gestão da Qualidade, entre outros lançados pelas próprias câmaras e agrupados em Outros.

Já os temas apresentam-se de acordo com a ocorrência de determinados perfis de desafios, variando de eixo a eixo.

EIXO 01 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Para a assistência técnica, foram relacionados desafios que envolvem aparelhamento, capacitação, comunicação, crédito, desburocratização, intercâmbio técnico, investimentos, pesquisa, planejamento e gestão, política, processos e tecnologia.

APARELHAMENTO

A assistência técnica precisa ser aparelhada, com a montagem de laboratórios, escritórios na ponta, melhoria de equipamentos, agilizando a produção e a comercialização.

CAPACITAÇÃO

O quantitativo de mão-de-obra especializada para assistência técnica deve ser ampliado, estabelecendo-se programas de formação, treinando a mão-de-obra especializada existente. Na capacitação, levar em consideração os técnicos das instituições que prestam serviços às cadeias, como também os produtores.

No caso dos técnicos, melhorar a comunicação destes com os produtores, trabalhar para introduzir tecnologia na produção, abordando, ainda, questões como legislação ambiental e higiene.

Para os produtores, incluindo pequenos produtores, focar na gestão do negócio, com a utilização de modernas tecnologias e a possibilidade de intercambiar conhecimento com a indústria.

A viabilização da capacitação será possível, na opinião dos membros das câmaras, com a criação de centros em universidades e cursos técnicos, públicos ou privados, firmando-se parcerias com estes e associações, cooperativas, empresas privadas, sociedade civil e governo, incluindo a estrutura das prefeituras municipais.

Ainda podem ser destacados, como desafios para a capacitação na assistência técnica, a formação de especialistas para acompanhar cadeias específicas, o fortalecimento das escolas agrícolas e a viabilização de cursos de associativismo e cooperativismo, garantindo acesso aos produtores.

CERTIFICAÇÃO

A assistência técnica precisa de processos de certificação agregados ao seu desenvolvimento.

COMUNICAÇÃO

A difusão das melhores técnicas para a cadeia, massificando a assistência técnica com utilização de canais eficientes de comunicação, modificará a cultura do produtor, que passará a ter sistemas eficientes como modelo.

CRÉDITO

O estabelecimento de uma política de crédito, com juros menores, inclusive para os pequenos produtores.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A diminuição da burocracia do Estado no processo de assistência técnica.

INTERCÂMBIO TÉCNICO

Aumento da relação existente entre o número de técnicos e o número de produtores que necessitam da assistência técnica, para acompanhamento de projetos.

A criação de grupos entre pequenos e médios produtores para troca de experiências, assim como o intercâmbio com técnicos internacionais e o aprimoramento de conhecimento através de simpósios também são apontados como desafios para a assistência técnica.

INVESTIMENTOS

A ampliação de recursos financeiros deve ser assegurada, incluindo convênios com bancos, governos e empresas, com melhor distribuição e acompanhamento da aplicação dos mesmos.

PESQUISA

Ampliação de pesquisas para técnicas agrícolas e acompanhar aplicação das pesquisas existentes, geradas nas universidades, centros de referência e empresas públicas, incluindo pesquisas locais, para difusão e transferência de tecnologia, levando em conta a questão regional e as necessidades das cadeias produtivas.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

As cadeias produtivas devem planejar e gerir suas atividades para aumentar a produtividade.

POLÍTICA

O estímulo à ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) é um dos principais desafios políticos do setor, com a estruturação, descentralização de sistemas, aumento da abrangência e fiscalização das cadeias, consideração e atendimento às necessidades específicas, mantendo continuidade, ampliando a qualidade da assistência, fortalecendo organizações, acompanhando e divulgando experiências, apoiando a agricultura familiar, a partir de melhoria na definição metodológica e de competências, contratação e capacitação de técnicos, capacitação de produtores, melhoria da infraestrutura, abertura de concursos públicos, associação da produção ao mercado e associação com cooperativas e ONG's.

No âmbito institucional, medidas como o fortalecimento das associações e das cooperativas, a unificação de ações de assistência técnica a programa único com parceria entre Estado, municípios e setor privado, com visão sistêmica da cadeia. Também, a garantia de uma maior presença do Estado na assistência, com política clara definida, ampliando a integração entre os órgãos técnicos do governo. Descendo ao específico, a reestruturação da EBDA, com aumento, capacitação e valorização do corpo técnico, recuperação da estrutura física e aumento de interação com os técnicos de empresas.

Outros desafios para o tema na assistência técnica são a revisão do sistema de zoneamento de culturas, a criação de uma câmara permanente para assistência técnica, com a participação de órgãos públicos e universidades, a melhor definição dos cultivos e sistemas de produção para cada região, de acordo com as condições sócio-ambientais, culturais e econômicas e a melhoria da assistência existente para garantir produtividade, segurança alimentar na agricultura familiar, produção com qualidade, incluindo médios e

pequenos produtores. Também, a mobilização da classe produtora com atividades competitivas, como concursos de qualidade, produtividade, produção, em caráter municipal, regional e estadual, com o objetivo de buscar aperfeiçoamento pessoal e aplicação de tecnologia.

PROCESSOS

A ampliação da assistência técnica de qualidade, com aumento do número de técnicos agrícolas das instituições públicas, com remuneração justa, regionalização das atividades, com maior número de visitas, área atingida e produtores atendidos.

Também, para os processos da assistência técnica, padronizar procedimentos para projetos, implantação, manejo e sanidade dos estabelecimentos.

TECNOLOGIA

É um desafio para o setor, convencer o agricultor a usar a tecnologia e as inovações oferecidas. Para tanto, torna-se necessário difundi-la entre os agricultores, utilizando, inclusive, eventos específicos, e estimular os técnicos, com reciclagem nas novas tecnologias.

EIXO 02 – CRÉDITO/SEGURO

Para crédito/seguro, foram relacionados desafios que envolvem acesso, capacitação, comunicação, desburocratização, indústria, legislação, mão-de-obra, meio ambiente, planejamento e gestão, política, processos e seguro.

ACESSO

O acesso dos produtores às entidades financeiras e ao crédito deve ser facilitado com a criação de programas e mecanismos específicos, garantindo-se também às associações e cooperativas e aos pequenos e médios produtores.

A ampliação do crédito deve ser buscada, inclusive para a Agricultura Familiar, para irrigação, para zonas de menor interesse aos agentes financiadores, para preservação ambiental, para renovação de frota ligada à produção, para uso e recuperação do solo, troca de equipamentos de transformação e renovação de plantio.

CAPACITAÇÃO

As associações necessitam de capacitação para o gerenciamento de recursos governamentais, enquanto produtores precisam ser orientados para a definição de prioridades na aplicação do crédito.

COMUNICAÇÃO

As melhores formas para captação de recursos, formas de crédito estadual e federal, inserção em programas com garantia de compra/entrega devem ser publicizadas.

A linguagem entre produtores, instituições financiadoras e governo precisa de uniformização, melhorando a comunicação.

DESBUROCRATIZAÇÃO

O processo de crédito precisa ser desburocratizado, com simplificação de documentação e diminuição dos prazos para avaliação.

Outro desafio refere-se à diminuição das exigências e valores com garantias.

INDÚSTRIA

O número de indústrias-âncora deve ser ampliado, viabilizando e agilizando o crédito. Já os projetos formulados para beneficiamento e industrialização necessitam de reenquadramento.

Os mercados devem ser integrados, garantindo a venda da produção para a agroindústria.

LEGISLAÇÃO

A criação de legislação de crédito específica para as cadeias e a vinculação do crédito às normas sanitárias são desafios levantados pelas câmaras.

MÃO-DE-OBRA

A ampliação do quadro técnico das instituições financiadoras na área rural, assim como do quadro técnico das instituições públicas.

MEIO AMBIENTE

A exigência de licenciamento ambiental no processo de crédito e a compensação por serviços florestais prestados.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

A articulação de cronograma e planejamento para garantir acesso a crédito/seguro com empresas de elaboração de projetos, entidades de agricultores, empresas compradoras e bancos.

Necessário atrelar crédito rural à assistência técnica e projeto, com regras claras e prazos pré-estabelecidos, garantindo que o crédito cedido seja aplicado conforme projetado.

POLÍTICA

Necessária a implementação de uma política de crédito que diferencie crédito por tipo de entidade (associações, cooperativas), investimentos ou capital de giro, custos de produção, características da atividade econômica, sazonalidade das chuvas, articule o crédito às necessidades de melhoria para a produtividade, aquisição e infraestrutura, associe o crédito à uma política de ATER, assim como às tecnologias, e reveja o zoneamento agrícola, atendendo produtores e agentes financeiros, solucionando distorções.

A criação de entidades financeiras específicas para as cadeias, subsidiando taxas de juros e seguros, barateando o crédito, reduzindo o ICMS. Também, a organização de um programa para parcelamento de dívidas, como outros para estímulo à atividade, assim como o financiamento dos pequenos produtores através de incentivos fiscais e/ou programas sociais, a exemplo do PRONAF (financiamento público).

A instituição de convênios e fundo financeiro com participação de governo, indústria, produtores e agentes financeiros. Os pequenos produtores precisam de articulação com agentes financeiros e de fomento.

A inadimplência de agricultores com as instituições financeiras deve ser discutida, levando inclusive em conta os equívocos do sistema no passado. Outro desafio levantado refere-se ao perdão de dívidas de mini e pequenos produtores.

Entre outras políticas a serem implementadas, a busca pela valorização da cadeia pelos gestores das entidades financeiras, o custeio da entressafra para plantio, o direcionamento do pagamento de financiamento em produto à rede educacional do Estado, a eliminação de atravessadores, e a inserção da CEF no crédito rural.

PROCESSOS

Alguns desafios precisam ser vencidos no que tange os processos para concessão de crédito/seguro. Ressaltam-se a agilização do processo de crédito, a adequação das fontes de recursos e normas às cadeias produtivas, assim como da liberação de crédito ao calendário agrícola e à estruturação do produtor.

Para melhoria dos processos, também fazem-se necessários a apropriação do crédito/seguro e zoneamento, levando em conta a vocação climática, especificidade do cultivo, perfil do produtor, nível de endividamento e normas sanitárias, a formalização de contratos de compra de produção, garantindo preço e volume, a identificação das regiões produtoras, criando mecanismo de equivalência de produto no financiamento com incentivo no FUNDAP.

Por último, a modificação dos prazos do crédito para viabilização do investimento, a reedição dos protocolos entre os elos da cadeia produtiva, instituições públicas, financeiras, definindo linhas de crédito adequadas, e a unificação de procedimentos de crédito rural para todos os bancos públicos.

SEGURO

Existe a necessidade de reformulação da metodologia de seguro, com acesso ao seguro safra, a associação do seguro ao crédito e à renda, a aplicação correta do seguro por perda de lavoura, a extinção do seguro rural para determinados segmentos e a organização do produtor para seguros em grupo.

EIXO 03 – COMERCIALIZAÇÃO

Para comercialização, foram relacionados desafios que envolvem capacitação, comunicação e marketing, desburocratização, exportação, indústria, logística, mercado, modernização, planejamento e gestão, política, qualidade, sanidade e tributação.

CAPACITAÇÃO

A capacitação dos agricultores na comercialização a partir de cursos, assim como do pequeno varejista, parceiro do setor.

COMUNICAÇÃO E MARKETING

Para a área de comunicação, a criação de centros de informação, e o aparelhamento dos órgãos envolvidos para melhor divulgação das políticas públicas.

Para o marketing, a criação de bolsa de mercadorias para divulgação e direcionamento de produtos, como também o incentivo à criação de campanhas promocionais para aumento de vendas e conquista de novos mercados.

Deve-se ampliar a participação dos produtores em feiras, inclusive internacionais, como também apoiar o lançamento de novos produtos, embalagens e rótulos.

DESBUROCRATIZAÇÃO

Redução da burocracia para agilizar o fluxo da comercialização.

EXPORTAÇÃO

A facilitação no acesso do produtor ao comércio exterior, o fomento da exportação, inclusive através de convênios com instâncias de governo, com obtenção de competitividade internacional.

INDÚSTRIA

Para o tema Indústria, deve-se buscar o incentivo à industrialização local, alcançando as pequenas indústrias.

Em termos institucionais, estabelecer relações contratuais entre produtores e a indústria e fortalecer parcerias com indústrias de equipamentos e insumos, com objetivo de repasse a preços acessíveis ao produtor.

LOGÍSTICA

A logística deve propiciar o aperfeiçoamento dos mecanismos de organização do produtor, com a melhoria da logística de transporte, design e armazenamento.

Deve-se buscar a aproximação das indústrias dos centros produtores, o barateamento dos custos de portos e logística e viabilizar o acesso à malha ferroviária.

A unificação da comercialização de diferentes culturas, a localização estratégica dos entrepostos, o apoio à construção de centros de comercialização, a estruturação de feiras e mercados municipais e a criação de entrepostos frigoríficos são outros desafios para a área logística.

Os canais de distribuição devem ser mais articulados para melhoria da comercialização, assim como os produtores devem ter melhor acesso às redes de supermercados.

MERCADO

Necessárias a abertura e desconcentração dos mercados.

MODERNIZAÇÃO

A comercialização precisa ser modernizada, incluindo o modelo de gestão dos centros de abastecimento.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

Para o bom funcionamento do planejamento e da gestão, a criação de estratégias regionais, o fortalecimento do empreendedorismo, a organização da comercialização por territórios e da rede de comercialização, com capacitação e certificação.

O governo deve planejar os quantitativos de safra.

POLÍTICA

A ampliação das políticas públicas de comercialização, garantindo as que já existem, incentivando o associativismo, melhorando a infraestrutura para comercialização, inclusive com a participação de cooperativas e associações, com incentivo ao conhecimento e habilidades para gestão, oportunizando ao produtor acesso ao mercado. Cabe, também, ampliar os serviços de armazenagem ao pequeno produtor, fomentar redes de comercialização territoriais, aumentando a produção baiana.

No que tange à fiscalização, minimizar ação dos atravessadores e combater a clandestinidade na comercialização, com ampliação das ações.

Deve-se incentivar e apoiar a criação de espaços de comercialização para a agricultura familiar, comercializar a produção com preço compatível com o custo de produção (política de preço), identificando os canais de comercialização, através de parcerias com entidades representativas da economia. Também, criar mecanismos para regulação da comercialização, buscar mecanismos para melhor remunerar o agricultor na comercialização, estabelecer seguro para a comercialização, fortalecer as políticas públicas para investimento no padrão de qualidade da produção, realizando estudos para a viabilidade de privatização dos centros de distribuição.

Os desafios devem considerar a utilização do governo como facilitador no processo de comercialização entre produtor e a indústria, com garantias para o preço mínimo e a compra de estoque, apoio ao mercado institucional (cesta básica, merenda escolar), direcionando parte da produção para governo e prefeituras, dotando compras governamentais com menos exigência e mais fiscalização, criando novas CEASAS, potencializando os programas da CONAB.

QUALIDADE

Necessidade em dotar o pequeno produtor de capacidade para colocar seus produtos dentro dos padrões legais, agregando valor a partir do beneficiamento e verticalização da produção, valorizando o produto com qualidade.

Também, de conscientizar produtor para manutenção da padronização e qualidade do produto como forma de abrir novos mercados, registrar seus produtos.

SANIDADE

A instalação de barreiras sanitárias interestaduais e a conscientização quanto ao risco de contaminação dos produtos.

TRIBUTAÇÃO

Para facilitar a comercialização, importante a criação de incentivos fiscais, assim como a redução de impostos.

EIXO 04 – PROMOÇÃO E MARKETING

Para promoção e marketing, foram relacionados desafios que envolvem comunicação, planejamento e gestão, política, processos e qualidade.

COMUNICAÇÃO

A apresentação dos produtos ao mercado, ampliação das campanhas para divulgação das virtudes dos produtos, alimentos necessários a uma vida saudável e a divulgação de questões como empregabilidade, defesa do meio-ambiente, fixação do homem no campo e rentabilidade, decorrente da produção baiana são desafios a serem vencidos pelo setor.

Para tanto, torna-se necessária a ampliação da aplicação de recursos para divulgação na mídia de todos os elos envolvidos na cadeia, incluindo benefícios e estratégias para garantia da segurança alimentar e abertura do comércio internacional. Também, o barateamento dos custos de acesso aos meios de comunicação, a inserção na grande mídia nacional e internacional sobre o modelo de produção, campanhas permanentes em rádio, tv's e internet para consumo de incentivo ao consumo interno e no exterior, para evidenciar os malefícios de produtos clandestinos, voltadas a escolas, academias e outros segmentos.

No que tange os produtores, promover e divulgar a partir de discussão através das redes de comunicação, dando acesso aos meios de comunicação com subsídios aos pequenos produtores, criando mecanismos que facilitem a chegada de informações de pesquisa, utilizando meios de comunicação de massa para interação da produção com as populações locais.

Abordando desafios mais específicos, criar publicação específica sobre o assunto e jingle estadual com foco na qualidade do produto.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

A criação de planos de marketing, quer específicos ou institucionais, junto à classe médica, de nutricionistas, entre outros é um desafio proposto para o planejamento e gestão, como a elaboração de pesquisa de mercado com foco em mercados potenciais e a defesa de preço justo, a partir da divulgação intensiva do custo de produção.

Deve-se promover a participação conjunta de produtores em feiras nacionais e internacionais, como forma de reduzir custos de produção e marketing.

POLÍTICA

A ampliação e incentivo aos consumos interno e externo, com a promoção de programa para vendas no exterior.

Deve-se apoiar institucionalmente os produtores para apresentação de seus produtos, com o aumento da participação de produtos da agricultura familiar nas feiras internacionais, incentivo ao ecoturismo nas áreas produtoras, busca de apoio governamental para promoção de produtos em eventos nacionais e internacionais e promoção do marketing em todas as regiões a partir de ações do governo.

Ainda no que tange às políticas, o uso da criatividade para desmistificar o desaconselhamento no consumo de determinados produtos, assim como o combate à veiculação de informações equivocadas, sem embasamento científico, sobre produtos.

O estabelecimento de ações casadas com defesa do meio ambiente e trabalho, incentivo ao consumo consciente, através do desenvolvimento de processo de certificação orgânica da produção, a participação no crédito de carbono e a divulgação da importância dos produtos florestais para o desenvolvimento do Estado são outros desafios apontados para o tema Política dentro do eixo Promoção e Marketing.

Para completar, a utilização de políticas públicas para divulgação nas escolas, assim como o estreitamento de laços com universidades e centros de pesquisa.

PROCESSOS

São desafios para os processos da Promoção e Marketing, a especificação de cada produção de acordo com suas características, promovendo a divulgação de todos os seus aspectos relevantes, a criação de marcas e padrões, divulgação de produtos a partir de realização de seminários e congressos, o estabelecimento de ação continuada de educação para valorização dos produtos. Também, a promoção de eventos para mostrar cultura e produtos ao público e a utilização do marketing pós-resultados dos produtores.

QUALIDADE

No que tange a qualidade, a criação da certificação geográfica, de acordo com características da região produtora, de programas ISO e de selo social para a agricultura familiar. Também, o fomento à utilização de selos de qualidade, o estímulo ao consumo de produtos, a partir de campanhas publicitárias, com ênfase na qualidade, o trabalho com certificações e com o selo “produto da Bahia”, a partir do fortalecimento das marcas regionais, ressaltando aspectos econômicos, sociais, ambientais e de benefícios à saúde.

EIXO 05 – INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Para infraestrutura e logística, foram relacionados desafios que envolvem armazenagem/distribuição, beneficiamento, capacitação, comunicação, crédito, energia e água, fiscalização, política, processos e transportes.

ARMAZENAGEM/DISTRIBUIÇÃO

A ampliação e recuperação dos armazéns nas regiões produtoras, investindo em suas estruturas, o aumento do número de centros de distribuição e do parque de entrepostos (equipando os existentes), a criação de centros de logística, com depósitos de estocagem e distribuição integrados, são desafios de armazenagem/distribuição no eixo Infraestrutura e logística.

Também, a diversificação logística para escoamento da produção, além das garantias deste escoamento e da rápida e estratégica distribuição do produto para comercialização regional, nacional e internacional.

BENEFICIAMENTO

Ampliação e modernização dos locais para beneficiamento da produção, com implantação de centros industriais nos municípios.

CAPACITAÇÃO

Melhoria na qualidade da escola pública rural.

COMUNICAÇÃO

Melhoria na comunicação, inclusive através da internet, na zona rural.

CRÉDITO

Disponibilização de crédito para modernização das indústrias, facilitação de crédito para aquisição de veículos, incluindo a aquisição de caminhões.

ENERGIA E ÁGUA

Melhoria de acesso a energia e água em diversas regiões do Estado.

FISCALIZAÇÃO

Apoio à fiscalização de atividades clandestinas.

POLÍTICA

As políticas para o setor, no que tange a infraestrutura e logística, devem levar em conta desafios como o aumento da competitividade a partir da logística e a eliminação de gargalos logísticos nos postos de estocagem e distribuição.

Deve existir o aumento da participação do Estado na melhoria da infraestrutura, com o planejamento de novos investimentos para o setor, capaz de abrir fronteiras para a produção, armazenamento e escoamento da produção, barateando custos com logística.

O estímulo ao desenvolvimento da atividade nas pequenas e médias empresas e o fortalecimento de cooperativas e associações para compra de insumos e comercialização da produção são outros pontos importantes de abordagem, como o investimento na modernização de unidades produtoras e o posicionamento destas em pontos estratégicos.

A prática de uma política de privatização com regras claras de remuneração do investimento realizado a longo prazo, a priorização de recursos para interligar as principais regiões produ-

toras aos grandes centros de comercialização são outros desafios com caráter político para o setor neste eixo.

Para completar, desafios como a promoção de meios para oferta de equipamentos no Estado, a reestruturação de frotas para produção e escoamento desta, avaliação de planos de expansão das culturas, a melhoria na qualidade e velocidade de trâmite nas áreas alfandegárias, a viabilização do custo Brasil e do funcionamento da agroindústria.

PROCESSOS

Melhoria no aproveitamento de resíduos.

TRANSPORTES

Para o tema Transportes dentro do eixo Infraestrutura e Logística, deve-se criar novos meios para transportes, melhorar segurança nas estradas, reduzir custos (incluindo impostos) de transportes e utilizar as cooperativas para transporte dos produtos, melhorando o acesso às áreas de produção.

A busca por melhorias, com recuperação e manutenção, das estradas (inclusive vicinais e com apoio das prefeituras locais), portos e rede ferroviária, facilitando a chegada do produto ao consumidor final, com aumento da competitividade e qualidade de serviços.

A utilização de sistema multimodal para transportes, com investimento em modais logísticos adequados para cada região (ferrovia, rodovia, transporte fluvial, marítimo), disponibilização de estruturas e transporte para as organizações de produtores, de acordo com cada necessidade.

Na opinião das câmaras setoriais, deve-se construir e ampliar aeroportos, ampliar a malha rodoviária para escoamento da produção, assim como analisar a viabilidade de privatização da malha de transportes. Também, articular e efetivar construção de ferrovias e hidrovias, como forma de baratear o transporte de produtos, ganhando competitividade com melhorias e modernização destas.

EIXO 06 – DEFESA AGROPECUÁRIA

Para o eixo Defesa Agropecuária, foram relacionados desafios que envolvem capacitação, certificação, educação, fiscalização, mão-de-obra, pesquisa, política e processos.

Capacitação

Para a Capacitação no eixo Defesa Agropecuária, a ampliação do conhecimento dos técnicos, a partir de intercâmbio com o exterior. Também, a capacitação dos atores da cadeia quanto à aquisição de defesa, alimento seguro, produção higiênica, aspectos sanitários, com base nos princípios da sustentabilidade, e a utilização de universidades para capacitação em tecnologias na produção, aproximando-as dos produtores.

CERTIFICAÇÃO

A agilização para os processos de certificação de inspeção, certificação de material genético e a implementação da certificação pela qualidade.

EDUCAÇÃO

Deve-se conscientizar a população com relação à segurança alimentar, assim como os produtores quanto ao uso correto e seguro de agrotóxicos, com adoção de treinamentos. Paralelamente, dar conhecimento aos produtores das leis e portarias e suas adequações para casos específicos, como aos produtores sobre as questões sanitárias.

Ainda para o tema, efetivar a educação sanitária nas áreas produtoras, intensificar campanhas de assistência e conscientização das boas práticas e de controle de doenças e pragas e promover trabalho de defesa agropecuária a partir das cooperativas.

FISCALIZAÇÃO

O tema Fiscalização para o eixo Defesa Agropecuária deve prever o aumento de investimentos em fiscalização e controle fitossanitários, aumentando atuação do MAPA, inclusive coibindo a comercialização de produtos clandestinos, fiscalizando e orientando os distribuidores destes de forma educativa.

Para evitar a entrada de novas doenças, implantar barreiras fitossanitárias para o controle de qualidade e monitorar doenças e pragas ainda não existentes no Estado. Também, emitir certificado de inspeção sanitária para subprodutos de origem clandestina, viabilizando sua comercialização, fiscalizando adequadamente a origem dos produtos, a revenda, viveiros de mudas.

A qualidade fitossanitária de sementes e mudas deve ser mantida, a defesa fitossanitária informatizada e é necessário manter vigilância constante na produção local para evitar a propagação de pragas e doenças.

MÃO-DE-OBRA

O aumento efetivo de servidores (ADAB, EBDA) para atender a demanda.

PESQUISA

Apoio às pesquisas, incluindo a pesquisa estatal da EBDA. Deve-se estabelecer medidas preventivas para erradicação de pragas, inclusive a partir de estudos que as viabilizem.

Ampliação de pesquisas para o combate às pragas e doenças, com aplicação de tecnologias inovadoras, visando melhorar manejo, investimento em laboratórios de pesquisa, produção de mudas de qualidade e realização de estudos para pragas setoriais.

POLÍTICA

Para a Política na Defesa Agropecuária, a criação de um cadastro sanitário, de um fundo para indenização e de legislação específica para cadeias. É preciso aplicar a legislação de defesa sanitária vegetal vigente, visando proteger a cultura, seus derivados e subprodutos, assegurando o equilíbrio do sistema de produção. Para isso, deixar regras e normas de defesa contra pragas e para comercialização mais claras, padronizar exigências dos órgãos de inspeção, assim como o entendimento da legislação por parte destes; promover ações conjuntas com órgãos ligados à defesa e pesquisa no sentido de conhecer e interagir em medidas profiláticas e terapêuticas, sintonizando legislação estadual com a federal.

A busca pela redução de pragas dentro do Estado é um desafio, assim como a redução no uso de pesticidas, com a ampliação no uso de defensivos e fertilizantes orgânicos, combatendo as doenças sem prejudicar o meio ambiente, regularizando os registros de agrotóxicos, analisando destino das suas embalagens.

Necessário tornar a defesa agropecuária mais efetiva e abrangente, com o estabelecimento de planos de controle de enfermidades, estruturando a defesa agropecuária estadual e vigilâncias sanitárias municipais, com a estipulação de prazos para enquadramento dos produtores às normas.

Importante aperfeiçoar e ampliar ações de defesa sanitária animal e da pastagem, de forma a minimizar incidência de pragas e doenças, articulando produtores e Estado na gestão de pragas que podem inviabilizar algumas culturas, buscando um equilíbrio ambiental, a partir do fortalecimento das agências agropecuárias, no que diz respeito a infraestrutura, salários dos técnicos e capacitação, e reforço do parque de equipamentos para defesa fitossanitária.

PROCESSOS

A identificação de processos para a Defesa considera, entre outros, o acompanhamento das atividades com os técnicos dos órgãos governamentais para adoção das medidas cabíveis, o beneficiamento e instrução com a doença, o controle de pragas, a criação de programa de georreferenciamento das unidades produtivas, a inspeção e rotulação dos produtos a serem comercializados, a explicitação das normas e regulamentos do setor a produtores e comerciantes, a identificação de gargalos, especialmente no que diz respeito a pragas que geram prejuízos ao agronegócio, a identificação de produtos adulterados e a produção de diagnóstico da situação de infestação de doenças do solo.

EIXO 07 – P, D & INOVAÇÃO

Para o eixo P, D & Inovação, foram relacionados desafios que envolvem capacitação, comunicação, financiamento, planejamento e gestão, política, processos, qualidade e tecnologia.

CAPACITAÇÃO

O tema Capacitação em P, D & Inovação envolve a integração entre universidades e empresas de pesquisas, com as organizações que executam a assistência técnica, com o firmamento de parcerias com a área pública, com associações de produtores, com instituições de ensino e pesquisa e instituições privadas, garantindo a participação das universidades em todas as fases - pesquisa, ação e divulgação -, visando a melhoria das questões técnicas do segmento e repercussão na qualidade do produto. No caso das universidades estaduais, equipá-las com laboratórios para análise de produtos, melhorando o nível de capacitação técnica e acadêmica, com troca de conhecimento com a ponta.

O estímulo à pesquisa e inovação entre os jovens nas três esferas de poder, criando prêmios para pesquisa a estudantes nas escolas públicas e privadas e o incentivo à pesquisa regional, com capacitação dos operadores do setor, são outros desafios.

COMUNICAÇÃO

O pesquisador deve se aproximar da sociedade, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos no Estado devem ser divulgados e os dados técnicos, para desmistificar questões associadas ao setor, devem ser publicados.

O conhecimento da realidade, para desenvolvimento de pesquisas de interesse dos produtores, a criação de política de difusão das pesquisas para agilizar a democratização no seu conhecimento e criar condições para acessá-las são outros desafios do setor.

FINANCIAMENTO

Ampliação de financiamentos para pesquisa, aumento de investimentos do setor privado no setor para fomentar a inovação.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

O desenvolvimento de sistemas de produção mais adaptadas às realidades, a discussão de diretrizes da rede de cooperativas, com investimentos em biologia molecular, clones, sistemas de gestão eficaz, o estabelecimento de estratégias e medidas de inovação às pesquisas e a promoção de ações para a retomada da produtividade.

POLÍTICA

O estabelecimento de política de pesquisa e inovações tecnológicas com ênfase na produtividade e resistência a doenças, de incentivo às novas formas de produção, estabelecendo priorização no direcionamento da pesquisa científica, evitando os impactos ambientais, com estabelecimento de coordena-

ção integrada, visando inovação a partir de parcerias por meio do cooperativismo, auxílio nas políticas das ONG's para a área e recuperação de ações de pesquisa no Estado, testando sistemas de produção, desenvolvendo novas tecnologias, inclusive para a agricultura familiar.

Também são desafios de Política para o eixo P, D & Inovação, formas para aliar pesquisa e extensão em pesquisa-ação; a ampliação da integração entre o setor produtivo e os órgãos de pesquisa, assim como do plantel de variedades desenvolvidas na Bahia, com novos campos experimentais para desenvolvimento de variedades adaptadas, e da realização e abrangência das pesquisas.

O desenvolvimento de pesquisas – inclusive personalizadas -, para melhoria da produção rural e da sanidade, focando nos produtos que a Bahia tem vantagens competitivas; fomento da indústria para aproveitamento melhor do produto, a partir de derivados e resíduos, realizando pesquisa da cadeia produtiva com ações compartilhadas, como forma de garantia à comercialização, valorizando as descobertas feitas pelo homem do campo, e dando condição para o aprimoramento.

PROCESSOS

Entre os desafios de processos para o eixo, podem ser citados a adoção de novas técnicas de produção do cultivo ao produto final, a identificação de potenciais para inovação, o estabelecimento de campos experimentais para as lavouras, a identificação da necessidade de novas pesquisas, a pesquisa para o uso de subprodutos e a reativação de estações de pesquisas de estradas.

QUALIDADE

O apoio à criação de produtos inovadores e de boa aceitação pelos consumidores, o desenvolvimento de produtos com mais tolerância a pragas e doenças, boa adaptação climática e produção elevada, com preparo diferenciado do solo.

A partir do setor de pesquisa da EBDA, pesquisar variedades melhoradas, envolvendo mais as universidades no credenciamento de laboratórios, criando centros de pesquisa e excelência, desenvolvendo novas embalagens e novos produtos.

TECNOLOGIA

O apoio ao produtor com as novas e melhores tecnologias, com técnicos que contribuam na elaboração de novos produtos. Deve-se buscar tecnologias que visem o aproveitamento de subprodutos para agregação ao valor ao produto principal.

O acesso e a transferência de tecnologia para inovação ao agricultor devem ser facilitados. O processo de informatização das instituições precisa ser incentivado, as inovações tecnológicas apreendidas, devem ser colocadas em prática, inclusive na agricultura familiar. Para as cadeias em que

o avanço tecnológico já produziu mudanças efetivas, a pesquisa, quando necessária, deverá ser realizada “sob encomenda”.

EIXO 08 – GOVERNANÇA DA CADEIA

Para o eixo Governança da Cadeia, foram relacionados desafios que envolvem agricultura familiar, associações e cooperativas, câmaras setoriais, comunicação, eventos, governo, legislação, parcerias/convênios, política, qualidade e territórios de identidade.

AGRICULTURA FAMILIAR

A ampliação da participação efetiva e legítima da agricultura familiar nos espaços de discussão, incentivando jovens agricultores a permanecer em suas propriedades, aumentando o número de escolas técnicas e de cursos superiores para fortalecimento do segmento.

ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS

Deve existir o apoio às iniciativas dos produtores organizados em associações e cooperativas, garantindo sua estruturação e reestruturação, aproximando o poder público e a iniciativa privada com o objetivo de promover o desenvolvimento.

O processo associativo e os fóruns de discussão devem ser consolidados, melhorando a gestão, reestruturando e fortalecendo as cooperativas, associações e sindicatos na busca por objetivos comuns.

CÂMARAS SETORIAIS

No que tange às câmaras setoriais, a Governança deve consolidar a criação destas, aumentando a participação dos produtores, dando credibilidade às instituições que as coordenam, contando com o acompanhamento e apoio dos órgãos governamentais para o fortalecimento das cadeias.

As câmaras devem ter sua permanência garantida, suas sugestões e recomendações precisam chegar às instâncias decisórias, fortalecendo sua representatividade, com fortalecimento e organização total das cadeias produtivas, a partir da produção, industrialização e comercialização.

COMUNICAÇÃO

A melhoria da comunicação entre os atores sociais das cadeias produtivas com a criação, por exemplo, de portais.

EVENTOS

A criação do Circuito Baiano do Agronegócio, com a união de palestras e simpósios em um único grande congresso, assim como despertar nos produtores a necessidade de participação em tais eventos.

GOVERNO

Desafios como buscar organizar e fortalecer a gestão compartilhada e transparente das empresas e órgãos públicos, eliminando a duplicidade de projetos apoiados por estes, estabelecendo mecanismos de coordenação e logística governamental em parceria com as diversas instituições que participam das cadeias.

O diálogo entre governo, elos da cadeia e instituições financeiras deve ser estreitado. Os órgãos de governo que atuam no setor devem ser estruturados para melhorar a prestação dos serviços.

LEGISLAÇÃO

É um desafio para o tema Legislação na Governança da Cadeia, o cumprimento rigoroso da legislação para importação.

PARCERIAS/CONVÊNIOS

A integração entre os diversos segmentos da administração pública com a iniciativa privada, entre os fóruns e ambientes de discussão existentes às câmaras setoriais, entre os parceiros territoriais, estimulando a busca por objetivos comuns.

Outros desafios no tema para o eixo Governança da Cadeia são o aumento da presença do Estado, através do estabelecimento de parcerias produtores e indústria, entre instituições mediante convênios, assim como a busca pela perfeita harmonia e participação dos órgãos em todas as esferas, para fortalecimento das cadeias.

Deve existir o incentivo à cooperação técnica, científica e cultural entre os diversos segmentos envolvidos, objetivando a difusão do conceito de governança corporativa. Também, a integração entre setores produtivos e de preservação ambiental de forma a obter uma produção sustentável e legal, e parcerias entre ONG's para pesquisa e distribuição de informações num processo de rede de controle e formação de comitês.

POLÍTICA

A manutenção de políticas públicas de médio e longo prazo, sempre atualizadas com o avanço tecnológico e necessidades intrínsecas das cadeias produtivas, com o fortalecimento dos órgãos vinculados diretamente ao setor, visando torná-los mais fortes nos âmbitos político e econômico, melhorando a sua articulação.

Também são desafios da política na Governança da Cadeia, a intervenção a partir dos diversos segmentos sociais, universalizando as decisões, retirando-as dos interesses particulares, a promoção da regulação e gerenciamento dos mercados, da regulação de preços, da identificação e capacitação de líderes expoentes e da gestão de áreas georreferenciadas.

A elaboração de plano estratégico para indicação de períodos e culturas a serem desenvolvidas, com a formação de comitês de informações por indicação geográfica e democratização na composição de conselhos e órgãos tripartites.

A identificação dos gargalos nas políticas públicas relacionados a crédito e licenciamento ambiental, com realização de zoneamento agro-ecológico para definição das áreas potencialmente produtivas e destinadas à construção e recuperação de corredores ecológicos.

QUALIDADE

Deve-se definir e disponibilizar sistemas de controles padronizados, com investimento na melhoria e padronização dos produtos, com melhor organização dos produtores.

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

Os territórios de identidade devem ser articulados com as câmaras setoriais, com formação de redes e coordenações por região. O diálogo deve ser estabelecido a partir da criação de grupos de gestores territoriais, fortalecendo governanças regionais, efetivando a agregação dos territórios de identidade às câmaras.

EIXO 09 – LEGISLAÇÃO

Para o eixo Legislação, foram relacionados desafios que envolvem agricultura familiar, capacitação, comercialização, comunicação, desburocratização, fiscalização, meio-ambiente, padronização, parcerias/convênios, política e processos.

CAPACITAÇÃO

A capacitação de produtores, trabalhadores rurais e demais elos das cadeias para cumprimento das legislações trabalhista, ambiental, sanitária e fiscal.

COMERCIALIZAÇÃO

O fortalecimento da legislação como ferramenta de respaldo técnico-científico, com o estabelecimento de estratégias para abertura de mercado e a difusão da flexibilização das normas de tributação à comercialização.

COMUNICAÇÃO

Para a comunicação no eixo Legislação, deve-se facilitar a compreensão dos procedimentos e normativos legais até a capacidade de adequação à realidade dos produtores, notadamente os da agricultura familiar. Também, melhorar a divulgação das novas leis que regulamentam o negócio, proporcionando maior entendimento por parte da sociedade, com utilização de seminários, palestras, campanhas e fóruns para debate e conhecimento da legislação do MAPA, ANVISA e SEFAZ.

DESBUROCRATIZAÇÃO

A redução da burocracia na aplicação da legislação ambiental. O processo ainda deve prever transparência e rastreabilidade, com forma diferenciada para o pequeno produtor. A desburocratização deve prever a simplificação e diminuição de normas e leis.

FISCALIZAÇÃO

Os desafios de fazer cumprir rigorosamente a legislação de importação, não permitindo a entrada de pragas e doenças não existentes na Bahia/Brasil, elaborando serviços de inspeção municipal.

MEIO-AMBIENTE

A atualização da legislação ambiental, com a participação dos produtores. Deve-se limitar o tempo para tramitação de processos de outorga de licenciamento ambiental e normatizar as análises do ciclo de vida dos produtos, como forma de suportar as exigências de sustentabilidade sócio-ambiental da sociedade.

Para o tema dentro do eixo Legislação, ainda rever mecanismos legais relacionados com o licenciamento ambiental, visando facilitar sua aplicação e garantir a sustentabilidade do setor, e uniformizar a legislação ambiental, com a introdução de normas de fácil entendimento e interpretação.

PADRONIZAÇÃO

O desenvolvimento de legislações específicas para as culturas, que venham a estabelecer procedimentos uniformes para os setores, visando elevar qualidade e capacidade de certificações. Também, a padronização das normas e da linguagem, e o entendimento da lei nos órgãos responsáveis.

Importante harmonizar legislações estadual e federal, atendendo a legislação do MAPA, assim como a legislação das águas, revendo os conflitos nas legislações, trabalhando junto ao Ministério o reconhecimento das especificidades dos estados na elaboração das leis.

Parcerias/Convênios

O desenvolvimento da legislação em conjunto com a iniciativa privada, assim como o estabelecimento de parcerias com instituições de vigilância para atender à legislação.

POLÍTICA

A aplicação da legislação de forma clara e desoneradora para bens de capital e insumos, reduzindo a carga tributária na geração dos empregos, revendo o ICMS de determinados produtos, analisando a importância da diminuição de tributos e impostos e da criação de incentivos fiscais e subsídios.

A ampliação e modernização da legislação, levando em conta a dinâmica do setor produtivo e os aspectos de mercado, social e ambiental. A promoção de políticas públicas reguladoras, com menor burocracia nos processos para legalização das atividades.

Outro desafio da política no eixo Legislação é a ampliação do envolvimento dos produtores no processo legislativo de interesse do setor, permitindo que a legislação esteja ao alcance de todos, principalmente a de defesa do consumidor.

O aparelhamento e a estruturação do Estado é uma condição para se fazer cumprir e dar condições para produtor e indústria cumprirem a lei, combatendo a interferência política e de outros poderes no cumprimento da legislação.

A legislação tributária deve apoiar o desenvolvimento do setor no Estado, sendo que a situação econômico-financeira dos produtores deve ser levada em consideração.

A promoção de assistência jurídica aos pequenos produtores, principalmente na adequação às leis trabalhistas e do meio-ambiente, com elaboração de plano para adequação das propriedades rurais no tocante a reserva legal e áreas de preservação permanente, e criação do ICMS ecológico.

PROCESSOS

Os desafios de processos para o eixo Legislação contemplam a adequação da CLT ao meio rural, da legislação ambiental para licenciamento de pequenos empreendimentos agrícolas e às realidades locais e da legislação do MAPA e ADAB à realidade da agroindústria.

Também, a adaptação da legislação trabalhista e impostos à realidade da oscilação de preços das commodities, a ampliação da concessão de licenças, a descentralização do processo de licenciamento e a efetivação de medidas de retenção de cargas com produtos clandestinos.

O amplo controle, sem esquecer o acompanhamento e as normas técnicas, a padronização da importação, não permitindo baixa qualidade, fiscalizando o controle, a criação de ferramentas para adequação às exigências na liberação de licenças, e a regularização de cooperativas em suas situações tributárias de PIS/COFINS.

EIXO 10 - GESTÃO DA QUALIDADE

Para o eixo Gestão da Qualidade, foram relacionados desafios que envolvem capacitação, certificação, comercialização, comunicação, parcerias/convênios, pesquisa, planejamento e gestão, política, processos e tecnologia.

CAPACITAÇÃO

A promoção do conhecimento, a gestão profissionalizada através de meios técnicos e acadêmicos disponíveis, com o objetivo de reparar o empresário rural, produtor no exercício da sua atividade empresarial.

A qualificação e capacitação dos produtores, empresários e técnicos atuantes na produção em gestão da qualidade, assim como da mão-de-obra, a partir de universidades e cursos técnicos, públicos ou privados, com apoio de empresas públicas.

CERTIFICAÇÃO

A promoção de programas de certificação, único meio para qualificação dos produtos, com criação de selos, identificação da variedade regional e internacionalização.

Deve-se buscar agregação de valor, a partir do desenvolvimento de programas de qualidade, e da adequação das unidades de beneficiamento, com o objetivo de aquisição da licença ISO.

COMERCIALIZAÇÃO

A criação de plano de expansão de vendas interestaduais e internacionais, estabelecendo produtos que possam contribuir com a abertura do mercado, com gerenciamento da produção no processamento, distribuição e varejo.

Também referente à comercialização no eixo gestão da Qualidade, a adoção da qualidade como resposta ao preço de venda, a busca pelo apoio e competitividade para acompanhamento nas mudanças de mercado e variações de produtos.

COMUNICAÇÃO

O amplo acesso às informações, capacitações e oportunidades, motivando os produtores a partir da promoção de programa de qualidade com pontuação e divulgação dos resultados.

Deve-se buscar experiências exitosas para difusão entre os produtores, e aumentar a confiabilidade nos dados publicizados.

PARCERIAS/CONVÊNIOS

A realização da gestão da qualidade em parceria com órgãos de assistência técnica e com os responsáveis pela garantia da qualidade, assim como com as instituições de pesquisa, visando a capacitação dos produtores e o melhor aproveitamento nos resultados.

O intercâmbio com órgãos consolidados nas cadeias produtivas deve ser incentivado.

PESQUISA

A criação de centros de pesquisa nas universidades estaduais para apoio aos produtores; a ampliação do número de laboratórios de análise; a busca de novas técnicas em todos os níveis e o incentivo à pesquisa no setor, com publicação de dados técnicos que desmistifiquem conceitos estabelecidos, são desafios para o eixo Gestão da Qualidade.

PLANEJAMENTO E GESTÃO

O planejamento deve ser inserido na gestão da qualidade, com a integração de ações entre os diversos atores das cadeias para a melhoria dos produtos e serviços.

Deve existir um equilíbrio entre a pesquisa científica, procedimentos técnicos, base legal e parcerias, para o estabelecimento e consolidação da qualidade e competitividade dos produtos.

Os parâmetros de competitividade para que o agronegócio seja sustentável devem ser definidos, assim como os gargalos para produção de qualidade devem ser identificados.

POLÍTICA

A promoção de melhores condições no processo produtivo e de beneficiamento, com conseqüente melhoria do produto local, a definição de metas para o setor primário e de padrão de qualidade das cadeias produtivas são desafios para a Gestão da Qualidade, fazendo da ética e da moral a questão central.

As políticas devem atentar para a saúde do trabalhador rural, profissionalizar e fortalecer associações e cooperativas diante da organização produtiva no mundo globalizado, promover ações empreendedoras e solidárias, capitalizar produtores e implantar programas de qualidade para o meio-ambiente e de segurança do trabalho.

Os atravessadores devem ser combatidos, as indústrias devem ser atraídas para os pólos produtores, as boas práticas de produção, industrialização e comercialização devem ser implementadas.

O acompanhamento do calendário, respeitando o período de carência de cada produto, a ampliação de prazos para adaptação às mudanças que melhoram a organização e qualidade da produção são outros desafios.

Deve-se garantir ao consumidor a qualidade e segurança dos alimentos, enquanto as prefeituras precisam ser incentivadas a promover serviços de inspeção.

PROCESSOS

Entre os processos que se enquadram como desafios para o eixo Gestão da Qualidade, a fiscalização da aplicação de agrotóxicos clandestinos e dos agentes envolvidos, assim como o monitoramento permanentemente da qualidade em todos os pontos da cadeia.

Deve-se padronizar produtos, técnicas e processos de produção, além dos sistemas de qualidade, focando na melhoria da matéria-prima, de forma a aumentar a produtividade agrícola e os rendimentos industriais.

O uso de defensivos deve ter seu controle sistematizado, enquanto os processos para adequação às exigências de exportação devem ser normatizados e padronizados.

TECNOLOGIA

Os produtores devem ser despertados para a importância da adoção de normas tecnológicas, produzindo de acordo com as exigências de mercado, respeitando a legislação ambiental.

As tecnologias e processos devem ser ajustados, para se garantir qualidade. A disseminação das novas tecnologias deve ocorrer a partir de palestras e cursos. A informatização e a formação de redes de comunicação entre as entidades possibilitarão a difusão de informações junto à cadeia produtiva.

EIXO 11 - OUTROS

Para o eixo Outros, foram relacionados desafios que envolvem base de dados estatísticos, indústria, meio-ambiente, políticas e sustentabilidade.

BASE DE DADOS ESTATÍSTICOS

A criação de programa de avaliação e monitoramento dentro dos eixos estratégicos de forma verticalizada, considerando a formação de uma base como um insumo estratégico, que facilita a tomada de decisões.

As bases de dados existentes devem ser integradas, propondo-se mecanismos de uniformização e dinamismo das informações, mecanismos para coleta, dotando a base de alto grau de confiabilidade, a partir da qualidade dos dados.

Deve-se considerar a contagem de safra, área plantada, produtividade, região, produto, tamanhos dos mercados nacional e internacional, percentual de ganho, índice de acidez, preços, qualidade, ensino na elaboração da base de dados estatísticos.

As cadeias precisam ser informadas sobre safras passadas e safra atual. A divulgação de informações técnicas na internet e outros meios deve ser ampliada.

INDÚSTRIA

Para a indústria, ampliação dos mecanismos para atração de investimentos, aumento da área industrial, com modernização do parque existente.

MEIO AMBIENTE

No que se refere ao meio ambiente, definição de normas e promoção do reflorestamento.

POLÍTICAS

A elaboração de políticas público-privadas, objetivando inserir o pequeno produtor nas cadeias. Também, incentivar o pequeno produtor na produção de florestas.

SUSTENTABILIDADE

A ampliação da discussão entre instituições envolvidas e agilidade de processos, assim como da pesquisa desenvolvida para a área.

Desafios relativos à sustentabilidade e meio-ambiente contemplam a preservação ambiental e desenvolvimento das comunidades, a divulgação e promoção dos números da preservação ambiental, com geração de empregos e renda e a instauração da remuneração por serviços ambientais, sociais e de bem-estar animal.

Os benefícios trazidos pela cultura da sustentabilidade, para ampliação da base de produtores e aumento do lucro, devem ser divulgados. Também, a integração de culturas na atividade agropecuária em mesma área produtiva, e a promoção de integração entre instituições públicas e privadas.

CONSOLIDAÇÃO DAS PROPOSTAS

INTRODUÇÃO

A priorização de propostas – cinco de longo e cinco de curto prazos -, durante a segunda parte de discussões da Conferência Estadual resultou na consolidação das mesmas pelos eixos Assistência técnica; Crédito/seguro; Comercialização promoção e marketing; Infraestrutura e logística; Defesa agropecuária; P,D & inovação; Governança da cadeia, legislação e gestão da qualidade.

1. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

CURTO PRAZO

- Aperfeiçoar mecanismos de aproximação entre a pesquisa científica e a ater.
- Apoiar as entidades do terceiro setor que prestam serviços de ater com base nas diretrizes do PNATER.
- Capacitar profissionais com base no PNATER e instrumentalizar as instituições.
- Fortalecer a ater publica através da reestruturação técnica, administrativa e financeira.
- Implementar um plano estadual de ater adequando-o às realidades territoriais e as cadeias produtivas.

LONGO PRAZO

- Capacitar produtores na gestão do negócio.
- Criar centros de excelência e escolas profissionalizantes para as cadeias produtivas.
- Fortalecer as escolas famílias agrícolas difundindo a metodologia.
- Implementar instrumentos que permitam avaliar o impacto das atividades de ater.
- Universalizar a assistência técnica no Estado.

2. CRÉDITO/SEGURO

CURTO PRAZO

- Adaptar o zoneamento da produção das diversas culturas por região, a fim de alcançar meios para tornar o crédito oportuno obtendo a liberação do crédito antes do período de plantio.

- Criar fundo de aval.
- Implantar o programa estadual de seguro rural.
- Implementação/ ampliação do credito assistido.
- Seguro de credito e de renda que atenda o agricultor.

LONGO PRAZO

- Destinar orçamento para subvenção do governo ao premio do seguro rural.
- Fomento de projetos para cooperativas e ou grupos de agricultores para o processo de industrialização dos produtos.
- Incentivar a formação de sociedades de garantia de credito.
- Incentivar os produtores a trabalharem como mitigadores (seguros), buscando o acesso dos mesmos a bolsa e ao mercado futuro.
- Titulação de 100% das terras.

3. COMERCIALIZAÇÃO PROMOÇÃO E MARKETING

CURTO PRAZO

- Aperfeiçoar e ampliar os programas de compras governamentais priorizando a produção estadual.
- Criação de programas de qualidade e certificação com apoio governamental ao acesso dos micros e pequenos produtores (selos, copa do mundo, marcas, registros...).
- Criar um centro estadual especializado para apoio a comercialização com informação sobre mercado.
- Política e garantia de preços mínimos e seguros de safra.
- Promover em nível local, nacional e internacional os produtos da agropecuária e agroindústria baiana.

LONGO PRAZO

- Ampliar o no de centrais de abastecimentos, modernizar as existentes e adotar um sistema de gestão desburocratizada através de modelos de OS e OSCIP.
- Criar condições e incentivos para elevar a capacidade de comercialização das cooperativas.
- Criar e aperfeiçoar programas de incentivos fiscais para comercialização de produtos de empresas baianas de agronegócios, cooperativas e associações de agricultores familiares.

- Implementar programa de apoio as empresas para a construção de marcas, adequação de embalagens.
- Incentivos aos produtores e empresas para utilização das bolsas de mercadorias, de contratos físicos e futuros.

4. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

CURTO PRAZO

- Ampliar o acesso à água tratada.
- Estruturar e ampliar rede elétrica rural de acordo com a demanda.
- Garantir a construção, adequação e implantação de unidades de beneficiamento, armazéns gerais e entrepostos conforme demandas apontadas nos planos de desenvolvimento dos territórios.
- Modernizar e ampliar os terminais portuários, interligando as malhas ferroviárias existentes, rodoviária e hidroviária, otimizando a capacidade de atender as demandas.
- Realizar ações específicas para abertura e recuperação das estradas vicinais e municipais, facilitando o transporte da propriedade para a sede do município. e corredores de escoamento.

LONGO PRAZO

- Ampliar e modernizar a estrutura portuária do Estado, incentivando as PPP's, adaptando-a para a exportação de produtos, e adequando os portos para embarque de cargas, inclusive as especiais.
- Construir novos centros de distribuição e comercialização padronizados no interior.
- Formar parcerias público-privadas com associações e cooperativas para aquisição, operação e manutenção de patrulhas rodoviárias, com objetivo de manutenção de estradas vicinais e municipais.
- Manutenção da qualidade do serviço de distribuição de água, energia, malha viária e segurança rural.
- Manutenção e contínua construção (onde for necessário) de reservas hídricas.

5. DEFESA AGROPECUÁRIA

CURTO PRAZO

- Ampliar e intensificar os programas de educação sanitária e capacitação.
- Ampliar quadro funcional efetivo, técnico e administrativo, da defesa agropecuária - ADAB e SFA-BA-MAPA.

- Ampliar, atualizar e estruturar a base cadastral dos estabelecimentos agropecuários.
- Estruturar e intensificar o controle e a fiscalização do trânsito de animais, vegetais e produtos de origem e uso agropecuários.
- Implantar e ampliar programa de análise de resíduos químicos e biológicos em produtos agropecuários.

LONGO PRAZO

- Criar fóruns de discussão envolvendo autoridades e lideranças da Bahia e dos estados limítrofes para discutir situações sanitárias na região e um cronograma para a evolução de programas de desenvolvimento.
- Estruturar e ampliar os sistemas de rastreabilidade na agropecuária.
- Fomentar a implantação dos serviços de inspeção municipal de produtos de origem animal (SIM) e a adesão dos estabelecimentos do SIM e SIE ao SISBI.
- Implantar e ou estruturar as vigilâncias sanitárias municipais visando combater a comercialização dos produtos clandestinos.
- Inserir a defesa agropecuária na grade curricular dos cursos de veterinária e agronomia e nos de técnico em agropecuária.

6. P, D & INOVAÇÃO

CURTO PRAZO

- Desenvolver pesquisas que viabilizem o aumento da produtividade e melhoria da qualidade com sustentabilidade.
- Desenvolvimento de novos processos e produtos com agregação de valor e incremento da competitividade.
- Estabelecer parcerias com instituições públicas, privadas e paraestatais para o desenvolvimento de projetos de P, D & I.
- Fomentar e estruturar centros de P, D & I e estações experimentais.
- Priorizar o desenvolvimento de pesquisas aplicadas ao atendimento de demandas das cadeias produtivas.

LONGO PRAZO

- Criar fundo de P, D & I para o fortalecimento da FAPESB através do aumento do aporte de recursos financeiros para serem aplicados nas demandas das câmaras setoriais da secretaria da agricultura.
- Criar políticas públicas para formação, valorização, absorção e fixação de pesquisadores no Estado.

- Desenvolver P, D & I para o aproveitamento do potencial da biodiversidade do Estado objetivando inseri-lo no processo de produção.
- Elaborar metodologias de avaliação e indicadores de impactos da adoção das tecnologias implementadas nas diversas cadeias produtivas.
- Gerar tecnologias que se traduzam em benefícios para os produtores, via agro energia, aproveitamento de resíduos, créditos de carbono e pagamentos dos serviços ambientais.

7. GOVERNANÇA DA CADEIA, LEGISLAÇÃO E GESTÃO DA QUALIDADE

CURTO PRAZO

- Apoiar a estruturação dos sistemas de associações e cooperativas, unindo produtores, fortalecendo-os na busca de objetivos comuns.
- Atualizar e adequar a legislação para exportação e importação.
- Desburocratizar e agilizar o processo de licenciamento ambiental e demonstrar para o poder público as incongruências da legislação ambiental, buscando influenciar as modificações necessárias.
- Incluir a participação das câmaras na elaboração e na definição de políticas públicas para o setor, criando fóruns permanentes para acompanhamento e análise dos eixos estratégicos das cadeias produtivas.
- Recuperar, ampliar e modernizar a gestão dos centros de comercialização.

LONGO PRAZO

- Criar programas de certificação de qualidade.
- Criar sistema de gestão de informação da agropecuária baiana.
- Fortalecer as associações e cooperativas, com capacitação contínua e profissionalização da gestão.
- Interagir com faculdades, centros de pesquisas, unidades de ensino e universidades para promover parcerias na gestão das cadeias produtivas.
- Promover a adequação da legislação para a agroindústria familiar, de acordo com a realidade estadual.

ANEXOS

ANEXO 01 – REGIMENTO BASE



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

CÂMARA SETORIAL DO LEITE DO ESTADO DA BAHIA

REGIMENTO INTERNO

CAPITULO I

DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 1º – A Câmara Setorial do Leite, órgão colegiado consultivo, da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, tem como finalidade assessorar o Secretário da Agricultura na formulação da política para o setor, definindo diretrizes e avaliando os resultados das ações a serem implementadas pelo Estado.

Art. 2º - Compete privativamente a Câmara Setorial do Leite:

Discutir e apresentar propostas para a formulação das políticas a serem adotadas pelos órgãos de administração e fomento no que se refere ao agronegócio do leite no Estado da Bahia;

Acompanhar o desenvolvimento do setor, fazendo gestões junto aos órgãos responsáveis pela implementação de ações que afetem a produção de leite, de forma a adequá-las às necessidades específicas;

Colaborar na identificação das prioridades a serem estabelecidas na formulação da política para a cadeia produtiva do leite e no estabelecimento de metas de desempenho do setor;

Orientar a realização de programas de pesquisas, geração e difusão de tecnologia, estimulando e recomendando a cooperação técnica pública e privada;

Assessorar o Governo no que se refere às políticas de defesa e inspeção, crédito rural, fomento, insumos, equipamentos, comercialização, associativismo, assistência técnica e extensão rural;

Fica a cargo do Secretário Executivo a responsabilidade de elaborar relatório trimestral de atividades e de desempenho, com ênfase no cumprimento das políticas do setor.

CAPITULO II

DOS GRUPOS TEMÁTICOS

Art. 3º - A Câmara Setorial do Leite contará com Grupos Temáticos, previamente acordados entre os Membros, para subsidiar tecnicamente o desenvolvimento das suas competências.

Parágrafo 1º - Cada Grupo Temático contará com um coordenador, designado pelo Presidente da Câmara, podendo ser substituído a qualquer momento por decisão da maioria dos membros.

Parágrafo 2º - Para compor grupo temático, na qualidade de membro, será convidado representante de instituição afim com assuntos objeto do grupo.

Parágrafo 3º - As deliberações do Grupo Temático serão aprovadas por maioria dos Membros que o integram.

Parágrafo 4º - As propostas apresentadas por Grupo Temático serão submetidas à apreciação da Câmara.

CAPITULO III

DA COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4º - A Câmara Setorial do Leite terá a seguinte representatividade:

Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI:

Superintendência de Desenvolvimento Agropecuário – SDA

Superintendência de Agricultura Familiar – SUAF

Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB

Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA

Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA

Secretaria de Planejamento – SEPLAN

Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM

Empresa Baiana de Alimentos – EBAL

Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Pobreza – SEDES

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia – SFA/BA

Companhia Nacional de Alimentos – CONAB

Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário no Estado da Bahia – DFDA/BA

Escola de Veterinária – UFBA

Serviço de Apoio à Pequenas e Médias Empresas – SEBRAE

Banco do Brasil S.A - BB

Banco do Nordeste do Brasil S.A.-BNB

Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. – DESENBAHIA

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - FAEB

Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG

Sindicato das Indústrias de Leite – SINDILEITE

Conselho Consultivo das Cooperativas Integradas da Bahia

Parágrafo Único – Os representantes das instituições públicas e privadas serão indicados pelos dirigentes das referidas instituições e os das entidades de classe serão escolhidos, democraticamente, entre as entidades constituídas em cada região, para um mandato de dois anos; em ambos os casos deverá ser indicado um titular e um suplente.

Art. 5º - A Câmara Setorial do Leite será presidida por representante da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI para exercer mandato de dois anos e terá um Secretário Executivo também representante da SEAGRI, igualmente com mandato de dois anos.

CAPITULO IV

DAS REUNIÕES

Art. 6º- A Câmara Setorial do Leite reunir-se-á, ordinariamente, até o quinto dia útil seguinte ao término de cada trimestre civil e extraordinariamente sempre que for convocada pelo Secretário Executivo, o que se fará por ofício ou e-mail.

Parágrafo Único – As Reuniões Ordinárias e Extraordinárias ocorrerão em 1ª convocação com a presença da maioria dos representantes e com qualquer número em 2ª convocação.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E DEVERES DOS REPRESENTANTES

Art. 7º - Os Membros Representantes têm o direito de participar das reuniões ordinárias e extraordinárias quando convocadas pelo Secretário Executivo, podendo apresentar opiniões que atendam os requisitos de sua competência inseridos no Art. 2º deste Regimento.

Art. 8º - Os Representantes, (titular e suplente), devem:

- Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares no âmbito das competências;
- Zelar pelo desenvolvimento e credibilidade interna e externa da Câmara Setorial do Leite;
- Zelar pelo cumprimento dos programas;
- Garantir a transparência dos procedimentos administrativos da Câmara Setorial do Leite;
- Planejar, dirigir, orientar e supervisionar as atividades que lhes sejam atribuídas;
- Participar, regularmente, das reuniões ordinárias e extraordinárias e, quando constatada a impossibilidade de suas presenças, comunicar formalmente as suas ausências ao Secretário Executivo, até a data da reunião.

Parágrafo Único – Ocorrendo a ausência do titular e/ou suplente em duas reuniões consecutivas, serão automaticamente canceladas as suas representatividades pelo período de dois anos, salvo se suas ausências forem justificadas na forma deste Artigo. Caso contrário, será encaminhada solicitação para que seja realizada indicação de novos membros em substituição aos afastados.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 9º - As opiniões e sugestões dos Representantes serão lavradas em atas pelo secretário da reunião, convidado pelo Secretário Executivo e os casos omissos serão resolvidos ouvindo os Representantes presentes.

Art. 10º - Não caberá nenhuma responsabilidade pecuniária ao Governo do Estado pelo desempenho e atuação dos Senhores Representantes na Câmara Setorial do Leite.

Salvador (BA), de abril de 2009

ANEXO 02 – LISTA DE DESAFIOS POR EIXO TEMÁTICO

01. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A assistência técnica ativa é deficiente aumenta o efeito de pessoas da CEPLAC e EBDA e nas cooperativas oferecer ajuda para estas prestadoras.

A ATER deverá ter como base o fortalecimento das organizações, em redor para melhoria da apicultura no campo utilizando estruturas.

A atividade de produção dos derivados de cana-de-açúcar de qualidade e com o desenvolvimento de estudo e pesquisa.

A cana-de-açúcar e seus derivados está evidenciado, por um lado à modernidade das usinas e por outro a decadente produção artesanal da cachaça, vinagre de caldo de cana, melado e rapadura com suas práticas arcaicas e pela opressão preconceituosa pelos produtos inadequados para o consumo humano e animal; A característica tradicional entre os produtores é marcante e vem sendo passada de geração a geração nas famílias, além disto, a atividade gera resíduos que bem aproveitados geram alternativa rentável para outros co-produtos como adubação das terras, alimentação de animais, bicomcombustível, geração de energia, celulose, vinagre e etc.; Informalidade dos co-produtos das agroindústrias familiares sem controle de qualidade, sem apresentação adequada do produto final; Fomento e investimento tímido pelo Estado principalmente para os agricultores familiares além do preconceito quanto aos derivados; Falta de sistema de produção em diferentes micro-clima e tradição cultural; Baixa escolaridade dos envolvidos na cadeia produtiva; Falta de capacidade de gerenciamento principalmente das agroindústrias comunitárias; Inexistência de produtores de equipamento com qualidade e insumos final no Estado; Falta um diagnóstico preciso da área plantada no Estado e qual o destino da cultura quanto a alimentação animal, sucroalcooleiro, agroindústria familiar (rapadura, açúcar cristal e mascavo etc.); Desconhecimento dos órgãos públicos, entidades privadas, ONG's quanto a importância econômica e social em toda a cadeia produtiva da cana-de-açúcar; Falta de linha de pesquisa para o setor principalmente para os co-produtos fabricados pelos os agricultores familiares; Inexistência de Laboratório credenciado no Estado da Bahia para os co-produtos da agroindústria familiar; Ausência de Programa de Desenvolvimento e Racional para Assistência Técnica envolvendo todo elo da Cadeia Produtiva; Planejar a sustentabilidade de toda cadeia produtiva da cana-de-açúcar envolvendo os territórios de identidades, setores públicos, privados, terceiro setor, instituições de pesquisas, universidades, agentes financeiros e outros; Assistência técnica direcionada com qualidade e responsabilidade em todo elo da cadeia nos municípios e ou regiões produtoras com acompanhamento assíduo aos agricultores familiares; Falta de processo técnico de produção dos co-produtos; Tradição e conhecimentos empíricos dos processos de produção; Ausência de práticas de conservação de solos e de nascentes; Ausência de centro de excelência e Escolas profissionalizantes para a cadeia produtiva.

A grande dificuldade em atender aos programas no tempo certo, por falta de recursos financeiros. Capacitação do corpo técnico deveria ser constante

A pesquisa gerada nas instituições (universidades e empresas publicas) não chega ou quando chega não existe um acompanhamento da sua implantação.

A pesquisa tem gerado resultado em nível satisfatório, necessitando definir melhor os cultivos para cada região. O problema é levar e incentivar os agricultores a adotar as inovações. Aumentar o n de técnicos, fortalecer associações e cooperativas.

Ações contínuas; recursos financeiros assegurados.

Acompanhar e divulgar experiências (ATER de forma continua); Difusão de tecnologias agricultor para agricultor; Aumentar número de técnicos agrícolas.

Adequar assistência técnica a realidade da fruticultura sequeiro. Agregar assistência técnica ao processo de certificação. Fortalecimento das escolas famílias agrícolas.

Adequar, desenvolver e aplicar sistemas de produção que atendam os desejos do consumidor; Capacitar e motivar os agentes de extensão.

Agricultura familiar necessita de apoio de ATER oficial, enquanto o agronegócio possui a própria. Precisa fortalecer a ATER oficial c/ contratação de técnicos e melhoria de infraestrutura.

Ajuste ao produtor preparação.

Ampliação de ATER e capacitar os técnicos e produtores. Capacitação dos produtores na gestão do negócio.

Ampliação.

Ampliar assistência técnica extensiva ao agricultor familiar.

Aparelhamento da EBDA.

Apoiar a reestruturação da CEPLAC nas ações de pesquisa e extensão rural, fortalecendo-a através da ampliação de parcerias que visem ampliação dos recursos financeiros de novas contratações e de parcerias com outras instituições.

Apoio da iniciativa privada para capacitação e ATER direcionadas para agricultura familiar.

Aproveitar, capacitar e equipar as ADRS e ACAS para trabalhar junto às associações e cooperativas formalizar apoio financeiro através de convênios e c/ Bancos, Governos e Empresas.

Aqüicultura; Assistência técnica com montagem de laboratórios regionais para apoio a controle de qualidade da água e animais, dos diferentes cultivos; Criação de centros de capacitação de mão de obra; Central de desenvolvimento genético.

Assistência técnica adequada, integrando a uma política de crédito, inclusive orientando para pequenos

Assistência técnica aos pequenos e médios produtores

Assistência técnica associada ao desenvolvimento das pesquisas locais. (Oeste da Bahia).

Assistência técnica especializada (café) eficiente, falta de profissionais especializados na área

Assistência técnica feita por entidades da região, em convenio com o Estado assistindo a capacitação; Reestruturar a EBDA nos municípios; Acessível técnico para agricultores familiares.

Atender aos micro-produtores

Atingir os pequenos e médios produtores, criando grupos de troca de experiência.

Atualização dos técnicos em métodos mais modernos de produção para melhor atender dos proprietários rurais; Direcionar a produção para atender ao meado consumidor.

Aumentar a abrangência da ATER, beneficiando maior numero de pequenos produtores; melhorar a estrutura da EBDA.

Aumentar a produção e qualidade de todo o processo através da capacitação dos pequenos produtores, desde técnicas de cultivo, etc.

Aumentar o numero de técnicos para atuação na bov. leiteira. Capacitar técnicos na atividade. Aumentar os investimentos em recupera.

Aumentar quantitativamente e qualitativamente a produção média das pequenas propriedades por meio da ampliação assistência técnica, cursos treinamentos e capacitações.

Aumento da Mao de obra especializada

Aumento de produtividade, Planejamento da atividade

Ausência de capacitação técnica para pequenos produtores

Baixa oferta de técnicos na área, Valor de assistência técnica alta para pequenos produtores, Baixa qualidade da ass. Técnica.

Burocracia do Estado dificulta o andamento da ação. Falta de técnicos e capacitados.

Capacitação do corpo técnico das instituições técnicas que trabalham na área de assistência técnica e extensão rural para todas as culturas que integram a cadeia produtiva bicompostíveis.

Capacitação e treinamento para os profissionais de ASTEC sobre metodologia de comunicação, tecnologia produtiva; Ampliar o quadro profissional para acompanhar o agricultor.

Capacitar órgãos estaduais para assistência técnica para pequenos produtores rurais; plantio de florestas plantadas em pequena escala. Capacitar técnicos de órgão estadual quanto a legislação ambiental.

Capacitar técnicos para atuarem junto aos produtores no sentido de dar uma assistência adequada. EBDA, CEPLAC, etc..

Conseguir que os órgãos públicos, universidades, EBDA, ADAB, SEAGRI, SEBRAE, CODEVASF ETC. Crie uma câmara permanente para assistência técnica visando treinar, orientar e tirar todas as dúvidas dos apicultores, associações cooperativas etc.

Consistência, aplicação de recursos tecnológicos, interação com os produtores e acompanhamento intensivo.

Consulta a embasa quando for utilizado manancial destinado ao abastecimento público.

Contratação de Mão de obra especializado para assistência a agricultura familiar e pesca.

Contratação de técnicos da EBDA; modernização da infraestrutura da EBDA; envolvimento da Embrapa.

Contratação e capacitação técnica, centro de referência e pesquisa tecnológica.

Criação de assistência técnica aos pequenos produtores com apoio e incentivo governamental a cadeia produtiva da silvicultura

Criação de modelo de assistência contínuo, principalmente para atendimento de pequenos produtores com difusão de tecnologia.

Criar algum tipo de curso técnico na área de produção de bicompostíveis. Utilizando vários tipos de oleaginosas, através de parcerias formando técnicos.

Criar um pacote técnico para a cultura da piaçava.

Cursos sobre BPF e PPHO para os manipuladores de pescado pelo SEBRAE (cursos de capacitação).

Definição metodológica da ATER considerando os níveis dos produtores; Agricultura Familiar/ Produtor Médio/ Grande Produtor; Técnicas suficientes para todo Estado e com estrutura de tembollo; Capacitação técnica feita p/ técnicas.

Definir as diretrizes básicas da ATER para a cadeia produtiva

Definir competências por diversos atores de ATER; Capitalizar a ATER visando atingir o maior nº de produtores; Criar a figura do agente comentário de nº técnico e fazê-lo funcionar.

Definir e unificar as ações a assistência técnica a um programa único em parceria com Estado, município e o setor privado.

Definir sistemas de produção de acordo as condições sócio-ambientais, culturais e econômicas dos agros ecossistemas e produtores de cacau na Bahia.

Desafio- levar tecnologia ao agricultor e convencê-lo a usá-lo. O que implica também na necessidade de recursos (financiamentos) para compra de insumos. A mudança na cultura passa pela necessidade de aprovação dos sistemas eficientes que sirvam como vitrine.

Desenvolver sistemas de ATER descentralizados, unificando os programas já existentes, tendo visão sistêmica da cadeia e participação, inclusive financeira de todos os envolvidos.

Desenvolver uma metodologia a exemplo do Paraná, de assistência técnica e difusão tecnológica, Formação de técnicos para atuarem na área (parceria com UESB).

Deve ter uma presença maior do Estado

Deverá haver técnica constante e regular, Fazer com que seja criado um instituto de assistência técnica permanente (com cursos, pesquisas etc.) tirando todas as duvidas do apicultor.

Dificuldade de recursos humanos o treinamento para lidar com o produto de forma higiênica e dentro da legislação sanitária.

Difundir tecnologias e promover capacitação em gestão rural aos apicultores.

Difusão de tecnologia agrícola; agroindústria e comercialização.

Direcionar especificamente para agricultura familiar.

Disponibilidade de profissionais para acompanhamento de projetos, disponibilizar materiais para multiplicação e transporte para deslocamento.

Dotar Estado de uma assistência técnica especializada para atendimento aos pequenos produtores.

Dotar os órgãos governamentais de capacidade para atendimento aos pequenos produtores para que estes possam aplicar bem os recursos vindos das entidades financeiras.

Elaboração de um programa específico de ATER e pesquisa para a cultura do coco.

Elaborar em parceria com a UFRB, o plano diretor de desenvolvimento sustentável da avicultura e suinocultura no Estado da Bahia.

Elaborar mecanismos para difundir melhores técnicas para tornar a silvicultura como parte integrante da agricultura.

Elaborar um plano de ATER específico para atividade com definições de metas; promover capacitação para os agricultores; definição de uma política específica para a cultura; implantação de centro de capacitação para agricultores.

Elevar o número de produtores assistidos, promover maior capacitação técnica aos produtores, expansão das áreas assistidas.

Especialista em café para assistir a cadeia.

Estímulo a contratação por parte da assistência técnica oficial de terceirização de serviços de A. técnica privada.

Estruturação da assistência técnica de forma a atender todo setor produtivo (frutícola).

Estruturação da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) governamental.

Estruturação da base, ampliação do quantitativo técnico melhor. Condição de trabalho quanto aos seus movimentos financeiro, capacitação pessoal, planejamento e gestão.

Estruturação da EBDA e demais órgãos.

Estruturação e aparelhamento; aumento do quadro.

Estruturar a EBDA e o governo do contratar empresas particulares de Assistência Técnica, visando dar uma melhor assistência ao pequeno produtor.

Estruturar programa de capacitação adequado ao nível de absorção do conteúdo pelos produtores; capacidade de repassar conhecimento dos produtores para os R&D das indústrias e vice-versa (tecnologia e produção).

Exclusivamente privada, não há política de ATER voltada para o setor.

Facilita o acesso/apoio ao setor necessidade no intuito de atender as demandas com mínimo de burocracia possível entre os órgãos do governo.

Falta de agentes de ATER com capacidade de prestar uma assessoria técnico-gerencial. Prestar ATER de forma qualitativa e quantitativa.

Falta de Assistência técnica adequada ao produtor, principalmente, ao pequeno produtor não associado.

Falta de assistência técnica ao produtor. Deficiências grandes na gestão econômico-financeira das propriedades.

Falta de assistência técnica ao setor cafeeiro, principalmente aos pequenos.

Falta de cursos técnicos para formação de mão-de-obra qualificada. Eventos específicos para divulgação de tecnologia existente com resultados positivos.

Falta de integração entre os setores que geram a tecnologia com os que a repassam, levando muitas vezes e a adoção de modelos inadequados a realidade da região onde são implantadas.

Falta de pesquisa de tecnologias agrícolas,. Falta de capacitação de técnicos; Pouca difusão da pesquisa na produção agrícola.

Falta de técnicos capacitados na EBDA; Falta de variedades disponíveis com tecnologias; ATER continuada e qualificada.

Falta de treinamento da mão-de-obra especializada para a indústria frigorífica.

Falta de uma falha de recurso e de um modelo de associação técnica. Falta de um programa contínuo de capacitação de mão de obra. Falta de acompanhamento dos treinados.

Falta implementação do modelo de pesquisa ação e extensão capaz de atender as necessidades da cadeia produtiva.

Formalização de parceria Bahia pesca e EBDA, haja visões que em muitos projetos, na pratica isto já existe.

Fortalecer ações de ATER/EBDA para construção do modelo associativo e verticalizado junto à agricultura familiar, para formação de núcleo de produção de algodão em especial nos moldes do município de malhada- BA.

Fortalecer AT – envolvendo as diferentes instituições para dar suporte.

Fortalecimento da assistência técnica com ampliação na contratação de técnicos e/ou agentes. Revisão sistema de zoneamento da cultura. Modelo de capacitação com praticas mais adequar e com tecnologias mais modernas.

Fortalecimento da assistência técnica, qualidade da assistência.

Fortalecimento da assistência técnica, visando a difusão de novos cultivares e tecnologias de produção.

Fortalecimento da estrutura de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) governamental; capacitação do corpo técnico; abertura de concursos públicos; aliar produção e mercado.

Garantir a assistência técnica a todas as apicultura. Associativismo, dividir o investimento.

Garantir a todos os agricultores e dar continuidade nos processos de ATER com profissionais já capacitados.

Garantir assistência técnica com qualidade para os apicultores do Estado, ampliando o quadro técnico e condições de trabalho.

Garantir assistência técnica de qualidade a todos os apicultores do Estado da Bahia, com técnicos capacitados.

Garantir assistência técnica de qualidade para os apicultores, principalmente para aqueles organizados.

Garantir assistência técnica para todos os apicultores e capacitação.

Garantir o acesso a cursos; viabilizar cursos de associativismo e cooperativismo em todo território para os produtores; Assistência técnica especializada em todas as atividades ligadas a produção.

Importante para estruturar isto para os pequenos. Terceirizar com a iniciativa privada parte desta atividade.

Inexistência de assistência técnica por parte do Estado; oferta de instituições que capacitem profissionais que realizem essa tarefa.

Inexistência de treinamento de mão-de-obra especializada para a indústria frigorífica.

Integração dos órgãos governamentais, da representação de classe integralizar as faculdades com o setor pesqueiro em pesquisa e capacitação e incubadora.

Integração entre os órgãos governamentais; Livre acesso entre os órgãos governamentais técnicos e as entidades representativas do setor.

Integrar a pesquisa e a assistência técnica - inovações tecnológicas para o produtor. Elevar a produtividade/ produção; Expansão da assistência técnica em todo o Estado; Estruturação da cadeia produtiva.

Intensificar e minimizar a qualidade da assistência técnica através da EBDA, contratando mais técnicos e treinando os mesmos.

Investir mais na capacitação técnica em todos os setores da aquicultura.

Levar a produção científica e tecnológica para o produtor-ponta.

Levar para o campo, aumentar a quantidade de visitas.

Maior investimento para que os produtores da base sejam assistidos de forma justa (discutida e desenvolvida de acordo com cada região).

Maior integração entre os órgãos técnicos do governo.

Maior interação entre o corpo técnico das empresas e os técnicos ligados a associação de classe e entidades de extensão rural (EBDA).

Maior interação entre os técnicos, principal fator para a resolução e prevenção dos problemas através das associações de classe.

Manter uma ATER moderna, continua e permanente nos segmentos tecnológicos, mercado, gestão de negócio com visão na cadeia produtiva.

Massificar a assistência técnica, utilizando os canais de comunicação; Folders e outras demonstrações, visando à eficácia dos resultados pretendidos.

Melhor sintonia entre representatividade e governo (B.P); Integração entre órgãos governamentais (técnicos); Capacitação- atualização/investimento de pessoas setorializadas – caso específico; Após a capacitação, haver a incubadora de gestão.

Melhorar a assistência técnica em todas as áreas da cadeia produtiva do guaraná, aumentando o contingente de técnicos e promovendo treinamentos, cursos, dias de campo, com orientação, inclusive na comercialização.

Melhorar a difusão e transferência de tecnologia, contratação e formação de pessoal; treinamento, definição de medidas modernas de comunicação e atuação em foco nos resultados.

Melhorar a estrutura da EBDA.

Melhorar as relações de trabalho atendendo aos pequenos agricultores, melhoria da disponibilidade dos recursos, qualificação da mão de obra, promover o intercâmbio com técnicos internacionais, aprimoramento dos conhecimentos técnicos através de simpósios.

Mobilizar a classe produtora, afim de buscar a capacitação pessoal, e viabilizar a aplicação da tecnologia motivando através de atividades competitivas, concursos de qualidade, produtividade, produção, etc., em caráter municipal, regional e estadual.

Modelo Ideal.

Modelos específicos para cultura e deveres. A assistência a agroindustrial deveser direcionada para unidades associativas ou cooperativas.

Modo de atendimento (Incentivo ao Técnico) aos diferentes mercados consumidores; Adt. Profissionais; Aparelhamento de escritórios na ponta.

Não se aplica em função da inexistência de silvicultura entre os pequenos produtores; aproximação entre universidades-empresas.

Necessidade de implementar um programa de articulação e capacitação aos produtores florestais, visando criar condições para o desenvolvimento da atividade. EX: fortalecer a EBDA.

No Oeste existe a assistência privada.

Oferecer ATER de qualidade e de forma continua a todos os apicultores da Bahia.

Oportunidade- capacitar profissionais da EBDA para assistir os pequenos produtores rurais na produção florestal.

Organizar todas as apiculturas, em organizações, associações e cooperativas. Fazendo trabalhos de conscientização na atividade apícolas.

Os órgãos responsáveis pela assistência técnica devem ser cooperativas e órgãos oficiais de toda esfera governamental.

Padronização de procedimento desde projetos, implantação, manejo e sanidade dos estabelecimentos de aqüicultura.

Para o Estado, reestruturação da EBDA com valorização de seus técnicos em treinamento e salário digno; Contratação de pessoal no sentido de atender através de associações e toda a cadeia produtiva do sisal.

Parceria nas associações, cooperativas, empresa privada e governo.

Política de Estado clara de assistência técnica, com profissionais bem qualificados e remunerados, com infraestrutura compatível com a atividade, incluindo tempo de dedicação e parceria com a sociedade civil.

Produção com qualidade, aumento da produtividade, forma uma equipe de assistência técnica permanente.

Programa de qualificação de técnicos agrícola e suinocultura. Estrutura incipiente de assistência técnica ao médio e pequeno produtor suinícola; Elaboração de programas para formação de suinocultura.

Promoção de ATER específica e efetiva para a apicultura no Estado.

Promover parceria (em andamento) co a UFRB em busca de assistência ao pequeno produtor.

Publico- infra – estrutura física e pessoal deficitário; Privado- tornar-se acessível ao pronafiano Terceiro Setor- expansão com qualidade.

Quadro técnico das empresas oficiais de ATER reduzido para prestar assistência técnica aos produtores; Técnicos com pouco conhecimento do universo das oleaginosas; Ausência de uma política de ATER que fiscalize a cadeia.

Qualificação dos técnicos e das empresas para que assistência técnica seja efetiva e de qualidade, melhorando a produtividade do produtor.

Quantidade de técnicos / produtor – aumentar.

Quantidade, Estruturação/ Aparelhamento, Estímulo aos Técnicos; Metodologia, Diretrizes, Norte Identificação/ Definição.

Reciclagem para os técnicos na modalidade de novas tecnologias. Para novos desafios.

Recuperar a estrutura física da EBDA, incrementando mais pessoal ao seu corpo técnico de forma que a ATER possa ser realizada pelo Estado em parceria com as cooperativas e ONGS que desenvolvam trabalhos com as diversas oleaginosas no Estado da Bahia.

Recursos Humanos de qualidade (contratar instrutores), remuneração justa para contratados, regionalização das atividades.

Recursos Humanos, recursos materiais, fazer AT para vários produtores (nº insuficiente de técnicos).

Redução do nº AF por técnico; Assistência técnica universalidades, mesmo com recursos do PNPB; Financiamento para estruturação das cooperativas da AF de ASTEC.

Reestruturação da assistência técnica existente; Recrutamento de pessoal e capacitação do existente.

Reestruturação da EBDA.

Reestruturação da extensão rural para que possa levar os conhecimentos gerados pela pesquisa para a sociedade.

Reestruturação do setor de A.R da CEPLAC e definição dos pacotes tecnológicos para cada ambiente.

Reestruturar a EBDA para que ela tenha condições de oferecer uma ATER publica gratuita e de boa qualidade.

Reestruturar a EBDA, para ser empresa responsável pela ATER no Estado.

Reestruturar a pesquisa e extensão da CEPLAC como forma de desenvolvimento da produção agrícola regional.

Ser função de governo; Valorização de profissionais; Juros menores.

Técnicos qualificados com conhecimentos específicos na atividade; capacitação, cursos treinamento.

Técnicos via entidade municipal para capacitar o produtor no aumento da produção.

Ter mais técnico disponível para um melhor acompanhamento com os agricultores familiares.

Tratar equipamentos para agilizar a produção e comercialização que nossa mostra a qualidade.

Uma carência da agricultura familiar, para que tenha produtividade e segurança alimentar.

Universalização, ampliação do quadro técnico das instituições públicas e capacitações diversas.

Universalizar a assistência técnica com qualidade para apicultores do Estado.

Universidades e cursos técnicos, públicos e privados para a qualificação de Mão de obra, além de apoio de empresas públicas.

02.CRÉDITO/SEGURO

A aquisição do crédito por parte da Agricultura Familiar se corta dentro de grandes através de beneficiar os produtores.

Abertura e recomendações e aplicações de crédito do PRONAF na pesca e agricultura.

Abertura.

Acesso dos produtores as linhas de créditos existentes e reformulação da metodologia de seguro.

Acesso para o pequeno produtor.

Adequação de normas, sobretudo para a agricultura familiar; regulação de tramite burocrático resolução de problema de licenciamento ambiental, disponibilidade de recursos no prazo, o segmento não tem necessidade de seguro rural.

Adequação de prazos e encargos de acordo com o ciclo da cultura.

Adequar às fontes de recursos a cultura da seringa; ação governamental para a regularização dos recursos; capacitar o produtor para a implantação do crédito.

Agentes financeiros disponibilizar linhas de crédito (investimento-custeio) em tempo hábil.

Agricultores familiares encontram através no acesso ao crédito de custo para o plantio das culturas; Liberação de crédito fora do período adequado de plantio (calendário agrícola).

Ampliação do quadro técnico das instituições públicas, Ampliação do quadro funcional específico para o rural nas instituições financeiras e desburocratização.

Ampliação dos valores de financiamentos; formalizar contrato de compra da produção pelas usinas, garantindo preço e volume, exigência de licenciamento ambiental. Uniformizar a linguagem.

Ampliar crédito ao agricultor possibilitando acesso do AF e linha de investimento para o Oeste.

Ampliar o número de indústrias-âncora.

Após definição das áreas de produção; garantir crédito com juros subsidiados e na época oportuna com agilidade.

Apropriar crédito/seguro e zoneamento adequado ao agro sistema, sendo diferenciado conforme a vocação climática da que toda região.

Articulação com agentes financeiros e de fomento para a produção de aves com o objetivo de atender aos pequenos produtores.

Articular com os atores/empresas de elaboração de projetos, entidades de representação dos agricultores, empresas compradoras e bancos o cronograma e planejamento para garantir o acesso ao crédito e seguro.

Assegurar crédito às associações ou cooperativas. No pequeno produtor p/ investir na cadeia.

Assegurar linhas de crédito adequadas ao negócio da apicultura.

Aumentar a oferta de crédito através das instituições financeiras oficiais. Através subsidiados.

Ausência de linhas de crédito para pequenos produtores.

Aval da agroindústria.

Burocracia nos créditos, disponibilidade de crédito no momento oportuno, sempre chega atrasado, créditos para irrigação insuficientes.

Burocracia; simplificar a documentação solicitada pelos agentes financeiros; prazos de avaliação longos (análise projetos).

Capacitação das associações em gerencia recursos governamentais.

Caracterizar as especificidades de cada cultivo, visando o estabelecimento de verbas específica de credito.

Chegar no tempo certo do preparo do solo para que se tenha direito ao seguro sem os entraves do zoneamento.

Concessão de credito para renovação da frota pesqueira baiana com barcos mais ágeis equipados com SONAR, GPS, etc.

Considerar a situação de setores médios da produção de caprinos e ovinos, em relação a sua reabilitação econômica; Justificamos que o Banco não tem interesse em financiar semi-árido.

Consolidar mecanismos de concessão de créditos e seguro agrícola compatível com o perfil do produtor agrícola. Concessão de credito de longo prazo para uso e recuperação do solo na agricultura empresarial.

Construir módulos mínimos de viabilidade econômica das unidades produtivas. Fortalecer a organização do produtor para seguros grupais.

Credito – acesso pelos produtores em função do atual nível de endividamento; Seguro – acesso ao seguro safra (custo ao produtor).

Crédito acumulado de beneficiamento e comercialização da produção. Com quantia do preço mínimo pela CONAB.

Crédito Assistido, vinculando a normas sanitárias; Valorização da cadeia (maior visibilidade) pelos gestores das entidades financeiras.

Crédito com dezesseis anos, com oito de carência.

Crédito deve ser desburocratizado, deferidos em tempo a seguir o calendário agrícola, sustentado por uma política de ATER, tendo uma empresa ancora (indústria), como viabilizadora e agilizadora.

Crédito deveria ser mais acessível e dirigido, além de amplo.

Crédito diferenciado para entidades / instituições como cooperativas e associações / investimentos e capital de giro. Garantia do governo para cooperativas e associações; Reenquadramento de projetos formulados para beneficiamento e industrialização.

Crédito em quantidade e com valores compatíveis com os custos de produção. Estreitamento da relação agente financeiro x produtor. Desburocratização na liberação dos créditos e atrelamento crédito rural e assistência técnica.

Crédito orientado, com uma política específica, rever zoneamento agrícola.

Crédito para troca de equipamentos de transformação, dentro de sua capacidade financeira; custeio de entre safra para plantio.

Credito pouco e caro. Exigências de garantias dificultam acesso de todos.

Crédito Seletivo a disponibilidade do crédito está para a agricultura familiar e para o grande correntista o médio produtor não tem acesso ao crédito.

Crédito subsidiado ou diferenciado.

Credito suficiente para produtores que queiram renovar ou replantar seus campos, inclusive com possibilidade de se pensar em salário que o sustento ate que possa realizar a 1ª colheita passa só então começar a amortização da dívida.

Crédito: com base no zoneamento agrícola e que esteja disponível em montante suficiente e em tempo hábil. Seguro: criar uma forma de atender ao produtor (seguro do crédito e de renda).

Criação de convênios integralizados por governo, indústria, produtores e agentes financeiros; Criação de um fundo financeiro com participação do governo indústria e produtor.

Criação de linhas de crédito para agricultores que não são Agricultura Familiar e não são grandes criadores / produtores. Desburocratização (Favorecimento ao acesso); Vincular os novos sanitários.

Criação de novas linhas de crédito específicas para o setor, considerando o custeio no período da safra; desburocratizar o acesso ao crédito pelo apicultor.

Criar banco da pesca vinculado ao BNDES, subsidiando taxas de juros e seguros (tanto na embarcação como o financiamento); Melhorar acesso aos bancos.

Criar crédito que atenda a uma massa política de produtores de médio porte, que não está em categorias de Agricultura Familiar e nem são grandes produtores.

Criar e determinar o zoneamento para credito. Eliminar atravessadores.

Criar instrumentos facilitadores para acesso ao credito. Juros mais baixos, a exigências a exemplo das praticas pelo PRONAF, menos burocracia que seja oportuno. Baixos preços dos produtos - Falta Investimento.

Criar legislação específica para áreas de cabruca com ênfase a promoção de novos créditos para investimento que proporcionem a recuperação da lavoura através da retomada da produtividade. Alterar o zoneamento de risco climático elaborado pelo MAPA.

Criar linha de crédito específica e adequadas às características de cada atividade econômica (sisal, coco e piaçava); Inserir a CEF no crédito rural; Unificar alguns procedimentos do crédito rural para todos os bancos públicos.

Criar mecanismos que garante aos pequenos produtores de guaraná a flexibilidade de prazos de pagamentos aliados a uma menor tributação na venda.

Criar um banco do pescador e aqüicultura ligado ao BNDS sem vínculo com o BNB subsidiando taxa de juros não só para embarcações como também para financiamento de toda linha produtiva.

Criar um banco ligado ao BNDS, para o desenvolvimento da pesca, com seguro para embarcação e investimento.

De ser bem firmado junto às cooperativas e associações e com assistência técnica porque o seguro por se só não faz desenvolvimento.

Desburocratização do crédito da colheita a industrialização.

Desburocratização e desembolsos efetivos, de acordo com o cronograma determinado previamente.

Desburocratização; Criação de um banco da pesca vinculando diretamente ao BNDS. Subsidiando os recursos com seguro para embarcação como para o financiamento.

Desburocratizar o acesso ao crédito. Adequar as liberações de crédito de custeio ao calendário agrícola de cada região.

Desburocratizar o acesso do agricultor ao crédito, tempo atividade do mesmo, fomento de ações para viabilizar.

Difícil acesso ao crédito, exigência de licença ambiental, aval para o PRONAF.

Dificuldade de estabelecimento de integração a poucos de mercado, garantindo pela agroindústria a compra de produção.

Difundir e divulgar as melhores formas de como conseguir e quais são as melhores de captar recursos.

Diminuição do valor das garantias.

Discutir junto as instituições financeiras um plano para resolver a situação de inadimplência dos agricultores de maneira a incluí-los nas novas linhas de crédito para a cultura do dendê.

Disponibilidade de crédito para custeio com prazo para que o apicultor possa fazer manejo e estocar o produto para buscar melhores preços.

Disponibilização considerando sazonalidade das chuvas. Não ser negado para agricultores diferentes (PRONAF). Em tempo hábil para o produtor.

Disponibilizar ao produtor de piaçava linha de crédito para vários segmentos da sua produção.

Disponibilizar crédito para maior número de produtores; juros mais baixos.

Disponibilizar o crédito em volume e oportuno as necessidades de toda a cadeia produtiva.

Divulgação do programa com garantia de compra (empresa) e entrega (produtor) com o governo avaliando.

Divulgação e garantia de acesso ao crédito por parte dos apicultores. Crédito subsidiado para os apicultores familiares.

Divulgar formas de crédito Estadual e Federal; vincular assistência-projeto com obtenção de crédito.

Elaboração de cartilha, pois o apicultor não tem conhecimento das linhas de crédito. Redução do ICMS.

Elaborar um zoneamento realista para os agentes financeiros.

Entendo que o PRONAF já é uma razoável solução, acho importante facilitar o agricultor sair da inadimplência por conta dos equívocos do sistema do passado.

Esbarra no zoneamento agrícola, morosidade na liberação dos recursos principalmente, para a agricultura familiar. Poucos agentes financeiros com juros satisfatórios.

Estado viabilizar ou buscar parcerias (incentivos) para planos de seguro em toda a cadeia produtiva; linhas de crédito para os produtores.

Estender a toda cadeia; aumentar o crédito aos produtores.

Estimula as associações a sempre desenvolver os produtos.

Exigir do benefício a filiações a uma Entidade apícola legalmente constituída, de preferência filiada a FEBAMEL E CBA. Assistir o benefício continuamente.

Expansão de crédito.

Facilitando o acesso ao crédito dos bancos. Para os produtores e organização.

Facilitar a liberação de recursos para investimentos na área de agricultura em detrimento as normas bancarias que exigem aprovação e certidão da secretaria de Patrimônio da união.

Facilitar o acesso ao credito ao micro-pequeno produtor- garantias com base no produto.

Facilitar o acesso aos pequenos produtores.

Facilitar o acesso crédito, com fiscalização efetiva da aplicação do recurso.

Facilitar o acesso do agricultor co relação a burocracia para financiamentos, assim com ter seguro safra.

Falta de política de credito. Burocratização das agencias financeiras. Falta de estruturação dos fundos de apoio à pecuária.

Falta de priorização da atividade, sendo colocada muitas vezes como 2ª opção produtiva e segura por intempéries climáticos igual a lavoura.

Falta informação aos funcionários das instituições (banco)- Falha na comunicação. Credito para negociação (AGFs).

Fazer um novo zoneamento agrícola para resolver as distorções hoje existentes o que dificulta o crédito ao setor. Credito não chega na hora certa.

Financiamento de custeio para safra/migratória com assistência técnica e seguro no caso de sazonalidades climáticas. Pagamento de financiamento em produto deveria ser destinado à rede educacional do Estado.

Financiamento público para o pequeno produtor de aves.

Financiamento Público para os pequenos produtores através de incentivos fiscais e/ou programas sociais, a exemplo do PRONAF.

Garantia de credito, divulgação ampla aos produtores; dar crédito subsidiário para a apicultura e meliponicultura.

Garantias para todas as partes envolvidas no convenio/liberação de recursos com regras claras e prazos pré - estabelecidas sem desvincular da assistência técnica.

Garantir acesso ao crédito a juros baixos, aos apicultores dentro do calendário de produção e investimento.

Garantir o acesso ao crédito para os apicultores com juros baixos.

Garantir o crédito em todas as suas modalidades aos apicultores organizados em entidades.

Garantir que o crédito cedido seja aplicado conforme projetado.

Identificar as regiões produtoras por produto, criando mecanismo de equivalência de produto no financiamento com incentivo no FUNDAP.

Implantação de uma política de crédito orientado para o setor; rever o zoneamento da cultura na Bahia.

Implementar FNE VERDE nas áreas de cacau-cabruca

Implementar programas para facilitar acesso dos produtores as linhas de crédito existentes e criar novas linhas de financiamentos acessível.

Importante estruturar para os pequenos, pois os grandes buscam linhas de incentivo.

Inexistência de programas específicos de estímulo a atividade no Estado como dificultador ao acesso ao crédito bancário.

Insuficiência de garantia. Ausência de seguro agrícola. Necessidade de fundo garantia de financiamento.

Investir nos programas de crédito e seguro.

Laboratório de análises de enfermidades, área vista a prevenção; Viabilização de linhas de gestão para aqüicultura.

Levantamento dos produtos com projetos de créditos para organizar um programa de parcelamento de dívidas.

Levar os agentes financeiros públicos a considerar que a cotonicultura na região sudoeste também é viável.

Liberação de crédito em momento oportuno, levando em consideração as condições climáticas de cada região, através de um zoneamento de todo o Estado.

Liberação de crédito para pessoas capacitadas e investimentos na atividade.

Liberação de recursos de acordo com uma agenda adequada aos momentos de produção, plantio, comercialização, etc.

Liberação de recursos pelos agentes bancários na época adequada para implementação das técnicas desenvolvidas.

Liberação do recurso em tempo hábil, disponibilização de acordo ao calendário da seringueira, seguro contra perda do cultivo de acordo que seja aplicado corretamente.

Linhas de crédito específico, com juros praticáveis.

Linhas de crédito mais rápidas e com maiores facilidades para pequenos agricultores.

Linhas de créditos incipientes na preservação ambiental.

Maior incentivo; compensação por serviços florestais prestados; linhas de crédito para produção de florestas nativas.

Mais facilidades pelos agentes financeiros no contexto atual, os bancos só estão dificultando muitas vezes a assistência de projetos.

Mais informações.

Manter a adimplência dos agricultores. Passa toda necessidade de maior fiscalização, controle e conscientização são possíveis, vide ficasse mamona (protocolo da mamona); Seguro um forte motivo com perdas.

Manter uma política de financiamento com recursos creditícios e juros compatíveis.

Nunca chega em quantidade suficiente e nem no momento adequado.

O crédito deve ser liberado obedecendo ao clima de cada região. Neste sentido é importante rever o zoneamento do Estado da Bahia que é muito heterogêneo.

O crédito deverá estar articulado com as necessidades e de melhoria para a produtividade, aquisição e infraestrutura.

O crédito, junto ao produtor familiar de leite, deve vir a partir do momento que a propriedade se encontra estruturada; Seguro – não tenho opinião formada.

O produtor tem dificuldade em acessar crédito a juros e prazos compatíveis.

Oferta de crédito associado às tecnologias e no momento certo – integrado ao zoneamento agrícola.

Oportunidade- Fomentar as linhas de crédito para produção de madeira nas pequenas propriedades.
Risco- Falta de capacitação para ampliação dos recursos captados.

Penhor florestal.

Perdão de dívida de mini e pequenos produtores; Seguro da pequena produção.

Política de crédito para o setor, seguro embutido, rezoneamento da cultura na Bahia. Crédito de custeio para entre safra.

Política de crédito para todo elo da cadeia produtiva; Zoneamento agrícola para a cultura respeitando o objetivo de cultivo e sua finalidade; Sistema de produção de acordo a finalidade de cultivo; Fomento de projetos para cooperativas e ou grupos de agricultores familiares para o processo de industrialização dos co-produtos com maximização do fluxograma de funcionamento e minimizar custos; Investimentos fixos e semi-fixos em toda a cadeia produtiva; correção de solo; adubação; infraestrutura; agroindústria comunitária de derivados de cana para agricultores familiares; cooperativas de produção e comercialização de derivados; aproveitamento de co-produtos como: bagaço, ponta de cana, vinhoto, tibornia, tanto para alimentação animal como geração de energia alternativa; marketing e embalagem dos derivados de cana como: rapadura, melado, cachaça, vinagre, álcool (asepsia e combustão), açúcar mascavo e cristal em se tratando de agroindústria comunitária e familiar; financiar produtores de equipamentos; Custeio de plantio, colheita, armazenamento, envelhecimento da cachaça e do vinagre, capital de giro para aquisição de insumos e apoio logísticos.

Política de preço mínimo dos produtos apícolas, mel, cera, própolis, pólen etc.

Por falta de capacitação, os produtores, ao levantarem empréstimos, incorrem em erro na definição de suas prioridades.

Prazo e carência viabilização investimento, prazo que viabilizem o investimento.

Programa de crédito rural para atividade da silvicultura com recursos compatíveis para viabilização econômica dentro da realidade tecnológica necessária a sustentabilidade da atividade.

Promover facilidades creditícias a cadeia produtiva para estimular as frentes para trabalho mais rápido afim de não gerar arrefecimento de todo um esforço atrativo e cair ao descrédito.

Reavaliar o zoneamento de risco agrícola em importantes municípios produtores.

Recursos disponíveis insuficientes e ausência de seguro.

Redução da burocracia e exigências de certidões e garantias para financiamentos capacitação dos técnicos dos bancos para análises das propostas de financiamentos.

Reeditar os protocolos entre os elos da cadeia produtiva, instituições publicas, e instituições financeiras, definindo linhas de créditos adequadas.

Refazer o valor do crédito junto aos bancos; Fazer o zoneamento para obtenção de crédito junto às instituições financeiras credenciadas de acordo as condições de cada localidade produtiva.

Resolução do endividamento crítico da cacauicultura pós vassoura-de-bruxa.

Restrito aos empresários, não há incentivo para pequenos e médios produtores.

Revisão da política de crédito voltada quase exclusivamente para as empresas integradoras (agroindústrias).

Saldo de fundo pecuário com o sistema de captação insuficiente em caso de problema sanitário.

Seguro - Ampliação do número de cultivos cobertos pela garantia safra, contemplando os agricultores familiares que cultivem oleaginosas e que atendem os demais critérios do programa GS.

Seguro- abranger valor previsto da safra.

Seguro safras; Falta de crédito para as cooperativas (capital de giro); Acessibilidade do pequeno agricultor.

Seguro zoneamento.

Sistema de captação para fundo pecuário insuficiente em caso de problema sanitário.

Subsídio produtivo. Seguro safra da fruticultura.

Toda dimensão para os pequenos.

Tornar o acesso ao crédito para o agricultor universal e dentro das condições de pagamento/endividamento destes; Facilitar acesso a crédito para cooperativas de produção.

Trabalhar novos critérios para liberação das linhas de crédito, redução de juros para o segmento.

Treinar o produtor antes de receber o benefício para que o mesmo não seja desviado.

Utilização do crédito como estratégia de garantia de mercado.

Viabilização de verbas suficientes para suprir a carência hectares plantadas pelo agricultor via Banco do Brasil ou Banco do Nordeste.

Viabilizar na prática dar acesso aos produtores.

Vincular o crédito a norma sanitária para elaboração de projetos.

Vincular o crédito as normas sanitárias.

Zoneamento por região, desburocratização do crédito pelas agências bancárias, tratamento diferenciado para os produtores adimplentes.

Zoneamento: liberação de crédito no momento oportuno; Comprometimento das prefeituras com relação à adesão do seguro safra.

03. COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização da carne caprino e ovino ocorre de forma primitiva (98% do abate é clandestino). A cadeia como um todo é rudimentar.

A comercialização dos derivados de cana tem se a necessidade de ser feita dentro de um pequeno da rede, onde todas os produtores se unificam.

A organização de cooperativas de agricultores é uma solução para resolver este gargalo. Verifica-se que os atravessadores estão cada vez mais ricos e o agricultor sempre na mesma situação. Agregar valor através de beneficiamento.

Abate clandestino não sendo combatido. Comercialização de carne clandestina não sendo combatida.

Abate Clandestino não sendo combatido; Comercialização Clandestina não sendo combatida.

Abertura de mercado, valorização do produto de qualidade logístico, garantia de preço mínimo e compra de estoque.

Abertura de novos mercados para inserção dos produtos oriundos da mercadoria, produzidas na Bahia.

Alinhamento no custo do litro leite entre as instituições envolvidas na cadeia produtiva.

Ampliação dos serviços de armazenagem e câmaras frias acessíveis ao pequeno produtor.

Ampliar as políticas públicas de comercialização e garantir as que já existem (CONAB); fortalecer as cooperativas com estruturação para absorver a produção.

Aparelhar os órgãos envolvidos para melhor divulgação das políticas pública, procurar envolver maior número de famílias beneficiárias dos projetos do governo.

Aperfeiçoar mecanismos de organização do produtor e dos projetos. A industrialização próxima dos locais de serviço.

Apoio as cooperativas/ capital de giro. Colocação do guaraná na EBAL e na merenda escolar.

Apoio na construção de centros de comercialização Estadual; Ater na orientação no abate: Sanidade/ contas para elevar preço para o agricultor.

Apresentar formas e mecanismos de divulgar como poderá ser, e a que valor este produto poderá ser comercializado.

Aquisição de embalagens apropriadas no Estado, redução de impostos para produtos apícolas.

Aquisição de parte dos produtos pelo governo e prefeituras. Apoio na infra – estrutura; Apoio na exportação.

Articulação com os canais de distribuição visando a melhoria de comercialização do produto e incentivo a adequação dos pequenos abatedouros , atendendo as normas legais.

As organizações cooperativas apresentam pouco conhecimento e habilidades no campo da gestão para a condução do processo.

Associativismo. Criação de CEASAs – aumento. Linha direta produtor – consumidor.

Atingir as pequenas indústrias.

Através da rural, logística de transporte, design e armazenamento.

Aumentar a cultura do cooperativismo; Uniformidade na qualidade do produto.

Aumentar a participação dos produtores nas feiras.

Ausência de regulação para comercialização para usos múltiplos da madeira.

Busca de incentivo nas instituições competentes para conquistas de espaço maior no mercado interno.

Buscar mecanismos que possam remunerar melhor o agricultor na comercialização que só beneficia os atravessadores, como por exemplo a CONAB, fazer estoques e leilões (pregão) com isto a produção geraria divisas para o Estado.

Cadeia de impostos que encarecem a produção com mistos a exportação; Altos custos de portos e logísticas.

Campanha de divulgação da atividade em diversos espaços, tipos de embalagens.

Capacitações dos agricultores na questão da comercialização, grande parte dos prejuízos dos agricultores esta relacionada com a deficiência na comercialização.

Capacitar agentes de mercado: para fazer comercialização junta entre produtores.

Caracterização do café produzido, certificação de origem, mercados para os diversos tipos de café (orgânicos, especial...).

Centro de informações.

Com referencia dos gestores do Estado, municípios em entrevistas em canais de radio e TV, propaganda para as grandes empresas de sucos e refrigerantes.

Comercialização em rede dos co-produtos; Parceria de aquisição dos bicombustíveis para as frotas de veículos dos Municípios e Órgão Estaduais produzidos a partir dos resíduos das agroindústrias familiares; Comercialização junto a Petrobras e ou Distribuidora de Etanol produzido com resíduos e ou matéria prima manufaturado em agroindústrias comunitárias dos agricultores familiares; Inclusão na Cesta do Povo dos co-produtos produzidos por agricultores familiares bem como cumprir a lei 11.7 para aquisição de alimentos; Fomento ao mercado externo; Fomentar a fabricação de insumos para os co-produtos dentro do Estado; Buscar parcerias de comercializações com rede de distribuição visando o comércio justo; Dificuldade de mudanças no modo de produção; Ausência de boas práticas de produção e produtos de baixa qualidade e de pouco valor agregado; Rejeição dos consumidores a produtos de baixa qualidade; Combate a tradição e comercialização, com total poder de barganha por parte dos atravessadores; Taxação alta de tributação e comercialização na clandestinidade.

Comercializar a produção com preço compatível com os custos de produções.

Competitividade no mercado internacional; localização estratégica dos entrepostos.

Compras governamentais com menos exigências e mais fiscalização.

CONAB, itinerante; Garantia de preços mínimos; Depósitos e selos; Planejamento governamental dos quantitativos de safra.

Conscientização do produtor na manutenção da padronização e qualidade do produto.

Continuação de programa de Algodão do vale do luiu, utilização de óleo como bicombustível.

Criação de boa infra – estrutura para escoamento da produção. Criados de armazéns que garantam armazenamento da produção e melhoria garantia de preços. Maior capacitação de técnicos, estreitamento maior com os órgãos de comercialização.

Criação de estratégias regionais (Incentivos a Clientes), como a redução do ICMS para as indústrias que foi exemplo em MG.

Criação de meios de armazenamento para posterior distribuição da produção; Facilidade de acesso ao produtor as canteiras do comercio exterior afim de da credibilidade a exportação (criar centrais).

Criação de programa de capacitação e adequação do pequeno varejista como parceiro do setor.

Criação de uma bolsa de negócios para viabilizar o direcionamento dos produtos aos possíveis consumidores (produtores autônomos para empresas).

Criação e apoio a cooperativa no sentido de oportunizar ao pequeno produtor o acesso ao mercado.

Criar bolsa de mercadoria para divulgação dos produtos da silvicultura.

Criar canal de informação de mercado.

Criar incentivos fiscais que facilitem a comercialização dos derivados de mandioca.

Criar infraestrutura adequada de comercialização através de associações e cooperativas na busca da melhoria da qualidade dos produtos.

Criar mecanismo para minimizar a ação do atravessador; Fortalecimento da gestão e do empreendedorismo.

Criar uma campanha promocional para aumentar vendas e conquistar novos mercados para os produtos baianos; Convenio com ministério das relações exteriores visando conquista do mercado externo; Desenvolver rótulos e embalagens adequadas aos produtos baianos.

Criar uma política de preço mínimo junto as empresas, usinas e indústrias que compram o óleo de dendê nas mãos das cooperativas /associações e diretamente dos agricultores.

Deficiência de infra-estrutura. Falta de política de preço.

Difícil acesso dos pequenos cafeicultores a comercialização. Falta de cooperativas organizadas.

Dificuldades na comercialização de animais quando a quantidade é muito pequena ou muito grande. Mercado muito concentrado.

Divulgação atualizada.

É conseguir colocar os produtos no mercado, melhoria da qualidade do produto, e embalagens e lançamento de novos produtos. Ter apoio dos órgãos governamentais.

Em quase todos os 419 municípios baianos existem pequenos abatedouros de aves que são responsáveis por abater 4000.000 por mês. Eles necessitam ser assistidos. Precisam de linha de crédito para fazer melhorias.

Estabelecer mecanismo de garantia do preço mínimo para a produção da agricultura familiar.

Estabelecer políticas de preço mínimo.

Estabelecimento de seguro para a comercialização dos produtos difíceis da agricultura familiar.

Estado comprasse produto, colocar nas lojas da cesta do povo, usar nos órgãos públicos; Invadir a venda as redes e supermercados; Contratar especialista / promotor para mercados interno e externo, quatro com espaços em locais estratégicos.

Estímulo aos problemas as PAA/CONAB E PNAE, estoque com garantia (PGPM). Fortalecimento dos COOPMATIVAS.

Estruturação e nivelamento da base produtiva a ponto de produzir produtos competitivos. Busca por novos mercados externos, preparando os entrepostos para atuar diretamente da comercialização.

Estruturar as feiras e mercados municipais.

Estruturar os pequenos via cooperativas e apoio de políticas de subvenção/exportação aos grandes também.

Estruturar programa de promoção da qualidade do cacau. Estimular a formação de cooperativas de comercialização.

Facilitar o acesso do produtor ao comércio exterior, através das centrais regionais.

Facilitar o acesso do produtor com as carteiras de créditos nacionais e internacionais.

Facilitar/incentivar os pequenos produtores a formarem grupos. Agregar valor ao produto.

Falta de cursos diretos de comercialização produtor.

Falta de organização dos produtores dificulta o acesso as redes de mercados. Qualidade dos produtos.

Falta de organização entre produtores; economia de escala; acesso a malha ferroviária.

Fiscalização maior dos produtos açúcar e álcool nas barreiras fiscais, a fim de proteger o produtor baiano; rever o ICMS praticado sobre o etanol e derivados no Estado.

Fomentação de redes de comercialização territoriais.

Fomentar a organização dos produtores para comercialização; estruturar as feiras de animais; estruturar os mercados e açougues.

Fomentar e fortalecer o associativismo e cooperativismo; Estabelecer relações contratuais entre produtores (cooperativas) e as indústrias.

Fomento a criação de estruturas de comercialização nos modelos de associações e cooperativas, visando a melhoria da qualidade, preço, volume e desenvolvimento de marca.

Formação de cooperativas para a compra de insumos e venda do cacau.

Formatação de sistema de comercialização, banco de negócios (leilões); definir-reduzir a carga tributária.

Fortalecer a agroindústria do guaraná (COOPGEAF), para que ela produza extratos, xarope, bastão, pó para agregar valor ao produto.

Fortalecer as políticas públicas (PAA, merenda escolar); padronização e qualidade para o mercado a que se destina.

Fortalecer as políticas públicas para investimento do padrão de qualidade da produção.

Fortalecimento das ações associativistas, organização da produção.

Fortalecimento de parcerias com as indústrias de equipamentos e insumos, visando o repasse a preços acessíveis ao produtor.

Garantia de preço mínimo e continuar o trabalho da EBDA de revitalização da cotonicultura.

Garantia de que os apicultores familiares tenham condições de acessar todos os mercados disponíveis.

Garantias para produtores e estabelecimentos com vistas à comercialização desses produtos. Investimento em infra – estrutura para garantir a comercialização para o consumidor sem risco à saúde.

Gargalos na infraestrutura de escoamento e transporte para comercialização direta.

Identificar canais de comercialização através de parcerias com entidades representativas de supermercados, hotéis, hospitais, etc., além de buscar vias através de compras públicas.

Implantações de câmaras frias ou unidades de processamento para disponibilizar no pescado na merenda escolar e PAA – doação simultânea.

Implantar pólo de comercialização de produtos apícolas nos territórios, com fortalecimento das cooperativas, centrais e associações.

Implantar uma certificação para a comercialização de café.

Incentivar a comercialização através da produção beneficiada pelos produtores, através da estruturação em associações e cooperativas com base em ações que visem a melhoria da qualidade e a segurança alimentar.

Incentivar a comercialização de subprodutos da atividade.

Incentivar a implantação de uma fabrica de café.

Incentivar a industrialização local dos produtos de floresta, visando agregação de valor.

Incentivar a organização dos produtores através de cooperativas e associações.

Incentivar comercialização das bolsas de mercadorias.

Incentivar e apoiar a criação de espaços de comercialização- feiras- para agricultor familiar.

Incentivar o associativismo e o cooperativismo de forma a melhorar a comercialização- coletivismo de mercado; Recursos para construção de armazéns. Financiamento de comercialização da produção para mamonas.

Incentivar o cooperativismo, associativismo e a formação de grupos de produtores, visando facilitar a comercialização da produção.

Incentivo e criação de cooperativas e associações para compra e venda de produtos do setor.

Incentivo e instituição de unidades nas indústrias cooperativas.

Incentivos as cooperativas para comercializarem a produção dos cooperados, diferenciação dos cafés por região.

Incrementar a comercialização através de diversas ações: agregação de valor/rodadas de negócios/ participação em feiras internacionais/estimular e buscar para novos usos.

Informação de mercado; Informações sobre cotações de preços diários em nível de Brasil para os produtos.

Inibir o mercado informal, capacitar agricultores familiares.

Insegurança na comercialização- Segurança Alimentar.

Instalar as barreiras sanitárias interestaduais, evitando- se que o pescado clandestino, seja comercializado entre os estados.

Integrar a comercialização das oleaginosas com as culturas alimentares, destinando a venda do feijão, milho, etc. Dessa forma, o AF também terá garantia a comercialização das culturas secundárias.

Interação entre os canais de industrialização e comercialização para produção suinícola; levantamento do mercado consumidor atual e suas tendências na suinocultura.

Investimento na logística de transportes e armazenamento nos centros de distribuição conscientização dos riscos de contaminação dos produtos.

Maior ênfase as campanhas de incentivo ao consumo de pescado.

Maior fiscalização da clandestinidade.

Mecanismos que permitam o pagamento de tributos compatíveis na venda, e combate a comercialização por meios de atravessadores.

Melhor organização da produção apícola, bem como muitas vezes falta de manejo básico das colméias, baixa precarização.

Melhorar o controle nas redes de distribuição de todo o País, pois hoje o produto chega no consumidor fins em um estado realmente critico. A indústria se preocupa com o “controle de qualidade do produto” sendo que os pontos de venda final não criam normas para garantir a qualidade ate o consumidor.

Melhoria da qualidade dos produtos para a abertura de novos canais de comercialização.

Mercado com preço justo, formalizando contratos nos âmbitos governamentais e não governamentais de garantia de preço e qualidade.

Mostrar à cadeia (produtor- empresa) a importância da qualidade em todas as etapas.

Mudar e modernizar os modelos de gestão dos centros de abastecimentos, hoje administrados pelo Estado.

Muito informal e falta de informação.

O pequeno produtor tem dificuldade de colocar os seus produtos dentro dos padrões legais. Ausência de entrepostos frigoríficos.

Oportunidade- Suprimento da demanda de madeira com florestas plantadas aos pequenos e médios consumidores.

Organização dos agricultores em cooperativas, capacitação dos produtores em qualidade do produto (borracha natural), formalizar contrato de compra, PGPM (implementar).

Organização dos mercados.

Organização dos produtores em cooperativas, política de preço mínimo para o Estado, aumento da produção baiana.

Organização por territórios.

Organização social do produtor, política de comercialização que restrinja o oligopsônio, exigências de qualidade ligadas ao preço.

Organizar a rede de comercialização, direcionando a produção para estabelecimentos mais próximos, diminuindo custos de distribuição, isto é, promover abate em específicos regionais com localização central.

Organizar em cooperativas ou associações para fortalecer os pequenos e médios produtores.

Organizar os pequenos e médios produtores para obterem escala que viabilizem a comercialização direta.

Padronização das frutas a serem comercializadas; falta de fiscalização; verticalização da produção.

Padronização do produto quanto a qualidade no ponto de venda.

Padronização e premiação por fibras de melhor qualidade. Tendo que nos outros produtos: a fibra e o fruto.

Padronizar, distribuição- criar alternativas; exigir padrão mínimo para fruta importada (lei).

Para tanto é preciso investimento de formação de redes bem estruturadas com capacitação, certificação sobre todos os aspectos da comercialização incluído exportação.

Parceria das usinas- produtores com as indústrias.

Passa, principalmente, pelo marketing, que precisa ser melhor trabalhado.

Precisa o mais rápido possível, que essa cadeia se organize para que consiga local de beneficiamento de acordo com a legislação para que nossos produtos sejam de qualidade.

Precisamos internacionalizar o nosso produto.

Privatizar os centros de distribuição.

Produção das cartas desejadas pelo consumidor; Organização dos produtores; Nortear o produtor.

Produtos não registrados.

Produtos registrados nos serviços de inspeção ao mercado interno, Adesão ao SEBI de pequenos estabelecimentos.

Produtos rotulados, padronizados e inspecionadas.

Promoção de feiras territoriais da apicultura com caráter solidário, Auxílio e efetivação das políticas de inclusão dos produtos através do PNAE, PAA melhoramento o escoamento da produção.

Promoção dos canais de distribuição, como lojas de conveniência e a elaboração de treinamento (programas) para comercialização de carnes; Visando uma melhoria nas vendas.

Promover o café produzido na Bahia ressaltando a sua agregação de valor local (indústria).

Qualidade do produto para produtor atender exigências do mercado. Governo- expandir o PAA.

Qualidade dos produtos.

Quantidade do consumo (construção de redes de comercialização); Acesso ao mercado institucional. Implantação de pequenos geradores.

Recursos suficientes para o produtor não ser forçado a negociar sua produção em plena safra.

Redução de mecanismos burocráticos como forma de agilização do fluxo de comercialização.

Reduzir o decreto de Igreja de ICMS. Potencializar os programas da CONAB, com ênfase na RSM (SALVADOR) Aproveitar o PNAED nos municípios.

Requalificação dos pequenos abatedouros para cumprimento das normas legais, com o apoio da Embrapa, do SEBRAE, da ADAB e outros.

Restrito a empresários ligados a indústria de celulose, não há incentivo a diversificação no beneficiamento da matéria prima.

Revitalizar o Programa Tabuleiro da Bahia (EBAL), abrindo o canal de compras para produtos apícolas, oferecendo maior volume de produtos para opção dos consumidores; capacitar a equipe do MAPA- BA para habilitar entrepostos de mel para exportação.

Tabela de preços.

Transparência/ Divulgação dos mercados existentes, instrumentalizar os membros do Comitê do Guaraná da Bahia e maior produtor melhor qualidade.

Treinar mão-de-obra para manuseio do produto entre os padrões de higiene e das normas sanitárias.

Uma maior integração comercial entre governos e pequenos produtores; Introdução de pescado na melhoria escolar.

Uso do mercado institucional (cesta básica, merenda escolar); combate ao mercado informal, criação e estimula a "Marca Bahia".

Utilizar o governo como facilitador, no processo de comercialização entre produtor e a indústria.

Vejo facilidade na venda quando você tem produto de boa qualidade.

Verticalização da produção buscando agregação de valor ao produto ainda rudimentar e clandestino; fomento a organização dos produtores/ estruturação das feiras animais.

04. PROMOÇÃO E MARKETING

A mandioca é uma das culturas mais versáteis do mundo, porém pouco difundida, a mandioca hoje ainda é vista como um cultivo, para sobrevivência, o cultivo dos excluídos.

A promoção e divulgação dos derivados de cana devem se dar através de um processo de discussão entre as redes de comunicação.

Abordar as qualidades do consumo do leite pela população.

Ação continuada de educação. Primeiro do consumidor interno, consolidando este mercado.

Ações casadas com a defesa do meio ambiente e trabalhista.

Adesão de todos à campanha nacional de aumento do consumo de mel. Garantia a participação dos apicultores em eventos que são de apicultora principalmente na área médica.

Aliar produção de cachaça /desenvolvimento local sustentável.

Alto custo aos meios de comunicação.

Ampliação de divulgação da necessidade do consumo de pescados. Aumento de consumo per capita.

Ampliar ações governamentais de desenvolvimento da promoção do consumo através de marketing interno e externo.

Aparição no uso das oleaginosas para bicombustíveis, uso de energia removível.

Apoio à campanha como "Só beba leite legal" da SEAGRI/ADAB. Conceitos de "*Fair Trade*" e orgânicos.

Apoio do governo em feiras agroindustriais do setor.

Apresentação do produto no mercado.

Assim que conseguirmos em toda a Bahia a questão do marketing, certamente teremos promoção por parte das instituições governamentais.

Associar o leite para o benefício à saúde.

Aumentar a participação dos produtos da Agricultura Familiar nas feiras internacionais; Programa de apoio e incentivo ao artesanato com fibras naturais.

Aumentar consumo interno e externo de ponta do Brasil.

Aumentar o consumo interno e externo; criar marcas para os produtos.

Aumentar o consumo no Brasil, e no exterior de frutas frescas e processadas.

Aumentar o consumo.

Ausência de campanha enaltecendo as qualidades da carne do Estado. Ausência de campanha que trate dos perigos do consumo de carnes clandestinas.

Ausência de divulgação das virtudes da carne de boa qualidade como alimento necessário a uma vida saudável. Veiculação de informações equivocadas e sem embasamento científico, colocam a carne como nociva a saúde.

Buscar apoio do governo via APEX, para promoção dos produtos sugeridos em eventos nacionais e internacionais com o objetivo de aumentar o consumo de produtos de qualidade.

Campanha de credito da área de coco detalhando seus benefícios.

Campanha de incentivo para consumo interno.

Campanha nacional para o consumo do mel como alimento, não como remédio.

Campanha voltada a escolas, academias, idosos de todos os produtos da colméia.

Campanhas e marketing dos produtos a serem oferecidos ao mercado nacional e internacional.

Campanhas na mídia falando sobre vantagens do consumo do café internamente e no interior.

Campanhas promocionais para a carne bovina com propostas junto a cardiologistas, nutricionistas, médicos e geral; falando a respeito dos benefícios da carne como proteína de cultivo biológico.

Campanhas publicitárias oficiais, divulgando o uso e benefícios da mercadoria e seus produtos na alimentação humana.

Campanhas visando estimular o consumo interno dos produtos de agricultura. Criação de rotulo tipo: pescado da Bahia, camarão da Bahia.

Caracterização do café da Bahia de acordo com o perfil sensorial, volumes produzidos e aplicabilidade para a indústria e o mercado de cafeterias.

Caracterização do café produzido, certificação de origem, mercados para os diversos tipos de café (orgânicos, especial...).

Caracterizar cada produção for de acordo com suas características promover a divulgação de todos os aspectos relevantes.

Certificação de origem.

Certificação: CERFLOR, PEFE, FSC, licença para operar.

Colocar a dona de casa como alvo de campanhas promocionais da car. Continuar o trabalho de Irma na educação de crianças.

Como o produto já é bem conhecido no meio internacional, a campanha de marketing deva ter foco em pequenos consumidores.

Conhecimento da importância e benefícios do consumo dos produtos agropecuários.

Consumo do biodiesel (marketing); Divulgação do valor dos sub-produtores; Marca institucional - SELO BAIANO DE PRODUÇÃO DE BIOLOMBUSTIVEL.

Criação de plano de marketing institucional.

Criação de um departamento específico com orçamento necessário para realização de marketing e eventos.

Criação de um plano de marketing específico para a silvicultura.

Criação do programa ISO.

Criar condições para o apoio e incentivo a produzir com qualidade – marca do produto e uma embalagem de boa visualização.

Criar jingle estadual com foco na qualidade do produto, bem como maior produtor mundial da cultura.

Criar mecanismos que facilitem a chegada de informação de pesquisa ao produtor e na saída dos derivados.

Criar selo social “produzido pela agricultura familiar.

Desenvolver mecanismos de divulgação de importância dos produtos florestais para o desenvolvimento do Estado e da comunidade (ex: feiras, mídia, etc.).

Desenvolver processo de certificação orgânica da produção incentivando o consumo consciente.

Desenvolvimento de Selo de Qualidade que referente os produtores Territorialmente e que tenha visibilidade no meado dos grandes centros. O mais importante a produção.

Desmarginalizar/Desmistificar o Consumo da Carne Após a Estruturação da Produção.

Deveria ser implementado com o marketing forte o uso de porte de mandioca na panificação, divulgação de subprodutos como a tapioca e a maior utilização dos derivados do aipim.

Difundir o fato de que a Bahia é o maior produtor de guaraná do Brasil. Procurar estrutura um projeto que vincule o guaraná a Copa do Mundo.

Diminuir custos.

Divulgação constante sobre a qualidade da carne de pescado, visando alcançar os 12 kg per capita, padronizados pela O.M.S.

Divulgação da qualidade de algodão baiano.

Divulgação do produto ambiental correto; rentabilidade; geração de emprego e fixação do homem no campo; inclusão da borracha.

Divulgação do produtor da mandioca em feiras nacionais e internacionais; Utilização dos produtos nos encontros e seminários do governo.

Divulgação do programa da seringa, através da mídia, seminários e congressos.

Divulgação dos benefícios tanto em programas de rede nacional, tal como em rede local para buscar mais agricultores e interessados no cultivo.

Divulgação dos produtos das fibras naturais; Campanha sobre a importância desses produtos para o meio ambiental; Propagandas em rádio, tv e jornais com os produtos naturais.

Divulgação e incentivo ao consumo dos produtos apícolas.

Divulgação pela TV e rádios.

Divulgações das qualidades dos produtos da aquicultura para formação de um mercado consumidor.

Divulgar a campanha de estímulo ao consumo de mel.

Divulgar a qualidade do nosso produto. Incrementar a pesquisa reativar a CENTREVALE

Divulgar e promover em feiras agropecuárias nacionais e internacionais os produtos agrícolas baianos.

Divulgar em todas as formas de mídia e eventos os produtos apícolas/meliponícolas, como forma de quebrar paradigmas e incentivar o consumo dos produtos.

Divulgar intenso o valor do projeto final e o custo de produtos para defender o preço justo.

Divulgar mais nosso produto. Ex. nos grandes eventos públicos.

Divulgar mais o que temos de melhor "o nosso algodão". O mundo todo precisa saber.

Divulgar para a sociedade que os alimentos são produzidos na fazenda.

Divulgar para toda a sociedade a importância do consumo dos produtos apícolas. Organizar sistematicamente campanhas visando divulgar para a sociedade, divulgar internacionalmente a qualidade dos produtos apícolas e buscar novos mercados.

É missão governamental, financiar campanha de divulgação do consumo de mel em nível de mídia televisiva e outros veículos a nível estadual. As campanhas locais, municipais e de responsabilidade de empresas, associações e cooperativas.

Elaboração de pesquisa de mercado; O mais importante é o incremento da produção, pois a cadeia ainda não atende ao volume de consumo.

Elevar o consumo de frutas no mercado interno e externo.

Enfatizar a importância da atividade na geração de emprego e renda de seu papel social.

Envolvimento das famílias em processo educativos, despertando nas mesmas a importância desse segmento para o sucesso econômico no sistema produtivo.

Estabelecer mecanismo para criar e difundir a marca do algodão da agricultura familiar da Bahia.

Estradas e identificação das UBMS e localização dos apicultores.

Falta certificação geográfica de acordo com características da região produtora.

Falta de apoio institucional a organização dos produtores e da apresentação dos produtos sendo essa apresentação na maioria das vezes de forma precária.

Falta de campanhas para estimular o consumo da carne (produzida a pasto).

Falta de recursos por parte dos pequenos agricultores, certificação regional.

Falta um selo de qualidade dos cafés da Bahia, faltam recursos para promoção.

Fator motivador: o Brasil só produz 30 % da necessidade, assim cabe ao governo fomentar as novas plantas.

Fazer campanha de divulgação e incentivo ao consumo do mel. Fazer promover férias regionais.

Fazer campanhas enfatizando a qualidade da fibra principalmente no caráter ambiental. Também enfatizando sua relação com agro-energia (planta).

Fazer com que a divulgação seja mais ampla, com uma utilização da televisão radio jornais etc.

Fazer com que o produto oferecido seja identificado pela qualidade do produto – reconhecimento produtor – consumidor.

Fazer divulgação dos benefícios, dos produtores tanto para o homem quanto para o meio ambiente.

Fomentar o consumo de mel através de campanhas. Garantir a continuidade da campanha e focar num mercado potencial como a RMS ou outras regiões do Estado.

Fomentar os plantios para garantir a produção estadual da borracha, seminários para divulgar a cultura da seringueira.

Gerar ações de impacto do produto que esta sendo apresentados e facilitando a demanda do produto.

Hoje praticamente inexista justamente pelo baixo desempenho da rudimentação da cadeia produtiva.

Identificar os municípios produtores de oleaginosas com um “selo” específico, que faça referência a “Aqui se produz energia limpa”.

Incentivar o consumo do guaraná que verdadeiramente está comprovado que faz bem a saúde. Olimpíadas e copa são importantes cenários.

Incentivar o consumo.

Incentivar o plantio do dendê como matéria prima para produção de biodiesel devido suas qualidades agronômicas favoráveis.

Incentivo ao consumo, Mostrar a importância para o meio ambiente.

Incentivos ao ecoturismo nas respectivas áreas produtoras do guaraná.

Inexistência de feiras, congressos e publicações específicas.

Inserir o produto café na merenda escolar. Divulgar os cafés da Bahia ressaltando sua qualidade e diferenciação.

Instruir o consumidor para as vantagens do café produzido na Bahia.

Integração do governo, indústrias, usinas em campanhas de divulgação.

Interação com a sociedade, preço.

Investir em campanhas televisivas, sobre os produtos das abelhas, incentivando o consumo, a importância de atividades da cadeia produtiva como um todo.

Manter informações sobre a utilidade das hortaliças na saúde através da mídia.

Meios de comunicação, jornais, feiras; alto custo.

Melhorar atividades visando agregar valor na produção para que haja aumento na qualidade dos produtos.

Montar um programa de marketing e comercialização de todos os derivados da cana; Campanha mostrando o valor nutritivo do Melado, rapadura, açúcar mascavo e cristal, vinagre de caldo de cana das agroindústrias comunitárias e familiares, principalmente na merenda escolar e na cesta básica; Colocar os co-produtos nos eventos oficiais do Estado.

Mostrar a viabilidade da avicultura e suinocultura como geradores de emprego, trabalho e renda, bem como as suas potencialidades nutricionais.

Muito importante, mas não existe nenhum trabalho-informação sobre benefícios.

Não é prioritária no momento.

Necessidade de campanha de marketing mostrando os magníficos de carnes clandestinas e benefícios nutricionais das carnes processadas de maneira correta.

Necessidade de campanha de marketing mostrando os malefícios das carnes clandestinas e os benefícios das carnes processadas de maneira correta.

O Estado e prefeituras mantenham nas escolas garantia através de palestras, que o mel faça parte do dia a dia dos jovens. Campanha para compor a cesta básica.

O governo deve promover o marketing para todas as regiões produtoras, cada uma com a sua particularidade.

O guaraná da Bahia viabilizar a visualização do "Guaraná da Bahia - maior produto, melhor qualidade".

O produto deverá ser mais divulgado, pois tem qualidade superior.

O tempo todo massificando o produto quanto aos aspectos qualidade/preço. Deliberar um percentual para ser gesto em propaganda (investimento).

Os pequenos abatedouros de aves abatem 4000.000 aves, emprega aproximadamente 30.000 pessoas, são milhares de empregos, milhões de aves milhares de toneladas de grãos, isto precisa ser promovido/divulgado.

Padronização, criação de marcas, divulgação; programa de televisão destacando a qualidade da fruta.

Participação conjunta em feiras nacionais e internacionais de forma a reduzir custos de produção e marketing. Campanhas institucionais.

Participação em feiras estaduais, nacionais e internacionais.

Participação no crédito de carbono.

Plano de marketing institucional da carne suína, campanhas juntos a médicos, nutricionistas junto e ao público e geral.

Potencializar a campanha nacional da CBA através da FEBAMEL e seus filiados em parceria com SEBRAE, PETROBRAS, e empresas e a TV BAHIA E TVE, divulgando a realização de três feiras de mel em Salvador, Feira de Santana e vitória da Conquista.

Pouco uso de agrotóxico; seqüestro de carbono.

Pouco vinculado nos meios de convenção e participação da agricultura familiar na produção de oleaginosas.

Programa de venda no exterior uma APEX – BRASIL.

Promoção de ações que divulguem nacional e internacionalmente os diversos produtos e derivados, bem como a sua certificação.

Promoção de mais eventos relacionados com a horticultura.

Promoção do cacau da Bahia, interno e externo.

Promoção dos produtos e marketing através das regras. Acaso a credito ou fomento, Uso de políticas públicas para divulgação nas escolas.

Promoção na mídia; feiras internacionais; certificação regional- exaltação dos produtos locais.

Promover incentivo da divulgação na mídia.

Promover mais eventos divulgando a cultura e a utilização de seus produtos. Estreitamento de informações com as universidades, centro de pesquisas etc.

Promover um evento para mostrar os produtos ao público.

Proposta para um momento pós auto-suficiência de produção do Estado.

Qualificação do produto de qualidade de modo a evitar a assinatura de informação, tornando transparente para o consumidor o produto de qualidade.

Que este marketing seja depois dos resultados adquiridos pelos os produtores, ou seja, o marketing dos resultados das ações não é tão caro.

Que os meios de comunicação sigam acessíveis a todos com subsidio para os pequenos empreendedores.

Realizar campanhas permanentes no rádio, tv, e internet, estimulando o consumo dos produtos da colméia.

Realmente uma campanha na mídia ajudaria um consumo consciente e ajudaria ao consumidor exigir mais das empresas e as empresas cria normas de fiscalização no ponto de venda final.

Recursos para divulgação na mídia sobre todos os elos que envolvem a cadeia referida, incluindo benefícios e estratégias para garantia de segurança alimentar e abertura para o comercio internacional.

Reverter 10% do gasto de mídia do gov. para o setor agropecuário, focando o segmento mais frágil; Investimento em feiras internacionais/visitas técnicas dos representantes das classes; Programa ISSO para pescado.

Selo de qualificação.

Será realizado quando se festiva o animal/produto que o mercado deseja; Hoje não é ação prioritária, pois ainda é uma cadeia rudimentar.

Só se aplica a pontos finais ou intermediários; No caso das outras oleaginosas voltadas para M.I e para industrialização. Benefícios - óleo, algodão e girassol; Não tendo necessidade devido a baixa redução.

Tornar o guaraná e seus derivados conhecidos nacional e internacionalmente "guaraná é produto natural, só faz bem!!".

Trabalhar a inserção na grande mídia nacional e internacional sobre o modelo de produção brasileiro.

Trabalhar o selo produto produzido na Bahia e fortalecimento das marcas regionais. Ressaltar os aspectos econômicos, sociais, ambientais e benefícios para a saúde.

Usar a criatividade para mostrar que a carne de caprinos e ovinos é boa e não faz mal ao colesterol como, alguns médicos, futura como carnes vermelhas.

Usar o acordo da fibra natural ecologicamente correto para vender o produto no País e no exterior.

Valorização da silvicultura com fonte/matriz energética renovável.

Valorização do produto através da educação.

Voltada aos meios de comunicação em massa, não há interação da produção com as populações locais.

05. INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A Bahia até dispõe uma rede de abatedouros o que falta é produto para fornecer ao mercado que hoje é importador; Falta água estradas segurança.

A construção de ferrovias e hidrovias no sentido da redução do custo de frete que representa 15 a 20% do custo final de grãos.

A instalação de fecularia em regiões estratégicas (tradição em produzir mandioca), instalado por enrolamento de farinha e derivados.

A venda sempre para o estudo do produto visionando armazenagens e distribuição futuras e visando assim gargalos no escoamento da produção; Aumento da frota pesquisa, transporte, armazenamento.

Adequar os UBMS E Entrepósitos em vez de construir, vários entrepostos em determinada região, investir em caminhões e caminhadas resultando no maior aproveitamento das unidades externas.

Altos custos de logísticas devido à falta de infraestrutura ou infraestrutura deficiente.

Aluguel de stands para divulgação dos produtores.

Apoiar as prefeituras no que diz respeito às estradas rurais para que o escoamento de produção possa ser executado com facilidade e facilitar o crédito as instituições para aquisição de veículos.

Apoio a fiscalização com veterinário de órgão estatal, no acompanhamento dos Frigoríficos e especialmente elimina o abate clandestino. Necessidade de energia para produção. Necessidade água em várias regiões dos Estados.

Apoio do governo em viabilizar infraestrutura de beneficiamento coletiva, objetivando a melhoria da qualidade, que pode ser utilizadas para muitos pequenos produtores.

Armazém da CONAB nos locais das regiões produtoras. Melhorias das estradas Municipais, Estaduais, Federais. Ferrovias para baratear transporte de produtos (escoamento da produção) e insumos.

Articulação e efetivação para construção de ferrovias e hidrovias no sentido de atender a problemática de frete reduzindo o custo da produção de aves, e também ao incentivo de melhorias de estradas vicinais.

Articular ações governamentais a nível federal, estadual e municipal objetivando facilitar o escoamento da produção, principalmente, no tocante às estradas vicinais.

Através da logística, buscar redução de preços de insumos, melhorar o preço dos produtos através da comercialização de lotes de maior tamanho e com características semelhantes.

Aumentar a competitividade e qualidade na logística de produtos e insumos em todos os setores da pesca e aqüicultura.

Aumentar estradas para o escoamento da produção e buscar canais logísticos que possam facilitar a comercialização.

Aumento dos centros de distribuição (CEASAS).

Ausência de política de apoio a infraestrutura e logística principalmente na comercialização de estradas precárias e transporte; Cooperativas pouco preocupadas para o processo de logística, os trâmites tributários e fiscais.

Avaliar plano de expansão da silvicultura e através das informações traçar plano de investimento na infraestrutura, PAC.

Boas estradas para escoamento da produção agrícola, facilitando a chegada do produto ao consumidor final.

Capacitação para pós-colheita

Centralização excessiva dos frigoríficos. Estrutura portuária inadequada e malha rodoviária desproporcional a área do Estado.

Cobrar maior ação do governo do Estado.

Construção de 10 embarcações de pesca oceânica/ano, com dimensões aproximadas de 50 m de comprimento; Construção de 1 pasto pesqueiro/ e ou ampliação a cada 40 novas embarcações ou seja, a cada 04 m; Subsídio de óleo diesel – frigoríficos + beneficiamento SIF - caminhões frigoríficos.

Construção de mais unidades de beneficiamento dos produtos apícolas. Aquisição de transporte para apoio ao produtor, Aquisição de insumos.

Criação de plataforma de logística.

Criar centro de logística (depósito de estocagem e distribuição) compartilhado. Armazenamento comum; melhoria das taxas de impostos de transportes; melhoria na Infraestrutura, principalmente estradas, novos meios de escoamento-transporte.

Criar centros de distribuição nos campos regionais e nas cidades comercializadoras.

Custo frete, opção de transporte tanto grãos com P.A.

Desenvolver intenso programa de melhoramento e reconstrução das estradas vicinais para facilitar o segmento do processo- incentivo as prefeituras.

Desenvolver projetos estruturantes para fortalecer os pequenos, médios e grandes produtores de aves e suínos a exemplo de granjas , incubatórios e abatedouros de aves e suínos.

Desenvolvimento de programas que visem a criação de acesso ao transporte ferroviário direcionados ao setor.

Dessedentação Animal/ Recursos Hídricos – Água com Qualidade e Quantidade.

Detectar e solucionar gargalos que dificultam.

Disciplinar, por parte do governo, a disseminação da infra – estrutura sem um estudo prévio e padronização das casas de farinhas.

Disponibilizar estruturas e transporte para as organizações de produtores de acordos com cada necessidade.

Diversificação da logística para escoamento da produção, principalmente, nas estradas municipais e estaduais.

Dotar o Estado de estrutura (malha viária) que possibilite o escoamento da produção e a pratica das atividades apícolas como apicultura migratória e apicultura de polinização.

Dotar o município de Vitória da Conquista, centro da região sudoeste, de aeroporto com capacidade de linhas aéreas nacionais, afim de viabilizar o acesso rápido de produtores, empresários, etc., facilitando a comercialização; melhorar a malha rodoviária do Estado.

Dotar os locais de desembarque de pescado, de terminais pesqueiros, dotados de fabricas de selo e condições, sanitárias e tecnologias.

Dotar os municípios que compõem os territórios de infraestrutura (rodovias, ferrovias) de qualidade, convergindo para os pólos de comercialização e distribuição de produtos apícolas.

É prioridade unidade de beneficiamento bem equipada para que os produtos sintam-se seguros do que estão produzindo.

Eliminar gargalos logísticos nos portos, facilitar estabelecimento armazéns, criar porto seco em Vitória da Conquista.

Energia na zona rural; Fontes de água (produção forragens, etc.); Estradas pelo menos dos principais pólos.

Estabelecer programas efetivos para consolidar vias de escoamento da produção: Estradas, Pontes e Ferrovias/ Ampliar e Manter.

Estes investimentos devem acontecer também nos meios onde as cidades são de pequeno porte para que nossas produções sejam escoadas.

Estimulo a indústrias de insumos e equipamentos no Estado, redução de impostos.

Estrada e identificação.

Estradas de algumas regiões sem condições de tráfego. Faltam entrepostos frigoríficos em muitos municípios construção de frigorífico. Tecnicamente e ecologicamente corretos.

Estradas de melhor acesso e pavimentação, desde a produção até usina de beneficiamento.

Estradas melhor conservadas e quando for o caso ferrovias e portos (melhorias adequadas).

Estradas, rodovias e ferrovias e portos devem ser melhorados para escoamento da produção.

Estradas.

Estrutura precária e falta de padronização das embalagens.

Estruturação das Ceasa, com instalação de câmeras frias, boxes apropriados.

Estruturas as vias de acesso, estradas, principalmente nas divisas do Estado para facilitar o escoamento de produção no próprio Estado.

Falta aplicação de recursos na melhoria da infra-estrutura.

Falta de conservação das estradas.

Falta de estradas e comunicação na zona rural- internet.

Falta de estruturas para abate, beneficiamento, industrialização da produção.

Falta de transportes e estrutura férrea.

Fazer junção junto aos governos para a melhoria da malha viária (rural, municipal estadual) para um melhor escoamento da produção.

Ferrovias, mais energia para ind. de beneficiamento, portos decisivos para aumentar a área rodovias federais, estaduais e municipais.

Fortalecer as cooperativas e associações de horticultores para compra de insumos e comercialização da produção.

Fortalecimento das cooperativas e criação de unidades de estocagem, melhoria das estradas vicinais.

Frigoríficos com CIF, fábrica de gelo de grande porte, montagem de fazendas subaquáticas, caminhões frigoríficos; Reestruturar a frota das embarcações da pesca artesanal implantar fabrica de ração em vários territórios.

Garantir a rápida e estratégica distribuição do produto para comercialização regional, nacional e internacional.

Garantir a recuperação das vias de acesso á produção.

Grande distancia entre o pólo produtor de grãos e as unidades produtivas, gerando perdas e alto custo de transporte rodoviário.

Há necessidade de melhoria dos canais de escoamento de produção e insumos.

Implantação da agroindústria de beneficiamento e visando agricultura familiar.

Implantação de entrepostas de comercialização construção e manutenção de estradas,

Implantação de um programa específico para transporte dos animais, com caminhões apropriados.

Implantação de: unidades de beneficiamento; Fabrica de gelo; Kit peixe vivo.

Implantação do projeto complexo sisal (aproveitamento de fibra, resíduos, bucha), produção de ração; Investir no beneficiamento e industrialização evitar comercializar matéria-prima a longo prazo.

Implantar centros industriais nos municípios estimulando melhorias com isenção de recursos.

Implementação de casas de mel (UBM) padronizadas.

Implementar unidades de beneficiamento de produtos de pequeno porte nas comunidades rurais.

Influenciar os governos municipais, estaduais, na melhoria das estradas vicinais c/ o objetivo de facilitar o escoamento da produção.

Investimento em frigoríficos e abatedouros que operem dentro de padrões de qualidade, higiene, e normas de vigilância sanitária.

Investir em infra-estrutura hídrica nos pólos de produção.

Investir em modais logísticos adequados a cada região (ferrovia, rodovia, transporte fluvial, marítimo).

Investir entrada nos pólos de produção; investir em infraestrutura hídrica e elétrica para a produção.

Levar eletrificação rural; transportes multimodais; infraestrutura de logística.

Localização das áreas produtores em pontos estratégicos; estradas, ferrovias, portos.

Melhor as condições das estradas vicinais; Universalizar a energia elétrica no campo; Melhorar a qualidade da escola publica rural.

Melhoramento das estradas vicinais; Disponibilizar credito para modernização das indústrias.

Melhoramento das vias rurais construção de armazéns.

Melhoramentos nas estradas vicinais para tenha facilidade de descontos total de armazenagem evitando o custo elevado.

Melhorar a cadeia de transporte; Falta de armazéns com condições adequadas.

Melhorar a qualidade das rodovias, para que através de investimentos e aumentando a competitividade e a qualidade dos serviços. Uma alternativa seria a privatização dos mesmos.

Melhorar a qualidade e velocidade no tramite das áreas alfandegadas; Custo do transporte.

Melhorar acesso de veículos pesados em fazendas e áreas sem rede normal de tráfego.

Melhorar as condições das rodovias; Ampliar os Armazéns nas regiões produtoras; Criação de ferrovias leste/oeste.

Melhorar as condições nas rodovias.

Melhorar as estradas da região.

Melhorar as estradas e centros de comercialização.

Melhorar as estradas vicinais, da Região Baixo Sul, para facilitar o escoamento da produção.

Melhorar as estradas vicinais.

Melhorar estradas para escoamento da produção e melhorar a logística do campo até a industrialização para melhorar a qualidade.

Melhorar estradas vicinais para escoar a produção.

Melhorar infraestrutura dos meios de transportes.

Melhorar o acesso das estradas vicinais.

Melhorar as estradas vicinais e acessos a propriedade.

Melhorar as estradas vicinais nas zonas produtoras de piaçava.

Melhoria das estradas da produção, produção de mudas- estimular viveiristas.

Melhoria das estradas para escoamento da produção, luz e água.

Melhoria das estradas vicinais contribuindo com dinâmica entre colheita/processamento visando à qualidade do óleo.

Melhoria das estradas vicinais para escoamento da produção, bem como transporte de insumos, viveiros.

Melhoria das estradas vicinais.

Melhoria das estradas.

Melhoria das estradas.

Melhoria das estradas; Adequação as casas da farinha as exigências da vigilância sanitária.

Melhoria das rodovias e das estradas vicinais facilitando acesso as propriedades e escoamento da produção agrícola.

Melhoria das rodovias, energia e gargalos no setor dos transportes.

Melhoria de acesso, distribuição em redes, melhor aproveitamento dos resíduos.

Melhoria de estrada e estrutura de portos e aeroportos; reaver energia a fronteira agrícola.

Melhoria de estradas vicinais; energia, modernização dos portos.

Melhoria do escoamento da produção com estradas, ferrovias e portos.

Melhoria dos acessos às áreas de produção.

Melhoria na infra-estrutura viária e de energia para atender as exigências da IN51.

Melhoria nas vias de escoamento da produção, investimento em estruturas de armazenamento e comercialização.

Melhoria, construção e manutenção dos ramais secundários nos municípios.

Melhorias das vias.

Melhorias nas estradas, portos e armazenagem.

Montar infraestrutura.

Não atende a demanda – Falta um planejamento para novos investimentos.

Necessário maior número de ambientes para facilitar comercialização dos produtores; Benefício de portos com escoamento de produtos de mamona ao mercado externo (óleo).

Necessidade de abastecimento de água uniforme de demanda todo o cenário para atender produção animal, de insumos, abate. Energia para zona rural.

No caso do leite – ampliar e melhorar as estradas vicinais que acarretam problemas, principalmente no período chuvoso. Ampliar a rede de energia elétrica para viabilizar a instalação.

O principal problema da infra – estrutura na cadeia produtiva da mandioca se da em relação ao seu beneficiamento, locais rústicos sem condições adequadas para receber a produção.

Omissão do estado na infraestrutura, deixando a cargo da iniciativa privada o papel de sua responsabilidade.

Os associados da ABAPA estão buscando melhorar sua infraestrutura , mas precisamos que a ADAB nos ajude a elaborar um projeto de um pequeno abatedouro , para que possamos nos enquadrar dentro das necessidades atuais.

Os municípios produtores de café estão com as estradas vicinais em péssimas condições.

Passa pela organização da produção com criação de infraestrutura para escoamento da mesma.

Pavimentação e acesso as estradas.

Política de privatização com regras claras de remuneração para o investimento realizado de longo prazo.

Pontos caros e demorados; Burocracia parlamentar.

Porto Sul público BR 101 e rodovias locais, ferrovias e ampliação dos aeroportos- criação em Teixeira de Freitas.

Precisa- se definir um sistema de infraestrutura voltado para o setor.

Preparar os portos baianos para escoar etanol para exterior; adotar ferrovias e alcooldutos para minimizar os acessos de logísticas e ganhar competitividade.

Priorizar recursos para interligar as principais regiões produtoras aos grandes centros de comercialização. Necessitando melhoria da produtividade para que se torne prioridade.

Promover investimento em infraestrutura capaz de abrir fronteiras para produção, armazenamento e escoamento da produção. Investimentos para modernização das unidades de processamento de farinha.

Promover meios para oferta de equipamentos no Estado.

Promover melhoria das estradas, portos e rede ferroviária.

Que o Governo faça os investimentos necessários equipando os entrepostos.

Readequação das agroindústrias comunitárias e equipá-las; Construção e melhoramento da rede viária; Fomento a estradas vicinais; Distribuição dos co-produtos em pontos estratégicos de comercialização; Parceria com o sistema de abastecimento da Cesta do Povo para facilitar a distribuição, escoamento e minimizar custos dos co-produtos; Fomento a aquisição de veículos utilitários para as cooperativas para escoamento e distribuição dos co-produtos; Fomento a aquisição de veículos para transportes da matéria prima dos agricultores familiares para as agroindústrias comunitárias; Fomento a agroindústria comunitária multifuncional para o processo de fabricação de derivados e outros produtos obtido da agricultura familiar.

Recuperação de estradas, principalmente as vicinais.

Recuperação de vicinais; Financiamento em infra – estrutura para aquisição de caminhões e continuação de entre postos para facilitar o escoamento na produção.

Recuperação e adequação da malha rodoviária; promoção de terminais portuários (publico/privado).

Recuperação/Manutenção das rodovias federais e estaduais para escoamento da produção de normas, boa parte dela localizada no território de Irecê; Recuperação das estradas vicinais, facilitando o transporte da propriedade para a sede do município.

Recuperar as rodovias, portos e rodovias.

Reforma de armazéns antigos do IBC e destiná-los a cafeicultura.

Reforma e constituição de estradas, ferrovias, hidrovias, adubos e agrotóxicos.

Rodovias deterioradas precisando de reparos.

Rodovias e eletrificação.

Sensibilizar os dirigentes no sentido de garantir o escoamento da produção das áreas de produção, a exemplo do território sertão de São Francisco.

Tarifas diferenciadas, manter as rodovias em condições de tráfego.

Ter infra-estrutura e logística acompanhando as zonas de produção e seus volumes a preços competitivos.

Todas as cooperativas cientes com o trato.

Transporte do produto via cooperativas.

Transporte modal; infraestrutura e logística acompanhando as fronteiras de desenvolvimento; plataforma logística; estruturar as centrais de abastecimento; eletrificação rural.

Viabilizar o custo Brasil.

Viabilizar o funcionamento da agroindústria do guaraná do território do bairro sul. Sistemas de processamento do guaraná secagem.

Voltada para atender a produção em larga escala e localizada, não há estímulo para o desenvolvimento da atividade nas pequenas e médias empresas.

06. DEFESA AGROPECUÁRIA

Acompanhamento da atividade por técnicos de órgãos governamentais para adoção das medidas pertinentes.

Agilidade maior em processos de certificação de inspeção.

Ampliação do controle sanitário mais rigoroso aos rebanhos, estabelecimento intermediários e locais a comercialização do produto, incluindo a divulgação para o conhecimento pelo conjunto da importância e necessidade com vista a total qualificação do produto e competitividade.

Ampliação do cultivo do guaraná orgânico, bem como a ampliação do uso de defensivos e fertilizantes orgânicos por parte dos produtores convencionais.

Ampliação do quadro da ADAB.

Ampliação do quadro da EBDA; mudas de qualidade; evitar entrada de novas doenças.

Ampliação do quadro de funcionários da ADAB, bloquear a entrada de pragas no Estado; material genético certificado; redução de pragas dentro do Estado.

Ampliar as ações de defesa quanto à fiscalização, com a potencialização de instalação e de ações das barreiras fitossanitárias, principalmente, entre estados produtores de cacau, com ênfase a barrar a entrada de monilíase.

Ampliar incentivo a universidade na capacidade florestal.

Ampliar o corpo técnico da defesa agropecuária e garantir as ações das instituições na estruturação das unidades de beneficiamento dos produtos apícolas, padronização das exigências nos órgãos de inspeção.

Aperfeiçoar e ampliar as ações de defesa sanitária animal e da pastagem (purgas), de forma a minimizar os efeitos danosos da incidência de pragas (cigarrinhas, lagartas, etc.).

Apesar de ser uma cultura difundida de norte e sul do País, não há barreiras sanitárias que controle a qualidade das manivas (são partes das hastes ou ramos do terço médio da planta) que circulam no País.

Aplicação das leis de defesa sanitária vegetal, visando à proteção da cultura, seus derivados e subprodutos.

Aplicação de tecnologias inovadoras, que visem melhorar o manejo minimizando as ocorrências de pragas e doenças.

Apoio decisivo a pesquisa estatal no laboratório da EBDA em Salvador, bem como programa de pesquisa ação aplicada às dificuldades específicas do produtor. Cadastro sanitário a controle. Divulgação de sanidade educação.

Apoio em pesquisas; Capacitação aos produtores; Facilitar contatos; Apoio com outros órgãos.

Articulação dos produtores e estados para a gestão das pragas que podem inviabilizar algumas culturas.

Atuação dos órgãos fiscalizadores no mercado do varejo, coibindo a comercialização de produtos clandestinos.

Aumentar número de profissionais estatais e atualização; Cadastro sanitário; Educação Sanitária.

Aumentar o efetivo dos servidores para atender a demanda.

Aumentar os investimentos em fiscalização e controle fitossanitários; Formar mais claro para os produtores e comerciantes as normas e regulamentos do setor.

Aumentar os meios de fiscalização de transportes vegetais com o objetivo de diminuir o risco de novas pragas e doenças no cacau.

Aumento de fiscalização.

Barreiras fitossanitárias e campanhas de conscientização de maneira a impedir a entrada do amarelecimento fatal no Estado da Bahia.

Beneficiar e instruir de acordo com a doença.

Bloquear a entrada de pragas no Estado; ampliação do quadro de pessoal na vigilância; sintonia entre a legislação do Estado com a Federal.

Busca pelo equilíbrio ambiental; monocultivo.

Buscar dentro do Estado, com participação das empresas privadas, tecnológicas e solução a serem transferidas e disseminadas.

Campanha fitossanitária no sentido de possibilitar o controle da podridão vermelha.

Capacitação dos atores da cadeia quanto à aquisição de defesa, alimento seguro, produção higiênica do leite, aspectos sanitários do rebanho; Estimulo a certificação de livres a brucelose e tuberculose.

Certificação dos viveiros e sementes do café.

Certificados de qualidade, produtividade, perdas e pragas; uso de agrotóxicos.

Cobrança de legislação específica para sanidade de animais aquáticos ao MPA.

Colocar os órgãos responsáveis pela inspeção lado a lado com os produtores e entre postos formando uma parceria para produção e exportação fiscalizando com Maior rigor os clandestinos.

Com tecnologia avançada o cultivo de florestas não apresenta restrições de plantios por pragas e ou doenças, nem os resíduos da lavoura compromete a segurança sanitária dos plantios.

Combater as pragas sem prejudicar o meio ambiente, aumentar a produtividade e introdução de técnicas de manejo de colméias.

Compatibilizar a legislação para dificultar a entrada de pragas como a moniliase e outras em nosso País e regiões produtoras de cacau na Bahia.

Conscientização da população com relação à segurança alimentar.

Conscientização e assistência ao produtor.

Controle de pragas e doenças; Aquisição de materiais resistentes a pragas e doenças como: mosca do broto, antracnose, fusariose, etc., financiar equipamentos para utilização da manipueira como inseticida e fertilizante.

Controle do bicudo.

Controle efetivo da brucelose, tuberculose, aftosa.

Criação de barreiras contra a entrada da Monília e a proibição da importação de madeira da Amazônia, além de cuidados na importação de cacau de países com pragas não existentes no País.

Criação de instrumentos de acesso e ou criação de inimigos naturais para as pragas da silvicultura.

Criar programa de georreferenciamento das unidades produtivas facilitando o processo de continuação e comercialização.

Dar conhecimento a extensão das leis e portarias e adequação para casos específicos, melhor controle da entrada de material, produtos e pessoas, provenientes de regiões de risco.

Defender a cultura, combatendo a comercialização irregular.

Defensivos orgânicos capazes de eliminar qualquer praga extraída da mandioca.

Defesa sanitária dos produtos- variedades para não difundir doenças, regularização dos produtos para aplicação na área rural.

Derrubar o ofício que permiti a saída do Estado de Mel sem certificado sanitário. Melhorar o acesso aos laboratórios de análise dos produtos das abelhas e de possíveis doenças.

Desenvolver programas educativos e de capacitação dos atores envolvidos com a cadeia produtiva, com base nos princípios da sustentabilidade.

Desenvolver sistemas de produção sustentáveis, visando a diminuição do uso de agrotóxicos. Finalização dos viveiros de produção de mudas.

Deve aumentar o número de agentes, e maior orçamento para ações preventivas e fundo para indenização.

Dever ser mais efetivo e com maior abrangência.

Diagnostico da situação de infestação de doenças de solo (baixa produtividade o disseminação de doenças) comercialização e fiscalização e utilização de sementes certificadas; Conscientização dos agricultores.

Difusão de praticas de defesa sanitária e de aplicação de defensivos e do uso de fertilizantes orgânicos.

Diminuir o nível de exigências para as casas de mel e entrepostos para SIE e SIF. Isentar os custos referentes a auditoria/vistoria da ADAB.

Disponibilidade de técnicos com profundo conhecimento; integração de técnicos internacionais.

Disseminação de práticas agro-ecológicas (defensivos orgânicos).

Divulgação dos métodos práticos de fácil acesso e conscientização através de processo educativo da importância e recuperação econômica e ambiental.

Dotar a ADAB de estrutura capaz de atender as demandas dos produtores, e as políticas de defesa do Estado.

Dotar nossas fronteiras de capacidade para identificar e barrar entradas de pragas em nosso Estado; Manter vigilância constante na produção local para evitar propagação.

Educação ambiental- novas praticas agrícolas que permitam que o equilíbrio se mantenha na natureza.

Embora existam resultados de pesquisa satisfatórios para boa parte dos problemas, o agricultor desconhece a existência dos mesmos. Nos dias de atuais o cupim e o gargalo esteando as raízes são dos problemas ainda não solucionados.

Emissão de certificado de inspeção sanitária para subprodutos de origem clandestina, viabilizando sua comercialização.

Emissão de certificado de inspeção sanitária por parte da agencia de defesa, para subprodutos de origem clandestina, viabilizando sua comercialização.

Entreposto de Mel, falta de responsáveis técnicos para manter registros, falta de participação das prefeituras.

Está faltando estrutura seria para extração dos produtos apícolas. Reduzir a bonificação sanitária.

Está intimamente a parte de assistência técnica já descrita e fiscalização sanitária.

Estimular estudos que viabilizem prevenção de doenças na produção; Visíveis as unidades produtivas; Criar laboratórios de pesquisas pesqueiras.

Estruturação da ADAB c/ Valorização da Cadeia Através do Direcionamento da Agencia á Ações Específicas; Educação Sanitária, Cadastramento dos Produtores e Planos de Controle das Enfermidades.

Estruturação da defesa agropecuária estadual e das vigilâncias sanitárias municipais.

Estruturação de defesa Agropecuária estadual e vigilância sanitária municipal; cadastro sanitário e controle de trânsito; plano de controle das doenças dos caprinos e ovinos; educação sanitária continuada.

Estruturar um mecanismo de defesa sanitária vegetal evitando a proliferação de doenças – zoneamento com indicação de cultivar os resistente – estruturar articulação com a pesquisa.

Evitar pragas limitantes da produção a nível nacional; criar leis e regulamentos de que facilite este trabalho.

Exigências de sanidade na produção de mudas; programa de apoio no controle de pragas (mandarová) rigor na introdução de plantas de outros Estados/países.

Fábrica de gelo de grande porte; Estrada ligando a faz. pesca ao bem. Frig; Fazenda subaquáticas-24/ano; Substituição de frota pecuária artesanal por embarcações de fibra e maiores; Aproveitamento de subprodutos do pescado – fabrica de ração (criar).

Falta de conhecimento capaz de gerar consciência do problema sanitário, por parte de grande parte dos produtores.

Falta de estrutura física e de pessoal treinado para implantar as políticas publicas de defesa agropecuária.

Falta de organização do setor produtivo falta de normalização.

Falta fiscalizar os viveiros de produção de mudas; falta estudo de pragas por região.

Faltam recursos para estruturação total dos serviços, incluído o cadastro total de propriedades. Fiscalização do abate clandestino deverá ser mais intensiva.

Fiscalização de mudas não certificadas e das doenças da cultura.

Fiscalização de viveiros de mudas.

Fiscalização de viveiros de mudas. A ADAB fiscalizar viveiros.

Fiscalizar cada vez mais a revenda agropecuária.

Fiscalizar e acompanhar os produtores da cultura.

Fiscalizar e orientar os clandestinos de forma educativa.

Fortalecimento das agências agropecuárias no tocante a infra-estrutura: veículo laboratórios informática e comércio. Abertura de concurso público e melhoria de salário, capacitação técnica.

Garantir a qualidade fitossanitária das sementes e mudas de oleaginosas.

Garantir as ações dos órgãos de defesa agropecuária com aumento de técnicos, visando abranger todo o Estado, e garantir a colocação de produtos apícolas, registrados no mercado local, nacional e internacional.

Garantir o registro dos produtos.

Identificar gargalos especialmente no que diz respeito a pragas que geram prejuízos para o agronegócio.

Identificar produtos adulterados.

Implantação das políticas sanitárias para a suinocultura pelas entidades federais (MAPA) e estadual (ADAB). Implantação de treinamentos de educação sanitária nas granjas suinícolas.

Implantar o programa de sanidade no Estado. Mapeamento do uso de agrotóxicos no Estado.

Implantar rastreabilidade na cadeia apícola, análise dos produtos.

Implementar as barreiras sanitárias intermediário, evitando-se a entrada de informações do pescado entre os estados da federação vide caso da mancha branca em Canavieiras-BA.

Incentivar a criação de laboratórios para Estado e difusão dos problemas do setor pesqueiro e agrícola.

Incentivo á implantação de pequenas casas do mel dentro da legislação. Organização dos produtores isolados.

Incrementar com medidas mais rígidas e ágeis com pragas comuns (bicudo, etc.), "bicudo zero" (Estados Unidos, África, Ásia, Oceania).

Informatização da defesa. Ações de vacinação e exames em pequenos e micro produtores.

Inserir a ADAB na cadeia da cana-de-açúcar; quadro técnico da ADAB insuficiente.

Intensificar os programas sanitários e adequação de pequenos abatedouros de acordo com a legislação para atender o escoamento dos pequenos produtores.

Intensificar os programas sanitários governamentais a fim de garantirmos a segurança para a produção. Adequação dos pequenos abatedouros às normas sanitárias com visão ao pequeno e médio produtores.

Investimento em laboratório de pesquisa.

Licenciamento novos produtos, cuidado para não exportar o fungo *Microcyclus ulei* para a Ásia; regularizar viveiros estaduais, estratégias de combate a pragas-doenças- Ácaro , Mandarova.

Maior fiscalização e acompanhamento na aplicação de agrotóxicos pela agroindústria. Fiscalização e repressão aos produtos sem certificação.

Maior fiscalização no campo, com legislação que permita a intervenção das autoridades, com alguma forma de compensação por seguro.

Mais investimentos em pesquisas no controle as pragas e doenças, promovidos pelos órgãos públicos.

Manter o Estado livre de pragas quarentenárias A2. Pessoal / Engenheiros Agrônomos (capacitados).

Mão-de-obra. Política estadual em sintonia com a federal.

Massificar ações do programa de controle do Bicudo, como forma de garantir a consolidação de praticas de mansão e a sustentabilidade da cadeia produtiva empresarial e familiar.

Medidas contra pragas de outras regiões.

Melhor informação das técnicas para pequeno e médio produtor não tem um apoio. Sobre saúde animal.

Melhora da proteção barreiras e capacitação.

Melhorar a fiscalização em viveiros de mudas e de entrada de material propagativo.

Minimizar ocorrência de prazos, aumentando a produção fazendo com que haja aumento da qualidade que vai ser necessário para sobrevivência do negocio (N.A).

Monitoramento das doenças e pragas que ainda não existem na Bahia.

Montar campos experimentais por região com varias variedades, selecionar as que melhores adaptarem e mais resistente a doenças e pragas, com mais produtividades e teor de sacarose; Capacitar técnicos da ADAB para monitorar a entrada de clone de regiões onde tem problema com doenças fungicas como é o caso do amarelinho que vem arrasando as plantações do México e o carvão presente em quase toda regiões do Brasil.

Na busca pelo equilíbrio, conscientizar os produtores quanto ao uso correto e seguro de agrotóxicos, diminuição da quantidade de uso, considerando que a cana é o produto que mais consome agrotóxicos.

Necessitamos que a ADAB nos orientasse e nos dê prazo para enquadrarmos dentro das normas.

Oportunidades- capacitação pela universidade das tecnologias de produção florestal.

Os órgãos de competência. Deve-se fazer um processo de rastreamento com parceria e sensibilização de todo público.

Padronizar a linguagem e o entendimento da legislação nos órgãos responsáveis por tal ação. Estabelecer medidas de controle de mobilização de cargas de enxames no Estado.

Políticas de aproximação entre as universidades e produtores.

Preocupação com a produção vermelha que vem se alastrando com incidência e providencia em torno à reunião no sisal. Modelo "Ações para prevenção e controle da podridão vermelha no sisal" – SEAGRI.

Preocupar-se com a regularização de registros de agrotóxicos e destino de suas embalagens. Certificação estadual de sementes e mudas. Estudos de pragas setoriais. Clonagem (estudo).

Prevenção erradicação de pragas nas lavouras. Fator de grande importância para o segmento de hortaliças.

Problemas de registro com agrotóxicos para hortaliças; maior pesquisa de pragas.

Produtor – conscientização e capacitação. Estado- tornar a fiscalização preventiva e efetiva a ASTEC.

Programa de conscientização do uso de agrotóxicos para pequenos produtores rurais- florestais; treinamento sobre a utilização de agrotóxicos.

Programa de defesa vegetal específico para dar conhecimento das portarias do ministério da agricultura no que respeito a legislação de defesa sanitária do segmento e adequar as condições sanitárias da Bahia. Aplicação da legislação vigente assegurando dessa forma o equilíbrio do sistema de produção, sanidade vegetal de seus produtos.

Promover ações juntamente com os órgãos ligados à defesa e pesquisa no sentido de conhecer e interagir em medidas profiláticas e terapêuticas.

Quantidade de técnicos e aparelhamento; Cadastro sanitário e controle de trânsito; Educação sanitária.

Que os produtos a serem comercializados, devam ser obrigatoriamente rotulados e inspecionados, SIE OU SIF.

Redução do uso de pesticida do mesmo tempo que possa ser utilizado a própria mandioca como importante (defensivo orgânico e adubação e de forma racional utilizar herbicidas e reduzir os quantitativos de copinas).

Registro de agente controle biológico. Prevenção da monilíase.

Regras claras das normas de defesa contra a introdução de pragas, comercialização de produtos.

Retomada do monitoramento do bicudo. Maior enfrentamento do transporte de “caroço em algodão” e “algodão em caroço”. Controle maior das plantas voluntárias.

Seguir a legislação vigente.

Solicitar a participação da ADAB no processo de fortalecimento e desenvolvimento da cultura do guaraná mudas adequação das estruturas p/ agricultura familiar.

Somente com o sistema de cooperação, podemos alcançar estes objetivos, pois é um aspecto coletivo envolve pesquisa, laboratório suínos. Promovem este trabalho nas cooperativas.

Ter fiscalização adequada na origem dos produtos.

Tímida precisa criar e aplicar programas de sanidade de caprinos e ovinos. Precisamos de um cadastro geral. Reforçar a defesa em pessoal e equipamentos.

Trabalhos de educação sanitária nas áreas produtoras, visando o uso seguro e correto dos agrotóxicos.

Trabalhos de inculturação. Comercialização de produtos.

Utilização da monipueira na fertirrigação, irrigação e alimentação animal (certificação).

Viveiro de mudas, falta fiscalização por parte do MAPA, maior fiscalização na difusão de pragas e doenças.

Zoneamento das áreas de produção potencialmente afetadas por inimigos matinais.

07. P, D & INOVAÇÃO

Acreditamos que seja ligada a melhoria técnica, pois intrinsecamente, necessita da pesquisa e tecnologia.

Adotar novas técnicas de produção desde cultivares até o produto final.

Agregar valor ao pescado, visando à valorização das espécies de menor valor comercial, a exemplo da polpa de peixe (surubim, Kamab, etc.).

Aliar pesquisa e extensão em pesquisa ação.

Ampliação de Pesquisa

Ampliar as parcerias para trabalho de pesquisa que visem incrementar o processo de avanço tecnológico, ressaltando ações de retomada da produtividade e de clones com maior tolerância e alta produtividade, considerando doenças (VBE monilíase), solos de fertilidade baixa a mediana, associando características de clima (baixa pluviosidade).

Apoio a criação de produtos inovadores e de boa aceitação para os consumidores.

Apoio para preparação das bases produtivas, com equipamentos curós, treinamentos, consultorias e participação em oportunidades inovadoras para uma maior preparação dos produtores.

Aproveitamento da planta inteira.

Aproximação das pesquisas dos produtores para apropriação do conhecimento pelos poderes da pesquisa sobre monipueira e outros produtor da mandioca.

Aproximação do pesquisador com a sociedade. Falta financiamento para pesquisa.

As inovações com relação à mandioca são grandes, porém ainda pouco difundidas.

As inovações tecnológicas ainda são acessadas pela agricultura familiar de forma que sejam apreendidos e colocados em prática.

Através de pesca com frigorífico; Petrecho de pesca.

Aumentar os recursos do IDR- Sisal; Convênios com UFBA e SENAI para pesquisas em tecnologia de processamento agroindustrial.

Ausência de parcerias com universidades e órgãos de pesquisa com o segmento suinícola.

Auxiliar nas políticas OGN. Materiais mais promissores (melhoramento).

Baixo poder aquisitivo para inovar; direcionar recursos para cada tecnologia.

Beneficiamento da fibra no coco.

Busca de novas tecnologias, visando o aproveitamento de subprodutos que agreguem valor ao produto principal.

Buscar em parcerias com outros agentes, novas tecnologias já devidamente comprovadas e facilitar sua introdução e/ou experimentação em outros locais e comunidades.

Buscar parcerias com instituições de ensino e pesquisa para divulgar informações tecnológicas; buscar identificar potenciais para inovação nos processos.

Campos experimentais de café nas diversas regiões produtoras.

Centro de excelência e promover a criação e preparo para os equipamentos.

Com o incentivo de fecundaria novos comportamentos serão necessários. Cultivar para este fim, plantadas, além de fontes de fertilização por esta finalidade.

Conscientizar os produtores que se deve substituir ranchos. Fazer pesquisa mais avançadas.

Conseguir produtos com mais tolerância a pragas e doenças, boa adaptação climática e produção elevada.

Consulta do grupo gestor e recomendação para as demais regiões.

Coordenação integrada visando inovação do setor criando parcerias por meio do cooperativismo.

Criação de centros para desenvolvimento genético para cultivos aquáticos.

Criação de empresas de pesquisa estadual para estudo do clima/solo do semi-árido tipo EMBRAPA.

Criação de instituto apícola da Bahia, como suporte às atividades de P, D & I.

Criar centro de pesquisa no campus da UFRB, para trazer tecnologia à cadeia produtiva.

Criar instrumentos para divulgar pesquisas existentes, que venham fortalecer o setor pecuário.

Criar parcerias com órgãos públicos ou privados, sendo mais eficientes os termos definidos como, por exemplo, melhor aplicação da glicerina.

Criar planos.

Criar sistemas e programas que facilite o dia a dia da agropecuária.

Criar um centro de pesquisa no campus da UFRB, como retaguarda tecnológica a cadeia produtiva.

Criar uma política de difusão das pesquisas para agilizar a democratização no seu conhecimento e criar as condições para acessá-los. Incentivar novas tecnologias de acesso a agricultura familiar.

Desenvolver pesquisa cafeeira personalizada tanto para arábica como para *conillon*.

Desenvolver sistemas de produção mais adaptadas as realidades (planalto, litoral e oeste baianos).

Desenvolvimento de máquinas para desfibrar sisal; Pesquisar o uso dos subprodutos; Melhores tecnologias nas reservas e industrial.

Desenvolvimento de novas embalagens e novos produtos.

Deve-se a inovação do setor da cana-de-açúcar com o desenvolvimento de menos produtores e aproveitamento de seus produtos.

Difundir a tecnologia já existente.

Difundir, incentivar e promover pesquisas com foco principal no pequeno produtor, com produtos, subprodutos e mercado.

Difusão das propriedades terapêuticas do guaraná e seus subprodutos.

Difusão dos novos produtos oriundos da mercadoria, bem como de novos cultivares obtidos através da pesquisa.

Difusão para a agricultura familiar e um maior investimento nestas. Desenvolver linhagens novas adaptadas a região.

Direcionar as pesquisas as demandas da cadeia produtiva.

Direcionar as pesquisas às demandas da cadeia produtiva; levar os conhecimentos produzidos na pesquisa para extensão rural; caracterização epidemiológica.

Direcionar o melhoramento da produção dos derivados da cana-de-açúcar em toda cadeia produtiva abordando produtores de derivados e fornecedores de máquinas e equipamentos e todos os demais insumos estratégicos para a produção; Desenvolver pesquisas para o melhoramento do processo e ou produto; Realizar pesquisas e testes das variedades de cana-de-açúcar em e gerar relatórios técnicos das pesquisas; Realizar pesquisa em todo elo de produção; Desenvolver protótipos de aperfeiçoamento de equipamentos para as pequenas agroindústrias; Pesquisar e Desenvolver alternativas energéticas para o aproveitamento integral dos resíduos da cana-de-açúcar na agricultura familiar.

Discussão das diretrizes de rede de cooperativas; investimento em biologia molecular, clones, sistemas de gestão eficaz, dupla aptidão.

Divulgação do programa de incentivo a produção de borracha natural nas universidades vislumbrando a busca de interesses de alunos de pós-graduação em direcionar as pesquisa no setor heveícola (cultivo da seringueira).

Divulgar e otimizar os trabalhos de pesquisa desenvolvidos na Bahia. Fazer com que essas informações cheguem dos apicultores que compõem a base produtiva.

Dotar melhor as entidades de OSD quanto a recursos financeiros e materiais, processo de capacitação e divulgação dos resultados fazendo chegar ao público fim.

Elaboração de um programa para incentivar o aumento de garantia.

Empresas de refrigerantes e bebidas tendo o conhecimento dessa produção de guaraná da Bahia.

Envolver as universidades e organismos de pesquisa no sentido de desenvolvimento de tecnologias específica as atividades na Bahia.

Envolver mais as universidades para credenciamento de laboratórios.

Essencial a interação entre a pesquisa e o estabelecimento de estratégias e medidas de inovação.

Estabelece uma política de pesquisa e inovações tecnológicas com ênfase na produtividade e na resistência a doença.

Estabelecer parcerias entre órgãos de pesquisa pública e os centros de tecnologias da iniciativa privada.

Estimulada por recursos privados, a pesquisa tem garantido material genético produtivo, resistente e adaptado as regiões produtoras.

Estimular a pesquisa e renovação entre os jovens nas três esferas do poder. Criar prêmios para pesquisa e criar com estudantes nas escolas públicas e privadas.

Estudo para a implantação de agroindústria de processamento de hortaliças – verticalização da produção, agregando valor às hortaliças.

Estudos sobre a dinâmica das cabucas e para estabelecer plano de manejo florestal sustentável.

Evitar pactos ambientais.

Extensão rural forte para que a tecnologia de ponta chegue ao produtor rural.

Facilidade de acesso a melhores tecnologias.

Falta de disseminação nos trabalhos de pesquisa; maior estudo para pragas e doenças.

Falta de integração entre o setor produtivo com os órgãos de pesquisa. Ausência de determinação de prioridades do direcionamento da pesquisa científica.

Falta de pesquisas para desenvolver novos produtos a base de pólen, georreferenciamento dos apiários.

Falta pesquisa cafeeira regional.

Faltam variedades desenvolvidas na Bahia, faltam campos experimentais, para desenvolvimento de variedades adaptadas, ou que mais se adapte as regiões produtoras.

Fazer a ligação entre as necessidades da cadeia produtiva com as pesquisas desenvolvidas nas Instituições; Utilizar as demandas observadas a partir da Extensão para orientar as pesquisas.

Fazer chegar à pesquisa ao produtor. Extensão rural. Incentivo a inovação para meio de credito.

Fazer informações chegar aos produtores, ou melhor, desenvolver pesquisa demandada pelo setor.

Focar os esforços de pesquisas e desenvolvimento nos produtos que a Bahia tem vantagens competitivas.

Fomento a pesquisas aplicadas fundamentais nas demandas advindas do campo.

Fomento de mais centros técnicos e universidades no Extremo Sul; Parcerias com P & D das grandes empresas do setor.

Fortalecer as pesquisas das instituições.

Fortalecer as universidades com liberação de recursos para equipar os laboratórios para pesquisa e análise dos produtos apícolas de uma forma mais pratica e ágil.

Fortalecimento das instituições de pesquisa.

Fortalecimento das instituições de pesquisa; desenvolvimento de material genético adequado as regiões; interação pesquisa x setor produtivo.

Garantir a participação das universidades em todas as fases (pesquisa, ação, divulgação), visando a melhoria das questões técnicas do segmento e repercussão na qualidade do produto.

Garantir que os apicultores tenham acesso aos resultados das pesquisas, ter oportunidade de ser inovador, tornar-se competitivo no mercado.

Geração de novas pesquisas, parcerias (Embrapa e outras instituições); falta de pesquisa especifica.

Incentivar o desenvolvimento de pesquisas e transferência de tecnologia atendendo as demandas regionais.

Incentivar pesquisa, fazer chegar ao agricultor resultado de inovações tecnológicas.

Incentivo a pesquisa no setor, publicação de dados técnicos para desmistificar questões associadas ao setor.

Incentivo ao processo de informatização das instituições.

Incentivos a pesquisa regional e capacitação dos operadores do setor.

Incrementar tecnologias, intercâmbios e pesquisas.

Indústria para aproveitar melhor o produto com outros derivados e resíduos como: casca e araras a ser beneficiados como ingredientes para ração animal.

Iniciar transgenia para a cultura do eucalipto e outras espécies.

Inserção das universidades mais efetivamente na pesquisa e extensão nas áreas e pesca, tecnologia de pesca, agricultura e meio ambiente.

Instalar centros de pesquisa com o pessoal qualificado, formar Mão de obra especializada.

Intercambio maior com as pesquisas nas universidades baseando com mais facilidade aos produtores (fácil acesso).

Introduzir equipamentos adequados ao processamento do guaraná na agricultura familiar a pesquisa aplicada um grande desafio.

Investimento nas atividades de pesquisa para ajustes dos principais gargalos na cultura do dendê.

Levar os resultados das pesquisas existentes até o campo; Colocar em prática os resultados de pesquisas; Identificar necessidade de novas pesquisas.

Levar para o campo todas as pesquisas dos órgãos que são mantidos pelo aparelho estatal; Valorizar as descobertas feitas pelo homem do campo dando condição para aprimoramento.

Limpa de doença; material genético melhorado, fortalecimento de instituto de pesquisa.

Maior interação entre a pesquisa e o setor produtivo.

Maior investimento das empresas privadas.

Maior número de parcerias com universidades e empresas de pesquisa.

Maior parcerias com as universidades para fomentar pesquisas na área apícola.

Manter o sistema de fiscalização do PROALBA, mais ativos.

Manter programa PROALBA/FUNDEAGRO, ampliando recursos para projetos de P, D e I e de transferência de tecnologia (novas cultivares e OGMS).

Mapear a origem global da Bahia. Idem com pólen tipificação dos própolis.

Melhoramento genético.

Melhorar o nível da capacitação técnica, acadêmica. Troca de conhecimento com a ponta.

Melhoria clonal das variedades utilizadas; desenvolvimento de pesquisas que visem à melhoria do produto elaborado.

Melhoria de produto e tecnológico no aproveitamento da cadeia produtiva; pesquisa na área de melhoria da produção rural e melhoria da sanidade.

Montagem de unidades de transferência de tecnologia (apiário), demonstrando modelos inovadores em todo território estadual.

Muito carente, se faz necessário com urgência.

Munir as universidades estaduais de laboratórios de produção análise de produtos apícolas. Mapa: reabrir laboratório oficial para agilizar processos de empresas, estabelecimentos na Bahia.

Não chega ao produtor de maneira eficiente e integrada.

Necessidade de conhecimento da realidade para desenvolvimento de pesquisas de interesse dos produtores.

No caso do leite, o desafio é a difusão das tecnologias já disponíveis, suficientes para triplicar a produtividade de nosso rebanho leiteiro.

Oportunidade- geração de tecnologias para produção de florestas de múltiplo uso, através de universidade
Ex: celulose, carvão, construção civil, etc..

Os grandes avanços nas cadeias produtivas vêm por meio de inovar tecnologias. Cabe aos órgãos de pesquisar buscar avanços através de atividade de pesquisa.

Outras ações poderão ser desenvolvidas, como diferenciação na produção de amidos especiais.

Para cadeia produtiva do leite a aplicação do acervo tecnológico existente já produzia a mudança efetivas da cadeia. A pesquisa quando necessária, ser realizada "sob encomenda".

Parceiras com instituições privadas e universidades nas áreas de pesquisas voltadas a produtividade e redução de custos.

Pesquisa – pesquisas que sejam utilizadas pelos produtores.

Pesquisa da cadeia produtiva com ações compartilhadas como forma de garantia a comercialização na cadeia produtiva.

Pesquisa de utilização-elaboração de compostos; apoio ao produtor com tecnologias, técnicos que apoiem elaboração de novos produtos.

Pesquisa e desenvolvimento contínuo no desenvolvimento de sementes. P &D de derivados de óleo da mamona; Aumento de tecnologia interna em maior rentabilidade dos setores com maior produtividade o valor agregado.

Pesquisa novos guaraná associação ao chocolate produtos de beleza.

Pesquisar clones resistentes de alta produtividade, estimulação- novas formas.

Pesquisar novas aplicações do principio ativo do guaraná para produto de beleza, medicamentos, etc.

Pesquisas programas nas oportunidades de oleaginosas, exceto (soja).

Plano de manejo do cacau em áreas de cabruca.

Políticas de incentivos à produção de mudas e implantação de florestas nativas, sob novas formas de produção.

Precisamos construir acompanhamento específico. Só assim ocuparemos um lugar de destaque na produção de carne ovina e caprina mundial.

Priorizar a apicultura, ela não ser vista como renda complementar, incentivos á pesquisas nesta área. Além do maior envolvimento das empresas de pesquisas.

Produção de sementes de mamona para baixa altitude; Difusão/implantação de esmagadoras moveis para grãos e oleaginosas.

Promover a integração entre universidades e empresas de pesquisas, com organizações que executam a assistência técnica. Acesso do apicultor no Estado.

Promover o potencial fitoterápico do guaraná.

Que a pesquisa chegue a todos, com os conhecimentos inovações para que as parcerias em todos os níveis tragam resultados esperados.

Reativação de estações de pesquisas de estradas. Parceria com produtores para implantação. Pesquisa em propriedades privadas.

Recuperar as ações de pesquisa no Estado, focando na produção de oleaginosas, testando novas culturas, sistemas de produção e desenvolvendo novas tecnologias e tecnologias adaptadas pela agricultura familiar.

Seria um trabalho de parceria fazendo estímulo a CEPLAC, EBDA, etc. experiências da comunidade para alcançar o alvo.

Transferência de tecnologia ao agricultor (informação gerada pela pesquisa não chega ao produtor).

Transformar a economia extrativista em cultura agrícola.

Trazer a indústria têxtil para o Estado.

Uma parceria com areias públicas.

Uso 100 % da planta- lixo zero.

Variedades melhoradas – setor pesquisa EBDA.

Variedades resistentes e preparo do solo diferenciado.

08.GOVERNANÇA DA CADEIA

A falta de organização dos produtores.

Ação desordenada.

Administrar a câmara com isenção buscando os gargalos nas políticas públicas relacionadas a crédito, licenciamento ambiental.

Agregar os territórios de identidade à câmara.

Ajuda do governo estadual no incentivo e programas voltados para o guaraná.

Apoiar através dos órgãos oficiais as iniciativas dos produtores organizados em associações cooperativas.

Apoio a associações cooperativas e federação e eventos voltados a organizações sociais.

Apoio a toda cadeia na produção dos produtos orgânicos.

Apoio as entidades representativas dos apicultores (grupos, associações, cooperativas, federação) para

facilitar a participação e desempenho para que chegue mais resultado aos apicultores.

Apoio governamental através de programas voltados ao desenvolvimento da cultura.

Aproximar poder público, cooperativas, associações e iniciativa privada objetivando a promoção do desenvolvimento do Território do Baixo Sul.

Articulação entre a câmara e os territórios de identidade.

Articulação governo/ Coop- Associação de criador/ e produtor; Conhecimento pleno e art. Com Territórios.

Articular fóruns de discussão na base com a presença de apicultores familiares para que eles apontem seus pontos de vista. Fortalecimento do cooperativismo.

As lideranças da pesca locais, tem que ser maior, evitando-se o caso da "CASA DAS MARISQUEIRAS" de Alcobaça entre posto de pescador que nunca funcionou e foi inaugurado no governo do Sr. Cesar Borges.

Atrelar os benefícios públicos à efetiva região à FABAMEL. Avaliação de todos os projetos pela câmara setorial, eliminando duplicidade de projetos apoiados por órgãos públicos.

Aumentar a presença do Estado através do estabelecimento de parcerias entre instituições, através de convênios.

Aumentar o número de apicultores filiados nas associações e federação da apicultura.

Buscar organizar e fortalecer a gestão compartilhada e transparente das empresas e órgãos públicos.

Buscar perfeita harmonia e participação dos órgãos em todas as esferas para o fortalecimento da cadeia.

Comunicação entre os atores sociais da cadeia produtiva, criar portal da cana-de-açúcar.

Conceder tratores do programa de revitalização para o vale do lúiu, fazendo preferências para quem realmente quer plantar.

Continuidade da câmara setorial.

Continuidade do processo associativo e fóruns de discussão; Fortalecimento da sociedade organizada; sustentação dos setores organizados.

Controle do fluxo de mercado nas fronteiras do País.

Criação de câmaras setoriais.

Criação de grupos, gestores locais com representantes dos segmentos da cadeia da seringa.

Criação de uma associação de produção de piaçava. Organização total da cadeia.

Criação do circuito Baiano de Agronegócio. União de palestra e simpósios em um único grande congresso.

Criar grupos gestores territoriais de forma a criar um diálogo regional.

Criar/ Fortalecer as câmaras regionais (territoriais) para o cultivo de oleaginosas. Interagir com os "Pólos Biodiesel" e outros fóruns organizados.

Cumprimento rigoroso da legislação na importação.

Dar credibilidade as instituições que coordenam as cadeias produtivas.

Dar incentivos para os apicultores iniciantes filiar-se as associações cooperativas

Definição de liderança, meios para a segmentação da governança, formação de rede, coordenação por região, participação da câmara setorial da borracha Brasil.

Democratizar a composição dos conselhos e órgãos tripartites.

Despertar nos produtores a necessidade da participação em fóruns e simpósios promovidos e apoiados pelos órgãos.

E muito importante essa organização da cadeia, um planejamento que fundamenta as bases para o crescimento da cultura.

Elaboração de um plano estratégico para indicação de período de plantio e do que deve ser plantado.

Envolver atores de todos os elos da cadeia na câmara setorial.

Espaços de discussões não estão devidamente ocupados pelas representações dos agricultores familiares (legitimidade).

Está sendo construtiva juntamente com as ações promovidas para o desenvolvimento do setor.

Estabelecer mecanismo de coordenação e logística governamental em parceria com as instituições diversas que atuam na cadeia do algodão.

Estimulo a programa de produção integrado pecuária tendo os princípios como agentes de integração vertical.

Estreitamento do dialogo entre governo, elos da cadeia e instituições financeiras.

Estruturação da cadeia produtiva da mandioca e seus derivados/subprodutos.

Estruturação da organização, Fortalecer a câmara setorial.

Estruturação dos pequenos produtores.

Estruturar a cadeia de forma que todos os elos estejam sendo produtivos e remunerados de forma e que se mantenha sua atividade.

Estruturar órgãos de governo que atuam no setor para melhor prestação dos serviços.

Facilitar o processo de coordenação da cadeia através da governança.

Falta de articulação entre os vários órgãos envolvidos na cadeia.

Falta de cultura ao associativismo e a cooperação mutua; Ausência de mapeamento da produção técnica e de subsistência para a suinocultura.

Falta organização da cadeia com inter-relações dos órgãos envolvidos.

Fazer chegar as instancia decisórias todas as sugestões/recomendações das câmaras setoriais.

Fazer com que estas formas tragam um resultado cada vez mais eficiente.

Fazer com que os fóruns e ambientes de discussão já existentes se integrem a câmara setorial lançada hoje.

Fortalecer a câmara setorial do café, garantindo participação de todos os atores, principalmente dos pequenos e médios produtores.

Fortalecer a câmara setorial; Fortalecer os territórios; Agregar valor (elos cadeia).

Fortalecer a entidade estadual como propagador de aços junto aos produtores avícolas.

Fortalecer a representatividade da câmara; agregar os territórios de identidade a câmara; fomentar a governança territorial.

Fortalecer a representatividade das diferentes estâncias na câmara.

Fortalecer as organizações (associações e cooperativas) já existentes, dando continuidade ao trabalho que já esta em andamento de organização de apicultores, fortalecendo a cadeia nos territórios de identidade.

Fortalecer e atender as recomendações das câmaras setoriais. Buscar sempre a integração entre os diversos elos da cadeia.

Fortalecer encontros, simpósios difusão de conhecimentos específicos, etc.

Fortalecer espaços de concentração com outros setores. Promover projetos interinstitucionais.

Fortalecer os órgãos de atuação diretamente com os sistemas de produção, visando torná-los mais fortes no âmbito político/econômico.

Fortalecer participação da Bahia no CDPC.

Fortalecimento da ATER e implantação de agro indústrias.

Fortalecimento da cadeia - cooperativas, gestão associada, continuidade do segmento; ampliar participação do setor produtivo.

Fortalecimento da cadeia através de seus principais atores.

Fortalecimento da cadeia produtiva com o beneficiamento.

Fortalecimento da câmara setorial com maior participação dos produtores; Difusão das idéias cooperativismo.

Fortalecimento da FEBAMEL.

Fortalecimento das câmaras setoriais com organização total da cadeia produtiva. (produção, industrialização e comercialização).

Fortalecimento das governanças regionais.

Fortalecimento das organizações e fóruns de discussão dos apicultores no Estado.

Fortalecimento de Câmara; Articulação das anotações; Envolvimento territórios na Câmara (fornecedor de informações).

Fortalecimento de cooperativas e associações de gênero.

Fortalecimento dos fóruns territoriais, comitês associações como forma de garantir a comercialização na cadeia produtiva.

Fortalecimento nas câmaras setoriais.

Garantir a estruturação, reestruturação das organizações (associações/cooperativas).

Garantir a permanência da câmara.

Gestão áreas georreferenciadas.

Identificar novos líderes e gestores que possam dar seqüência dos trabalhos. Promover a capacitação dos líderes expoentes. Trabalhar cooperativismo e associativismo.

Incentivar a cooperação técnica científica e cultural entre os diversos segmentos envolvidos, objetivando a difusão do conceito de governança corporativa.

Incentivar jovens agricultores a permanecer em suas propriedades, ampliadas as escolas técnicas e buscando curso de nível superior, conseqüentemente fortalecendo a agricultura familiar.

Incentivar parcerias.

Incentivo ao cooperativismo fazendo com que os pequenos produtores possam produzir e comercializar atendendo o que determina a legislação.

Inserção da Silvicultura na secretaria da agricultura e destaque e desmistificação da atividade quanto aos produtos gerados.

Institucionalizar e fortalecer as câmaras setoriais; Fortalecer a política territorial.

Integração dos diversos segmentos da administração pública com a iniciativa privada. Mantendo seu funcionamento permanente.

Integração dos setores produtivos e de preservação ambiental de forma a obter uma produção sustentável e legal.

Integrar as diversas regiões produtoras.

Integrar os parceiros territoriais e estimular para buscarem objetivos comuns.

Interação com a câmara setorial federal de silvicultura; fortalecimento das associações de produtores.

Interiorização das reuniões dos fóruns para participação dos produtores regionais.

Intervenção por parte do governo no equilíbrio dos preços dos produtos hortícolas, visando lucro estável aos horticultores – fortalecendo a cadeia.

Investimento na melhoria e padronização dos produtos e estruturação da cadeia produtiva.

Maior acompanhamento e apoio dos órgãos governamentais para fortalecimento da cadeia.

Maior e melhor articulação do grupo com reuniões itinerante.

Manter a funcionalidade das (instituições) organizações afins.

Manter e ampliar o comitê do guaraná da BAHIA.

Manter e fortalecer o cooperativismo, reestruturar as cooperativas, Consolidação da Bahia como exportadora de mel.

Manter políticas públicas de médio e longo prazo, sempre atualizados com o avanço tecnológico e necessidades intrínsecas da cadeia produtiva.

Manter-se organizados e com perseverança.

Melhor articulação do grupo, com reuniões itinerantes.

Melhor articulação do grupo.

Melhora na gestão das cooperativas; Consolidação dos pólos do MDA.

Melhorias o intercambio e união dos seguimentos de toda a cadeia produtiva com vista a fortalecer e induzir políticas públicas para melhorar das associações.

Mudar a mentalidade governamental, principalmente do ministério do trabalho no tratamento com o produtor.

O entendimento do setor público da cadeia produtiva e de suas potencialidades deveria gerar ações de apoio com o objetivo de eliminar gargalos e dar gás para maximizar as potencialidades.

O governo se apoderar da tecnologia envolvida na cadeia produtiva do café.

Organização do Agricultor familiar.

Organização do fórum de cadeia de oleaginosas.

Organizar os apicultores em associações e cooperativas em todos os territórios, visando o empoderamento dos mesmos no fortalecimento da cadeia produtiva.

Parceria entre ONG para pesquisa e distribuição de informações num processo de rede de controle e formação de comitês.

Parceria produtor com a indústria em busca de políticas para o setor.

Participação do Estado na Câmara Federal de Base Florestal (MAPA); criação de órgão de promova simetria entre SEMA – SEAGRI - SEIC.

Participação significativa na estruturação da câmara.

Poderes e recurso ao grupo gestores.

Possibilitar o trabalho dos envolvidos dando seqüência as atividades desenvolvidas e indicar como importante em cada cadeia.

Pouco domínio por parte dos envolvidos; comitê de informações por indicação geográfica de fácil acesso.

Preparação dos responsáveis. Governo definir a responsabilidade; profissionalização; definição e disponibilização de sistemas de controles "padronizados".

Procurar se estruturar fortalecer com as organizações.

Produtor – associação – cooperativa - câmara (governo, iniciativa privada, outros).

Promover a articulação institucional e administrar para viabilizar suas atividades em todo elo da cadeia; Integrar ações para o desenvolvimento de políticas específicas para o setor; A câmara setorial também funcionara como conselho consultivo para tomada de decisão em toda cadeia.

Promover ações para fortalecer entidades representadas aos A. Familiares, e incentivar a criação de entidade estadual.

Promover debates com os apicultores de cada território, sem utopias e promessas fúteis.

Promover encontros periódicos para avaliar o plano estratégico da cadeia produtiva do guaraná.

Promover interação entre as cadeias produtivas e entre as entidades envolvidas.

Realização de parceria, visando a harmonização do setor as comunidades locais.

Reconhecimento pelos sucessivos governos da "governança da cadeia".

Reforçar as câmaras setoriais.

Registro de estabelecimentos do S.I Implantando de BPF e rastreabilidade.

Regulação e gerenciamento dos mercados, regulação de preços.

Seria a participação da agricultura familiar; Estruturar as cooperativas ligadas a esse seguimento.

Setorizada. Não há intervenção entre os diversos segmentos sociais com a atividade, provocando isolamento e decisões pertinentes ao interesse particular.

Sociedade organizada.

Tornar a cadeia setorial oferecer firmamento de desenvolvimento com uniões periódicas, descentralizadas, com deliberações conseqüentes.

Trabalhando de forma organizada devo forma que estamos fazendo.

Unir em cooperativas, associações, criar sindicatos que unam os produtores para que possam se fortalecer e buscar objetivos em comum.

Utilização dos fóruns para estabelecimento de maior interação entre os parceiros envolvidos.

Viabilizar o fortalecimento da CEPLAC, câmaras Setoriais nacionais e estaduais, federação com o objetivo de tornar mais forte todos os elos da cadeia produtiva na política e na economia.

Zoneamento agro-ecológico com definições das áreas potencialmente produtíveis e destinadas a construção e recuperação de corredores ecológicos.

09. LEGISLAÇÃO

A legislação trabalhista não é adequada a necessidade da cadeia produtiva do café.

A lei que regulamenta o teor ou o percentual a ser utilizado nos sucos e refrigerantes se fosse obedecida em relação ao guaraná seria uma grande solução.

A nova legislação deve se passar por algumas mudanças em quase todos os setores definindo assim, talvez por classes, analisando assim a importância da diminuição dos tributos e impostos.

Acompanhamento da implantação do novo RISROA conhecido na definição dos UEMS E Entrepósitos de produtos apícolas.

Acompanhamento e fiscalização da legislação referente à produção de mudas e produtos industrializados.

Adaptar a legislação trabalhista e impostos a realidade da oscilação de preços das commodities.

Adequação a legislação ambiental atual; Definição de legislação tributária que apóie o desenvolvimento

do setor no Estado; Adequação a demanda trabalhista atual.

Adequação da legislação a realidade local.

Adequação dos produtores de agricultores familiares a legislação ambiental, social e comercial.

Adequar a legislação ambiental para licenciamento para pequenos empreendimentos agrícolas.

Adequar a legislação ao segmento seringueira no sentido de garantir sua aplicabilidade para expansão do agronegócio em consonância com o meio ambiente e sanidade vegetal.

Adequar a legislação do MA e ADAB a realidade da agroindústria.

Adequar os produtores.

Agricultores familiares têm dificuldade de lidar com procedimentos e normativos legais que vai da compreensão até a capacidade de adequação a sua realidade.

Ajustar as especificidades de cada cultivo e facilitar a tomada de decisão.

Ampliação da liberação de licença de pesca de lagosta.

Ampliar a legislação vigente.

Ampliar as licenças para pesca da lagosta.

Ampliar concessão das licenças da pesca de lagosta, respeitando a legislação; ANA – maior facilidade para uso na água e melhor acesso.

Aparelhar e estruturar o Estado afim de fazer cumprir e dar condições para o produtor/ indústria possam também cumprir a lei.

Aplicação do Programa Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos com a preocupação das especificidades do Estado estimulado a construção de um programa próprio.

Aplicação e padronização das interpretações das leis vigentes por parte dos profissionais dos órgãos competentes.

Apoio da legislação a piaçava vinda de origem. Plantada diferentemente da de origem extrativista.

Articulação do programa específico e estadual, com legislação adequada; Construção de legislação estadual.

Atender a legislação do MAPA, no tocante a construção de indústrias pesqueiras, conforme o manual de construção desta entidade.

Atendimento a legislação das águas para o cultivo da pesca e da aqüicultura.

Atendimentos as normas ambientais; Normatização para análises de ciclo de vida do produto de forma a suportar cumprimento a exigências de sustentabilidade sócio ambiental da sociedade.

Ativar e simplificar legislação.

Atribuição sobre o guaraná e de 12% no armazém é de 4%.

Atualização da legislação ambiental com participação dos produtores. Divulgar a legislação de defesa sanitária do Estado.

Atualizar e deixar a legislação mais amigável ao produtor sem perder a qualidade e segurança, uniformizando ou deixando claros os programas das agências de fiscalização.

Buscar acesso às informações de forma palatável sobre legislação vigente para o produtor.

Buscar formar de facilitar a legalização dos pequenos produtores, e procurar enquadrar o produtor florestal na agricultura.

Capacitação de armazenagem do produto com a ajuda de técnicos agrícolas.

Capacitar o apicultor e apoiá-lo para que se adéqüe a legislação, universalizar esse atendimento. E a fiscalização ser após propiciar condições dos apicultores de se adequar.

Capacitar produtores e trabalhadores rurais para cumprimento de legislação trabalhista.

Colocar em pratica e funcionar todas as legislações vigentes.

Conscientização dos apicultores sobre a legislação e preservação do meio ambiente.

Consideração da seringa para compor a reserva legal e preservação permanente.

Consolidar meios que possam contribuir para consolidar os mecanismos facilitadores para operacionalizar toda a cadeia produtiva.

Criação de implementação específica para caprinos e ovinos.

Criação de normatizações para ABSF estadual produtor de abelhas sem ferrão.

Criação e divulgação pelo MPA de legislação específica para agricultura e pesca.

Criação e elaboração de serviços de inspeção municipal para facilitar aos produtores diretamente pelos seus municípios.

Criação específica para produção associativa da agricultura familiar.

Criar incentivos fiscais e subsídios.

Criar o serviço de inspeção municipal SIM em todos os municípios do Estado.

Criar programa estadual de sanidade de caprinos e ovinos.

Cumprimento da legislação em vigor. (Abate clandestino) (comercialização) (Transporte) (Distribuição).

Cumprimento horizontalizar a fiscalização, desde a produção até o varejo; realizar fórum para debate e conhecimento da legislação do MAPA, ANVISA E SEFAZ.

Cumprimento rigoroso da legislação na importação de produtos que possam trazer pragas não existentes na Bahia/Brasil. Aprovação da lei da cabruca.

Datar as organizações de apicultores de infra-estrutura para que sejam atendidas as exigências legais para acesso a mercados.

Definição de estruturas que atendam legalmente aos apicultores da base de extração aos entrepostos e destino final, respeitando as condições dos pequenos apicultores.

Definição de legislação tributária voltada para o desenvolvimento do setor avícola.

Desburocratização nas exigências das certificações e legislações.

Descentralização do processo de licenciamento; criar o ICMS ecológico.

Desconhecimento da legislação por grande parte dos produtores

Desenvolver legislações específica para a cultura e derivados que venham a estabelecer procedimento uniforme para esses setores, visando elevar a qualidade dos mesmos e que sejam capazes de proporcionar suas certificações.

Difusão entre os segmentos a respeito da flexibilização das normas de tributação a comercialização. Discutir a produção sustentável do guaraná em região da área de cultivos em mata atlântica.

Divulgação da legislação, combater a interferência política e de outros poderes para o cumprimento da legislação.

Divulgar a legislação vigente aos que não tem acesso, universalizando a interpretação estadual/federal.

Efetiva fiscalização para que a legislação atual seja cumprida.

Estabelecer legislação adequada para exportação-importação; adequar a legislação em benefício da cadeia produtiva; estabelecer lei para normatizar a produção de mudas citrus e o ambiente produtivo no Estado.

Estabelecer uma política pública.

Este ponto é necessário seminário, palestras, campanhas de forma que todos tenham conhecimento destas leis.

Excesso de legislação com muitas normas que marginalizam o produtor. Tributação que desonere bens de capital e insumos.

Excesso de normas e leis, agravada pela falta de divulgação, levando ao descumprimento por parte do produtor.

Extremamente rígida, gera dificuldades de aplicação e ampliação da atividade.

Falta de fiscalização.

Falta de legislação adequada ao setor produtivo; harmonização entre a legislação Estadual.

Fazem cumprir a legislação vigente e, estrita articulação com o meio; Estabelecer padrões de qualidade; Incentivar a implantação do Sim.

Fiscalização do comércio ilegal dos co-produtos principalmente da cachaça (identificação de produtos clandestinos, pontos de comercialização, apreensão de recipientes inadequados na utilização do transporte e armazenamento da cachaça); Fazer cumprir a legislação; Fomentar e adequar as agroindústrias familiares enquadrando nas leis ambientais, sanitárias, sociais.

Fiscalizar e ao mesmo tempo agilizar os processos legais exigidos para que aconteça a produção.

Fiscalizar o cumprimento de legislação.

Fortalecimento da legislação como ferramenta de respaldo técnico – científico com o estabelecimento de estratégias para abertura de mercado.

Fórum para discussão com todos na cadeia de oleaginosas.

Garantir a inserção dos produtores que estejam aptos a importar ou exportar de forma legal.

Garantir o cumprimento da legislação vigente.

Governo sustentar as ações através de legislação compatível; preparar os produtores, criando sistemas de governança.

Harmonização entre as legislações entre os estados e governo federal.

Incentivos fiscais - formulação de políticas nacionais e estaduais.

Inserção da cadeia produtiva da mandioca na legislação vigente, com o estabelecimento de nossos técnicos.

Inserção da seringueira como composição da reserva legal no Estado da Bahia.

Justificar o amplo controle sem esquecer o acompanhamento e as normas técnicas.

Legislação ambiental aplicação do Oeste sustentável ao Extremo Sul, licenciamento simplificado para pequenos produtores e fomentados; Tributária: repartição adequada (ICMS ecológico).

Legislação clara e desoneradora.

Legislação desenvolvida em conjunto com a iniciativa privada e fiscalizando seu cumprimento.

Legislação p/ regulamentar a apicultura.

Legislação para licenciamento com transparência, rastreabilidade e menos burocracia; forma de licenciamento diferenciado para pequeno produtor.

Legislação para sementes e muda; para normatização de tipos de borracha; fiscalização quanto a pragas quarentenárias, preço mínimo, criar um fundo regional /recursos de ICMS.

Legislação tributaria recebia carne processual e in natura baiana, principalmente a processada (ter diferencial do ICMS).

Leis que regulam o uso de mudas com vistas a produção de plantas sadias.

Leis que regulamentam e facilite a exploração da cadeia; falta de revisão da legislação.

Levar aos diversos elos da cadeia capacitação sobre legislação ambiental, trabalhista, sanitária e fiscal. Proporcionar ferramenta para adequação às exigências viabilizar agilidades na liberação de "Licença".

Licenciamento ambiental para maior promoção.

Ligação Meliponicultura.

Maior clareza nas informações técnicas e criação de um manual prático padronizado a nível nacional.

Maior divulgação a nível nacional.

Maior divulgação das novas leis que regulamentam o negócio, proporcionando a comunidade maior entendimento de sua importância a sociedade e a função ambiente.

Maior envolvimento dos produtores no processo legislativo de interesse do setor.

Manter a legislação atual.

Manter legislação sempre atualizada, conforme avanço da cadeia produtiva.

Manter PROALBA - Enquanto outros estados (MT) mantiverem.

Manutenção da PROALBA e incluir ou facilitar a entrada do agricultor familiar.

Manutenção do PROALBA e participação da AF através de projetos que beneficiem aqueles que não obtêm benefícios.

Melhorar quantidade da matéria prima; Facilitar o comércio das oleaginosas e seus produtos industriais no mercado interno e externo.

Melhores incentivos fiscais.

Melhoria do sistema de incentivo fiscal, que abrange toda a classe; controle das importações.

Mesmo sendo uma cultura muito difundida e popular no País, não há leis que regulamentem a cultura.

Modernizar a legislação levando-se em conta a dinâmica do setor produtivo e os aspectos de mercado/ social e ambiental.

Muitas vezes conflitantes.

Não existe legislação específica; Criar programa estadual de caprinos e ovinos.

No caso específico da ovinocaprinocultura é ineficiente.

O ICMS do frango precisa ser isento.

O preço mínimo já instituído pela CONAB adequação das normas agroindústrias pelo nível da agricultura familiar.

Oportunidade- Descentralização e desburocratização do processo de licenciamento ambiental, através da capacitação de escritórios regionais do IMA, IBAMA, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, etc.;
Elaboração de um plano de adequação das propriedades rurais no tocante a reserva legal e áreas de preservação permanente.

Orientação às questões ambientais; Adequação as questões trabalhistas; Redução da carga tributaria na geração dos empregos.

Padronização das normas.

Padronização importação de frutas. Defesas doenças e pragas.

Padronização na importação- não permitir baixa qualidade; fiscalizar o controle.

Padronizar a linguagem e o entendimento da lei nos órgãos responsáveis. Efetivar medidas de retenção de cargas com produtos clandestinos.

Parceria com as instituições de vigilância para atender a legislação. Na cadeia produtiva guaraná exigência da ANVISA para garantir a aplicação da lei do suco.

Políticas publicas reguladoras da atividade, com menor burocracia de processos para a legalização das atividades.

Promovem instruções normativas estadual da participação da AF na CADEIA DA BIOENERGIA; Constituição de fundo para investimentos na cadeia de oleaginosas.

Promover a assistência jurídica aos pequenos produtores, principalmente, a adequação aos leis trabalhistas e meio ambiente.

Promover a fiscalização e/ou implementação da legislação ingente aos produtos oriundos da mandioca. Estabelecer padrões de identidade de qualidade para as diversas farinhas e féculas.

Qualificar e aprovar plano de manejo florestal. Qualificar e aprovar lei da "cabruca"

Que a legislação esteja ao alcance de todos principalmente a serviço do consumidor.

Que haja uma legislação compatível e desburocratizada em relação aos novos técnicos.

Que seja clara objetiva e direta e que tenham aplicabilidade.

Que seja limitado a tempo de tramitação de processos para outorgar o licenciamento ambiental.

Redução da burocracia e aumento da fiscalização.

Regularização tributária sobre o PIS/COFINS e cooperativas. Regularização do uso das águas (Uso real x Outorgado). Adequar a CLT (Rural x Urbana) é impossível aplicar no meio rural a Legislação Trabalhista aplicada no meio Urbano. Legislação Ambiental (menos burocracia).

Rever a legislação ambiental vigente junto aos órgãos ambientais em relação ao plantio do dendê principalmente os municípios que estão localizados no âmbito da mata atlântica.

Rever legislação vigente.

Rever os mecanismos legais relacionado com o licenciamento ambiental, visando facilitar sua aplicação e garantir a sustentabilidade do setor.

Revisão e atualização das leis e regulamentos específicos.

Rigor na ampliação das leis e fiscalização permanente.

Sem condições de informar.

Simplificação das normas, leis para melhorar compreensão e explicação das leis.

Simplificar e facilitação da legislação ao atendimento aos produtores de mandioca.

Simplificar os impostos dos produtos e derivados da mandioca.

Uma legislação mais condizente com a situação econômica financeira dos produtores.

Unificar as linguagens das entidades que não dão suporte.

Unificar as linguagens e interpretação das leis e divulgar maciçamente as leis que regem o funcionamento da cadeia. Abertura do MAPA em reconhecer as especificidades dos Estados na elaboração das leis.

Unificar o entendimento da legislação, possibilitando que os apicultores cumpram com as exigências.

Uniformização da legislação ambiental, com a introdução de normas de fácil entendimento e interpretação.

Zoneamento Agrícola: Adequação do zoneamento agrícola a realidade de cultivo nas diversas regiões produtoras de oleaginosas.

10.GESTÃO DA QUALIDADE

A gestão da qualidade deve ser realizada em parceria com os órgãos de assistência técnica e órgãos responsáveis também pela garantia da qualidade.

A informação de procedimentos do item irá gerar uma boa qualidade reconhecida dos produtos pesqueiros e da aquicultura da Bahia.

Acomodação da maioria dos produtores para adotar normas tecnológicas, para produzir produtos que atendam as exigências do mercado, respeitando a legislação ambiental.

Adequação das unidades de beneficiamento no intuito de aquisição da licença ISO.

Adesão de sistema único, boas práticas agropecuárias e de fabricação por todas as instituições da cadeia.

Adoção da qualidade com a resposta no preço de venda.

Ajustar tecnologias e processos que garantam qualidade a matéria prima utilizada na produção de biodiesel.

Ampliar mercados para a comercialização, cuja qualidade seja assegurada por normatização caracterizada para os diferentes mercados.

Ampliar o numero de laboratórios de análise de qualidade do leite.

Aplicação de HACCP- BPF. Padronização de produtos.

Apoio as instituições para: rastreabilidade do produto, organização da produção e da sociedade análise para garantia da qualidade e disponibilizar certificadora para orgânico.

Apresentar a importância e a qualidade do guaraná da BAHIA.

Aproximação das instituições de ensino e pesquisa à AF na cadeia da bioenergia; Continuidade de fundo para investimento na cadeia da oleaginosa.

As pisciculturas devem ter boas praticas agrícolas para atender as normas de exportação da união européia.

Assistência técnica em gestão de agronegócios e informatização.

Atenção a saúde do trabalhador rural; sistematização do controle no uso dos defensivos, fiscalização da aplicação dos agrotóxicos clandestinos; prazo de carência para a colheita.

Atitude extremamente importante na produção moderna deste importante alimento. Gestão na produção no processamento, distribuição e varejo.

Ausência de mecanismos para a questão da qualidade da produção florestal.

Boas F. de produção, Industrialização, Comercialização.

Boas práticas

Boas práticas de Produção, articulando-se.

Busca de apoio a varias instituições para acompanhamento nas mudanças de mercado e variações de produtos.

Busca de integração das propriedades rurais por produção de sistemas agroflorestais e silvopastoris de manejo sustentável.

Buscar experiências exitosas para difundir co os apicultores; foco no acesso a mercados mais remuneráveis.

Buscar novas técnicas em todos os níveis, através de convênios nacionais (universidades, etc.) e internacionais de pesquisa e tecnologia; definir padrão de qualidade da cadeia produtiva e certificação.

Capacitação – gestão – comercialização - padronização – qualidade.

Capacitação aos produtores e trabalhadores; Certificação; Classificação por tipo de EBDA.

Capacitação da cadeia produtiva em gestão de qualidade; implementação do sistema de qualidade no Estado da Bahia.

Capacitação das cooperativas de produção em gestão.

Capacitação de produtores.

Capacitação e divulgação de experiências exitosas como referencia.

Capacitação em processos agroindustriais em nível de proprietários de pequenas agroindústrias; Carros sobre produção orgânica.

Capacitar a cadeia em gestão de qualidade.

Capacitar a cadeia produtiva em gestão de qualidade, visando a certificação do processo.

Capacitar as cooperativas e centrais em gestão na qualidade e comercialização dos produtos, garantir assessoria às organizações de apicultores por parte de instituições/entidades capacitadas.

Capacitar os produtores em gestão da qualidade de forma pratica e aplicável.

Capacitar os produtores para que possam compreender a importância da qualidade na venda do produto ao consumidor, inclusive no que diz respeito a melhores preços.

Capacitar produtores em sistema de qualidade.

Capitalização dos produtores.

Certificação de origem.

Certificação de qualidade com identificação de variedade regionalizar ou produto de identificação geográfica.

Certificação internacional.

Certificações, criar selos próprios após o trabalho de I. G. (Identificação Geográfica).

Colocar no mercado produto de qualidade para adquirir um bom preço.

Combate aos atravessadores e Entrepósitos do Sul/Sudeste Implantação de BPF E APPCC nas unidades. Certificação orgânica e de origem e FAIRTRATE.

Competitividade, facilidade em reagir às mudanças.

Complemento a dificuldade das organizações dos agricultores familiares de se apropriar de sistema complexo de gestão da informação.

Criação de centro de formação em gestores de qualidade; Metodologia de rastreamento da qualidade do produto.

Criação de um centro de pesquisa nas universidades do Estado para apoio a pequeno e médio produtores florestais.

Criar plano de expansão de vendas interestaduais e internacionais.

Criar programas de certificação da carne suína produtiva com qualidade.

Criar selo de responsabilidade social e ambiental no âmbito municipal, como ponto de partida ao processo de certificação (ISO).

Cursos de boas práticas.

Cursos de capacitação de produtos; Apoio as organizações dos produtores como: cooperativas e associações.

Definir metas para o setor primário, implantar programas e campanhas sobre qualidade; criação de selo qualidade.

Desenvolvimento de programa de qualidade visando agregar valor.

Doação de secadores para a agricultura familiar e financiamento para os demais produtores.

Efetivo monitoramento permanente da qualidade em todos da entrada da cadeia.

Em se tratando de agricultura familiar o desafio é conscientizar o apicultor desta necessidade.

Equilíbrio entre a pesquisa científica, os procedimentos técnicos, a base legal e as parcerias consistem ao estabelecimento e consolidação da qualidade e competitividade do produto.

Esta deve ser com fortalecimento das cooperativas, associações por não ser o mercado convencional.

Estabelecer produtos que possam contribuir com a abertura de mercado e fidelização do algodão baiano, hoje o melhor do Brasil.

Estabelecer programas de controle de qualidade, com aplicação de boas pratica agrícola e BP de fabricação, usando obter um produto de qualidade, com padrões (PIQ) e seu risco para o consumidor (Higiene).

Estimular o desenvolvimento de mecanismos de controle de atividade produtiva, fácil e de fácil manuseio.

Estimulo e atração de indústrias nos pólos produtores.

Estruturação prévia da produção através das boas práticas em todas etapas.

Facilitador da parceria dos pequenos com as instituições de pesquisa.

Falta de incentivo à padronização e melhoria da qualidade. As medidas adotadas para tentar melhorar a situação são geralmente punitivas.

Falta planejamento e incentivo.

Falta treinamento dos técnicos que atuam nas eras em gestão de custos.

Falta um planejamento.

Faltam normas para padronização dos produtos agrícolas.

Fazer com que o acesso as informações, capacitações e oportunidades chegue a todos apicultores e de acordo com o estagio que cada um está.

Fazer da ética e da moral a ordem do dia o resto é consequência; capacitação dentro e fora da fronteira.

Fazer um mapeamento de todos os produtores de forma mais informatizada com dados sempre atualizados.

Foco na melhoria da qualidade de matéria prima e processos de forma e aumenta a produtividade agrícola e os rendimentos industriais.

Formação de mão-de-obra treinada para adoção de procedimentos e padronização dos processos.

Fortalecer as organizações de agricultores no contexto de preparar seus produtores sobre organização produtiva no mundo globalizado.

Fortalecer parcerias com universidades, institutos de pesquisa e falta adaptação as exigências de mercado.

Fortalecimento das universidades e centros de pesquisa da Bahia para atender as demandas locais.

Garantir ao consumidor a qualidade e a segurança dos alimentos.

Garantir capacitação em gestão de qualidade e acesso as novas tecnologias buscando parcerias com outras instituições.

Garantir o acesso a novas tecnologias. Capacitar as cooperativas.

Georreferenciamento de apiários e estabelecimentos registrados.

Georreferenciamento dos apiários e UBM, Curso de BPF.

Georreferenciamento dos apicultores e estabelecimento regulamentos.

Há necessidade de promover mecanismos para dar conhecimento ao empresário rural para que o mesmo perceba a importância da gestão da qualidade.

Identificar gargalos para produção de qualidade tendo em vista os atributos a serem observados.

Implantação de boas práticas agropecuárias; Implantação de boas práticas em todas as etapas de produção. Sistemas de qualidade como PAS (APPCC).

Implantação de um programa de qualidade para o meio ambiente, onde a produção de oleaginosas possa ser realizada da forma menos importante para o ambiente. Implantação de um programa de segurança do trabalho. Runel para garantir e redução de acidentes do trabalho entre os agricultores envolvidos na produção de oleaginosas e os técnicos que realizam ATER para os AFs.

Implantação sistêmica de qualidade total e atreves da parceria com instituição de ensino (pesquisa).

Implantar e monitorar programas de qualidade desde apiário (campo) até o entreposto (indústria).

Implantar rede de comunicação entre as entidades envolvidas; difusão das informações junto a cadeia produtiva.

Implementação dos processos de certificação. Controle de qualidade da produção.

Importante padronizar a qualidade no Estado todo.

Incentivar os prefeitos a criar SIM - Serviço de Inspeção Municipal.

Incentivo ao turismo sendo, os turistas vão ter conhecimento de produto e vão levar informações de guaraná para outros países.

Informatizar e formar uma rede de comunicação entre as entidades.

Intensificar o intercâmbio com órgãos consolidados na cadeia produtiva da mandioca, desde a pesquisa de novos cultivares ate a comercialização dos seus produtos.

Investir no processo de gestão da qualidade, definindo parâmetros de competitividade para que o agro-negócio seja sustentável.

Investir realmente na gestão de qualidade para não ocorrer em todo o processo produtivo respeitando as normas de qualidade.

ISO9000.

Maior prazo para adaptação de mudanças que melhoram a qualidade do produto. Melhor confiabilidade nos dados.

Manter qualidade da mamona; Conscientização do agricultor (EBDA) e através da exigência/fiscalização das instituições de assistência técnica e bancarias.

Melhorar a estrutura do beneficiamento: colheita e secagem, difundindo mais secadores entre os produtores.

Melhorar a infraestrutura. Lei estadual que permita a comercialização. Café com parâmetros mínimos de qualidade.

Mercado em expansão definido pela indústria.

Mercado tem que informar a ATER qual padrão quer para que os técnicos trabalhem no produto final.

Monitoramento da qualidade da água.

Monitoramento da qualidade de água, convênio/Embasa.

Não há uma gestão da qualidade da mandioca, é preciso se pensar nisto, pois o comum é encontrarmos produtos comercializados com baixo padrão de qualidade.

Necessidade de incentivar o uso múltiplo de madeira, bem como integrar a produção de madeira com alimentos.

Normas razoáveis para produção – ABNT.

Normatização, padronização dos processos, adequação as exigências de exportação.

Opções de secadores para o agricultor familiar.

Organizar a gestão com isso obter produtos de boa qualidade seguindo as exigências do mercado.

Orientar atividades de gestão da propriedade leiteira, enfocando controle de índices zootécnicos e econômicos, controle de custos e receitas, entre outros.

Padronização de todas as técnicas e processo de produção.

Padronização do sistema de qualidade responsabilidade do MAPA e ADAB; promover seminários, cursos, etc.

Padronização e certificação do guaraná do Baixo Sul.

Padronização e fiscalização. Certificação de origem.

Padronizar tipos.

Palestras, cursos e dias de campo para passar novas tecnologias que aumentam a qualidade de toda a cadeia.

Parceria com órgãos capazes de capacitar produtores de toda a cadeia produtiva no sentido de possibilitar aos diversos segmentos produzirem com qualidade.

Parcerias com instituições de pesquisa, visando um maior aproveitamento (otimização) dos resultados.

Poder e querer acompanhar as mudanças do mercado.

Pouca qualificação em gerir o empreendimento.

Produção de mudas certificadas; Implantação e agroindústrias.

Profissionalizar associações/cooperativas, melhorar a conversão entre a fiscalização e produtores.

Programa de qualidade com pontuação e divulgação dos resultados ganhos para motivação.

Programas de certificação e que será o único meio de qualificação do produto.

Programas de gestão de qualidade da carne bovina com elaboração de programas e critérios para a qualidade da carne. Criação de um selo de qualidade para a carne baiana.

Promoção de boas práticas e certificação sócio-ambientais gerados. Integrar ações entre os diversos atores da cadeia para a melhoria da gestão e qualidade dos produtos e serviços.

Promover a Constancia de avaliações. Ser vigilantes.

Promover a melhoria constante do produto local. Fiscalização permanente dos agentes envolvidos.

Promover ações dos empreendimentos, associativas e solidárias.

Promover ações que estimulem o empreendedorismo nos diversos elos da cadeia a exemplo do "Programa Empreendedor Rural" – SEBRAE / SENAR.

Promover gestão de qualidade, segurança e saúde que tenha como marco importante em toda cadeia produtiva da mandioca e derivados. A necessidade que cumpra as normas regulamentares para que toda a unidade de processamento de mandioca tenha qualidade, higiene e boa produtividade final.

Promover melhor condição no processo produtivo facilitando ações que venham proporcionar aos agricultores o alcance desses objetivos.

Promover o conhecimento, a gestão profissionalizada através dos meios técnicos e acadêmicos disponíveis com o objetivo de reparar o empresário rural, produtor no exercício da sua atividade empresarial.

Promover treinamento para a mão-de-obra.

Qualidade alimentar- Análise de resíduos de agrotóxicos nas principais hortaliças com colheitas de amostras em feiras livres e CEASA, sendo um programa continuado.

Qualificar e capacitar produtores, empresários e técnicos atuantes na produção de derivados de cana-de-açúcar; Ofertar cursos de capacitação e formação de profissionais especializados; Interagir com faculdades e universidades para promover parcerias na gestão de toda cadeia produtiva.

Que tenha incentivo na modernização dos pequenos empreendedores que estão excluídos ou são candidatos a exclusão, para não haver favorecimento.

Reestruturação do processamento e beneficiamento do óleo do dendê visando a qualidade do óleo.

Sempre manter-se atualizando de todos os produtores da atividade.

Treinamento de mão-de-obra de toda cadeia produtiva do produto ao varejo para que se mantenha qualidade de produtos.

Treinamento para produtores em administração rural.

Um maior acompanhamento no calendário, respeitando o período de carência de cada produto.

Um objetivo visando um trabalho social.

Universidades e cursos técnicos, públicos e privados para a qualificação de Mão de obra, além de apoio de empresas públicas. Incentivo a pesquisa no setor, publicação de dados técnicos para desmistificar questões associadas ao setor.

11. BASE DE DADOS ESTATÍSTICOS

Amenizar base de dados que facilitem a tomada de decisões por parte dos produtores industriais da área de bicombustíveis.

Contagem de safra, área plantada, produtividade, por região e por produto. Tamanho do mercado nacional e internacional.

Criar agenda de trabalho dentro da câmara para da inicio a esta base de dados.

Criar um programa de avaliação e monitoramento dentro dos eixos estratégicos de forma verticalizada.

Envolvimento dos órgãos que lidam no meado. Envolvimento.

Informações técnicas pouco divulgadas principalmente na internet de um lugar. Praticamente este eixo esta incorporado em todos os anteriores.

Insumos estratégicos.

Necessidade de informação sobre toda a cadeia agroindustrial tanto sobre as safras passadas, quanto a safra atual.

Necessidade do levantamento de outros para tornar decisão dos autores da cadeia de produtividade como: tamanho de safras; percentual do ganho, preços, qualidade, ensino, etc.

Principalmente índice de acidez. Propor mecanismos de uniformização e dinamismo das informações.

Que cada rede tivesse acesso ao armazenamento.

Ser confiáveis; qualidade dos dados.

Transformar o técnico em um servidor; Integrar as informações já existentes, em um único banco; Construção de instrumento de coletas.

12. INDÚSTRIA

Incentivo a instalação de fabricas de vassouras.

Levantar o potencial de empresas de industrialização já existentes e ampliar mecanismos para atrair investimentos para formar o pólo têxtil.

Novos componentes mais modernos, seguros e econômicos.

Ponto decisivo para aumentarmos nossa área industrial têxtil.

13. MEIO AMBIENTE

Acompanhamento pelo governo das áreas onde produzem raiz.

Definir normas.

Promover reflorestamento, principalmente de espécies de pasto apícola.

14. OBRA

Que se tenha base de dados e pesquisas com resultados com custos/produção, resultados confiáveis.

11. Políticas

Elaborar políticas pública-privadas, com a finalidade de inserir o pequeno produtor na cadeia.

Incentivo do pequeno produtor na produção de florestas.

15. SUSTENTABILIDADE

Divulgação e promoção pelo Estado, da existência do pólo florestal na Bahia, com divulgação de seus importantes números em preservação ambiental, geração de emprego e renda.

Falta a ampla discussão entre as instituições envolvidas e agilidade nos processos.

Incentivar com prêmios aos produtores das boas práticas ambientais, sociais e bem estar animal.

Instaurar a remuneração por serviços ambientais.

Integração das instituições – Públicas / Privadas.

Manejo caatinga- adequação capacidade de importância da pastagem nativa; remuneração por serviços ambientais.

Pouca pesquisa desenvolvida nessa área no setor da produção de carne bovina e bubalina.

Preocupação com a preservação ambiental e desenvolvimento das comunidades.

Utilização da mesma área de produção para uma atividade agropecuária. Ex: integração lavoura-pecuária.

16. SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Requer ações de divulgação dos benefícios da atividade e ampliar o numero de produtores, conseqüentemente, o lucro.

ANEXO 03 – LISTA DE PROPOSTAS POR CÂMARA

ALGODÃO

CURTO PRAZO

- Ação efetivada setor privado junto ao governo para mais rápida implantação da ferrovia oeste – leste.
- Alongamento dos prazos de pagamentos das dívidas rurais e dependendo da situação anistiar.
- Ampliação do sistema de infraestrutura de armazenagem.
- Ampliação dos dias de campo.
- Ampliação recuperação e conservação das rodovias.
- Ampliar os investimentos na recuperação, adequação e construção de rodovias.
- Área experimental para treinamentos dos produtores.
- Articulação de mais técnicos (criação do núcleo na região sudoeste).
- Aumento de recursos direcionados para ATER.
- Aumento tecnológico.
- Baixar portaria regulamentando o transporte.
- Campanha de mídia. Carnaval (produção de abadás com o algodão baiano).
- Capacitação e/ou reestruturação da empresa pública de assistência técnica (concurso, aparelhamento e modernização).
- Capacitação em associativismo e cooperativismo, com objetivo de diminuir o individualismo no meio rural.
- Capacitar toda cadeia para melhorar e padronizar nossa produção.
- Conscientizar/monitorar para evitarmos contaminações de plásticos/açucares/fibras estranhas/etc..
- Continuação das ações da Abapa e Abrapa.
- Continuar o trabalho de pesquisa do Centravale.
- Convênio com as instituições oficiais de crédito para financiamentos específicos.
- Criação de um laboratório de HVI na região Sudoeste.
- Criação de um selo de qualidade do algodão baiano, a exemplo do que ocorre para o café.

- Criação de uma unidade experimental em Canabrava (aproveitando o curso técnico em agropecuária)
- Criação e recuperação de portos.
- Criação e recuperação dos portos da Bahia.
- Criar corredores alternativos para o escoamento da produção.
- Criar laboratório de análise e classificação de fibra na Bahia.
- Cursos e palestras de capacitação dos produtores.
- Destinar orçamento para subvenção do governo ao prêmio do seguro rural.
- Difusão de tecnologias.
- Direcionar o crédito para linhas de introdução de inovações tecnológicas e gerenciais, melhoria da eficiência produtiva e aumento da produtividade agropecuária com vistas a redução da dependência por crédito.
- Distribuição de folders e panfletos sobre o agronegócio do algodão.
- Distribuição de kits para o cultivo do algodão para os pequenos produtores.
- Divulgação de rádios, televisão e jornais (mídia).
- Divulgar sempre a importância do cumprimento das normas.
- Editar manual com normas sobre beneficiamento e transporte.
- Elaborar cartilha com orientação de boas práticas de cultivo.
- Entendimento do Estado e da federação.
- Expandir a intermodalidade e/ou a integração dos sistemas de transportes.
- Expandir o garantia safra para a cultura do algodão, considerando a sua importância econômica e social para os agricultores familiares do sudoeste.
- Facilitar à acessibilidade as linhas de créditos (diminuir as burocracias).
- Fazer HVI de 100% das amostras e padronizar os lotes conforme HVI.
- Fechar parcerias e convênios com UNEB / CETEP /empresas de pesquisa visando fortalecer a ater na região.
- Fiscalização para o cumprimento da lei.
- Formalização da portaria, regimento e membros da câmara setorial do algodão.
- Fortalecimento do associativismo e cooperativismo (região Sudoeste).
- Implantar o programa estadual de seguro rural.

- Implementação / ampliação do crédito assistido.
- Implementação do núcleo regional do sudoeste.
- Inclusão da secretaria de agricultura do Estado.
- Integração de todos os elos da cadeia, para efetiva implantação de núcleos de produtores associados em cada região.
- Intensificar a fiscalização de trânsito de material.
- Intensificar o uso de equipamentos de medição de qualidade, a exemplo do HVI-USTER.
- Liberar o setor privado para construir e operar terminais para uso público (legislação).
- Maior articulação das unidades federativas nos investimentos infraestruturais.
- Mais visitas e ações pós venda na Ásia e sul do Brasil.
- Manter a legislação sempre atualizada.
- Manutenção do PAP-BA.
- Melhorar a capacitação dos técnicos / operadores de colhedoras e beneficiadores.
- Melhorar as estruturas de formação, capacitação e organização dos produtores, com intuito de eliminar as ineficiências cometidas nas propriedades, nas comunidades e nos mercados agrícolas.
- Melhorar os processos de informações, incentivos e controle ao longo da cadeia.
- Modernização e ampliação dos terminais portuários, otimizando a capacidade de atender as demandas.
- Núcleo de assistência técnica.
- O item deverá ser melhor discutido pela ATER oficial e consultores.
- Padronizar as algodojeiras.
- Participar em feiras de moda, feira têxtil nacional e internacional.
- Potencializar o transporte hidroviário.
- PPP na concessão de importantes modais de escoamento de produção.
- Publicação de cartilhas e informativos na área de gestão, operação e segurança no beneficiamento e classificação da fibra.
- Realização de seminários, fóruns, encontros e cursos que viabilizem as atividades acima mencionadas.
- Recuperação das estradas vicinais.
- Recuperação e criação de rodovias.

- Seguro da safra.
- Trazer as universidades, faculdades e escolas técnicas para integrar a câmara setorial.
- Treinamento/capacitação em qualidade de mão de obra, agroindustrialização.
- Unir os grandes produtores numa marca única da Bahia e Brasil.
- Voltar às linhas de créditos (custeio agrícola e investimentos).

LONGO PRAZO

- Apoio técnico/financeiro de PPP a projetos de biotecnologia, com o intuito de melhorar o genoma da planta, mais resistente a pragas e doenças e adaptáveis ao cerrado e semi-árido.
- Desenvolver parcerias, convênios e cooperação técnica com o ministério, secretaria e centro de pesquisa ciência e tecnologia.
- Implantação do subprojeto “soqueira zero”.
- Promover o marketing institucional da cultura.

APICULTURA

CURTO PRAZO

- Agilizar o processo de liberação de recursos para habilitar o entreposto da CECOAPI, para exportação.
- Ajustar os mecanismos de financiamento, pelos agentes financeiros para apicultura migratória.
- Ampliar e qualificar o nº de técnicos na ater pública oficial e criar um programa para contratação de agentes comunitários para garantir a assistência técnica continuada.
- Ampliar o limite do valor de compra por entidade (cooperativas e associações), para a comercialização dos produtos das abelhas junto a Conab.
- Buscar parcerias com as entidades competentes, para fiscalização na aplicação de agrotóxicos.
- Buscar parcerias com os órgãos responsáveis, para a fiscalização dos méis comercializados.
- Capacitar técnicos elaboradores e analistas de projetos.
- Capacitar, técnicos e produtores em associativismo, cooperativismo e gestão.
- Criar programa de distribuição de mudas de interesse apícola.
- Criar programa de proteção e preservação das abelhas nativas sem ferrão – ASF.
- Criar programa de rastreabilidade, com a participação da extensão, inspeção e defesa agropecuária.

- Criar um programa de infraestrutura para a apicultura e meliponicultura.
- Criar um programa para promoção e divulgação dos produtos das abelhas.
- Diagnosticar e implantar através do órgão competente, o programa de sanidade apícola no Estado.
- Divulgar a legislação ambiental.
- Divulgar o crédito através de: exposições territoriais, feiras, comitês ou câmaras setoriais dos territórios, mini-cursos.
- Encaminhar a SEFAZ, proposta de desoneração de impostos para produtos apícolas.
- Estabelecer parcerias entre instituições privadas e públicas nas áreas de pesquisa e inovações tecnológicas.
- Estabelecer preço mínimo para mel, pólen e própolis.
- Executar a fiscalização de trânsito dos produtos das abelhas e de enxames.
- Firmar acordo comercial com redes hoteleiras.
- Formalizar junto as instituições, apoio financeiro e logístico para viabilizar campanha para aumento do consumo do mel.
- Garantir a centralização, articulação e gestão de todos os programas e projetos institucionais da atividade na SEAGRI, com apresentação á câmara setorial evitando duplicidade e sobreposição.
- Garantir a divulgação e difusão de tecnologias relacionadas à atividade.
- Garantir comercialização com a EBAL.
- Habilitar 03 entrepostos para exportação (CECOAPI, COOPAMEL e Apis Jordans).
- Implantar, através do PAS Mel, programas de qualidade nas indústrias registradas.
- Incluir a atividade no programa garantia safra.
- Incluir a cadeia apícola no programa, "ADAB na escola".
- Incluir em projetos apícolas a contratação de agentes comunitários para garantir assistência técnica continuada.
- Padronizar procedimentos entre os fiscais do serviço de inspeção, federal e estadual, da região Nordeste do País, na área de apicultura.
- Promover eventos e criar materiais didáticos para conhecimento, compreensão e divulgação da legislação apícola.
- Promover feiras estaduais e regionais.
- Promover o dia estadual do mel.

- Propor a SEFAZ e a ADAB, proposta de isenção das taxas.
- Prospectar parceria que possa desenvolver software de gestão de cooperativa.
- Uniformizar sistema de qualidade entre os fiscais do serviço de inspeção federal e estadual da região nordeste do País, na área de apicultura.
- Viabilizar a aplicação do GESTAP.
- Viabilizar a criação de norma estadual para ASF.
- Viabilizar a participação dos apicultores no Comércio Brasil, rodada de negócios, feiras e outros.

LONGO PRAZO

- Ampliar o quadro técnico através da contratação de profissionais especializados em apicultura e meliponicultura, para o acompanhamento efetivo nos apiários.
- Borracha natural.
- Centralizar a articulação e gestão de todos os programas e projetos institucionais da atividade na câmara setorial da cadeia produtiva da apicultura e meliponicultura do Estado da Bahia, evitando a duplicidade destes.
- Criar e alimentar banco de dados.
- Criar programa de incentivos fiscais para as instituições (empresas e cooperativas) do Estado da Bahia.
- Desburocratizar o crédito para médios apicultores e empresários do setor apícola.
- Dotar o Estado, de malha viária que possibilite o escoamento da produção e a prática da apicultura migratória.
- Estabelecer preço mínimo para produtos das abelhas.
- Estimular a instalação de indústrias de materiais e equipamentos, com incentivos fiscais.
- Executar campanhas periódicas para aumento do consumo do mel.
- Facilitar e ampliar o crédito para as cooperativas.
- Habilitar entrepostos para exportação.
- Implantar programa de defesa agropecuária para apicultura e meliponicultura.
- Implantar laboratório oficial de análise de produtos apícolas.
- Manter as políticas de crédito existentes.
- Recompôr áreas degradadas com espécies nativas de interesse apícola.
- Universalizar o crédito para os apicultores.

BORRACHA NATURAL

CURTO PRAZO

- Apoiar e promover a organização dos heveicultores em associações e cooperativas.
- Buscar novas técnicas em todos os níveis, através de convênios nacionais (universidades, escolas técnicas) e internacionais de pesquisa e tecnologia.
- Capacitar os membros da câmara sobre as diretrizes do governo voltadas para o setor.
- Criar a inscrição estadual do produtor de seringueira.
- Criar convênios com institutos de pesquisa e universidades para direcionar ações nas áreas da cadeia.
- Criar e lançar o programa de desenvolvimento da heveicultura baiana até novembro de 2010.
- Criar garantia de preço mínimo para a borracha.
- Criar grupos gestores territoriais de forma a facilitar um diálogo regional.
- Criar o selo verde.
- Criar política de incentivo a qualidade do produto.
- Criar política de uso da ATER: diagnóstico, metas e dimensionamento.
- Criar um fundo regional com recursos de ICMS para as demandas do setor primário da cadeia.
- Criar um plano de divulgação do programa de expansão da heveicultura baiana.
- Criar uma linha de crédito específica para a cadeia produtiva da borracha natural com fundo de aval do Estado.
- Criar uma marca "Borracha da Mata Atlântica".
- Definir padrão de qualidade e certificação para atender o mercado.
- Definir um plano de ater específico para a cadeia produtiva da borracha natural.
- Discutir as diretrizes de rede de cooperativas.
- Disponibilizar a infraestrutura necessária para a ATER.
- Divulgar instrução normativa através de folders e outros canais de comunicação.
- Firmar convênios com instituições governamentais, financeiras e privadas visando facilitar e agilizar o acesso ao crédito pelo agricultor.
- Fiscalizar para que seja cumprida a instrução normativa 29 de 05/08/2009 do MAPA.
- Garantir a inserção dos produtores na política de importação / exportação.

- Inserir a cultura da seringueira como composição da reserva legal (RL) e/ou área de preservação permanente (APP) no Estado da Bahia.
- Intensificar o acompanhamento e apoio dos órgãos governamentais para fortalecimento da cadeia.
- Investir em biologia molecular, clones resistentes, dupla aptidão, sistemas de gestão eficaz e multiplicação *in vitro*.
- Mapear os recursos humanos para realizar ATER.
- Melhorar a segurança (zona rural e cidades).
- Melhorar as estradas vicinais e rodovias para facilitar o escoamento da produção.
- Melhorar o sistema de incentivo fiscal, que abrange toda a classe.
- Normatizar os parâmetros de qualidade de acordo com as normas da ABNT.
- Produzir mudas subsidiadas pelo governo do Estado.
- Promover a interação com a câmara nacional da borracha.
- Promover feiras, seminários, dias de campo sobre a heveicultura.
- Promover pesquisas para o aproveitamento da madeira da seringueira na indústria moveleira.
- Propor ação governamental para garantia das operações de crédito.
- Propor incentivo governamental para renovação de seringais de baixa produtividade.
- Qualificar o corpo técnico para a cultura da seringueira, buscando parcerias com o SENAR e instituições internacionais.
- Realizar capacitação em certificado fitossanitário de origem.
- Reduzir carga tributária.
- Viabilizar a contratação de técnicos para atender a demanda da cultura.

LONGO PRAZO

- Ampliar e modernizar a estrutura portuária do Estado.
- Criar incentivos fiscais para expansão e instalação de novas indústrias no Estado da Bahia.
- Criar selo de qualidade.
- Criar um centro de capacitação profissional para cultura da seringueira.
- Expandir o limite de crédito para atender o módulo mínimo financiado de três (3) hectares no PRONAF Floresta.

- Firmar parcerias com universidades, escolas técnicas e secretarias municipais de agricultura.
- Garantir o fornecimento de energia para atender à demanda da cadeia.
- Incluir a EMBRAPA na pesquisa da cultura da seringueira no Estado da Bahia.
- Incluir a rota da heveicultura/mata atlântica no roteiro turístico do Estado da Bahia.
- Realizar concurso público para contratação de técnicos.
- Realizar diagnóstico georeferenciado dos plantios de seringueira no Estado da Bahia.
- Realizar intercâmbio com outros estados.
- Revitalizar e implantar novas unidades de experimentação.

CACAU

CURTO PRAZO

- Ação junto a CNA para que os assuntos do cacau sejam transferidos do setor de fruticultura, que lhe é alheia, para o setor café, cujos mecanismos de comercialização são idênticos.
- Ações políticas e institucionais junto aos governos federal e estadual, visando aumentar e melhorar a oferta de crédito, para custeio e investimento, com prazos e juros compatíveis com a realidade atual dos cacauicultores.
- Acompanhar a legislação de patentes e possíveis sucedâneos do chocolate.
- Adequação à realidade dos critérios legais para o cálculo dos índices de produtividade das fazendas de cacau para fins de desapropriação e aprimoramento dos meios de proteção legal contra as invasões.
- Alocação de linhas de crédito para custeio e investimento.
- Ampliação de pesquisa na linha agro-ecológica.
- Ampliação do quadro funcional da CEPLAC e EBDA, fortalecendo tais instituições, dotando-as paralelamente de infraestrutura, inclusive da biofábrica de cacau e apoiando a pesquisa e a extensão.
- Ampliar estudo de beneficiamento do cacau utilizando energia solar.
- Apoio a construção do sistema intermodal de Ilhéus.
- Aporte de recursos federais à biofábrica, para ampliar sua produção e a distribuição de material genético resistente às doenças e de alta produtividade. Reestruturação geral da CEPLAC, preferencialmente sua transformação em fundação ou empresa em moldes.
- Aumento da produtividade da lavoura, através do uso de tecnologias de manejo e de investimentos.

- Aumento urgente dos efetivos das forças policiais, tanto civil quanto militar, na região cacauqueira da Bahia e seu equipamento com viaturas e armamento em quantidade suficiente para o exercício eficaz de suas atividades de inibição das atividades criminosas.
- Capacitar produtores de cacau dentro da visão empresarial de seus imóveis, objetivando o aumento da renda.
- Colocar em prática o plano estratégico de barreiras sanitárias para o Estado da Bahia.
- Concurso público para a CEPLAC e EBDA, objetivando quantificar os quadros de pessoal técnico e administrativo.
- Conquista de novos mercados consumidores.
- Conscientização dos segmentos da cadeia produtiva sobre a legislação vigente através de processo educativo.
- Conscientizar os produtores de cacau para a importância da produção de cacau fino, para que o produto possa alcançar novos mercados, com preços mais compensadores.
- Criação de legislação estadual que normatize a introdução de sementes de pupunha no Estado da Bahia.
- Criação de um fórum permanente para acompanhamento e análise dos eixos estratégicos da cadeia produtiva do cacau.
- Criar a marca do chocolate da mata atlântica do sul da Bahia.
- Desenvolver linha de pesquisa para o cacau orgânico.
- Desenvolver linha de pesquisa para quantificar o índice de descarbonização do sistema cabruca.
- Desenvolver uma política de organização dos segmentos da cadeia produtiva.
- Desenvolvimento de pesquisa testando os clones tolerantes à vassoura de bruxa em países com ocorrência da monilíase.
- Divulgação do chocolate do sul da Bahia em eventos nacionais e internacionais.
- Efetivação do plano de contingência da monilíase.
- Equacionamento das dívidas dos produtores de cacau junto aos agentes financeiros.
- Estímulo a utilização do chocolate na merenda escolar.
- Estreitamento das relações da cadeia produtiva com o MAPA, MCT, EMBRAPA e universidades.
- Estruturar e intensificar os trabalhos de prospecção e fiscalização nas áreas de fronteira com a Colômbia, Peru e Bolívia.
- Estruturar um plano de mídia para efetividade do chocolate.
- Fomentar a comercialização do cacau nas formas de liquor, manteiga e torta.

- Fomento de crédito para incentivar a agroindústria do cacau.
- Fortalecimento da biofábrica de cacau, para que possa suprir a demanda de material genético necessário para enxertia e adensamento da lavoura.
- Fortalecimento da CEPLAC.
- Fortalecimento das câmaras setoriais federal e estadual da cadeia produtiva do cacau.
- Georreferenciamento das unidades de produção com cultivos de cacau.
- Implantação de indústrias de processamento do cacau.
- Implantação de sistema de pré-aviso para vassoura de bruxa.
- Implementação de um programa abrangente de financiamento de custeio e de investimentos, visando a recapitalização geral da lavoura de cacau.
- Incentivar a criação de nichos de mercado, tendo como referência a geopolítica ambiental.
- Incentivo a uma nova política de cooperativismo.
- Incentivos fiscais para o cultivo do cacau em sistemas conservacionistas.
- Iniciar, através da CEPLAC e EBDA, ações de educação cooperativista junto aos produtores de cacau.
- Intensificação na aplicação da legislação que rege a importação de cacau.
- Intensificar a fiscalização vegetal para evitar a introdução da monilíase e outras pragas em território nacional.
- Intensificar ações de pesquisa para o controle de doenças como a vassoura-de-bruxa e a monilíase.
- Manter rigorosa fiscalização na importação de cacau.
- Melhoria e manutenção das rodovias e estradas vicinais.
- Organização e fomento de cooperativas de pequenos produtores e de parceiros/meeiros, para aumentar seu poder de barganha junto às firmas compradoras.
- Pesquisa no âmbito da melhoria da qualidade do cacau.
- Plano de marketing específico para os sub-produtos do cacau (mel, licor, polpa, geléia).
- Projeto fitossanitário do manejo integrado das pragas do cacauero.
- Reparcelamento do porto de ilhéus de forma a capacitá-lo a receber os navios de **containers** para a exportação dos produtos de cacau, a fim de evitar que estes tenham de ser transportados por caminhão para embarque a partir de Salvador.
- Redimensionamento da dívida dos produtores.

- Reestruturação da logística de assistência técnica da CEPLAC e EBDA.
- Reestruturação logística.
- Renovação e ampliação dos quadros profissionais, bem como do parque de veículos do serviço de extensão da CEPLAC e provimento de recursos para custear suas atividades, de forma a capacitá-lo a prestar assistência técnica plena a todos os produtores de cac
- Repactuação de todos os passivos oriundos do programa de recuperação da lavoura cacaeira da Bahia, incluindo os passivos securitizados pelo pesa e abertura de novas linhas de financiamento para investimentos.

LONGO PRAZO

- Campanhas massivas para produção de cacau fino, para maior abertura do produto no mercado internacional.
- Criação de indústria(s) para produção de liquor e/ou chocolate fino, vinculada(s) a cooperativa(s) de cacau.
- Efetivar pesquisa de análise mercadológica.
- Estímulo a formação da bancada do cacau.
- Estudo para implementação de barreiras fitossanitárias ao longo do complexo intermodal.
- Formatar uma nova política de assistência técnica e extensão rural para a região cacaeira.
- Fortalecer politicamente a lavoura, buscando eleger legisladores, principalmente em nível federal e estadual, que tenham profundas ligações com a região e que sejam comprometidos com o cacau.
- Fortalecimento de cooperativa(s) de cacau, administrada por profissionais da área, para que possa atuar na compra e venda do cacau em bagas e fornecer matéria prima para indústria a ela(s) vinculada(s).
- Georreferenciamento das unidades de produção com cultivos de cacau.
- Implantação de seguro para a lavoura cacaeira.
- Inserção do crédito para a cacauicultura na política nacional do ministério do planejamento/fazenda.
- Legislação específica para estabelecer e avaliar a percentagem de cacau em produtos achocolatados.
- Legislação sobre a classificação do cacau visando à remuneração através da qualidade.
- Planejamento estratégico para a cacauicultura contemplando análise de mercado que considere a produção e a demanda do mercado consumidor e suas variáveis.
- Promover a imagem do cacau brasileiro e do chocolate associado à saúde humana e a sustentabilidade ambiental.

CAFÉ

CURTO PRAZO

- Adaptar e incentivar a mecanização de colheita na chapada, no planalto da conquista e na região de Brejões/Itiruçu.
- Agilizar processo de comprovação de cumprimento da legislação ambiental.
- Apoiar e estruturar pesquisa feita por produtores e disseminar resultados.
- Aproveitar o momento favorável e investir na marca Washed Bahia.
- Articulação junto a bancos, especialmente públicos, para agilizar a análise dos projetos de financiamento.
- Articular com bancos (principalmente públicos e Sicoob) para apoiar sistema de ATGER como “pré-requisito” para crédito e forma de mitigar risco, principalmente pelo aspecto da gestão econômico-financeira das fazendas.
- Articular para que financiamentos de irrigação incluam verba para contratar assistência ao seu manejo. Tornar irrigação premissa básica nos projetos de cafeicultura (com respaldo econômico).
- Capacitar os produtores e suas entidades para conhecimento dos padrões de tipo e bebida de café, visando reduzir problemas de amostras discrepantes.
- Criação de fóruns regionais de agentes-chave da cadeia, que embasariam as representações das câmaras setoriais, com facilitação da coordenação estadual.
- Criar programa de construção de pequenos barramentos na região do planalto da conquista e na chapada diamantina.
- Criar um programa de certificação para comercialização de mudas, sementes e e ou material vegetativo de café, com normas para sua padronização e comercialização, a exemplo dos existentes no ES (Incaper) e MG (Ima).
- Desenvolver programa de diversificação da produção em áreas marginais, notadamente na região de Brejões/Itiruçu.
- Dotar o futuro porto de ilhéus das condições de poder escoar parte da produção cafeeira oriunda das regiões produtoras do Estado.
- Elaborar um plano diretor para a cadeia do café da Bahia, contendo ações e programas, com metas, prazos específicos, indicadores de desempenho, orçamentos e fontes de recursos e entidades responsáveis e parcerias necessárias.
- Elucidar dúvidas sobre viabilidade econômica da produção do café cereja descascado (especialmente do conilon).
- Estabelecimento da câmara setorial como órgão direcionador governança da cadeia do café na Bahia, agregadora de demandas e direcionadora das políticas estaduais para o setor, além de interface entre a cadeia e o poder público, quer federal, quer estadual.
- Estabelecimento de estrutura de coordenação da cadeia do café no Estado., vinculada à câmara setorial. Esse órgão seria responsável pelas coordenações dos programas de pesquisa (determinando linhas prioritárias, estabelecendo metas e indicadores de desempenho).

- Estruturação de programa de adequação dos produtores para o cumprimento da legislação trabalhista (pode necessitar gestão junto a MTE e MPT).
- Estruturar programa estadual de promoção da qualidade integrado com programa de ATGER e de financiamento de infra-estrutura de processamento de café, e com mapeamento da qualidade potencial e programa de marketing (estruturação de regularidade de oferta).
- Estudar a viabilidade de programas de identidade geográfica para as regiões cafeeiras do Estado.
- Estudar modelo de convivência com as limitações edafo-climáticas e alternativas de saída da cafeicultura para a região de Itiruçu/Brejões.
- Estudar modelos de melhoria da qualidade com medidas simples que tiveram sucesso em Barra do Choça e Piatã e buscar sua replicação.
- Estudar possibilidade de introdução de conilon em áreas com altitude abaixo de 700m.
- Extr. Sul e sul/baixo sul – convênio EBDA/CEPLAC/INCAPER para pesquisa do conilon.
- Favorecer o relacionamento direto entre produtores e torrefadores do Estado.
- Fazer zoneamento econômico-agro-ecológico detalhado para a cultura do café na Bahia (pode ser parte do ZEE da SEPLAN). Município não pode ser a unidade base. Aprimoramento base de dados estadual (aumentar número de estações meteorológicas).
- Fortalecer mecanismos de trava de preços que têm sido cruciais para a mitigação do risco de preço pelos produtores e para a garantia de oferta para os compradores.
- Implantação de programas de capacitação para boas práticas de processamento de café.
- Incentivar relacionamentos de - Longo Prazo (com travas de preço) para mitigar o risco de crédito.
- Incluir irrigação e seu manejo como fator de diminuição do risco de crédito.
- Montagem de programa de esclarecimentos dos trabalhadores rurais sobre legislação trabalhista e de emissão de carteiras de trabalho em períodos anteriores a forte demanda, como no pré-colheita.
- Montar programa de adequação à in 16 do mapa e intensificar o combate às torrefadoras clandestinas e às fraude no café.
- Montar programa de assistência técnico-gerencial, com coordenação do estado (gerenciando metas, tabulando indicadores, criando inteligência competitiva e gerando demanda de pesquisa – vide governança da cadeia), aplicado no campo por cooperativas e associações.
- Montar programa de expansão do hábito de consumo de café de qualidade em salvador (festivais de café, cursos de degustação e formação de baristas).
- Montar programa de parcerias com instituições de outros estados para restabelecimento da pesquisa cafeeira baiana.
- Montar programa de testes e desenvolvimento de colheita semi-mecanizada de conilon.
- Organizar e apoiar missões de compradores internacionais às regiões produtoras da Bahia.

- Planalto da Conquista, Chapada, Itiruçu / Brejões e Oeste - convênio com UESB e outros membros do consórcio pesquisa café para pesquisa do arábica (Oeste – Fundação BA).
- Programa de capacitação de produtores atrelado às fases de cultivo e vinculado ao programa de ATGER.
- Programas de facilitação do cumprimento das exigências prévias para crédito (certidões, licenças ambientais, etc.).
- Realizar mapeamento sensorial e qualidade potencial do café da Bahia por região e constituir um programa de marketing (“sentido amplo”) institucional estadual.
- Renovar lavouras de sementes no extremo sul, sul e baixo sul.
- Renovar lavouras e adequar espaçamentos na Chapada e no Planalto da Conquista.
- Verificar a possibilidade de fomento (ou mesmo distribuição) de micro-estruturas de beneficiamento via úmida para pequenos produtores da Chapada e do Planalto da Conquista.

LONGO PRAZO

- Alocação de armazéns da CONAB nas áreas produtoras, evitando envio para outras regiões em caso de programas estatais de estocagem.
- Articulação para dotar a legislação trabalhista de maior razoabilidade.
- Buscar posicionar a Bahia como principal fornecedor de café, seja verde, seja torrado e moído para o nordeste do Brasil.
- Criar condições para que parte significativa do café da Bahia seja exportada pelos portos de Salvador ou de Ilhéus.
- Estabelecer legislação fiscal que elimine entraves à comercialização do café dos produtores para as indústrias, como os causados pela diferença de ICMS entre BA e MG e pela isenção de PIS para cooperativas.
- Estimular programas de relacionamento comercial de - Longo Prazo entre os elos da cadeia.
- Estruturar a oferta dos cafés com características especiais demandadas pelo mercado. Garantir qualidade com escala e regularidade de oferta adequada. Com base em tal oferta, fomentar a implantação de indústrias de café maior porte no Estado e/ou incentivo.
- Favorecer mecanismos de exportação direta de cafés por produtores.
- Financiamentos para renovação de lavouras e novos plantios, infra-estrutura de qualidade e pós-colheita e infra-estrutura e manejo de irrigação atrelado a programa estadual de competitividade, o que possibilitara mitigar de forma significativa o risco.
- Fomentar a organização de associações de produtores efetivas, com capacitação de lideranças e profissionalização da gestão.
- Fomentar a viabilidade de implantação de indústrias de café de maior porte no Estado ou incentivar a expansão das ora existentes.

- Fomentar alternativas de controle biológico de pragas e doenças, como o controle de broca que parece estar dando resultados na região Sul.
- Incentivar a aquisição do café baiano pelas grandes marcas comercializadas no Estado
- Incentivar a implantação de retro-áreas nas regiões produtoras de forma a facilitar as exportações.
- Melhorar a efetividade da participação da Bahia em fóruns nacionais como o CDPC.
- Profissionalização da secretaria e coordenação dos programas para a cafeicultura.

CANA-DE-AÇÚCAR E DERIVADOS

CURTO PRAZO

- A câmara setorial também funcionara como conselho consultivo para tomada de decisão em toda cadeia.
- Adaptação dos portos para exportação dos produtos derivados de cana-de-açúcar (cachaça, álcool, etc.).
- Adotar novas técnicas de produção em todo processo da cadeia produtiva.
- Articular os órgãos e instituições para financiar a promoção e marketing dos produtos da cadeia.
- Aumentar a produção e qualidade de todo o processo através da capacitação dos pequenos produtores, desde técnicas de cultivo, etc.
- Buscar dentro do Estado, com participação das empresas privadas, tecnológicas e solução a serem transferidas e disseminadas.
- Capacitar técnicos da ADAB para monitorar a entrada de clone de regiões onde tem problema com doenças e pragas.
- Capacitar técnicos para atuarem junto aos produtores no sentido de dar uma assistência adequada EBDA, CEPLAC, etc.
- Contratação de técnicos da EBDA. Modernização da infraestrutura da EBDA. Envolvimento da EM-BRAPA.
- Criação de centro de excelência e escolas profissionalizantes para a cadeia produtiva
- Criação de programa de desenvolvimento para assistência técnica envolvendo todo elo da cadeia produtiva, através: da reestruturação dos órgãos do governo para prestar assistência técnica a micro e pequenos produtores (contratação e captação de técnicos).
- Criação do centro de referência e pesquisa tecnológica.
- Criação e fortalecimento de base de serviços nas organizações (cooperativas, redes), da agricultura familiar.
- Custeio de entre safra para plantio.

- Custeio plantio, colheita, armazenamento, envelhecimento da cachaça e do vinagre, capital de giro para aquisição de insumos e apoio logísticos.
- Desenvolver legislações específica para a cultura e derivados que venham a estabelecer procedimentos uniformes para esses setores, visando elevar a qualidade dos mesmos e que sejam capazes de proporcionar suas certificações.
- Desenvolver protótipos de aperfeiçoamento de equipamentos para as pequenas agroindústrias.
- Direcionar o melhoramento da produção dos derivados da cana-de-açúcar em toda cadeia produtiva abordando produtores de derivados e fornecedores de máquinas e equipamentos e todos os demais insumos estratégicos para a produção.
- Disponibilizar o seguro safra para a cultura da cana-de-açúcar.
- Facilitar o acesso da documentação (identidade do agricultor familiar e suas organizações – DAP individual e jurídica e a regularização fundiária).
- Fazer cumprir a legislação.
- Fiscalização do comércio ilegal dos co-produtos principalmente da cachaça (identificação de produtos clandestinos, pontos de comercialização, apreensão de recipientes inadequados na utilização do transporte e armazenamento da cachaça).
- Fiscalização nas barreiras fiscais para açúcar e etanol e na comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar (principalmente cachaça) e apoio as mini- agroindústrias na legalização das unidades produtivas.
- Fomentar e adequar as agroindústrias familiares de acordo as normas técnicas e as leis ambientais, sanitárias, sociais.
- Fomento de projetos para cooperativas e ou grupos de agricultores familiares para o processo de industrialização dos co-produtos com maximização do fluxograma de funcionamento e minimizar custos.
- Fortalecer e promover as marcas da Bahia, através de eventos (reuniões, congressos, seminários, exposições, festas populares, divulgação nos eventos) privados e estatais e da criação das indicações geográficas.
- Integrar ações para o desenvolvimento de políticas específicas para o setor.
- Investimentos fixos e semi-fixos em toda a cadeia produtiva. Correção de solo. Adubação. Infraestrutura. Agroindústria comunitária de derivados de cana para agricultores familiares. Cooperativas de produção e comercialização de derivados.
- Melhoria clonal das variedades utilizadas. Desenvolvimento de pesquisas que visem à melhoria do produto elaborado
- Montar campos experimentais por região com varias variedades, selecionar as que melhores adaptem e mais resistente a doenças e pragas, com mais produtividades e teor de sacarose.
- Ofertar cursos de capacitação e formação de profissionais especializados.
- Para o financiamento de uma agroindústria, será necessária a energia adequada às necessidades (trifásica).

- Pesquisar e desenvolver alternativas energéticas para o aproveitamento integral dos resíduos da cana-de-açúcar na agricultura familiar.
- Promover a articulação institucional e administrar para viabilizar suas atividades em todo elo da cadeia.
- Promover a assistência jurídica aos pequenos produtores, principalmente, a adequação as leis trabalhistas e ambientes através de suas organizações.
- Qualificar e capacitar produtores, empresários e técnicos atuantes na produção de derivados de cana-de-açúcar.
- Realizar pesquisas e testes das variedades de cana-de-açúcar em e gerar relatórios técnicos das pesquisas.
- Rever o ICMS praticado sobre o etanol e derivados no Estado.
- Rever o zoneamento.
- Sensibilizar os produtores quanto ao uso correto e seguro de agrotóxicos.
- Unir em cooperativas, associações, criar sindicatos que unam os produtores para que possam se fortalecer e buscar objetivos em comum.

LONGO PRAZO

- Comunicação entre os atores sociais da cadeia produtiva, criar portal da cana-de-açúcar.
- Criação de centro de excelência e escolas profissionalizantes para a cadeia produtiva para desenvolver pesquisa para o melhoramento do processo produtivo.
- Criação de programa de desenvolvimento e racional para assistência técnica envolvendo todo elo da cadeia produtiva.
- Desenvolver pesquisas para o melhoramento do processo de produção.
- Estruturar a câmara setorial para funcionar como conselho consultivo para tomada de decisão em toda cadeia.
- Financiamento de microdestilarias de álcool, para atender as organizações da agricultura familiar.
- Fomento de projetos para cooperativas e ou grupos de agricultores familiares para o processo de industrialização dos co-produtos com maximização do fluxograma de funcionamento e minimizar custos.
- Fortalecimento das cooperativas de crédito direcionadas ao setor.
- Incentivar o plantio de cana-de-açúcar no Estado da Bahia, assim como a entrada de novas indústrias do setor bioenergético para o aumento da produção local de etanol e açúcar, afim de suprir o déficit interno do nosso Estado e a demanda crescente mundial.
- Normatização, padronização dos processos, adequação as exigências de exportação.
- Política de credito para todo elo da cadeia produtiva.
- Realizar pesquisa em todo elo de produção.

CARNE/AVES E SUÍNOS

CURTO PRAZO

- A construção e reestruturação de ferrovias e hidrovias no sentido da redução do custo de frete que representa 15 a 20% do custo final de grãos.
- A postura puramente fiscalizadora, mesmo sendo exercida dentro dos marcos legais, deve mudar frente à sociedade, de forma que os fiscais passem a ser vistos como agentes de gestão de qualidade.
- Analisar e revisar a política fiscal e tributária em relação à carne de aves e suínos e seus derivados.
- Campanhas promocionais para a carne suína junto a profissionais formadores de opinião (médicos, nutricionistas e demais).
- Construção de entrepostos frigoríficos.
- Contratação de pessoal técnico e administrativo por concurso público para a ADAB e a SFA MAPA.
- Criação de programa de capacitação e qualificação para técnicos agropecuários de nível médio.
- Criação de programa estadual para orientação do produtor sobre procedimentos de acesso ao crédito.
- Criar programa de divulgação para enaltecer o valor da carne nutricional e sanitária da carne suína.
- Educar e incentivar os elos da cadeia para cumprimento da legislação fiscal e sanitária em vigor, contratação de pessoal técnico e administrativo por concurso público para a ADAB e a SFA mapa. Analisar e revisar a política fiscal e tributária.
- Elaboração de programas específicos de assistência técnica em avicultura e suinocultura
- Elaborar um projeto de pequeno abatedouro, para adequação dos pequenos abatedouros nas normas sanitárias e abates
- Envolver as universidades e organismos de pesquisa no sentido de desenvolvimento de tecnologias específicas as atividades na Bahia
- Estabelecer metas de classificação de risco ambiciosas, quanto à eliminação de problemas sanitários, combate ao comércio clandestino e supressão do uso de resíduos animais no preparo de suplementos de consumo animal em todo o Estado.
- Estabelecer uma cooperação com todo o nordeste, objetivando assegurar um status sanitário satisfatório.
- Estimular o uso do sistema de classificação de carcaças nos frigoríficos e abatedouros, visando remunerar de forma diferenciada a qualidade e especificidade.
- Estimular programas de integração vertical da cadeia da carne (aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos).
- Estimular programas de qualificação e capacitação de mão-de-obra nas novas vertentes mercadológicas (multifuncionalidade do comércio varejista) para pontos de venda de carne.

- Estruturação da EBDA, infraestrutura física e equipamentos. E contratação de pessoal mediante concurso público.
- Estruturar / adequar as feiras e mercados municipais aos padrões mínimos de segurança sanitária, de acordo com legislação vigente. Mapear e diagnosticar no setor varejista verificando as tendências de consumo da carne suína. Organizar, orientar e fiscalizar.
- Estruturar e concluir a implantação da GTA eletrônica em todos os escritórios da ADAB no Estado.
- Estruturar e organizar a câmara setorial das carnes como órgão consultivo do Estado.
- Fomentar a formação de rede para comercialização de carne e derivados (pré abate e pós abate).
- Fomentar a realização de pesquisas aplicadas as necessidades da cadeia.
- Fomentar o acesso do produtor às linhas de crédito rural existente no País, através de parceria entre as entidades financiadoras e representações dos produtores.
- Implantar as boas práticas agropecuárias – BPA aves e suínos e a qualidade total rural – qt rural corte para grupos de produtores devidamente organizados.
- Implantar programas de segurança alimentar como, por exemplo, boas práticas de fabricação (BPF), procedimento padrão de higiene operacional (PPHO) e análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC).
- Implantar um sistema centralizado e confiável para definição e coleta de informação sobre aspectos diversos da cadeia.
- Incentivar o uso do melhoramento genético e de tecnologias e assistência técnica para a obtenção de padronização e uniformidade de carcaça nas produções de aves e suínos.
- Incentivo a melhoria de estradas vicinais.
- Incentivo a programa de capacitação periódica do corpo técnico de órgãos públicos e privados.
- Intensificar e ampliar os cursos de formação ou qualificação de projetistas.
- Levantamento dos produtores com problema de crédito e organizar o parcelamento das dívidas.
- Mapeamento e diagnóstico do setor varejista verificando as tendências de consumo da carne suína.
- Mecanismos de difusão regionais (seminários, dias de campo) no segmento avícola e suinícola trazendo propostas para um grande evento estadual.
- Organizar, orientar e fiscalizar pontos de venda da carne em nível estadual, introduzindo o conceito de gestores de qualidade.
- Orientar o consumidor através de campanhas escolares e mídia televisionada
- Políticas públicas em programas de desenvolvimento tecnológico das plantas frigoríficas do Estado da Bahia.
- Programa de qualificação dos veículos transportadores de aves e suínos.

- Promover ações buscando o melhoramento genético do rebanho suíno baiano e de produtores de frangos de quintal, através de programas para pequenos e médios produtores.
- Promover capacitação de todos os elos da cadeia para legislação ambiental.
- Promover o treinamento da mão-de-obra da indústria frigorífica e abatedouros.
- Promover o treinamento de produtores e seus agregados nas boas práticas agropecuárias.
- Promover programas de transferência tecnológica com instituições de pesquisa existentes no Brasil.
- Realizar campanha publicitária de caráter institucional, com o objetivo de informar os consumidores sobre as reais características da carne suína e de aves.
- Realizar campanha publicitária institucional e programar “dias de campo” com objetivo de elevar o nível de conscientização dos produtores para a importância da vacinação contra a febre aftosa e brucelose.
- Realizar o diagnóstico educativo sanitário para produção de aves e suínos e intensificar as ações de educação sanitária. Envolver as universidades e organismos de pesquisa no sentido de desenvolvimento de tecnologias específicas as atividades na Bahia.
- Reestruturar e reescrever o FUNDAP para a suinocultura, transformando o em um instrumento não só de defesa agropecuária, como também a possibilidade de tornar se um fundo de apoio à reparação do passivo ambiental nos agropólos de produção de aves e suínos.

LONGO PRAZO

- Adequação de portos para embarques de cargas vivas.
- Agregar as coordenações dos territórios de identidade nas discussões e no controle social sobre as políticas voltadas à produção de aves e suínos.
- Aplicação da legislação na comercialização de produtos de origem animal, agilização das licenças ambientais.
- Aproximar os criadores das técnicas de pesquisa, aumentando fluxo de informações aos produtores de aves e suínos através de técnicos especializados, permitindo o desenvolvimento prático das técnicas de pesquisa.
- Articulação com agentes financeiros e de fomento para a produção de aves e suínos com o objetivo de atender aos pequenos produtores. Incentivar os produtores a trabalharem com mitigadores (seguros), buscando o acesso dos mesmos a bolsa e ao mercado futuro.
- Ativação da empresa de pesquisa do Estado.
- Campanhas e curso de capacitação para estudantes de nível médio sobre qualidades da carne de aves e suína e suas propriedades nutricionais.
- Criar fóruns de discussão envolvendo autoridades e lideranças da Bahia e dos estados limítrofes para discutir situações sanitárias na região e um cronograma para a evolução de programas de desenvolvimento.
- Criar um centro de pesquisa no campus da UFRB ou de outra instituição de ensino ou pesquisa, como retaguarda tecnológica a cadeia produtiva.

- Desenvolver projetos estruturantes para fortalecer os pequenos, médios e grandes produtores de aves e suínos a exemplo de granjas, incubatórios e abatedouros de aves e suínos.
- Diminuir os déficits de fiscalização em todos os elos da cadeia produtiva.
- Diminuir os gargalos que impedem a exportação de carne de aves, suínos e bovinos produzida no Estado da Bahia.
- Elaborar em parceria com a UFRB e com outras instituições de ensino, um plano diretor de desenvolvimento sustentável da avicultura e suinocultura no Estado da Bahia.
- Estabelecer a taxa de abate compulsório administrada pelo ambiente organizacional, com auditoria internacional para investimento no combate ao abate clandestino e criação do sic baiano com um investimento do governo em contra partida.
- Estimular a adesão das plantas estaduais ao SISBI.
- Estruturação das secretarias do Estado, evitando superposição de atividades no setor.
- Estruturação das vigilâncias sanitárias municipais.
- Financiamento público para os pequenos produtores através de incentivos fiscais e/ou programas sociais, a exemplo do PRONAF.
- Fomentar a abertura de novas plantas frigoríficas de porte médio capazes de realizar abates.
- Fomentar a assistência técnica privada e o aparecimento de grupos de troca de experiência.
- Formação de parceria pública privada para aquisição, operação e manutenção de patrulhas rodoviárias com objetivo de manutenção de estradas vicinais.
- Fortalecer as associações e cooperativas existentes e fortalecer o cooperativismo e associativismo.
- Grade curricular das escolas técnicas mais adaptadas a produção de aves e suínos, parceria publico privada na ATRS.
- Implantar gradualmente o sistema APPCC em toda a cadeia agroindustrial da carne de aves e suínos.
- Implantar o zoneamento agro ambiental do Estado da Bahia.
- Implantar política estadual para o bem estar animal, de fomento à reforma e recuperação de granjas além de pagamento por serviços ambientais.
- Incentivar os produtores a trabalharem com mitigadores (seguros), buscando o acesso dos mesmos a bolsa e ao mercado futuro.
- Incentivo a formação de cooperativas virtuais para venda.
- Incluir ou fortalecer programa de avicultura na formação de técnicos em agropecuária nas escolas agrotécnicas federais e estaduais.
- Inserir a defesa agropecuária na grade curricular dos cursos de veterinária e agronomia e nos de técnico em agropecuária.

- Investir na estrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da cadeia carne (bovinos, aves, suínos e caprinos) no Estado, aproveitando o conhecimento e as boas condições materiais e humanas já acumuladas em diversos centros de pesquisa no País.
- Melhorar os processos de difusão de tecnologia, incluindo meios eletrônicos, para todos os participantes da cadeia.
- Mostrar a viabilidade da avicultura e suinocultura como geradores de emprego, trabalho e renda, junto a outras atividades agropecuárias.
- Oferecer incentivos fiscais para plantas com fiscalização federal já implantada no Estado e para projetos de exportação que possam atender países menos exigentes do ponto de vista de valor agregado.
- Política fiscal, adequação da política para o meio ambiente.
- Políticas para melhoria da qualidade das carcaças dos animais produzidos.
- Promover a discussão do problema ambiental junto com as secretarias de meio ambiente, planejamento, agricultura, indústria & comércio e ciência & tecnologia e a casa civil do Estado da Bahia.
- Recomendar junto aos municípios baianos à implantação de serviços de inspeção municipal integrados ao SISBI e criar um centro de pesquisa no campus da UFRB ou de outra instituição de ensino ou pesquisa, como retaguarda tecnológica a cadeia produtiva.
- Reformular a extensão rural oficial sob o critério de progresso técnico para o pequeno e médio produtor.
- Requalificação dos pequenos abatedouros para cumprimento das normas legais, com o apoio da EMBRAPA, do SEBRAE, da ADAB e outros. Fomentar a abertura de novas plantas frigoríficas de porte médio capazes de realizar abates.
- Rever as estruturas e práticas de inspeção e fiscalização sanitária, visando tanto padronizá-las em âmbito estadual, quanto torná-las compatíveis com as exigências dos mercados internacionais.

CARNE/BOVINOS E BUBALINOS

CURTO PRAZO

- A postura puramente fiscalizadora, mesmo sendo exercida dentro dos marcos legais, deve mudar frente à sociedade, de forma que os fiscais passem a ser vistos como agentes de gestão de qualidade.
- Analisar e revisar a política fiscal e tributária em relação à carne bovina e seus derivados.
- Após o surgimento dos casos de encefalopatia espongiforme bovina EEB, o mercado internacional tornou se exigente quanto ao fornecimento de suplementos alimentícios, que de forma alguma podem conter resíduos de origem animal.
- Campanhas promocionais para a carne bovina junto a profissionais formadores de opinião (médicos, nutricionistas e demais).
- Construção de entrepostos frigoríficos.

- Contratação de pessoal técnico e administrativo por concurso público para a ADAB, EBDA e a SFA MAPA, com estruturação da infraestrutura física, equipamentos, veículos e conclusão da implantação do GTA eletrônico com dois códigos de barra.
- Criação de programa de capacitação e qualificação para técnicos agropecuários de nível médio.
- Criação de programa estadual para orientação do produtor sobre procedimentos de acesso ao crédito.
- Criar programa de divulgação para enaltecer o valor da carne do boi de capim.
- Educar e incentivar os elos da cadeia para cumprimento da legislação fiscal e sanitária em vigor.
- Estabelecer metas de classificação de risco ambiciosas, quanto à eliminação de problemas sanitários, combate ao comércio clandestino e supressão do uso de resíduos animais no preparo de suplementos de consumo animal em todo o Estado.
- Estimular o uso do sistema de classificação de carcaças nos frigoríficos e abatedouros, visando remunerar de forma diferenciada a qualidade e especificidade.
- Estimular programas de integração vertical da cadeia da carne.
- Estimular programas de qualificação e capacitação de mão-de-obra nas novas vertentes mercadológicas (multifuncionalidade do comércio varejista) para pontos de venda de carne.
- Estruturação da EBDA, infraestrutura física e equipamentos. E contratação de pessoal mediante concurso público.
- Estruturar / adequar as feiras e mercados municipais aos padrões mínimos de segurança sanitária.
- Fomentar a formação de rede para comercialização de carne e derivados (pré abate e pós abate).
- Fomentar a realização de pesquisas aplicadas às necessidades da cadeia, com o diagnóstico das necessidades.
- Fomentar o acesso do produtor às linhas de crédito rural existente no País, através de parceria entre as entidades financiadoras e representações dos produtores.
- Implantar as boas práticas agropecuárias – BPA bovinos de corte e a qualidade total rural – QT rural corte para grupos de produtores devidamente organizados.
- Implantar programa de segurança alimentar, e promover o treinamento da mão-de-obra em todos os elos da cadeia.
- Implantar um sistema centralizado e confiável para definição e coleta de informação sobre aspectos diversos da cadeia.
- Incentivo a melhoria de estradas vicinais e municipais.
- Incentivo a programa de capacitação periódica do corpo técnico de órgãos públicos e privados.
- Intensificar e ampliar os cursos de formação ou qualificação de projetistas.
- Levantamento dos produtores com problema de crédito, criação de um pacto de renegociação das dívidas para os pecuaristas, com simplificação de acesso ao crédito, implantação de políticas de equivalência de produtos.

- Manter a câmara setorial das carnes como órgão consultivo do Estado.
- Mecanismos de difusão regionais (seminários, dias de campo) trazendo propostas para um grande evento estadual.
- Organizar, orientar e fiscalizar pontos de venda da carne em nível estadual, introduzindo o conceito de gestores de qualidade.
- Orientar o consumidor através de campanhas escolares e mídia televisionada.
- Políticas públicas em programas de desenvolvimento tecnológico das plantas frigoríficas do Estado da Bahia.
- Programa de qualificação dos veículos transportadores de bovinos.
- Promover ações buscando o melhoramento genético do rebanho baiano, através de programas como o progenética e de reprodução animal para pequenos e médios produtores.
- Promover capacitação de todos os elos da cadeia para legislação ambiental e bem estar animal e social.
- Promover programas de transferência tecnológica com instituições de pesquisa existentes no Brasil.
- Realizar campanha publicitária institucional e programar “dias de campo” com objetivo de elevar o nível de conscientização dos produtores para a importância da vacinação contra a febre aftosa e brucelose.
- Realizar o diagnóstico educativo sanitário para pecuária de corte e intensificar as ações de educação sanitária.
- Reestruturação do FUNDAP, diversificando as fontes de arrecadação e intensificando sua participação nos processos de saneamento de focos e projetos de desenvolvimento da pecuária.
- Reestruturar e reescrever o FUNDAP, transformando o em um instrumento não só de defesa agropecuária, como também a possibilidade de tornar se um fundo de apoio à reparação do passivo ambiental nos agropólos de pecuária de corte, estratégias de marketing.

LONGO PRAZO

- Adequação de portos para embarques de cargas vivas e construção de áreas de quarentena.
- Agregar as coordenações dos territórios de identidade nas discussões e no controle social sobre as políticas voltadas à pecuária de corte.
- Aplicação da legislação na comercialização de produtos de origem animal, agilização das licenças ambientais.
- Ativação da empresa de pesquisa do Estado.
- Campanhas e curso de capacitação para estudantes de nível médio sobre qualidades da carne bovina e suas propriedades.
- Estabelecer a taxa de abate compulsório administrada pelo ambiente organizacional, com auditoria internacional para investimento no combate ao abate clandestino e criação do sic baiano com um investimento do governo em contra partida.

- Estimular a adesão das plantas estaduais ao SISBI.
- Estimular os frigoríficos do Estado para trabalhem ou formarem parcerias para tal com programas de EGF do governo federal.
- Estruturação das secretarias do Estado, evitando superposição de atividades no setor.
- Estruturação das vigilâncias sanitárias municipais.
- Fomentar a abertura de novas plantas frigoríficas de porte médio capazes de realizar abates mistos em regiões que possam atender projetos que estão hoje voltados totalmente para cria por falta de unidades de abate, incentivando a formação de cooperativas.
- Fomentar a assistência técnica privada e o aparecimento de grupos de troca de experiência.
- Fomento à implantação de serviços de inspeção municipal integrados ao SISBI.
- Formação de parceria público-privada para aquisição, operação e manutenção de patrulhas rodoviárias com objetivo de manutenção de estradas vicinais.
- Fortalecer as associações e cooperativas existentes e fortalecer o cooperativismo e associativismo.
- Grade curricular das escolas técnicas mais adaptadas a pecuária, parceria público privada na ATRS.
- Implantar gradualmente o sistema APPCC em toda a cadeia agroindustrial da carne bovina.
- Implantar o zoneamento agro-ambiental do Estado da Bahia com a capacitação de todos os elos da cadeia para a legislação e sustentabilidade com uma política fiscal adequada, contemplando a verticalização da cadeia.
- Implantar política estadual para o bem estar animal, de fomento à reforma, recuperação e manejo de pastagens, de pagamento por serviços ambientais.
- Implantar projetos de reprodução animal para o pequeno e médio produtor e promover cursos voltados para treinamento da mão-de-obra gerencial e operacional das propriedades pecuárias.
- Incentivar os produtores a trabalharem com mitigadores (seguros), buscando o acesso dos mesmos a bolsa e ao mercado futuro.
- Incluir ou fortalecer programa de pecuária de corte na formação de técnicos em agropecuária (IFB-baiano).
- Inserir a defesa agropecuária na grade curricular dos cursos de veterinária e agronomia e nos de técnico em agropecuária.
- Investir na estrutura de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da carne no Estado, aproveitando o conhecimento e as boas condições materiais e humanas já acumuladas em diversos centros de pesquisa no País.
- Melhorar os processos de difusão de tecnologia, incluindo meios eletrônicos, para todos os participantes da cadeia.
- Oferecer incentivos fiscais para plantas com fiscalização federal já implantada no Estado e para projetos de exportação que possam atender países menos exigentes do ponto de vista de valor agregado.

- Política fiscal, adequação da política para o meio ambiente.
- Políticas para melhoria da qualidade das carcaças dos animais produzidos.
- Promover a discussão do problema ambiental junto com as secretarias de meio ambiente, planejamento, agricultura, indústria & comércio e ciência & tecnologia e a casa civil do Estado da Bahia e implantar política fiscal adequada para o Estado.
- Realizar campanha publicitária de caráter institucional, com o objetivo de informar os consumidores e formadores de opinião sobre as reais características da carne baiana, mostrando a natureza da atividade pecuária e modificando a visão negativa.
- Reformular a extensão rural oficial sob o critério de progresso técnico para o pequeno e médio produtor.
- Rever as estruturas e práticas de inspeção e fiscalização sanitária, visando tanto padronizá-las em âmbito estadual, quanto torná-las compatíveis com as exigências dos mercados internacionais.

CARNE/CAPRINOS E OVINOS

CURTO PRAZO

- A câmara setorial aconselhar e demandar pesquisas em consonância com a necessidade identificada por seus representantes.
- Adequação, modernização e aplicação das leis.
- Ampliação e modernização do parque agroindustrial.
- Ampliar e adequar o serviço de energia elétrica, estradas e água.
- Apresentar a cotação dos produtos da ovinocaprinocultura na mídia.
- Aquisição de parte da produção dos AF pelos governos.
- Cadastramento sanitário.
- Campanhas promocionais /oficinas para valorização das atividades.
- Capacitação na produção e na indústria.
- Categorização por estratificação de produtor e desenvolvimento de metodologias para níveis de absorção de tecnologias e empresariamento.
- Central de informações sobre mercado.
- Centros locais de comercialização.
- Certificação de produtos.
- Construção de entrepostos.

- Consultas à câmara nas definições de políticas públicas para o setor.
- Crédito compatível com cada realidade das diferentes regiões.
- Crédito direcionado de forma sistêmica e não focado apenas na produção.
- Criação de fundos de reserva específico para cada atividade.
- Desburocratização e barateamento dos custos de crédito rural.
- Desenvolver padrões que atendam os desejos do consumidor e aplicar os padrões.
- Difusão das pesquisas já realizadas.
- Efetivar a iniciativa de implantação pela SECTI do comitê de decisões estratégicas de produção.
- Entepostos regionais.
- Estruturação das estações experimentais (pesquisa, capacitação, extensão).
- Estruturação (capacitar, quantificar, equipar e remunerar adequadamente os agentes da defesa) ADAB (concurso e SIDAGRO).
- Estruturação: EBDA (concurso e infraestrutura), capacitação dos quadros de ATER em caprinovinocultura. Cadastramento/credenciamento das instituições de ATER e do rebanho.
- Financiamento diferenciado de transportes especializados.
- Fomento a aquisição de veículos para transporte.
- Fomento á criação de política de desenvolvimento setorial, territorial e de negócio.
- Fortalecer a participação do setor produtivo.
- Fortalecimento e consolidação das instituições representativas do seguimento permitindo uma completa coordenação das demandas do setor.
- Garantir a perpetuação da câmara setorial, sem interferência de governo e que a mesma seja absorvida por seus partícipes como uma política de Estado.
- Identificar o controle ao abate clandestino.
- Implantação de pesquisa participativa.
- Implantação do *fair trad* e comércio justo.
- Inclusão de cotação nos meios de comunicação.
- Integração imediata dos produtores com a agroindústria.
- Intensificação de promoção comercial pelas unidades de abate.
- Intensificar a atuação da ANVISA, INMETRO.

- Intensificar a expansão da infraestrutura de abate com responsabilidade.
- Intensificação de pesquisa e mercado.
- Massificação de informações sobre consumo de carnes de boa qualidade.
- Melhorar o intercâmbio de universidades com as estruturas de desenvolvimento.
- Melhoria e fortalecimento da formação profissional rural de produtores e técnicos, voltada à cadeia produtiva de caprinos e ovinos.
- Mobilizar e municiar as universidades e centros de pesquisa.
- Organização dos produtores (associações e cooperativas).
- Política de organização dos produtores.
- Programa de fomento à produção e conservação de alimentos para produção animal.
- Programa estadual de sanidade.
- Programa estadual de sanidade de caprinos.
- Programa voltado ao mercado local e regional com foco na qualidade sanitária.
- Realização de diagnóstico e situação da cadeia produtiva de carne e leite, com sistematização e monitoramento do banco de dados.
- Revê-la em sua plenitude: legislação sanitária, ambiental, de abate. De comercialização e bem estar animal.
- Revitalização/ abertura de poços.
- Seguro do trabalho.
- Subsídio para seguro de produtores de caprinos e/ou ovinos.
- Validação e transferência de informação sobre casos exitosos.

LONGO PRAZO

- Acesso aos mercados internacional e ampliação do nacional.
- Alcance da ATER de 100% do público alvo. Atualização e adequação permanente do modelo de ATER. EBDA capacitar, qualificar, supervisionar, controlar, auditar as entidades de ATER.
- Ampliação, modernização e manutenção das ações propostas anteriormente.
- Ampliar a legislação das vigilâncias sanitárias municipais.
- Assegurar e garantir a ampliação e modernização do parque agroindustrial.

- Atualizar sempre os sistemas de monitoramento, cadastro de trânsito, vigilância à Bahia,
- Atualizar, manter e aplicar os padrões adquiridos.
- Campanhas fora do Estado.
- Centro de distribuição, estruturação das feiras e mercados municipais, centros gastronômicos regionais.
- Certificação dos produtos da cadeia produtiva.
- Concessão das escolas agrotécnicas estaduais para o governo federal.
- Crédito direcionado de forma sistêmica e não focado apenas na produção.
- Crédito direcionado para a realidade de cada região e para cada propriedade.
- Criação da câmara setorial de caprinos e ovinos.
- Direcionar as pesquisas para as demandas do setor produtivo e industrial.
- Educação sanitária, integração defesa/ater, estruturação das vigilâncias sanitárias municipais.
- Escritórios comunitários, fomento à criação do SIM/SISBI.
- Extinção de comercialização de carnes em feiras livres.
- Festivais gastronômicos, associar a turismo.
- Formação de sucessão familiar.
- Implantação de marketing *bureau*.
- Implantação de polícia sanitária e de defesa do consumidor em regiões
- Implantar núcleo da EMBRAPA caprinos na Bahia.
- Intensificação das informações, nos principais meios de comunicação, sobre as vantagens do consumo dos produtos de ovinos e caprinos.
- Intensificação de propaganda para a regionalização de consumo.
- Manutenção da qualidade do serviço de distribuição de água, energia, malha viária e segurança rural.
- Manutenção e contínua construção (onde for necessário) de reservas hídricas.
- Melhor acesso do AF ao mercado.
- Pesquisas com raças nativas e cruzamentos industriais.
- Planejamento, ampliação e modernização do parque agroindustrial de leite e carne.

- Programa de melhoramento da qualidade.
- Programa de melhoramento genético de caprinos e ovinos em base científica.
- Rebanho cadastrado.
- Reestruturação da ATER governamental com a definição de assistência técnica e o seu papel.
- Reestruturação dos moldes operantes das pesquisas.
- Revê-la em sua plenitude: legislação sanitária, ambiental, de abate. De comercialização e bem estar animal.
- Seguro também para intempéries de fatores ligados a pessoa e para fatores de ordem de produção.
- Selos de qualidade.
- Titulação de 100% das terras. Cultura do produto,
- Universalização da ATER adequada a necessidade de cada região.
- Viabilização de ater empresarial com a sua absorção pelo negócio e a ater governamental cuidando de produtores que estão fora desse sistema, na preparação dos mesmos e apoiando a ater de forma a contribuir para a ascensão da mesma de forma contínua.
- Viabilização de seguro para a produção.

CHARUTO

CURTO PRAZO

- Buscar junto aos Governos Federal e Estadual a criação de linha de crédito com taxas competitivas para pequenos e médios produtores de Tabaco.
- Criação do Museu do Tabaco Em Cruz das Almas.
- Garantir os meios necessários para a exportação do Charuto baiano para a China.
- Promover junto ao MAPA a Indicação Geográfica (IG) do charuto baiano.
- Propor ao MAPA uma agenda de governo com os Ministérios da Saúde, MDA, Comércio Exterior e Relações Exteriores reivindicando adequações na legislação, taxas de serviços (especialmente charutos), harmonização de procedimentos, reclassificação e banimento de produtos fitossanitários, por parte da ANVISA.
- Redução de IPI de 30% para 15% no fabrico manufaturado do charuto.
- Taxação dos charutos importados.

LONGO PRAZO

- Acompanhar a discussão das políticas relativas ao Merchandising nos pontos de varejo e condições para a entrada e permanência de pequenas e médias empresas no mercado de charutos e cigarrilhas.
- Acompanhar a implementação dos compromissos assumidos pelo Governo Federal por ocasião da ratificação da Convenção-Quadro.
- Acompanhar as alterações da legislação do Código Florestal, de forma a adequá-las as especificidades do Setor.
- Acompanhar e atuar junto a ANVISA nos processos de registro, reclassificação e banimento de produtos utilizados no setor fumageiro baiano.
- Acompanhar o posicionamento do governo brasileiro relativo à implementação dos Arts. 9, 10, 15, 17 e 18 da Convenção-Quadro.
- Acompanhar o Projeto de Lei no Congresso de reformulação do IPI - PL 6400.
- Apoiar projetos legislativos que criminalizam a prática de comércio ilícito.
- Apoiar todos os projetos que promovam a adequação da legislação trabalhista no meio rural sem a perda dos direitos atuais dos trabalhadores.
- Aproximação do Conselho nacional de Combate a pirataria do Ministério da Justiça e a Receita Federal do Brasil.
- Avaliar as competências operacionais e tecnológicas para trabalhos específicos, de universidades, instituições de pesquisas e extensão, cooperativas e associações que possam contribuir.
- Buscar junto ao Governo federal recursos para a implementação da pesquisa sobre o Mercado Ilegal de Charutos e Cigarrilhas no País aprovado pela Câmara Setorial.
- Buscar junto ao Governo federal recursos para estudo sobre o Mercado Ilegal de Charutos e Cigarrilhas no País.
- Buscar junto ao MTE dados de geração de empregos do Setor, para divulgação.
- Congresso Nacional - Promover ações para fortalecer bloco de parlamentares em defesa da cultura do Tabaco.
- Construir o programa de PI na Bahia.
- Contemplar as ações de coleta sistematizada de demandas de pesquisa para que sejam encaminhadas ao Programa de Pesquisa do Setor.
- Contemplar no programa a difusão de tecnologias existentes e geradas anualmente de forma sistemática.
- Contemplar nos Programas ações sistematizadas e focadas em prioridades de cada região, contemplando as características regionais segundo tecnologias de produção, tamanho da propriedade, etc.
- Contemplar os assuntos relativos ao tabaco e seus produtos artesanais finais, como Charutos e Cigarrilhas, nas publicações da Seagri e MAPA.

- Contemplar pesquisas de variedades produtivas resistentes a doenças adaptadas ao cultivo do Tabaco na Bahia.
- Convergir os trabalhos para consolidar informação oficial e confiável, através da Conab, após os aperfeiçoamentos requeridos.
- Credenciar laboratórios, na Bahia, para análises de substâncias exigidas pela ANVISA de tabaco e derivados (governança).
- Credenciar novos laboratórios para análises Fitopatológicas na Bahia.
- Criar Banco de Germoplasma para preservação de variedades utilizadas na Bahia.
- Criar plataforma de dados comum e acesso a informação de forma objetiva e transparente, que preserve as questões concorrenciais
- Definir estratégias de combate ao Contrabando, à falsificação e à sonegação fiscal.
- Definir metodologias, sistema de governança, gestão do trabalho, orçamento, cronograma de trabalho, implantação e manutenção.
- Desenvolver produtos Orgânicos para uso no controle de pragas e doenças do Tabaco para charuto.
- Destacar a riqueza do portfólio de variedade de Tabaco para Charuto que a Bahia possui.
- Destacar o volume de Impostos gerados pela Cadeia do Charuto, comparando-os ao que os mesmos podem proporcionar ao desenvolvimento da Bahia, tais como - tantos % dos recursos de orçamento estadual destinado a educação, etc.
- Discutir a aplicação, e ou ampliação de sistemas de certificação. Aproveitando os mecanismos e experiências existentes e praticadas pelo setor. E em alinhamento, com as exigências existentes dos mercados compradores.
- Discutir a criação do Seguro Agrícola com Bancos, Governo, Produtores e demais envolvidos.
- Disponibilizar pesquisas de temas referentes à saúde e segurança do produtor, realizadas pelas empresas e pelos sindicatos.
- Elaborar Programa Específico de Capacitação de Produtores na Gestão Administrativa, Financeira e Comercial
- Elaborar Programa Específico de Capacitação de Profissionais de ATER e Empresas Privadas.
- Elaborar Programas Específicos de Capacitação de Mão-de-obra em todas as operações de manejo e segurança do trabalho, etc.
- Envolver além da EMBRAPA, UFRB, ADAB, EBDA e FAMAM.
- Estabelecer convênios com MDA, Sebrae, SENAR, EBDA, ADAB e demais Instituições Públicas e Privadas afins
- Estabelecer estratégias de ampliar as exportações de Tabaco, Charutos e Cigarilhas da Bahia.
- Estabelecer estratégias de identificação e arrecadação de recursos para aplicar o marketing institucional.

- Estabelecer parcerias de promoção internacionais entre a SRI / MAPA, MRE, APEX e MDIC com o Governo da Bahia.
- Estabelecer parcerias e ou convênios de cooperação técnica com instituições públicas e/ou privadas que possam colaborar de forma sistemática e contínua.
- Estabelecer tratamento isonômico de impostos aos Charutos importados de Cuba, hoje com alíquota zero, buscando reverter o acordo comercial no âmbito do Mercosul.
- Estabelecer um ambiente de discussão periódica para a elaboração de agenda mínima de PD&I pautada por todos os elos da Cadeia do Charuto, com o objetivo de se somar aos esforços privados, as instituições públicas afins.
- Identificar e classificar variedades potencialmente melhoradoras das Características Sensoriais dos Charutos na Bahia.
- Identificar todas as instituições de pesquisa públicas e privadas com trabalhos relevantes no setor.
- Implementação da equalização tributária com os países do Mercosul.
- Implementar estratégias visando permitir a utilização dos Créditos acumulados de ICMS pelas Indústrias processadoras e charuteiras.
- Incluir nas negociações Mercosul – União Europeia a inclusão do Cap 24 do NCM, no Sistema Geral de Preferências (SGP), inclusive desonerando de alíquotas para zero vis-a-vis.
- Levantar eventos ocasionais, secas, pragas, entre outros.
- Manter o programa de monitoramento fitossanitário para atendimento ao mercado internacional.
- Promover apoio aos projetos de adequação da NR31.
- Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Promover estratégias de captação de recursos públicos e privados disponíveis para capacitação, difusão e extensão.
- Promover estratégias de informação pública de esclarecimentos ao respeito e preocupação existentes com as questões ambientais, sociais, sensoriais, históricas do Tabaco Baiano e com a diversificação da produção na propriedade.
- Promover o Tabaco Baiano e seus produtos artesanais finais, como Charutos e Cigarrilhas, em mercados externos potenciais.
- Promover plano de ações contra a concorrência desleal de charutos e cigarrilhas contrabandeados e subfaturados, com adoção de canal vermelho na Alfândega.
- Promover trabalhos em parcerias com o Mapa, Sebrae e Governo da Bahia na definição da IG.
- Receita Federal / MF - Discutir adequações nas regras de registro especial de fabricantes de charutos e cigarrilhas.
- Registrar e certificar as Sementes produzidas na Bahia.

- Reivindicar maior participação da SEAGRI e MAPA nos contrapontos a ataques exagerados e sem fundamentos técnicos ao Setor.
- Sistematizar métodos e formas de captação de demandas de pesquisa dos diversos elos da Cadeia do Tabaco para charuto.
- Solicitar ao IBGE a inserção nos seus trabalhos de censo e estatísticas a informação dos dados econômicos do Setor na Bahia.
- Utilizar e envolver experiências existentes de demais instituições públicas e privadas.

FIBRAS NATURAIS

CURTO PRAZO

- Ampliar e reduzir custos das linhas de créditos para recuperação e custeios das safras de piaçava.
- Aumentar as exportações.
- Buscar a tecnologia existente para a palmeira e divulgá-la.
- Buscar instalação de grandes fábricas de vassoura na região produtora.
- Buscar recursos para projetos de atualização tecnológica junto aos organismos internacionais.
- Buscar recursos para projetos de aumento de utilização da planta nos organismos internacionais.
- Buscar soluções para os gargalos da cadeia produtiva, incluindo a possibilidade do processamento integral da planta, com aproveitamento de 100%.
- Captar, consolidar, disponibilizar e divulgar informações relevantes para o setor para orientar os processos de tomada de decisão do setor e das empresas.
- Caracterização da qualidade da fibra para conseguir um melhor valor.
- Com informações técnicas sobre a cadeia produtiva buscar recursos através da área ambiental.
- Comercialização de outros produtos produzidos pela palmeira.
- Criação da associação dos produtores de piaçava.
- Criar estrutura de monitoramento dos projetos e da gestão das parcerias com entidades.
- Definir o modelo de atuação do instituto de fibras naturais. Viabilizar, através do instituto, fundos de desenvolvimento tecnológico, de promoção comercial e capacitação.
- Desenvolver - em parceria com entidades públicas e privadas - cursos de capacitação para os trabalhadores e gestores.
- Desenvolver a identidade da marca ***Brazilian Fibres***: resistente, biodegradável, natural, reciclável.

- Desenvolver intranet/extranet para reforçar os canais de relacionamento com clientes e fornecedores (CRM/portal de vendas para comercialização).
- Desenvolver intranet/extranet para reforçar os canais de relacionamento dentro da cadeia produtiva. Esta ação visa reforçar a sinergia entre produtores, motores, bateadeiras e indústrias.
- Desenvolver novas variedades de plantas.
- Desenvolver o mercado de fibrocimento, com a substituição do amianto.
- Desenvolver o mercado de geotecidos (mantas e parede vegetal).
- Desenvolver o mercado de tapetes de fibras naturais.
- Desenvolver o plantio adensado visando a produção de fibra curta para o mercado de compósitos.
- Desenvolver o projeto de comunicação para a divulgação da marca **Brazilian Fibres** no Brasil e no exterior, compreendendo estratégia de promoção, publicidade e relações públicas.
- Desenvolver parcerias com as universidades e órgãos técnicos para realização de seminários e desenvolvimento de linhas de pesquisa.
- Desenvolver política de crédito para recuperação e custeio de safras de fibras naturais, focadas nos pequenos produtores e bateadeiras.
- Desenvolver programa de manejo junto com a EMBRAPA.
- Desenvolver, em conjunto com os órgãos de fomento, tecnologias de corte da folha.
- Disseminar a cultura da limpeza dos campos / organização / replantio.
- Estar presente nos eventos de feno, leite e cavalos.
- Estimular mecanismos de financiamento para cobrir custos de adequação das unidades às exigências da certificação.
- Estimular o plantio consorciado.
- Estruturar linha de pesquisa para a identificação de novos usos e mercados para as fibras naturais.
- Estruturar o projeto de produção de escovas e discos de polimento na Bahia.
- Fazer um marketing da fibra ressaltando principalmente seus caracteres ecológicos e sociais positivos propagando em meios de comunicação, folders, etc.
- Garantir preço remunerador para o produtor via CONAB.
- Identificar oportunidades de negócio para embalagens de fios visando o consumidor final.
- Identificar oportunidades de negócio para os produtos de fibras naturais.
- Implantar a política de preços diferenciados por grade para incentivar a classificação das fibras.

- Implantar programa de certificação ISO 9001 para bateadeiras e indústria.
- Incentivar os produtores rurais que plantaram a piaçava.
- Intensificar a assistência técnica para melhoria da produtividade incluindo defesa sanitária, manejo, e questões ambientais e sociais das cadeias produtivas de fibras naturais.
- Intensificar ações nos fabricantes de máquinas para enfardamento de feno, para trabalhar com fio agrícola de sisal e fio sintético.
- Introduzir selo de certificação das fibras naturais em parceria com Inmetro e Ibametro.
- Investigar e descobrir porque as distribuidoras nos EUA não estão disponibilizando, em determinadas regiões, os fardos de sisal nas lojas, cooperativas e supermercados agrícolas.
- Melhorar as condições de trabalho na cadeia produtiva.
- Modernização dos equipamentos para plantio, produção, colheita, beneficiamento e processamento, iniciando com urgência pela máquina desfibradora de sisal através de concorrência internacional vinculando pagamento ao funcionamento da máquina superior.
- Montar os projetos pilotos das pesquisas já aprovadas: mucilagem (fertilizante e ração), suco (bioinseticida) e compósitos.
- O que falta para completar o pacote tecnológico da piaçava.
- Priorizar ações nos mercados escolhidos: norte da África (Egito): desenvolver o mercado gessero do norte da África com utilização de outros tipos de sisal que não só o tipo 1; sul da América do Sul (Argentina, Uruguai, Paraguai e fazendeiros brasileiros).
- Promoção nacional e internacional das fibras naturais e seus produtos, incluindo os agentes do processo produtivo e autoridades locais visando a conquista de novos mercados e melhoria e estabilidade dos preços, incluindo a política efetiva de preço.
- Quais as linhas de créditos atuais que podem ser usados na cadeia produtiva da piaçava?
- Quais as políticas públicas que já existem para serem usadas na cadeia produtiva da piaçava.
- Que linhas de crédito poderão ser usadas para plantio de piaçava?
- Realizar *benchmark* com países e empresas produtoras de produtos a base de fibras naturais.
- Reformular o site *Brazilian Fibras* para colocar foco em negócios, reforçando a exposição das empresas brasileiras.
- Registrar produtores e motores para implantar certificação.
- Saber a quantidade de piaçaveiros, produtores (agroextrativismo e da agricultura), comerciantes, indústrias e exportadores que a cadeia produtiva tem.
- Tentar conseguir agregação de valor na região produtora.
- Viabilizar a adoção de novas máquinas desfibradoras, mais eficientes e seguras.

- Viabilizar apoio tecnológico, fiscal e financeiro para a modernização do parque industrial da cadeia produtiva.

LONGO PRAZO

- Ações conjuntas com as outras fibras que fazem parte da câmara setorial de fibras naturais como: criação de fundo tecnológico, mecanismos de proteção a cadeia, etc.
- Aproveitamento de 100 % das plantas trabalhando com política de lixo zero, incluindo a criação do instituto de fibras naturais.
- Buscar empresas como Petrobras, vale do rio doce mostrando a relação que esta palmeira tem com a agro-energia e buscar recursos para pesquisas e desenvolvimento da cadeia.
- Criação da câmara setorial de fibras naturais a nível federal, incluindo nesta as fibras existentes e outras fibras.
- Desenvolvimento de novos produtos com mais tecnologia gerando novas demandas e novos mercados para as fibras naturais.
- Fomentar a implantação de novos plantios.
- Promover palestras em universidades, cidades da região produtora, promover dias de campo, seminários com pesquisadores de plantas afins, etc.
- Qualidade dos produtos com classificação e certificação oficial, com agregação de valor.
- Verificação de gargalos no pacote técnico conseguido e promover novas pesquisas.

FLORESTAL

CURTO PRAZO

- Acelerar o processo de privatização e duplicação da BR-101.
- Adequação do aeroporto de Teixeira de Freitas.
- Ampliar a participação da cadeia nos fóruns de discussão.
- Capacitação dos técnicos para promover o ater, assim como a promoção do fomento a ampliação e desenvolvimento de centros técnicos e de universidades no Estado voltados inclusive para a melhoria do material genético adequado a indústria de base florestal.
- Capacitar os pequenos e médios produtores sobre a legislação e regularização fundiária.
- Criar convênio entre instituições de crédito e órgãos licenciadores para agilizar a liberação ao crédito.
- Criar linhas de pesquisas com foco no pequeno produtor.
- Criar o ICMS ecológico.

- Criar o seguro rural florestal.
- Criar programas de educação ambiental.
- Dar visibilidade à importância da certificação.
- Demonstrar para o poder público as incongruências da legislação ambiental, buscando influenciar as modificações necessárias.
- Desburocratizar o processo de acesso ao crédito.
- Desburocratizar o processo de licenciamento ambiental.
- Desenvolver pesquisa de mercado para identificar demanda por outros produtos.
- Desenvolver política de defesa fitossanitária para a atividade florestal.
- Desenvolver um plano estratégico de comunicação e reforço da imagem para a sociedade.
- Estabelecer mecanismos eficazes para coibir o furto de madeira, a produção e comercialização ilegal de carvão.
- Estabelecer mecanismos eficazes para o cumprimento das decisões judiciais em relação às questões fundiárias.
- Estabelecer parcerias entre órgãos de pesquisa pública, universidades e centros de tecnologia da iniciativa privada.
- Estruturar e disponibilizar programas de melhoria da gestão para pequenos produtores e prestadores de serviços.
- Estruturar um sistema de associações de pequenos produtores.
- Fomento à ampliação e desenvolvimento de centros técnicos e universidades no Estado.
- Incentivar/promover e reter conhecimento nas entidades de pesquisa do Estado.
- Mapear informações já existentes e captar novas para consolidar um estudo do setor.
- Melhoria da BR 418, BA 290, BA 093, BR 110, BR 116.
- Melhoria do Porto de Salvador e Aratu.
- Participação da cadeia na câmara federal de base florestal (MAPA).
- Participação da câmara em fóruns de discussão sobre infraestrutura.
- Promover a conscientização ambiental nas comunidades vizinhas.
- Promover a conscientização ambiental nos pequenos e médios produtores e prestadores de serviços.
- Promover a convergência de esforços para integrar ações sociais pelas empresas.

- Prover os órgãos regulamentadores, notadamente no âmbito municipal (GAC).
- Simplificação do processo de cumprimento da legislação.
- Tornar efetivas as barreiras fitossanitárias.
- Viabilizar plano de adequação das propriedades rurais em relação à RL e APP, assim como a desburocratização do licenciamento ambiental.

LONGO PRAZO

- Adequação do porto de Ilhéus.
- Adequação/ampliação das atuais ferrovias.
- Ampliar programas de desenvolvimento de fornecedores locais.
- Buscar a representatividade da silvicultura na Federação da Agricultura.
- Criar centro de inteligência do setor.
- Criar linhas de pesquisas com foco no aumento da produtividade.
- Criar linhas de pesquisas na área de OGM.
- Criar pólos florestais e incentivar sistemas agroflorestais visando o uso múltiplo da madeira.
- Desenvolver P&D para desenvolvimento de material genético adequados à indústria moveleira.
- Estabelecer mecanismos que facilitem a certificação do manejo e dos produtos florestais.
- Expandir a base de produtores florestais e de fornecedores locais.
- Incentivar o uso de sistemas agroflorestais visando uso múltiplo da madeira.
- Organizar processo para incluir produtos florestais na bolsa de mercadorias.
- Promover o zoneamento econômico ecológico.

FRUTICULTURA

CURTO PRAZO

- Adequar assistência técnica de forma contínua, principalmente para a agricultura familiar.
- Ampliação do quadro da ADAB.
- Ampliação do quadro de funcionários da EBDA.

- Ampliação dos escritórios da ADAB.
- Ampliação dos serviços de beneficiamento, armazenagem e câmaras frias acessíveis ao pequeno produtor.
- Capacitação dos produtores na gestão do negócio.
- Capacitação gestão comercialização, padronização – qualidade.
- Capacitar produtores em sistema de qualidade.
- Certificação de origem.
- Continuidade dos fóruns de discussão.
- Controle de qualidade da produção.
- Crédito com base no zoneamento agrícola e que esteja disponível em montante suficiente e em tempo hábil.
- Desenvolver pesquisa demandada pelo setor, interação pesquisa e o setor produtivo.
- Divulgação, através de campanhas promocionais, destacando o selo da qualidade da fruta.
- Eletrificação rural.
- Estabelecer legislação adequada para exportação importação.
- Estabelecer lei para normatizar a produção de mudas citros em ambiente protegido.
- Estabelecer uma legislação adequada para agroindústria familiar.
- Estreitamento do dialogo entre governo, elos da cadeia e instituições financeiras.
- Estruturar as centrais de abastecimento.
- Estruturar e capacitar a assistência técnica oficial, e outras instituições integrantes da PNATER de forma a atender todo setor produtivo (frutícola).
- Fomentar uso do material genético certificado, mudas de qualidade.
- Fortalecer as políticas públicas (PAA, merenda escolar).
- Fortalecimento da cadeia cooperativa, gestão associada, continuidade do segmento.
- Fortalecimento das instituições de pesquisa.
- Harmonização entre as legislações dos estados e governo federal.
- Implementação do programa de educação sanitária.
- Implementação dos processos de certificação.

- Infraestrutura e logística acompanhando as fronteiras de desenvolvimento.
- Maior envolvimento dos produtores no processo legislativo de interesse do setor.
- Melhorar a proteção das barreiras e capacitação dos servidores.
- Padronização das frutas a serem comercializadas. Implementar a fiscalização.
- Padronização e fiscalização.
- Padronização importação de frutas: defesas doenças e pragas.
- Padronização, criação de do selo de qualidade Bahia.
- Plataforma logística.
- Política estadual em sintonia com a federal.
- Seguro de crédito e de renda que atenda o produtor.
- Sintonia entre a legislação do Estado com a federal.
- Sociedade organizada: fortalecimento das governanças regionais.
- Variedades melhoradas – setor pesquisa EMBRAPA/EBDA.
- Verticalização da produção.

LONGO PRAZO

- Adoção de um programa de irrigação para a citricultura e outras fruteiras.
- Ampliação do número de centrais de abastecimentos.
- Capacitação dos produtores na gestão do negócio.
- Capacitar os produtores para a padronização e qualidade do produto.
- Criação de plataforma de logística.
- Desenvolvimento de material genético adequado às regiões.
- Difusão de tecnologia agrícola. Agroindústria e comercialização.
- Especializar técnicos para atuar na fruticultura.
- Estabelecer legislação adequada para agroindústria familiar.
- Fortalecimento das escolas famílias agrícolas.
- Manter uma ater moderna, continua e permanente nos segmentos tecnológicos, mercado, gestão de negocio com visão na cadeia produtiva.

- Manter uma ater moderna, continua, permanente capacitada para difundir tecnologia agrícola agroindústria e comercialização.
- Transporte multimodal.
- Utilização de material genético melhorado, livres de pragas.

GRÃOS

CURTO PRAZO

- Adequação do produtor à legislação ambiental.
- Agilizar os processos de licença ambiental, supressão vegetal e áreas enquadradas dentro da legislação.
- Ampliação e inserção dos produtos comercializados.
- Análise de custo e viabilidade para exportação de grãos na Bahia.
- Apoio a diversificação das culturas para as microrregiões nordeste da Bahia.
- Campanha de esclarecimento sobre a importância da agricultura na sociedade brasileira.
- Criação de programa de capacitação e qualificação para técnicos agropecuários de nível médio.
- Criação do sistema de integração agropecuária – SIAPEC.
- Criar o fundo de desenvolvimento da cadeia de grãos do Estado da Bahia.
- Difundir o empréstimo do governo federal - EGF como facilitador da comercialização de grãos.
- Dispensa de licença ambiental para as atividades agropecuárias.
- Elaboração de campanha promocional para estimular o consumo de grãos e derivados.
- Estimular e capacitar o grande, médio e pequeno produtor na produção de aves, suínos e bovino de leite para aumentar a demanda de grãos.
- Estimular o cooperativismo e organização dos produtores.
- Estimular os municípios a utilizarem a assistência técnica e extensão rural gratuitas (PNATER), garantidas pela lei 5.665 de 11/01/2010.
- Facilitar a operacionalização das pequenas indústrias através das organizações dos produtores.
- Fomentar cursos de capacitação para os profissionais que atuam na cadeia de grãos - parceria público-privada.
- Fomentar o acesso do produtor às linhas de crédito rural existentes no País, através de parceria entre as entidades financiadoras e representações dos produtores.

- Fortalecimento das parcerias público-privadas.
- Identificar as necessidades e construir armazéns nas regiões produtoras de grãos.
- Implementação de sistemas de qualidade em todos os elos da cadeia, ex: ISOs.
- Incentivar os programas desenvolvidos pela Fundação BA já existentes.
- Incentivo a programa de capacitação periódica do corpo técnico de órgãos públicos e privados.
- Instalação de balanças rodoviárias, visando a conservação da malha asfáltica.
- Intensificar e ampliar os cursos de formação ou qualificação de projetistas.
- Interligação da malha ferroviária existente para o escoamento da produção de grãos e fertilizantes de Brumado a Salvador.
- Manutenção dos programas de defesa agropecuária, como o projeto ferrugem da soja e vazio sanitário.
- Padronização dos produtos.
- Para efeito de cálculo da garantia do seguro agrícola, avaliar a classificação dos produtores através do nível tecnológico adotado, produtividades alcançadas e utilização de híridos.
- Participação das organizações produtivas na formulação de leis, normas, instruções normativas, etc.
- Prioridade para elaboração de projetos de sanidade visando minimizar os prejuízos causados pelas pragas “mofo branco” e mosca branca.
- Realização de treinamentos de produtores na produção e comercialização de seus produtos
- Reestruturar os programas de pesquisa da EBDA na área de grãos.
- Revisão dos sistemas de produção.
- Subvenção estadual de 25% no seguro agrícola.
- Utilizar o programa crédito assistido como facilitador do acesso ao crédito pelos produtores.

LONGO PRAZO

- Aceleração da reestruturação da EBDA.
- A partir do estudo realizado pela FGV, sejam fomentadas as políticas públicas para os ajustes da verticalização da cadeia de grãos.
- Campanha de esclarecimento sobre a importância da agricultura na sociedade brasileira.
- Elaboração de campanha promocional para estimular o consumo de grãos e derivados.
- Fomentar a implantação de armazéns gerais através de linhas oficiais de crédito especial.

- Incentivar os produtores a trabalharem com mitigadores (seguros), buscando o acesso dos mesmos a bolsa de valores e ao mercado futuro.
- Manutenção do bom estado fitossanitário das culturas.
- Melhorar os processos de difusão de tecnologia, incluindo meios eletrônicos, para todos os participantes da cadeia.
- Programas de incentivos a construção de unidades armazenadoras (silos) na área de produção, principalmente nas fazendas.
- Programas de infraestrutura para implantação de ferrovias, portos, rodovias, canais fluviais.

GUARANÁ

CURTO PRAZO

- A câmara setorial também funcionara como conselho consultivo para tomada de decisão em toda cadeia.
- Acompanhamento e discussão de políticas públicas pelo colegiado (câmara setorial/ comitê do guaraná da Bahia.
- Adequação das estruturas de beneficiamento.
- Adequação das unidades de beneficiamento aos padrões de qualidade da defesa sanitária.
- Adequação de equipamentos para o beneficiamento do guaraná.
- Aparelhar as associações com instrumentos para secagem do guaraná.
- Aplicar e garantir o preço mínimo (PGPAF) para a cultura do guaraná da Bahia.
- Aumentar a produção e qualidade através da revisão do sistema de produção e processo de beneficiamento através da capacitação dos pequenos produtores.
- Cadastro das propriedades, georreferenciamento e certificação de origem.
- Campanha de incentivo ao consumo de guaraná.
- Capacitar técnicos da ADAB para monitorar a entrada de clone de regiões onde tem problema com doenças e pragas.
- Capacitar técnicos para atuarem junto aos agricultores familiares buscando o desenvolvimento sustentável e uma ater adequada e de qualidade na EBDA, CEPLAC.
- Contratação de técnicos para EBDA, CEPLAC.
- Criação do programa guaraná da Bahia com políticas publicas voltadas para reconhecimento da produção, desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva do guaraná da Bahia.

- Criar a marca do guaraná da Bahia.
- Criar e implementar as políticas de renegociação de dívida.
- Criar jingle do guaraná da Bahia.
- Criar legislações específicas para a cultura e derivados que venham a estabelecer procedimentos uniformes para esses setores, visando manter um padrão de qualidade que sejam capazes de proporcionar suas certificações.
- Desburocratizar e facilitar o crédito rever as exigências de garantia (avalista) para a agricultura familiar (PRONAF).
- Desenvolver pesquisa de base agroecológica.
- Desenvolver protótipos de aperfeiçoamento de equipamentos para as pequenas agroindústrias.
- Desvinculação da imagem do guaraná como apenas inibidor do sono e estimulante sexual.
- Diversidade de produtos à base de guaraná.
- Divulgação da marca guaraná da Bahia.
- Envolvimento da pesquisa/ação universidades e EMBRAPA, demais parceiros, na cadeia produtiva guaraná.
- Existência de agências de crédito no território (BNB), rever o zoneamento do guaraná da Bahia.
- Facilitar o acesso da documentação (identidade) do agricultor familiar e suas organizações (DAP individual e jurídica). E a regularização fundiária.
- Fazer cumprir a legislação (ANVISA).
- Fazer cumprir a lei dos sucos.
- Fazer cumprir a regulamentação do MAPA.
- Fazer um mapeamento de produtores por município dando certificação orgânica de origem e qualidade do guaraná da Bahia (georreferenciamento).
- Fiscalização do comércio ilegal.
- Fomentar e adequar as agroindústrias familiares de acordo as normas técnicas e as leis ambientais, sanitárias, sociais.
- Fortalecimento da assistência técnica através da contratação e capacitação de profissionais e instrumentalização de instituições para ATER pública e privada com base no PNATER - plano nacional de assistência técnica e extensão rural para a cadeia produtiva.
- Fortalecimento das cooperativas.
- Garantia de paridade dos atores que representam a cadeia produtiva do guaraná da Bahia.

- Garantir o selo orgânico e da agricultura familiar.
- Implantação de infraestruturas de beneficiamento, padronização, comercialização e adoção de incentivos fiscais para o guaraná da Bahia.
- Implantação de pequenas unidades de beneficiamento para agricultura familiar.
- Impressão e distribuição (CEPLAC) do sistema de produção do guaraná da Bahia (5 000).
- Incentivo fiscal.
- Incluir o guaraná da Bahia no programa mais alimento/PRONAF junto ao MDA.
- Inclusão do guaraná da Bahia no PNAE (inclusão na alimentação escolar).
- Inclusão do guaraná da Bahia PAA / CONAB.
- Integrar ações para o desenvolvimento de políticas específicas para o setor.
- Intensificar propaganda para conhecimento do consumidor sobre as propriedades medicinais do guaraná.
- Melhorar a visibilidade da produção de guaraná da Bahia.
- Melhoria das estradas de acesso às propriedades para escoar a produção.
- Modernização da infraestrutura da EBDA, CEPLAC.
- Ofertar cursos de capacitação e formação de profissionais especializados.
- Padronização do sistema de produção e beneficiamento com definição de processos e padronização para manter a qualidade no teor de cafeína e umidade.
- Participação em feiras e eventos nacionais e internacionais.
- Pesquisa com busca da melhoria das variedades utilizadas de guaraná.
- Pesquisa e diversificação de produtos (principalmente compostos).
- Pesquisa em aproveitamentos de sub-produtos.
- Política de crédito investimentos e custeio em toda a cadeia produtiva do guaraná.
- Promover a articulação institucional e administrar para viabilizar suas atividades em todo elo da cadeia.
- Promover a assistência jurídica aos pequenos produtores, principalmente, a adequação as leis trabalhistas e ambientes através de suas organizações.
- Qualificar e capacitar produtores, empresários e técnicos atuantes na produção do guaraná da Bahia.
- Realizar teste de qualidade por lote.

- Realizar uma pesquisa de mercado (perfil do consumidor/comprador).
- Regulamentação do banco central da lei de anistia da dívida agricultura familiar.
- Sensibilizar os agricultores familiares quanto ao risco do uso de agrotóxicos
- Unir em cooperativas, associações, sindicatos que unam os produtores para que possam se fortalecer e buscar objetivos em comum.
- Verificar o zoneamento do guaraná da Bahia pelo Banco Central.

LONGO PRAZO

- Adaptação dos portos para exportação dos produtos.
- Associar o guaraná como um produto turístico.
- Comunicação entre os atores sociais da cadeia produtiva, criar portal o Guaraná da Bahia.
- Criação da marca do Guaraná da Bahia.
- Criação de centro de excelência e escolas profissionalizantes para a cadeia produtiva do Guaraná da Bahia.
- Criação de programa de ater agro-ecológica para cadeia produtiva do Guaraná da Bahia.
- Criação do centro de referência e pesquisa/ação/ inovação tecnológica para o Guaraná da Bahia.
- Criar e fazer cumprir legislação específica para o Guaraná da Bahia e seus derivados que venha estabelecer padrão de qualidade e certificação.
- Desenvolver pesquisas para o melhoramento do processo de produção.
- Estruturar a câmara setorial para funcionar como conselho consultivo para tomada de decisão em toda cadeia produtiva do Guaraná da Bahia.
- Fazer com que os segmentos da pesquisa, legislação e comercialização se comuniquem.
- Financiamento de agroindústrias de guaraná para atender as exigências de mercado.
- Fomento de projetos para cooperativas e ou grupos de agricultores familiares para o processo de industrialização dos produtos.
- Fortalecimento das cooperativas direcionadas a cadeia produtiva do Guaraná da Bahia.
- Implantar SIF - Sistema de Inspeção Federal nas unidades de produção do Guaraná da Bahia.
- Incluir no PPP das escolas a cultura do Guaraná da Bahia.
- Intensificar a fiscalização nas barreiras, evitando a saída do Guaraná da Bahia de forma clandestina.
- Normatização, padronização dos processos produtivos e adequação as exigências de exportação.

- Participação de seminários simpósios e correlatos a nível nacional e internacional.
- Pesquisar novos produtos com associação ao guaraná.
- Política de crédito para a cadeia produtiva do Guaraná da Bahia.
- Realização de seminários simpósios e correlatos a nível nacional e internacional, objetivando a conquista de novos mercados.
- Realizar pesquisa em toda a cadeia produtiva do Guaraná da Bahia.
- Rever a alíquota da exportação do Guaraná da Bahia.

HORTALIÇAS

CURTO PRAZO

- A secretaria da agricultura coordene uma ação junto ao governo com priorização de imediato das análises de licenças ambientais.
- Ampliar a estrutura da CEASA, com novas construções e ordenamento do uso.
- Ampliar e dar melhor ordenamento aos centros de comercialização de Salvador, Jaguaquara, Juazeiro.
- Articular com as entidades que possuem legitimidade para pleitear junto ao mapa, a indicação de culturas para o registro de agrotóxicos inexistentes para as culturas.
- Através de estudos de mercado, estabelecer normas técnicas que auto-regulem o setor, definindo padrões quanto a produção, acondicionamento e comercialização dos produtos.
- Capacitar os produtores para o uso correto e seguro dos agrotóxicos. Tendo como premissa a preservação do meio ambiente e a saúde humana.
- Capacitar produtores e comerciantes na logística de distribuição, proporcionando o surgimento de empresas profissionais no ramo de distribuição de hortaliças até os mercados consumidores.
- Capacitar tecnicamente os profissionais envolvidos na cadeia de produção de hortaliças.
- Capacitar toda a cadeia de hortaliças.
- Criação de uma linha de seguro para a produção de hortaliças.
- Criar e divulgar campanha publicitária que estabeleça uma imagem positiva para as hortaliças, fazendo um link com a qualidade de vida e o consumo de alimentos naturais e saudáveis.
- Criar um programa de governo de incentivo ao consumo de hortaliças. Incluindo inclusive, o consumo de hortaliças na merenda escolar da rede estadual de ensino.
- Desenvolver ações que organizem a cadeia produtiva de hortaliças.

- Dotar a central de abastecimento de uma estrutura gerencial moderna e eficiente.
- Estruturação da empresa de ATER.
- Fomentar através da agência de defesa agropecuária do Estado, as políticas de segurança no processo de produção e qualidade dos produtos, por meio de programas educativos.
- Fortalecer as entidades do estado que atuam com o segmento, EBDA, ADAB, EBAL.
- Fortalecer as entidades responsáveis pela difusão de tecnologias.
- Implantação de um programa de controle de contaminantes, de resíduos químicos e biológicos, através de análises e rastreamento.
- Implantar programa de controle de análise de resíduos de agrotóxicos e contaminantes em hortaliças.
- Implementar ações voltadas a capacitação dos produtores e assistência técnica nos vários segmentos da hortaliças. Implantação de um programa de controle de contaminantes, de resíduos químicos e biológicos através de análises e rastreamento.
- Interagir com a rede varejista para o fornecimento de produtos de boa qualidade, padronizados e embalados adequadamente e de origem devidamente comprovada.
- Produção de produtos de boa qualidade, sadios e competitivos no mercado.
- Realização de investimentos maciços em infra-estrutura, resolvendo assim, os problemas infra-estruturais dos equipamentos CEASAS.
- Realizar parcerias com os centros de pesquisas que trabalham com hortaliças, para a difusão das já existentes e viabilizar novas pesquisas no seguimento hortaliças.
- Recuperação das estradas que de acesso aos centros de produção, para viabilizar o escoamento da produção.
- Recuperar, ampliar e modernizar os centros de comercialização existentes, mudando o modelo de gestão para as OS e OCIP.
- Recuperar, ampliar e modernizar os centros de comercializações existentes.
- Viabilizar junto aos agentes financeiros, mais rapidez na liberação do crédito rural, diminuindo o excesso de burocracia existente.

LONGO PRAZO

- Construções de centros de comercialização nas regiões produtoras, profissionalizando a comercialização.
- Construções de novos centros comerciais nas regiões produtoras.
- Construções de novos centros de comercializações no interior.
- Mudança dos modelos de gestão das centrais de abastecimento, passando-se a adotar um modelo nos moldes da OS e OCIP.

- Pavimentar e manter as entradas sempre conservadas.
- Reestruturar a assistência técnica visando dar eficácia a sua aplicação, obtendo aumento da oferta de hortaliças e melhorar a qualidade de vida do produtor.

LEITE

CURTO PRAZO

- Abertura de novas vias de acesso para o escoamento da produção leiteira.
- Adequar a política fiscal para os derivados do leite visando elevar a competitividade do setor lácteo baiano.
- Agilizar o processo de licenciamento ambiental.
- Ampliação da rede elétrica rural (bifásica e/ou trifásica).
- Ampliação do acesso à água tratada.
- Ampliação dos programas educativos governamentais.
- Aplicação de cursos de redes associativas para líderes e produtores.
- Aproximação da ATER com as instituições de ensino e pesquisa.
- Cadastramento das cooperativas, indústrias e associações de produtores.
- Combater o comércio clandestino de leite.
- Construir arranjos institucionais para respaldar os esforços empreendidos (pelos agricultores familiares, médios e grandes produtores) no aumento da produção de leite em rumo à sua auto-suficiência na Bahia.
- Contratação, através de concurso público, pelas entidades governamentais de técnicos de nível superior.
- Criação e implantação de projetos específicos de redução da sazonalidade na produção de leite.
- Cumprir efetivamente a IN 51/2002 e aplicar dos demais instrumentos legais.
- Difusão das pesquisas realizadas na área rural.
- Disseminar os programas tecnológicos existentes.
- Expandir os programas de melhoria da qualidade do leite.
- Fortalecer a câmara setorial do leite.
- Garantir a uniformidade da produção primária.
- Implantação do programa empreendedor rural – PER.

- Implantação do programa negócio certo rural – NCR.
- Implantar tanques de resfriamento comunitários em núcleos produtivos estratégicos, priorizando nesses locais a instalação de energia, água de qualidade e vias de acesso.
- Implementação e manutenção de estratégias para controle sanitário dos rebanhos e estabelecimentos lácteos.
- Instalação de tanques de expansão comunitários e kits de qualidade.
- Instalar o laboratório de análise da qualidade do leite.
- Integrar todos os programas de assistência técnica e gerencial existentes e a serem criados no Estado da Bahia em uma única proposta tendo como base metodológica o projeto de assistência gerencial e tecnológica a grupos de produtores ligados a uma agroindústria.
- Maior integração entre a necessidade rural (local) com as pesquisas universitárias.
- Melhoria das estradas e pontos de escoamento da produção (primária e industrializada).
- Oferecer crédito consignado, assistido, desburocratizado e vinculado ao calendário agrícola.
- Promoção de cursos de capacitação gerencial e tecnológica para técnicos do AGETEC, Balde Cheio e apoio à cadeia produtiva do leite, produtores e trabalhadores rurais.
- Promover a comercialização dos produtos lácteos com segurança alimentar e competitividade com outros estados.
- Promover a integração entre os órgãos responsáveis pela aquisição dos produtos lácteos.
- Promover campanha de divulgação para consumo de produtos lácteos sem risco para a saúde.
- Realização de blitz sanitária.
- Realização de treinamento e atividades da promoção social – OS.
- Realizar estudo que aponte os motivos dos níveis de inadimplência.
- Reestruturação do FUNDAP.
- Revisão e adequação de programas governamentais para aquisição do leite.
- Unificar as políticas públicas e programas existentes no Estado para o agronegócio do leite.
- Viabilização de uma indústria reguladora.

LONGO PRAZO

- Adotar a marca Leite Bahia.
- Aplicação de cursos de redes associativas para líderes e produtores.

- Atualização cadastral das cooperativas, indústrias e associações de produtores.
- Certificar rebanhos e produtos lácteos oferecidos aos mercados consumidores como garantia de qualidade sanitária.
- Consolidação dos projetos de reestruturação de infraestrutura propostos pelo Estado, que fortaleça a cadeia produtiva do leite.
- Garantir a contratação, através de concurso público, pelas entidades governamentais, de técnicos de nível superior, para suprir a ampliação do AGETC - Caminhos do Leite.
- Implantação do AGETEC – Caminhos do Leite.
- Implantação do Programa Empreendedor Rural – PER.
- Implantação do Programa Negócio Certo Rural – NCR.
- Incentivar o consumo seguro do leite e produtos lácteos.
- Instalação de tanques de expansão comunitários e kits de qualidade.
- Manutenção do FUNDAP.
- Promoção de cursos de capacitação gerencial e tecnológica para técnicos do AGETEC, Balde Cheio e apoio à cadeia produtiva do leite, produtores e trabalhadores rurais.
- Promover campanha de divulgação para consumo de produtos lácteos sem risco para a saúde, adotando a marca “Leite Bahia”.
- Realização de treinamento e atividades da promoção social – OS.

MANDIOCA

CURTO PRAZO

- Adaptar (ajustar à realidade) o zoneamento da produção da cultura de mandioca por região
- Adaptar (ajustar a realidade) o zoneamento da produção da cultura de mandioca por região buscando meios para tornar o crédito oportuno, ou seja, que a liberação ocorra antes do período de plantio.
- Adequar as casas de farinha às exigências da vigilância sanitária.
- Buscar meios para tornar o crédito oportuno, ou seja, que a liberação ocorra antes do período de plantio.
- Capacitar os produtores para que possam compreender a importância da qualidade para a segurança do alimento e a agregação de valor.
- Criar mecanismos governamentais para minimizar a ação do atravessador (melhorar a organização dos produtores e reduzir a assimetria de informação).

- Desburocratizar o crédito rural.
- Direcionar, acompanhar e orientar o crédito rural.
- Dotar nossas fronteiras de capacidade para identificar e barrar a entrada de pragas no Estado.
- Estimular a criação de uma rede multi-institucional e multidisciplinar de intercâmbio e troca de informações entre organizações de produtores, técnicos e pesquisadores envolvidos com a cultura da mandioca.
- Estimular a identificação de procedimentos e processos que ampliem a qualidade culinária do aipim.
- Estimular por meio de incentivo fiscal a aquisição de produtos da agricultura familiar.
- Fiscalizar e ao mesmo tempo agilizar os processos legais exigidos para que aconteça a produção.
- Incentivar pesquisas que resgatem variedades crioulas e/ou tradicionais de valor cultural e de grande importância para a segurança alimentar.
- Inovar nos métodos de transferência de tecnologia e estimular o surgimento de condicionantes favoráveis à adoção das tecnologias geradas.
- Inovar nos métodos de transferência de tecnologia e estimular, principalmente, a produtividade de sementes de boa qualidade.
- Maior divulgação da utilização do aipim e seus produtos.
- Maior divulgação das vantagens da adição da fécula da mandioca na farinha de trigo (pão e outros produtos).
- Manter vigilância constante na produção local para evitar propagação de pragas.
- Massificar a informação via treinamentos e a utilização dos canais de comunicação.
- Promoção de estratégias para produção de maniva semente de boa qualidade.
- Promover a disseminação da informação com relação a nova legislação de empreendedor individual.
- Promover a fiscalização e/ou implementar a legislação inerente aos produtos oriundos da mandioca.
- Promover a geração de conhecimentos, a divulgação e o ajuste das soluções disponíveis para utilização dos resíduos (manipueira, etc.).
- Revisar os métodos de penalidade aos municípios devido à inadimplência de alguns produtores.

LONGO PRAZO

- Adotar métodos coletivos de socialização do conhecimento e difusão de tecnologia para elevação da produtividade.
- Buscar novos arranjos institucionais que permitam acelerar a transferência do conhecimento e valorizar o saber dos diferentes atores envolvidos na cadeia produtiva.
- Criar mecanismos de diferenciação dos produtos valorizando os atributos de qualidade, de compostos funcionais e de mercados específicos (celíacos).

- Criar mecanismos governamentais para minimizar a ação do atravessador (melhorar a organização dos produtores e reduzir a assimetria de informação).
- Divulgar as formas de utilização da mandioca e derivados na alimentação animal.
- Em articulação com a pesquisa, identificar protocolos de indexação de doenças.
- Estimular a criação de mecanismos de certificação formal ou mesmo auto-certificação da qualidade, da identidade (geográfica e artesanal) e do processo de produção (certificação social).
- Estimular a divulgação de técnicas que permitam aumentar o índice de multiplicação vegetativa e a restabelecer os patamares de produtividade das áreas intensivamente cultivadas com mandioca.
- Estimular a realização de pesquisas que ofereçam novas alternativas de manejo da cultura e novas variedades (para indústria e para o consumo de mesa), que atendam às exigências dos mercados (com alto teor de amido e qualidades específicas).
- Estimular estudos para determinar territórios com potencial para a instalação de unidades de processamento compatível com a oferta de matéria prima.
- Estreitar as relações dos órgãos de assistência técnica com as instituições de geração de tecnologia.
- Estreitar as relações dos órgãos de assistência técnica com os agentes creditícios.
- Fortalecer a assistência técnica pública e privada (contratação de pessoal e alocação de recursos financeiros e materiais).
- Identificar e promover processos de governança compatível com as características (alta especificidade) do produto (raiz).
- Implementar instrumentos que permitam avaliar o impacto das atividades de ATER.
- Melhorar o padrão de qualidade do produto para atender aos padrões estabelecidos pela legislação.
- Na instalação de novas unidades de processamento devem se apoiar as ações que favoreçam os ganhos de economia de escala, especialmente no que se refere à consolidação e formação de associações e de cooperativas.
- Promover a diversificação dos derivados de mandioca para atingir mercados diferenciados.
- Promover a gestão da qualidade, segurança e saúde em todos os elos da cadeia produtiva da mandioca e derivados, articulada com processos de certificação.
- Valorização de produtos com apelos regionais (produtos de identificação geográfica).

OLEAGINOSAS

CURTO PRAZO

- Ação conjunta governos federal e estadual, agentes financeiros, cooperativas de agricultores, entidade de ater e Petrobras, para disponibilizar máquinas para preparo do solo, plantio, tratos culturais e beneficiamento da produção.

- Ação específica para abertura e recuperação das estradas vicinais, facilitando o transporte da propriedade para a sede do município.
- Adequação do PRONAF – ECO para realidade da Bahia no caso do dendê.
- Ampliação do quadro de técnicos que prestam assistência técnica as oleaginosas (governamental e não governamental) na relação de 100 agricultores por técnico.
- Aplicação da política de crédito para investimento e custeio para indústria.
- Aprimorar as estações experimentais para que as matrizes em estágio de acesso estejam disponíveis ao agricultor.
- Aprimorar o fabrico dos equipamentos de processamento, de baixo custo, voltados para a pequena produção;
- As oleaginosas dendê, mamona e girassol têm uma papel social importante – emprego de mão-de-obra – utilizar como ferramenta promocional.
- Assistência técnica constituída de mais de 300 profissionais lotados nas cooperativas e na EBDA/CEPLAC.
- Aumento de 20% dos serviços de ater por parte das empresas compradoras.
- Aumento de área plantada com oleaginosas para 200 mil há.
- Capacitação de 100% dos técnicos envolvidos no processo.
- Construção em caráter de urgência de estrutura de armazenamento de grãos no ambiente de produção.
- Criar/ fortalecer as câmaras regionais (territoriais) para o cultivo de oleaginosas, interagindo com os “pólos de biodiesel” e outros fóruns organizados.
- Dentro da metodologia da ater focar no fortalecimento do cooperativismo/associativismo.
- Desdobramento efetivo da ação de recuperação de solos com maior intensidade nas áreas zoneadas para mamona.
- Desenvolver experimentos no âmbito da agricultura familiar a utilização de irrigação para o consócio oleaginosas x alimentares.
- Desenvolver na cadeia produtiva das oleaginosas uma ferramenta para utilização da torta para produção de ração animal.
- Desenvolver uma ação de gestão compartilhada para esmagadoras de Lapão e a futura de Olindina.
- Distribuição de 20% a mais de sementes pela Petrobras para agricultura familiar.
- Divulgação e fomento de norma regulamentadora direcionada para o trabalho agrícola.
- Dotar a agência estadual de defesa animal e vegetal – ADAB de estrutura suficiente para garantir as barreiras sanitárias existentes.
- Elaboração de um plano estadual para oleaginosas, não apenas com o foco no bicompostível.

- Elevar oferta de matéria prima em 40%.
- Elevar para 30% a renda dos agricultores familiares.
- Fomentar as ações de governo junto às cooperativas, de forma que se contribua na gestão e organização destas.
- Garantir a qualidade fitossanitária das sementes e mudas de oleaginosas.
- Identificar os produtores de oleaginosas, através de suas organizações, com um “selo” específico que faça referencia a “aqui se produz energia limpa”.
- Implantação de um programa de qualidade para o meio ambiente, onde a produção de oleaginosas possa ser realizada da forma menos impactante para o ambiente.
- Implantação de um programa de segurança do trabalho rural.
- Implementação do convênio entre o BNB e PBIO para fomento da atividade.
- Implementar uma ação específica para controle da importação de óleo da Argentina.
- Inclusão de mais empresas compradoras de óleo comprometidas com a PNPB.
- Instalação de unidades de pré-beneficiamento e beneficiamento.
- Instalação de unidades simplificadas para extração de óleo do dendê nas áreas produtoras – utilização de tecnologia avançada.
- Instituição de uma política estadual de preços das oleaginosas.
- Instituir uma política de construção, recuperação e manutenção das rodovias, hidrovias, ferrovias, estradas municipais, estaduais e federais para o escoamento da produção.
- Instrução e acompanhamento da produção agro-ecológica nas cadeias produtivas.
- Integrar a comercialização das oleaginosas com as culturas alimentares, destinando a venda do feijão, milho, etc. Garantindo ao agricultor familiar a comercialização das culturas secundárias.
- Massificar a promocionalmente que a matéria prima renovável para produção de uma infinidade de produtos. Petróleo verde
- Melhor estruturação da EBDA e CEPLAC para prestar serviços de ATER.
- Melhoria de 20% de solos de baixa fertilidade em áreas com cultivo de girassol.
- No caso do dendê é uma cultura preservacionista do meio ambiente, também deve-se utilizar com ferramenta promocional.
- Obter um número de mais 100 mil agricultores familiares inseridos nas cadeias produtivas das oleaginosas.
- Parceria entre governo do Estado, cooperativas de agricultores e instituições de ensino e pesquisa para apoiar tecnologicamente a expansão do cultivo.

- Política continuada de acesso ao crédito – relação direta agricultores, agentes financeiros, ATER.
- Política emergencial de renegociação dos débitos junto ao PRONAF.
- Política emergencial e específica de renegociação dos débitos para “pronafricanos”.
- Possibilitar agilidade na transferência da tecnologia existente para o campo com o foco no incremento da produção e da produtividade.
- Realização de cursos e seminários nos territórios para os agricultores com o propósito de disponibilizar as inovações tecnológicas produzidas pela pesquisa e extensão.
- Realização de seminários e cursos buscando o nivelamento técnico da equipe técnica.
- Realização de um grande encontro entre a superintendência dos bancos oficiais com os gerentes das agências.
- Realizar ensaios para a cultura do dendê buscando a padronização do produto final.
- Recuperação/manutenção das rodovias federais e estaduais para escoamento da produção, boa parte dela localizada no território de Irecê.
- Recuperar a estrutura física da EBDA, incrementando mais pessoal ao seu corpo técnico de forma que a ater possa ser realizada pelo Estado em parceria com as cooperativas e ONG’s que desenvolvam trabalhos com as diversas oleaginosas no Estado da Bahia.
- Recuperar as ações de pesquisa no Estado, focando na produção de oleaginosas, testando novas cultivares, sistemas de produção e desenvolvendo novas tecnologias, bem como das tecnologias adaptadas pela agricultura familiar.
- Reestruturação da ATER e pesquisa (governamental e não governamental) objetivando atingir relação de 100 agricultores por técnico.
- Re-estruturação das instituições de pesquisa para oleaginosas, com foco nos campos experimentais a exemplo da estação de Itaberaba para mamona e o CEPEC para dendê.
- Seguro - ampliação do número de cultivos cobertos pela garantia safra, contemplando os agricultores familiares que cultivem oleaginosas e que atendem os demais critérios do programa garantia safra.
- Socializar a tecnologia utilizada na produção de máquinas de beneficiamento simplificado.
- Utilizar uma ferramenta reguladora para diminuir a dependência da soja na produção do bicomcombustível.
- Zoneamento agrícola: adequação do zoneamento agrícola a realidade de cultivo nas diversas regiões produtoras de oleaginosas.

LONGO PRAZO

- Adequação da legislação para os mini e pequenos produtores terem tratamento diferenciado quanto às exigências para acesso ao crédito.
- Ativar e consolidar o fundo das oleaginosas nos moldes do algodão.

- Consolidação do pacto territorial com o propósito de nivelamento no âmbito dos territórios ao acesso a políticas públicas.
- Criação de um mercado (bolsa de cotação) para as oleaginosas.
- Criação do fórum nacional setorial de oleaginosas.
- Criação e fortalecimento das redes de ATER.
- Dar continuidades a política estadual de preços das oleaginosas.
- Desenvolver de forma integrada a pesquisa no Estado nos diversos ambientes (entidades de ater, universidades, estações experimentais).
- Dotar a agência estadual de defesa animal e vegetal – ADAB de estrutura suficiente para garantir as barreiras sanitárias existentes.
- Elaborar e executar o plano estadual para oleaginosas, não apenas com o foco no bicomcombustível.
- Estabelecer de forma gradativa a relação direta entre a área produtora com as indústrias de extração de óleo.
- Executar o plano estadual para oleaginosas, não apenas com o foco no bicomcombustível.
- Fomentar as ações de governo junto às cooperativas e outras formas de organização social, de forma que se contribua na gestão e organização destas.
- Garantir a qualidade fitossanitária das sementes e mudas de oleaginosas.
- Manutenção do programa de qualidade para o meio ambiente, onde a produção de oleaginosas possa ser realizada da forma menos impactante para o ambiente.
- Permitir acesso a políticas públicas às organizações, com o “selo” específico que faça referência a “aqui se produz energia limpa”.
- Universalizar a assistência técnica no Estado.
- Zoneamento agrícola: adequação do zoneamento agrícola a realidade de cultivo nas diversas regiões produtoras de oleaginosas.

PESCA E AQUICULTURA

CURTO PRAZO

- Agilização dos processos de licenciamento dos projetos de pesca e aquicultura.
- Ampliar bases e estruturas para assistência técnica.
- Conscientização das prefeituras para aquisição dos produtos originados da pesca e aquicultura familiar.

- Contratação de técnicos.
- Convênio com a Bahiatursa e outras instituições de promoção ao pescado.
- Criação de uma política de incentivo fiscal sobre os produtos da atividade.
- Criação imediata do conselho estadual da pesca e aqüicultura e mudança na legislação levando em consideração os diversos níveis tecnológicos da atividade, priorizando o licenciamento ambiental, o crédito e a defesa agropecuária.
- Desenvolvimento de máquinas e equipamentos para beneficiamento do pescado.
- Desenvolvimento de novos produtos.
- Divulgação e operacionalização do PRONAF Pesca.
- Efetivação de programas de rastreabilidade.
- Elaboração de convênios.
- Elaboração e implantação de programas de assistência técnica.
- Estudo e aplicação de novas tecnologias no desenvolvimento da pesca e aqüicultura.
- Implantação de BPF (Boas Práticas de Fabricação) e PPHO (Procedimento Padrão de Higiene Operacional).
- Implantação de novas unidades e melhoria das existentes, em apoio a produção e beneficiamento em áreas de melhor vocação e potencial pesqueiro e aquícola.
- Implantação de programas de segurança e saúde na pesca e aqüicultura.
- Implantação do calendário oficial dos eventos voltados à promoção da importância do pescado em seus diversos usos.
- Instalação de terminais pesqueiros.
- Instalação de unidades de beneficiamento de subprodutos do pescado.
- Instrução para aquisição de crédito.
- Melhoramento genético.
- Melhorias das condições das instalações existentes.
- Pesquisas aplicadas à utilização de espécies nativas.
- Pesquisas aplicadas ao aproveitamento de subprodutos.
- Promoção e apoio aos eventos e campanhas regulares para popularizar o consumo de pescado.
- Proposta de mudança na legislação de crédito levando em consideração os diversos níveis tecnológicos da atividade.

- Qualidade em pontos de venda (vigilância sanitária).
- Rastreabilidade dos produtos em todas as suas fases.
- Reforçar barreiras sanitárias interestaduais e nos cultivos.
- Treinamento de mão-de-obra para assistência técnica.
- Universalização da DAP – declaração de aptidão ao PRONAF.

LONGO PRAZO

- Acompanhamento da proposta de alteração da legislação.
- Adequação gradativa das unidades às demandas do setor.
- Apoio a comercialização com a criação de bolsa de pescado e implantação de projetos de promoção e marketing.
- Capacitação de mão de obra.
- Criação de fundo de pesquisa para as universidades no Estado.
- Criação de identidade ao pescado baiano.
- Criação de uma bolsa de pescado.
- Criação do conselho estadual da pesca e aqüicultura.
- Implantação do programa APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).
- Inserção da pesca e aqüicultura na BM&F.
- Manutenção da fiscalização.
- Manutenção e ampliação do processo de qualidade.
- Melhoria da estrutura de transporte e escoamento.
- Monitoramento, avaliação e aprimoramento do programa.